

O ENIGMA DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS:

SIGNIFICADOS ESTRUTURADOS X SENTENCIALISMO



Ana Maria Tramunt Ibaños

O ENIGMA DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS:

SIGNIFICADOS ESTRUTURADOS X SENTENCIALISMO



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Chanceler:

Dom Dadeus Grings

Reitor:

Joaquim Clotet

Vice-Reitor:

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial:

Antônio Carlos Hohlfeldt

Elaine Turk Faria

Gilberto Keller de Andrade

Helenita Rosa Franco

Jaderson Costa da Costa

Jane Rita Caetano da Silveira

Jerônimo Carlos Santos Braga

Jorge Campos da Costa

Jorge Luis Nicolas Audy (Presidente)

José Antônio Poli de Figueiredo

Jussara Maria Rosa Mendes

Lauro Kopper Filho

Maria Eunice Moreira

Maria Lúcia Tiellet Nunes

Marília Costa Morosini

Ney Laert Vilar Calazans

René Ernaini Gertz

Ricardo Timm de Souza

Ruth Maria Chittó Gauer

EDIPUCRS:

Jerônimo Carlos Santos Braga – Diretor

Jorge Campos da Costa – Editor-chefe

Ana Maria Tramunt Ibaños

O ENIGMA DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS:

SIGNIFICADOS ESTRUTURADOS X SENTENCIALISMO



PORTO ALEGRE
2009

© EDIPUCRS, 2009

Capa: Vinícius de Almeida Xavier

Foto: Jordânia, 2007.

Imagem fornecida pelo autor.

Diagramação: Josianni dos Santos Nunes

Revisão Linguística: Grasielly Hanke Angeli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I12e Ibaños, Ana Maria Tramunt
O enigma das atitudes proposicionais [recurso eletrônico] :
significados estruturados x sentencialismo / Ana Maria Tramunt
Ibaños. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009.
275 p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de Acesso: World Wide Web:
<<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>
ISBN 978-85-7430-874-6 (on-line)

1. Linguística – Teorias. 2. Análise Linguística. 3. Atitudes
Proposicionais. 4. Lógica e Linguagem. 5. Argumentação.
I. Título.

CDD 401

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS



Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 Porto Alegre, RS - BRASIL
Fone/Fax: (51) 3320-3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
<http://www.pucrs.br/edipucrs>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
1 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): O PERCURSO TEÓRICO DO PROBLEMA.....	10
1.1 AP: A FORMULAÇÃO CLÁSSICA DO PROBLEMA (FCP).....	10
1.2 AP: DESDOBRAMENTO DA FCP - CONTEXTO LÓGICO.....	31
1.3 AP: DESDOBRAMENTOS DA FCP - CONTEXTO COGNITIVISTA.....	83
2 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): A TEORIA DOS SIGNIFICADOS ESTRUTURADOS (TSE) DE CRESSWELL.....	91
2.1 AP: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E ONTOLÓGICA.....	92
2.2 AP: ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM.....	117
2.3 AP: ANÁLISE E TIPOLOGIA.....	123
3 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): A TEORIA SENTENCIALISTA (TS) DE RICHARD.....	154
3.1 AP: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E ONTOLÓGICA.....	156
3.2 AP: ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM.....	169
3.3 AP: ANÁLISE E TIPOLOGIA.....	192
4 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): TSE X TS - O DEBATE	210
4.1 AP: TSE - PROPRIEDADES E LIMITAÇÕES.....	210
4.2 AP: TS - PROPRIEDADES E LIMITAÇÕES	233
4.3 AP: AVALIAÇÃO DO DEBATE.....	247
CONCLUSÃO	262
REFERÊNCIAS.....	265

APRESENTAÇÃO

Na década de noventa, o programa de pesquisa em Lógica e Linguagem Natural da Pós-Graduação em Linguística da PUCRS começava uma trajetória de investigações sobre aspectos formais da linguagem humana entendida em sua dimensão cotidiana. Tratava-se de explorar a interface lógico-linguística, objeto de grande complexidade e tradição milenar, a que mentes privilegiadas como Frege, Russell e Wittgenstein se dedicaram, especialmente dentro do que veio a se chamar “programa logicista”. Na verdade, estava emergindo, no contexto nacional da disciplina linguística, um conjunto de trabalhos, mais exploratórios do que propriamente substantivos, sobre aquilo que desde Montague, na década de setenta, se poderia chamar de Semântica Formal. A tese de doutorado de Ana Ibaños, *O Enigma das Atitudes Proposicionais: Significados Estruturados x Sentencialismo*, foi a pioneira dentro do programa acadêmico a que nos referimos. As bases de tal trabalho nasceram de cursos sobre Filosofia da Linguagem e Lógica que desenvolvi no início da década e que permitiram a abordagem de problemas clássicos como o das ditas atitudes proposicionais. Internacionalmente, desde a década de cinquenta, especialmente nos anos que se seguiram, a Filosofia da Mente, com pessoas como Strawson, Austin, Searle e Grice, representou um contraponto cognitivista à Filosofia da Lógica, reavaliando fundamentos, via noções como a de intencionalidade, abrindo caminho ao que viria a caracterizar uma nova disciplina, hoje bem conhecida como a de Pragmática. Na interface Semântica e Pragmática, então, se desenvolveram as diversas dissertações de Mestrado e Doutorado ao longo desses quase vinte anos. Mas a tese de Ana Ibaños foi, de fato, um dos primeiros e mais arrojados empreendimentos dentro desse contexto. Além de revitalizar o debate filosófico, introduziu ideias altamente interessantes como a de significados estruturados, defendida por Cresswell como capaz de dar conta dos paradoxos decorrentes das formas de atitudes proposicionais.

Éramos bem mais ousados naqueles tempos e aqueles cursos de Lógica, com a beleza incomparável das provas, excitavam, incomparavelmente, nossos raciocínios. A tese de Ana Ibaños traz aquele gosto de clareza e profundidade, de um passado que ainda hoje pode estimular algum linguista distraído.

Jorge Campos

INTRODUÇÃO

Frege (1892) afirmando (1), (2), (3) e (4)¹,

(1) ... se quiséssemos considerar a igualdade como uma relação entre aquilo o que os nomes 'a' e 'b' se referem, pareceria que $a=b$ não poderia diferir de $a=a$, desde que $a=b$ seja verdadeira. (p. 157)

(2) ... no discurso indireto as palavras não são usadas *indiretamente*, ou têm sua referência *indireta*. Em conseqüência, distinguimos a referência costumeira de uma palavra de sua referência indireta, e o seu sentido costumeiro de seu sentido indireto. A referência indireta de uma palavra é, pois, seu sentido costumeiro. (p.159)

(3) Se a nossa suposição é correta, de que a referência de uma sentença é seu valor-de-verdade, então este tem de permanecer inalterado, quando uma parte da sentença for substituída por uma expressão que tenha a mesma referência, mas sentido diverso. (p.165)

(4) A sentença principal, juntamente, com a sentença subordinada têm como sentido apenas um único pensamento, a verdade do todo não implica nem a verdade nem a não-verdade da sentença subordinada. Em tais casos não é permissível substituir, na sentença subordinada, uma expressão por outra que tenha a mesma referência costumeira, senão por uma que tenha a mesma referência indireta, isto é, o mesmo sentido costumeiro. (p.166)

constatou que (5)

(5) Vênus = Estrela da Manhã

Hipácia sabe que Vênus é Vênus

Portanto,

Hipácia sabe que Vênus é a Estrela da Manhã

não ocorre como se poderia supor de (1) e (3) por causa da verdade de (2) e (4).

¹ Ao longo deste trabalho, são usados, preferencialmente, os textos originais ou a tradução inglesa. Quando não é problemático, também é utilizada a tradução em português.

Russell (1905), considerando (1), (2), (3), (4), (5) e a constatação de Frege, e não aceitando a validade da solução proposta, observou que (6)

(6) Se *a* é idêntico a *b*, o que quer que seja verdadeiro em um é verdadeiro no outro, e até mesmo pode-se substituir um pelo outro em qualquer proposição sem alteração da verdade ou falsidade dessa proposição. Ora George IV desejava saber sobre se Scott era o autor de Waverly; e de fato Scott era o autor de Waverly. Portanto, podemos substituir *o autor de Waverly* por *Scott* e dessa maneira provar que George IV desejava saber se Scott era Scott. (p.47)

caracteriza um enigma que deveria ser abordado a partir de (7)

(7) Uma expressão denotativa é essencialmente parte de uma sentença, e não tem, como muitas palavras simples, qualquer significação por conta própria. Se digo 'Scott foi um homem', este é um enunciado da forma 'x foi um homem' e tem 'Scott' como seu sujeito. Mas se digo 'o autor de Waverly foi um homem' este não é um enunciado da forma 'x foi um homem' e não tem 'o autor de Waverly' como seu sujeito. Abreviando o enunciado formulado ao início deste artigo, podemos pôr em lugar de 'o autor de Waverly foi um homem', o seguinte: 'Uma e somente uma entidade escreveu Waverly, e tal entidade foi um homem'. (p.51)

e solucionado através de (8)

(8) ...'Scott foi o autor de Waverly' (isto é, 'Scott foi idêntico ao autor de Waverly') torna-se 'uma e somente uma entidade escreveu Waverly, e Scott foi idêntico a essa entidade'... O enigma acerca da curiosidade de George IV é agora visto possuir uma solução muito simples. A proposição 'Scott foi o autor de Waverly', que foi escrita por extenso em sua forma sem abreviaturas no parágrafo precedente, não contém nenhum 'o autor de Waverly' como constituinte, que poderia ser substituído por 'Scott'. Isto não interfere na verdade das inferências que resultam de fazer o que *verbalmente* é a substituição de 'o autor de Waverly' por 'Scott' enquanto o 'autor de Waverly' tenha o que chamo de uma ocorrência primária na proposição considerada. (p.51-52)

E com a perspicácia argumentativa de Frege e Russell, estava nascendo um dos mais famosos enigmas da semântica contemporânea já acompanhado de suas primeiras tentativas de solução: O enigma das atitudes proposicionais.

Do início do século 20 para cá, especialmente nos últimos 60 anos, o problema das Atitudes Proposicionais (AP) tem merecido a atenção de um sem-

número de lógicos, filósofos e linguistas que, expandindo as ideias de Frege e Russell, ou tentando implodi-las, buscam resolvê-lo em toda a sua extensão. Carnap, Church, Quine, entre outros tantos ilustres decifradores de paradoxos, representam uma sequência de especulações especializadas sobre o assunto, que caracterizam um percurso notável de *insights* e argumentos sofisticados no acirrado debate sobre as AP. Mais recentemente, Cresswell (1985), com sua teoria dos significados estruturados, e Richard (1990), com seu modelo sentencialista, ilustram um combate bastante expressivo sobre as AP à medida que incorporam não só o espírito do confronto clássico frege-russelliano bem como um século de argumentação tortuosa desenvolvida pelos seus herdeiros, discípulos ou opositores.

É exatamente dentro desse contexto que se situa o presente trabalho. O tema é o das atitudes proposicionais, os problemas formulados são os construídos pelo longo percurso teórico-histórico da referida argumentação, e o ponto específico é a descrição e avaliação do debate entre as duas mencionadas teorias contemporâneas que concorrem.

O primeiro capítulo é a história descritiva, não problemática e não crítica da viagem através do percurso argumentativo clássico e subsequente; o segundo é a detalhada abordagem da teoria dos Significados Estruturados de Cresswell em seus fundamentos, estratégias e aplicações; o terceiro é a réplica do anterior com o tema da teoria Sentencialista de Richard, e o quarto e último é a análise do debate entre as duas propostas rivais, onde elas são responsabilizadas pelas promessas que fizeram, pelo que pagaram ou não e pelo custo metodológico e ontológico dessa ousadia.

1 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): O PERCURSO TEÓRICO DO PROBLEMA*

Este capítulo tem por objetivo traçar o percurso teórico das Atitudes Proposicionais (AP), de sua primeira formulação moderna com Frege (1892) até as especulações atuais de Fodor. Tal visão panorâmica pretende se justificar em dois sentidos básicos: Em primeiro lugar contextualizar, no âmbito da linguística, um tema que não lhe é exatamente familiar; em segundo lugar, sistematizar questões relevantes para o problema das AP de modo a poder avaliar as teorias contemporâneas que concorrem, pela capacidade de elucidar tais questões. É óbvio que o roteiro dos textos analisados já obedece a uma seleção de questões relevantes para a análise posterior das teorias concorrentes. É óbvio, também, que a apresentação deste percurso, dir-se-ia histórico-teórico, é feita de maneira não problemática, ou seja, essencialmente em termos de *descrição* dos *insights* e não de qualquer pretensão crítica às abordagens contempladas. Finalmente, é também trivial dizer-se que não há nenhum interesse, neste capítulo, na exaustividade dos argumentos.

A estratégia para a construção deste percurso histórico-teórico das AP passa por três seções: a primeira, em que será apresentado o contexto moderno de origem dos enigmas das AP, através da formulação que lhes deram Frege (1892) e Russell (1905) especialmente; a segunda, em que são descritos os desdobramentos posteriores no âmbito da lógica, com Carnap (1947/54), Church (1941/43/50/51/54/56/82), Mates (1952), Putnam (1954), Quine (1956/61/66/69/73/94), Davidson (1970/75/84), Kripke (1972/79) e Hintikka (1962/69/75) e, finalmente, a terceira, no contexto cognitivista, com Fodor (1976/81/87/90) e Jackendoff (1983).

1.1 AP: A FORMULAÇÃO CLÁSSICA DO PROBLEMA (FCP)

Nesta seção, será apresentada a formulação clássica do problema das AP através, especialmente, das ideias de Frege (1892) e Russell (1905) que

* Uma versão modificada deste capítulo aparece em Feltes (org.) *Produção de Sentido*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prata; Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

construíram o contexto de origem para as investigações modernas do tema. Evidentemente, a forma como eles o fizeram é *altamente controversa*. Os inúmeros lógicos, filósofos e linguistas que se debruçaram sobre os textos de Frege e Russell não os interpretaram de maneira uniforme, gerando um debate argumentativo que atravessa o século XX, mais expressivamente os últimos 60 anos. Como o ponto do presente trabalho é apenas o confronto entre duas abordagens, a de Cresswell (1985) e a de Richard (1990), ele não se deterá nas concepções de Frege e Russell, senão naqueles aspectos que subjazem aos textos teóricos em disputa. A interpretação, portanto, que será feita de Frege e Russell constitui, *apenas*, uma reconstrução de um quadro que servirá como pano de fundo para a análise das propostas de Cresswell e Richard, uma espécie de descrição mínima dos *insights* que deram início à discussão que move o presente trabalho. Se são utilizadas passagens de Dummett, Linsky, Hylton Baker & Hacker, entre outros, tal escolha só se deve ao fato de que tudo o que se pretende é a clareza daquelas ideias que estruturam o solo das concepções em jogo, não havendo nenhuma intenção de caracterizar uma linha interpretativa específica.

No tratamento dado a sentenças indiretas, no decorrer do desenvolvimento de sua 'Teoria do Significado', Frege depara-se com o chamado *Paradoxo da Denotação*, ou seja, dada a oração assertiva abaixo;

(1) 'Júlio César é o conquistador da Gália'

parece não haver dúvidas de que Júlio César é o objeto de que se fala; a referência do nome é sobre o objeto que designa. Mas, se a sentença (1) for transformada em discurso indireto como em (2),

(2) 'Marco Antônio disse que Júlio César é o conquistador da Gália'

do que se está falando? de Júlio César e de sua conquista ou do que Marco Antônio disse?

Mais ainda, se 'Júlio César' for substituído por 'O Fundador do Primeiro Triunvirato Romano', como apresentado em (3),

(3) 'Marco Antônio disse que o Fundador do Primeiro Triunvirato Romano é o conquistador da Gália'

como pode ser possível que, num determinado contexto em que os termos substituídos refiram-se à mesma pessoa, uma sentença seja verdadeira, por exemplo (2), e outra falsa, como (3)?

A resposta que Frege encontra para este aparente paradoxo, que contraria o princípio de que a substituição de um nome por outro de igual referência não modifica o valor-de-verdade de uma sentença², está no estabelecimento de uma distinção entre o significado direto e indireto de um termo, tanto no que se refere ao sentido quanto no que diz respeito à referência.

Tal resposta aparentemente simples exige, no entanto, que se saiba, em termos fregeanos, o que significa 'sentido', 'referência' e outros conceitos que possam ser relevantes para a compreensão dessa solução como um todo, então, a fim de se chegar a esse objetivo, dentro do quadro geral da obra de Frege, dois pontos relacionados entre si são de interesse para o presente trabalho. O primeiro refere-se ao que foi posteriormente denominado de *Enigma de Frege*, a saber, a discussão de Frege sobre juízos de identidade; o segundo, resultado desse, é a abordagem do par *sentido-referência*, que serve de sustentação teórica para a distinção que Frege faz da relação entre o conteúdo de uma sentença e seu papel lógico.

Em termos de juízos de identidade, Frege inicia seu ensaio *On Sense and Meaning* [SM] questionando o tipo de relação em que consiste a igualdade³; será uma relação entre objetos, entre nomes ou sinais de objetos?

A razão de seu questionamento está na necessidade de saber como é possível que qualquer coisa informativa possa ser transmitida por afirmações de identidade verdadeiras; Se ' $a=b$ ' é verdadeira, como pode dizer mais do que ' $a=a$ ', sendo esta verdadeira *a priori* e, portanto, trivial? Em outras palavras, dadas as afirmações abaixo

² Trata-se da bem conhecida Lei de Leibniz aceita por Frege [SM], p.164.

³ Em [SM], Frege, em nota de rodapé, enfatiza que usa a palavra igualdade no sentido de identidade. Sua opção será seguida nesta seção.

(4) Vênus é Vênus

(5) Vênus é a Estrela da Manhã

(6) Vênus é a Estrela da Tarde

como se explica que (5) e (6) sejam afirmações de identidade informativas e, portanto, difiram em valor cognitivo de (4), uma afirmação de identidade trivial que, no entanto, designa o mesmo objeto que (5) e (6)?

Após considerar que juízos de identidade não podem representar a mesma identidade da coisa designada consigo mesma e nem representar a mera diferença entre os sinais 'a' e 'b', uma vez que

[1.1] Ninguém pode ser impedido de usar qualquer evento ou objeto arbitrariamente produzidos como um sinal para alguma coisa. Nesse caso, a sentença ' $a=b$ ' já não poderia referir o sujeito em questão, mas somente seu modo de designação; não poderíamos expressar qualquer conhecimento específico por seu intermédio. (Frege [SM], p.157).

Frege conclui que, tomando-se o sinal 'a' apenas enquanto objeto, não enquanto sinal, percebe-se que o valor cognitivo de ' $a=a$ ' torna-se, essencialmente, igual ao de ' $a=b$ ', desde que este último seja verdadeiro.

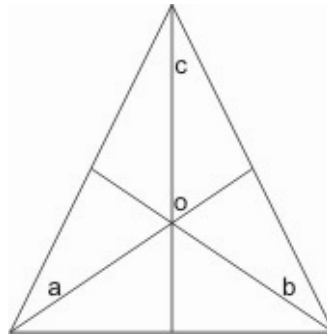
[1.2] Uma diferença só pode surgir se a diferença entre os sinais corresponde a uma diferença no modo de apresentação da coisa designada. (Frege, [SM], p.158)

Frege apresenta, então, o exemplo que se tornou um clássico:

[1.3] Sejam a, b, c as linhas que ligam os vértices de um triângulo com os pontos médios dos lados opostos. O ponto de intersecção de a e b é, pois, o mesmo que o ponto de intersecção de b e c . Temos, assim, diferentes designações para o mesmo ponto e estes nomes ("ponto de intersecção de a e b " e "ponto de intersecção de b e c ") indicam, simultaneamente, o modo de apresentação e, em consequência, a sentença contém um conhecimento real. ([SM], p.158)

que pode ser representado pelo gráfico abaixo:

I.



A partir desse, o que se observa é que tanto o 'ponto de intersecção de *a* e *b*' quanto o 'ponto de intersecção *b* e *c*' e o 'ponto de intersecção *a* e *c*' designam o mesmo ponto 0. Todos concordam, portanto, em referência, mas diferem na maneira como se apresentam, isto é, no seu sentido. Da mesma forma, considerando os exemplos (4), (5) e (6) acima, pode-se dizer que todos identificam o mesmo objeto por critérios diferentes; Vênus pode ser reconhecido tanto como a estrela que surge pela manhã quanto a que surge pela tarde.

O que Frege defende aqui é que o nome ou sinal (entendido como qualquer designação que represente um nome próprio cuja referência seja um objeto determinado) *expressa* o seu sentido e *denota* sua referência. Em outras palavras, a referência de um nome é o objeto identificado pelo sentido que o nome expressa. Sentido é, pois, um conceito cognitivo (conteúdo de informação)⁴, na medida em que é aquilo que se sabe quando se compreende uma sentença ou nome. Na noção de sentido, estão combinadas a noção de conhecimento com a noção de identificação, visto que o sentido de um nome constitui-se na *rota* para sua referência. Ele une essas duas noções para evitar que se diga que, se o sentido de um nome consistisse meramente em sua referência, qualquer pessoa que compreendesse dois nomes, possuidores de mesma referência, deveria saber que eles têm a mesma referência, como bem o observa Dummett (1981), um dos mais elucidativos intérpretes de Frege.

- [1.4] Se o sentido de um nome consistisse somente em possuir uma certa referência, então, qualquer um que entendesse o nome saberia, dessa forma, a qual objeto o nome se refere; e aquele que entende dois nomes que têm a mesma referência saberia o

⁴ Conforme Dummett, a noção de informação aqui utilizada não requer qualquer explicação elaborada: adquire-se informação quando se aprende algo. (cf. Dummett [FPL], p.95).

valor-de-verdade da afirmação de identidade que os conecta, não podendo ser informativo para ele, portanto. ([FPL], p.95)

Se assim o fosse, 'Vênus é a Estrela da Manhã' ou 'Vênus é a Estrela da Tarde' não poderiam ser, de maneira nenhuma, informativas. Mas, na realidade, ao se apreender o sentido de um nome próprio, dois processos ocorrem concomitantemente; o primeiro é que um determinado nome x está associado a um objeto particular y como seu referente; o segundo é que esse nome x está conectado a uma maneira particular de se identificar um objeto como seu referente.

Já que, como visto nos exemplos acima, diferentes rotas podem conduzir a um mesmo lugar, isto é, sentidos distintos podem levar à mesma referência, parece que o par 'sentido/referência' serve bem aos propósitos de Frege para a solução de seu enigma. A forma como Linsky (1983) põe a questão é esclarecedora.

- [1.5] Alguém não pode inteligivelmente perguntar "Vênus é a Estrela da Manhã?" se não souber o sentido de 'Vênus' e de 'Estrela da Manhã', mas pode fazer esta questão sem saber que os sentidos são modos alternativos de apresentação do mesmo objeto. Conseqüentemente, Frege resolve seu problema de saber como afirmações de identidade verdadeiras podem carregar informação nova. ([OC], p.11)

Frege pode, então, conceber a identidade como uma relação mediada pelo sentido do sinal, já que não é o próprio sinal que apresenta ou determina um objeto como seu referente. É o que Baker & Hacker (1984) procuram tornar claro.

- [1.6] Sentido, *ab initio*, é tratado como uma entidade abstrata mediadora entre o sinal e sua designação. Possui todos os papéis de um sinal, isto é, possibilidades combinatórias, referências, equivalências, embora não seja um sinal [...] É, pode-se dizer, a *alma* do sinal. ([FLE], p.286)

Não se conclua do que está dito acima que sentido seja uma entidade mental. Sentido constitui-se na parte do significado de uma palavra ou expressão que necessita ser apreendida para que se decida os valores-de-verdade das sentenças que o contêm. Em outras palavras, sentido é a parte do significado que determina a referência;

- [1.7] O sentido pode ser a propriedade comum de muitos (indivíduos), e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual (Frege [SR], p.65)

O que é mental e subjetivo em um significado é a representação que se tem associada a um sinal, que é uma imagem interna imersa de lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que o indivíduo realizou.

Para tornar clara a distinção entre sentido, representação e referência, Frege utiliza-se da conhecida analogia reproduzida abaixo:

- [1.8] Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a própria lua à referência ela é o objeto da observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda à representação ou intuição. A imagem no telescópio é, na verdade, unilateral; ela depende do ponto-de-vista da observação; não obstante, ela é objetiva, na medida em que pode servir a vários observadores. ([Sm], p.160-161)

Determinados, assim, o significado do par 'sentido/referência' e esclarecido o *Enigma de Frege* em relação a juízos de identidade, o segundo ponto a ser considerado é qual o tratamento que Frege dá para a relação entre o conteúdo de uma sentença e o seu papel lógico.

Até o momento, só foram considerados o sentido e a referência das expressões, palavras ou sinais, o que Frege chama de 'nomes próprios'⁵. A introdução da distinção sentido/referência com exemplos ilustrativos de nomes próprios, expressões definidas constitui-se, apenas, de uma manobra sua. Seria errôneo pensar que ele tenha dado uma prioridade a esses casos em detrimento de outros. Na realidade, para Frege, essa distinção deve ser aplicada a todas as partes sintáticas logicamente relevantes de sentenças completas, incluindo a própria sentença.

- [1.9] Até aqui só consideramos o sentido e a referência daquelas expressões, palavras ou sinais a que chamamos nomes próprios. Agora passemos a investigar qual seja o sentido e a referência de uma sentença assertiva completa. (Frege, [SM], p.162)

⁵ Entende Frege como 'nome próprio' a designação de um objeto singular que pode se consistir em várias palavras ou outros sinais. 'Nome próprio' é um rótulo linguístico que ultrapassa o uso que se tem feito dele na tradição gramatical. Para uma discussão aprofundada do assunto, confronte-se COSTA [SLLN], 1988 e CAMPOS [OEN], 2004.

Como, pois, aplicam-se sentido e referência quando sentenças assertivas entram em consideração, como, por exemplo, (7) e (8) abaixo?

(7) Eratóstenes calculou, com precisão, o tamanho da Terra

(8) Herón de Alexandria inventou as engrenagens dos trens

Para Frege, entende-se o sentido de uma expressão complexa através do entendimento dos sentidos de seus constituintes. Uma sentença completa é, pois, compreendida pela apreensão dos sentidos das expressões que a constituem e pela observância de como esses são relacionados na sentença. A esse sentido da sentença completa ele chama de 'Pensamento'.

Uma razão para o pensamento ser o sentido de uma sentença, não sua referência, é porque se uma palavra da sentença for substituída por uma outra que tenha a mesma referência, mas sentido diferente, isto não poderá ter nenhuma influência sobre a referência da sentença, mas, no entanto, o pensamento mudará.

[1.10] [...] assim, por exemplo, o pensamento da sentença 'A Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol' é diferente do da sentença 'A Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol'. Alguém que não soubesse que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde, poderia sustentar um pensamento como verdadeiro, o outro como falso. O pensamento, portanto, não pode ser a referência da sentença, mas deve ser considerado seu sentido. (Frege [SM], p.162)

Assim, se em (7) e (8) forem substituídos os nomes 'Eratóstenes' e 'Herón de Alexandria' pelas expressões 'O diretor da Biblioteca de Alexandria' e 'O autor de Automata', respectivamente, muda o pensamento, mas não a referência.

Em que consiste, portanto, a referência de uma sentença assertiva completa? No seu *valor-de-verdade*⁶, responderia Frege, pois, para ele, a referência de uma sentença deve ser sempre procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e esse é o caso quando o que se está investigando é seu valor-de-verdade.

⁶ Este é um dos pontos mais problemáticos do trabalho de Frege conforme Dummett [FPL] e Baker & Hacker [FLE], mas tal discussão foge aos limites do presente trabalho.

- [1.11] Somos assim levados a reconhecer o *valor-de-verdade* de uma sentença como sendo sua referência. Entendo por valor-de-verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores-de-verdade. Por brevidade, chamo a um de o verdadeiro e a outro de o falso. Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou o Verdadeiro ou o Falso. (Frege [SM], p.163)

Portanto, sentenças como (7) e (8), como se fossem nomes próprios, têm como sentido um pensamento (7) de que Eratóstenes calculou precisamente o tamanho da Terra e (8) de que foi Héron de Alexandria quem inventou as engrenagens de trens; e como referência um valor-de-verdade, no caso, o *verdadeiro*, uma vez que, de acordo com Frege, toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser considerada como ou o verdadeiro ou o falso.

Até aqui, foram definidos o que significam sentido, referência, pensamento e valor-de-verdade. Mas, retomando a resposta dada por Frege apresentada no início deste trabalho, ainda falta explicar o que significa um termo ter um significado direto e indireto.

Em termos de referência, considera-se que um termo tem referência direta quando ele denota/refere o seu objeto usual. Assim, 'O conquistador da Gália' refere, usualmente, Júlio César. Portanto, Júlio César é a referência direta de tal expressão. Por outro lado, diz-se que um termo tem referência indireta quando denota/refere o sentido que usualmente *expressa*. Assim, em uma análise fregeana, 'O conquistador da Gália' em (2) não tem como referência Júlio César, mas, sim, tem uma referência indireta pois, na posição que ocupa na sentença, 'O conquistador da Gália' não refere o indivíduo Júlio César, mas o conceito⁷ expresso normalmente por 'O conquistador da Gália'.

No que concerne ao sentido, sentido direto é aquele expresso por um termo que tem referência direta, enquanto que sentido indireto é o sentido expresso por um termo quando ele refere o sentido que usualmente expressa.

Retornando, então, à primeira questão apresentada neste trabalho, a saber, o que acontece quando se está tratando de uma sentença em contextos de

⁷ No quadro fregeano, conceito deve ser analisado em sentido puramente lógico. Ele é, tal como Frege o entende, predicativo, isto é, a referência de um predicado gramatical. (Cf. Frege [SCO], 1978).

discurso indireto ou de crenças, parece que, com a revisão dos conceitos sentido/referência, pensamento/valor-de-verdade acima exposta, pode-se melhor compreender a solução apresentada por Frege.

[1.12] [...] no discurso indireto, como vimos, as palavras têm sua referência indireta, que coincide com o que é, costumeiramente, o seu sentido. Nesse caso, a sentença subordinada tem como referência um pensamento e não um valor-de-verdade; como sentido, não um pensamento mas o sentido das palavras [...] ([SM], p.166)

Com este seu ponto de vista de que as palavras em contexto de discurso indireto e das chamadas atitudes proposicionais sofrem uma troca de referência, Frege parece apresentar uma solução com bastante poder explanatório. As observações de Linsky (1983) sobre o texto fregeano são bastante claras.

[1.13] Se eu digo 'A terra se move' estou falando sobre a terra. A referência de minhas palavras é sobre o que eu estou falando. Mas se digo 'Galileu disse que a terra se move' estou falando sobre o que Galileu disse, não sobre a terra. [...] Conseqüentemente, a referência de minhas palavras é o sentido de suas palavras. Meu relato de discurso indireto do que Galileu disse é verdadeiro, somente no caso em que o sentido que é a referência de minhas palavras, em meu discurso indireto, é o mesmo que os sentidos das palavras que ele usou diretamente para falar sobre a terra. ([OC], p.45)

Mas há, ainda, o caso apresentado na sentença (3). O que parece acontecer, realmente, nesse caso, é que o nome que ocorre dentro de uma oração substantiva que carrega uma citação, ou que se segue a um verbo de atitude proposicional, tal como 'acreditar', não pode, em geral, ser substituído por outro nome que tenha a mesma referência sem mudar seu valor-de-verdade.

Pode ser verdade que (9),

(9) Marco Antônio acredita que Júlio César conquistou a Gália

mas pode não ser verdade que (10)

(10) Marco Antônio acredita que o Fundador do Primeiro Triunvirato Romano conquistou a Gália

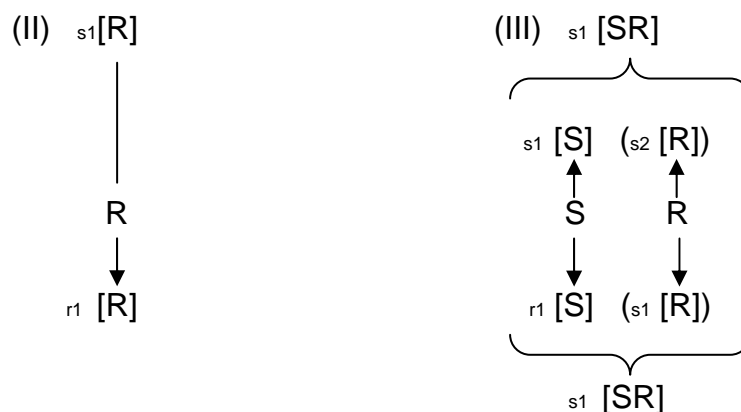
São esses tipos de 'orações que' que correspondem ao caso em que não há garantia de substituição de um nome por outro, mantendo-se o mesmo valor-de-verdade.

- [1.14] Frege conclui que, em tal contexto, um nome não tem sua referência ordinária: o nome deve, dentro desse contexto, ser usado para falar de algo distinto de seu referente usual, e Frege diz que o nome tem uma referência oblíqua. (Dummett [FPL], p.187)


Não se trata, portanto, de uma violação da Lei de Leibniz, mas sim de uma mudança de situação. Nomes em contextos indiretos possuem referências diferentes (e, conseqüentemente, sentido diferente) do que possuem em contextos diretos, formando uma espécie de hierarquia de sentidos e referências. Logo, não há garantia de substituição, *salva veritate*, em contextos dessa natureza. Conforme Dummett,

- [1.15] Por este mecanismo, Frege salva o princípio de que, toda a vez que uma expressão ocorrendo dentro de uma sentença seja substituída por alguma outra expressão que possua a mesma referência, o valor-de-verdade da sentença continua o mesmo. ([FPL], p.187)

Adotando como exemplo os diagramas de Linsky ([OC], p.48-49) baseados em Parsons, podem-se ilustrar as diferentes hierarquias de sentido e referência quando há troca de um contexto direto para indireto, conforme (II) e (III) abaixo:



onde 'R' abrevia a sentença 'A terra se move', $s_1[R]$ é o sentido usual da sentença R, isto é, o pensamento e a seta inferior representam a relação de referência; e refere o valor-de-verdade desde que $R (= r_1[R])$. Em (III), a semântica de 'Galileu

disse que a terra se move', $s_2[R]$ é o sentido indireto de 'R' e 'S' abrevia 'Galileu disse que'. A referência indireta de 'R' é seu sentido costumeiro ($s_1[R]$) e a referência da sentença como um todo é obtida pela aplicação da referência costumeira de 'S' à referência indireta de 'R' e o valor-de-verdade é indicado pelo que vem abaixo do sinal 

Ainda que o quadro acima seja esclarecedor, a verdade é que a distinção fregeana sentido/referência tem sido objeto de intermináveis controvérsias. O que não se discute, entretanto, é que ela possui, para os interesses de Frege, inúmeras vantagens, uma das quais como bem a reconhecem Baker & Hacker (1984) é que

[1.16] [...] tal distinção torna possível distinguir, claramente, entre expressar um pensamento e designar um pensamento e, conseqüentemente, permitir uma análise original do discurso indireto. ([FLE], p.280-281)

Russell, por exemplo, rejeitou a distinção fregeana entre sentido e referência, por considerá-la, até mesmo, incoerente.

[1.17] [...] Em relação a sentido e referência, não vejo nada além de dificuldades que não posso sobrepor. Eu não consigo distinguir entre sentido e denotação, vejo, somente, a idéia, que é psicológica, e o objeto. Ou melhor: não admito de forma alguma o sentido, mas só a idéia e a denotação [...] ([PMC] p.169)
[...] A relação de significado para a denotação envolve algumas dificuldades um tanto quanto curiosas que parecem em si mesmas suficientes para provar que a teoria que conduz a tais dificuldades deve estar errada. ([OD] p.48)

Além disso, a dificuldade em se diferenciar sentido e referência transparece, ainda mais, para Russell, no caso em que a denotação está ausente.

[1.18] Uma das primeiras dificuldades que nos confronta, quando adotamos a visão de que expressões referenciais *expressam* um significado⁸ *denotam* uma denotação, relaciona-se com os casos em que a denotação parece ausente⁹. ([OD], p.46)

⁸ Russell adota a palavra 'meaning' (significado) para o que Frege chama de 'sinn' (sentido), e 'denotation' (denotação), para o que Frege chama de 'bedeutung' (referência). Observe-se, no entanto, que algumas traduções da obra de Frege para o inglês utilizam a palavra 'meaning' para referência. Isso se deve ao fato de que, em alemão, 'Bedeutung' pode ser tanto traduzido por 'meaning' como por 'reference'.

⁹ Esta é a linha argumentativa mais trivial entre os comentadores das críticas de Russell e Frege. Para o presente trabalho, entretanto, ela é a mais útil.

Nos exemplos utilizados por Russell e abaixo reproduzidos,

(11) O Rei da Inglaterra é calvo

(12) O Rei da França é calvo

ele advoga que, dado que 'O Rei da Inglaterra é calvo', parece ser uma afirmação sobre o homem denotado por seu significado, por paridade de forma, o mesmo deveria ser dito de 'O Rei da França'. Mas esta frase, apesar de ter significado, por analogia do significado do exemplo (11), certamente não tem denotação, pelo menos em nenhum sentido óbvio.

A pergunta que Russell poderia ter feito nesse momento seria: 'Se o significado é o modo de apresentar a denotação, como é possível não haver denotação e persistir o significado?'

[1.19] [...] se permitirmos que expressões referenciais, em geral, possuam os dois lados de significado e denotação, os casos em que parece não haver denotação causam dificuldades tanto para a suposição de que realmente existe uma denotação como a suposição de que não existe nenhuma. (Russell [OD], p.47)

Russell não está só nesta posição. Na realidade, essa é uma discussão que até hoje persiste, e é discutida em extensão por, entre outros, Baker & Hacker em suas escavações lógicas sobre Frege.

[1.20] [...] a possibilidade de haver sentido sem referência revela uma enigmática assimetria. Uma expressão complexa bem-formada pode não apresentar uma referência, embora cada um de seus constituintes tenha um sentido. [...] Mas a possibilidade de sentido sem referência é opaca se o sentido de uma expressão é o modo de apresentar sua referência. ([FLE], p.292)

Para Russell, parece que o ponto de vista adotado por Frege de, por definição, fornecer uma denotação puramente convencional (como no caso de 'O Rei da França' denotar uma classe vazia) embora não conduza a um erro lógico real, é totalmente artificial e não fornece uma análise exata da questão. Ao abordar o chamado *Enigma de Frege*, considera que sua teoria, que assimila o significado dentro da denotação, pode resolvê-lo de maneira mais simples e mais correta do que a solução apresentada por Frege.

[1.21] Uma teoria lógica deve ser testada por sua capacidade de lidar com enigmas. [...] Eu formularei, portanto, três enigmas¹⁰ que uma teoria da denotação deve estar apta a resolver, e mostrarei, a seguir, que minha teoria os resolve. (Russell [OD], p.47)

Segundo Russell, o *Enigma de Frege* está baseado numa miragem lógica. Afirmações do tipo 'a=b' contêm dois nomes logicamente próprios; se eles são verdadeiros, não são informativos. Considerando que nome próprio significa aquilo que denota, se 'a=b' é verdadeira, então 'a' e 'b' denotam a mesma coisa e 'a=b' denota a mesma proposição que 'a=a'. Se, por acaso, houver afirmações do tipo 'S = (ι x) (ω x)', ambas podem ser verdadeiras e informativas, mas não são identidades, pois se está tratando de uma afirmação que contém uma descrição, não de afirmação de identidade. Assim, considerando os exemplos abaixo,

(13) Scott é o autor de Waverly

(14) Scott é Scott

(15) George IV quis saber se Scott era o autor de Waverly

(16) George IV quis saber se Scott era Scott

ele afirma que (16) não segue das premissas anteriores porque:

(a) a sentença (13) não é, realmente, uma afirmação de identidade;

¹⁰ Os enigmas a que Russell se refere são os que seguem:

(a) Se $a = b$, uma proposição poderá substituir a outra, sem afetar o seu valor-de-verdade;

(b) Pela Lei do Terceiro Excluído, ou 'a = b' ou 'a não é b' deve ser verdadeiro. Portanto, ou 'O atual rei da França é calvo' ou 'o atual rei da França não é calvo' deve ser verdadeiro. No entanto, nem na lista daqueles que são calvos nem na lista daqueles que não são calvos encontraremos 'O atual rei da França'.

(c) Se 'a≠b' é verdadeira, existe uma diferença entre a e b que pode ser expressa da forma 'a diferença entre a e b subexiste'. Mas se é falso que a≠b, não existe tal diferença, que pode ser expressa sob a forma 'a diferença entre a e b não subexiste'. Mas como pode uma não entidade ser objeto de uma proposição? (Cf. Russell [OD], p.47-48).

Cabe ainda considerar que, em vista da exegese dos textos mantidos pelo Russell Archives, em que o autor discute minuciosamente a distinção entre sentido e referência, pode-se afirmar, com segurança, que as razões que o levaram a abandonar aquela distinção são apresentadas de forma extremamente críptica em oito parágrafos de *On Denoting*. Essas razões dizem respeito à suposta ininteligibilidade da distinção sentido/referência. Para maior detalhamento, cf. Almeida C., 1992.

(b) 'O autor de Waverly' não é uma expressão referencial genuína e, portanto,

(c) tal descrição não contribui, de forma alguma, como um constituinte para as proposições.

[1.22] Sob a análise de Russell, uma descrição definida não é um termo singular genuíno, nem sequer uma unidade semântica completa. Quando uma sentença que contém uma descrição definida é corretamente analisada, é vista como expressando uma proposição ou verdadeira ou falsa em cada caso, mas não mais contendo nenhum termo ou mesmo qualquer constituinte distinguível correspondendo à descrição definida. [...] Já que elas (descrições definidas) não são realmente termos singulares, a questão de sua denotação não mais surge. (Dummett [LBM], p.325)

O que foi expresso acima por Dummett é caracterizado por Russell em seu artigo *On Denoting* ([OD], 1905), quando analisa a relevância do significado de uma expressão referencial que, a seu ver, só tem significado quando analisada como parte de uma sentença.

[1.23] De acordo com a visão que eu advogo, uma expressão referencial é, essencialmente, *parte* de uma sentença e não possui, como a maioria das palavras simples, qualquer significado por conta própria. Se digo que 'Scott era um homem', esta é uma afirmação da forma 'x era um homem' e tem 'Scott' como seu sujeito. Mas se digo 'O autor de Waverly era um homem' [...] podemos por em lugar de 'O autor de Waverly era um homem' o seguinte: 'Uma e só uma entidade escreveu Waverly, e esta entidade era um homem'. ([OD], p. 51)

Esta solução apresentada por Russell expressa compromissos ontológicos fundamentais com sua *Teoria das Descrições*, no sentido de que ele está se comprometendo com entidades como 'proposição', 'termos', 'nomes logicamente próprios', entre outros. Não fugindo aos propósitos deste trabalho, parece que seria apropriado se fazer um retrospecto de algumas dessas principais características da teoria de Russell de [OD], para melhor se compreender como ele aborda a questão das atitudes proposicionais.¹¹

Qualquer tentativa de se avaliar a força dos argumentos de Russell será falha se, em primeiro lugar, não se entender a abordagem que ele faz de

¹¹ Para uma discussão filosófica, cf. Clapp, 1994.

'proposição' dentro do quadro estabelecido, principalmente, por seu texto *On Denoting* [OD].

Russell considera 'proposição' como uma entidade objetiva, não linguística e não mental. É uma espécie de entidade híbrida, um complexo de termos combinados de maneira última e indefinida.

Se forem afirmados (17) e (18)

(17) Hipácia era sábia

(18) A líder da escola neoplatônica de Alexandria era sábia

a proposição que as palavras¹² em (17) indicam na realidade contém Hipácia, a própria mulher, como seu constituinte e, portanto, o nome 'Hipácia'; e a expressão 'é sábia' contribui com o atributo de *sapiência* para tal proposição. Grosso modo, 'ser sábia' é uma propriedade ϕ que o objeto ψ possui. Em termos de (18), já não se tem uma afirmação da forma 'x era sábia' e tampouco apresenta 'A líder da escola neoplatônica de Alexandria' como seu sujeito. De maneira abreviada, (18) pode ser reescrita como 'uma e somente uma entidade era a líder da escola neoplatônica de Alexandria e essa entidade tinha a propriedade ϕ '.

Proposições são, de fato, entidades estruturadas que podem ser representadas como $\langle n\text{-tuplas} \rangle$ ordenadas de seus constituintes e componentes. Assim, a sentença (13) indica uma proposição que é uma entidade estruturada do tipo tripla ordenada que pode ser apresentada como (19) abaixo,

(19) $\langle 0 \approx 0 \rangle$

em que '0' representa Scott e ' \approx ' representa a relação de identidade. Considerando-se verdadeiro que Scott é o autor de *Waverly*, o homem Scott ocupa duas posições na proposição.

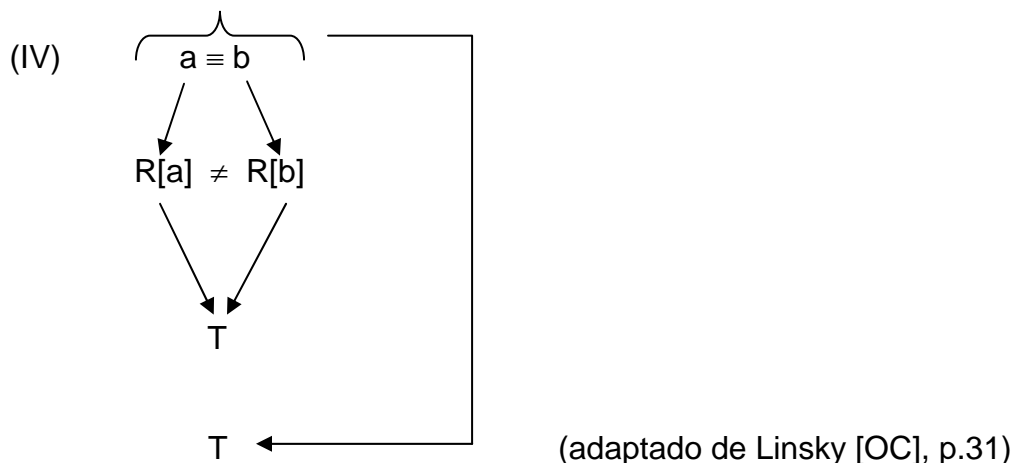
¹²Observe-se que, nessa época de [PM] e [OD], Russell não estava interessado nas palavras por elas mesmas, mas, sim, no que elas indicam, que é relevante para a Lógica. "*Palavras* têm significado, no simples sentido de que são símbolos que correspondem a algo que não elas próprias. Mas uma proposição, a menos que seja linguística (i.e.,...sobre palavras), não contém, ela própria, palavras: contém entidades indicadas por palavras. Conseqüentemente, significado, no sentido de que as palavras têm significado, é irrelevante para a Lógica." (Russell [PoM], p. 51)

Se for comparada a proposição representada em (19) com a indicada pela sentença (14), a saber 'Scott é Scott', notar-se-á que esta última proposição é a mesma unidade estruturada expressa em (19). Já que as duas sentenças (13) e (14) indicam a mesma proposição, não podem diferir em valor cognitivo.

Essa visão de proposição proporciona, pois, uma solução para o *Enigma de Frege*, à medida que uma sentença verdadeira de forma 'A=B' indica uma proposição cujo constituinte é A (i.e.B) e cujo componente é a relação de identidade, como expõe claramente Linsky em sua análise sobre as teorias de Frege e de Russell.

[1.24] Se a sentença 'A=B' é verdadeira, segue-se que a sentença 'A=A' indica a mesma proposição, i.e., uma proposição cujo constituinte é A e cujo componente é a relação de identidade. Conseqüentemente, temos uma "prova" do Enigma de Frege. Russell transformou o enigma de Frege em um princípio semântico: *Não pode haver proposições de identidade que também sejam informativas.* ([OC], p. 14)

Agora, se 'A=B' é tanto verdadeira quanto informativa, em termos russellianos, tem-se, aqui, duas diferentes proposições verdadeiras. A identidade de Russell é, obviamente, falsa, uma vez que as proposições denotadas são diferentes, e isso pode ser observado no diagrama abaixo.



em que 'a' e 'b' são proposições e 'R' representa a proposição do estilo de Russell.

Analisando-se mais atentamente esta solução dada ao enigma da identidade, observa-se que ela baseia-se nas considerações de Russell sobre

nomes logicamente próprios¹³ e sua diferença de descrições definidas, conforme contasta Linsky (1983).

[1.25] Qualquer sentença de identidade informativa deve incluir em sua gramática de superfície¹⁴ ou uma descrição explícita, um nome próprio ordinário como 'Hesperus' que é uma descrição "truncada" ou um símbolo incompleto¹⁵ de outro tipo. ([OC], p.17)

Dessa forma, se 'A' e 'B' são nomes logicamente próprios para o mesmo objeto, 'A=B' possui a mesma proposição que 'A=A'. Não existe, pois, para Russell, a questão de igualdade com valores cognitivos diferentes, como foi defendido por Frege. Se for construída uma afirmação intercalada com sinal de igualdade entre dois nomes logicamente próprios, se tal afirmação for verdadeira, será trivial e sem um valor cognitivo.

Retornando aos exemplos (13) e (14) reproduzidos, novamente, abaixo,

(13) Scott é o autor de Waverly

(14) Scott é Scott

Russell reafirma que se 'o autor de Waverly' fosse um nome logicamente próprio (13) teria a mesma proposição que (14). Como isso não acontece, uma vez que (14) é trivial e necessária enquanto que (13) é contingente e informativa, não há possibilidades de que seja um nome logicamente próprio.

¹³ "O nome próprio aparece como um contraponto teórico para as investigações sobre descrições definidas". (Cf. COSTA [SLLN], 1988)

¹⁴ Russell preocupa-se em apresentar esta questão de gramática de superfície na medida em que considera que afirmações de identidade aparentemente informativas devem estar apresentando uma disparidade entre a forma gramatical de superfície e a forma lógica subjacente. (Cf. Russell [OD]) "Com aquele artigo [OD] (Russell) começou a desenvolver uma concepção de análise de acordo com a qual a forma lógica das sentenças envolvidas é crucial. (...) e a principal tarefa da análise é a de encontrar a forma lógica subjacente da proposição, uma forma lógica que pode estar mascarada pela sentença que expressa a proposição" (Hylton [RIEAP], p. 268)

¹⁵ O ponto central da Teoria das Descrições era de que uma frase poderia contribuir para o significado de uma sentença, sem ter qualquer significado isolado.

"Disso, no caso das descrições, há uma prova precisa: Se 'o autor de Waverly' significasse outra coisa que não 'Scott', 'Scott é o autor de Waverly' seria falsa, o que não é o caso. Se 'o autor de Waverly' significasse 'Scott', 'Scott é o autor de Waverly' seria uma tautologia, o que não é. Portanto, 'o autor de Waverly' não significa nem 'Scott' nem qualquer outra coisa – i.e. 'o autor de Waverly' não significa nada." (Russell [MPD], p.85)

Além do mais, como ele observa, a sentença (13) seria equivalente a, por exemplo, (20)

(20) Scott é Sir Walter

se 'o autor de Waverly' fosse um nome. No entanto, 'Scott é Sir Walter' não depende de fato nenhum a não ser que tal pessoa assim se chame. Mas o exemplo em (13) depende de algo, de um fato físico, a saber, o fato de que Scott tenha escrito 'Waverly'.

E, se por acaso, uma afirmação do tipo (21),

(21) Cícero é Tully

supostamente formada por nomes próprios é informativa, Russell conclui que tais nomes não são nomes logicamente próprios e, sim, descrições truncadas ou disfarçadas, de maneira que a pretensa identidade é da forma de (22).

(22) $(\iota x) (\phi x) = (\iota x) (\psi x)$

que pode ser informativa e verdadeira, mas não uma identidade, pois possui uma descrição.

Mais ainda, em uma afirmação do tipo (23),

(23) Medusa morreu decapitada.

em que o sujeito gramatical dessa sentença pode ser suposto como não existente, mas, mesmo assim, a sentença parece apresentar significado, para Russell, está claro que o sujeito gramatical não é um nome próprio, ou seja, um nome que represente diretamente um objeto¹⁶.

¹⁶ Subjacente está a distinção que Russell faz entre conhecimento por familiaridade (acquaintance) e por descrição (knowledge). "A distinção entre acquaintance e knowledge é a distinção entre as coisas com as quais nós somos apresentados, e as coisas que alcançamos somente por meio de expressões referenciais." (Russell [OD], p.41)

Assim, o significado de 'Cícero' não é o próprio orador em pessoa, pois qual seria o seu significado quando Cícero deixou de existir? E em termos de 'Medusa' em que nunca existiu nada que pudesse ser seu significado?

'Cícero' é, pois, uma abreviação de 'o orador romano que denunciou Catilina' e 'Medusa' poderia ser 'a górgona de cabelos de serpente'.

Pode-se, então, afirmar que 'se X é uma descrição, X denota no sentido de que existe um objeto, e somente um, que possui as características mencionadas em X'. E, como observa Simpson (1979),

[1.26] Nesse sentido de 'denotar', a denotação não constitui o significado de uma expressão. O fato de que a sentença cujo sujeito é uma descrição vazia possa ter significado indica que o modo pelo qual as descrições contribuem para a formação do significado total é independente da denotação, e diferente, portanto, do modo segundo o qual contribui um nome próprio. ([LRS], p. 105)

Com esse quadro sobre a 'Teoria das Descrições' formado, em termos do que é necessário para o trabalho, a pergunta a ser feita é qual a solução que Russell dá para sentenças do tipo (9) e (10), tratadas por Frege em termos de referência direta e indireta e discutidas por Russell com os exemplos (15) e (16)?

Em outras palavras, como o paradoxo da denotação, a saber, "se 'A' e 'B' denotam o mesmo objeto, então, duas sentenças arbitrárias da forma ...'A'... e ...'B'... – em que a segunda só se diferencia da primeira por conter 'B' no lugar de 'A' – devem possuir o mesmo valor-de-verdade", é resolvido por Russell quando se confronta com casos como os citados acima, em que uma sentença pode ser verdade enquanto outra falsa?

Conforme Russell, esse paradoxo se desfaz sem problemas. Considerando-se que as sentenças falam dos significados de seus termos integrantes, termos esses que "denotam" seus significados, o objeto denotado por uma descrição não constitui o significado desta e, portanto, as sentenças em que a descrição figura como elemento gramatical não falam sobre esse objeto, pelo fato de a descrição ser eliminável.

Assim, supondo-se que 'Scott' seja visto como um nome próprio, é perfeitamente natural, de acordo com o ponto de vista russelliano, que (15) e (16) tenham valores-de-verdade discrepantes, ainda que coincidam na denotação, já que não dizem "o mesmo sobre o mesmo objeto".

Além disso, a solução parece ser muito simples e está ligada às chamadas ocorrências primárias ou secundárias de uma expressão referencial dentro da proposição.

[1.27] Quando dizemos: 'George IV quis saber se isso ou aquilo', ou quando dizemos 'isso ou aquilo é surpreendente', ou 'isso ou aquilo é verdadeiro', etc., o 'isso ou aquilo' tem que ser uma proposição. Suponha, agora, que 'isso ou aquilo' contenha uma expressão referencial. Podemos ou eliminar esta expressão referencial da proposição subordinada 'isso ou aquilo' ou de toda a proposição na qual 'isso ou aquilo' é um mero constituinte. (Russell [OD], p.52)

No caso, portanto, apresentado em (15), pode-se querer significar (24),

(24) George IV quis saber se um e somente um homem escreveu
Waverly e Scott era esse homem

ou

(25) Um e só um homem escreveu Waverly e George IV quis saber
se Scott era esse homem

Em (24), 'o autor de Waverly' tem uma ocorrência secundária, enquanto que em (25) tem uma ocorrência primária.

Esta distinção entre ocorrências primária e secundária é o que se pode denominar de ambiguidade de escopo e, mais ainda, permite que se diga que a ambiguidade de Russell não é lexical, como Frege a tratou, e sim estrutural ou sintática, uma vez que, como se pode notar por (24) e (25), a premissa (15) possui duas formas lógicas subjacentes que não são equivalentes.

Por fim, recapitulando o tratamento dado por Frege e por Russell aos contextos oblíquos, pode-se estabelecer a seguinte comparação.

Para Frege, descrições em contextos oblíquos como (15) denotam o seu sentido costumeiro, enquanto que, para Russell, as entidades denotadas em uma sentença com descrições devem ser entidades intensionais, i.e., funções proposicionais. Portanto, uma sentença intensional como a (2) expressa relações sobre intensões. Enquanto que na abordagem fregeana o que ocorre é uma

mudança de referência, a abordagem russelliana trata tais casos em termos de ambiguidade de escopo. E, aquilo que Frege trata como uma sentença sem valor-de-verdade, porque contém um nome que nada denota como, por exemplo, (26),

(26) Elizabeth I é tão poderosa quanto Juno

em termos russellianos, Juno é uma descrição truncada e, por causa da ausência de um complemento sentencial, pode ser interpretada apenas como falsa.

Grosso modo, eis o quadro inicial de um tópico que tem sido de interesse filosófico, lógico e linguístico desde o nascimento da moderna Lógica no final do séc. XIX, início do séc. XX.

Desde então, muitos estudos têm sido realizados ou na tentativa de corroborarem ou de refutarem as chamadas teorias clássicas de Frege e de Russell, abrangendo, também, suas considerações sobre as atitudes proposicionais. Carnap, Church, Quine, Hintikka, entre outros, estabeleceram, a partir da década de 40, uma discussão teórica a esse respeito que se tornou central para estudos subsequentes na área. Consequentemente, para o estabelecimento dos aspectos indispensáveis para o roteiro teórico do presente trabalho, faz-se necessário acompanhar o caminho traçado por esses teóricos em suas discussões sobre as AP.

1.2 AP: DESDOBRAMENTO DA FCP - CONTEXTO LÓGICO

Esta seção caracteriza-se por uma tentativa de descrição das abordagens mais expressivas que deram sequência à FCP, particularmente aquelas que se desenvolveram com interesses lógicos. Os textos escolhidos representam um certo roteiro de ideias e argumentos que têm, como se disse antes, a dupla finalidade de explicitar o percurso do debate e de servir como filtro de avaliação das teorias-tema. Nenhuma outra pretensão pode ser inferida.

Rudolf Carnap, em seu livro *Meaning and Necessity* [MN], apresenta as bases para o desenvolvimento de um novo método de análise semântica do significado em que, em vez de considerar uma expressão como o nome de uma entidade concreta ou abstrata, consideraria uma expressão não como nomeando

qualquer coisa, mas, sim, como possuindo uma *intensão* e *extensão*. E é justamente a partir desses dois conceitos, abaixo explicados, que Carnap pretende apresentar uma solução para sentenças de crença.

[1.28] O problema da análise lógica de sentenças desse tipo (de atitudes proposicionais) tem sido muito discutido, mas uma solução satisfatória ainda não foi encontrada. A análise aqui proposta ainda não é uma solução completa, mas pode, talvez, ser vista como um primeiro passo. ([MN], p.62)

Em termos de sentença, Carnap considera a extensão de uma sentença o seu valor-de-verdade¹⁷ e sua intensão a proposição expressa pela própria sentença, sendo que proposição é uma entidade extralinguística, não mental e objetiva¹⁸.

Considere-se a sentença abaixo:

(27) Hipácia é mulher (M_h)

De acordo com a definição de Carnap, a extensão da sentença ' M_h ' é o valor-de-verdade de que Hipácia é mulher, que acontece ser verdadeiro, e a intensão da sentença é a proposição de que Hipácia é mulher. Em termos de expressão individual, por outro lado, a extensão é o indivíduo que ela refere (consequentemente o 'descriptum', se a expressão for uma descrição) e a intensão é o conceito individual que tal expressão individual expressa.

Retomando 'Hipácia', por exemplo, a extensão será o indivíduo Hipácia e a intensão, o conceito individual de Hipácia. E se for utilizada uma expressão referencial do tipo 'a líder da escola neoplatônica', a intensão expressa em (ιx) (LENP x) é o conceito individual 'a líder da escola neoplatônica' e sua extensão será um 'descriptum'.

Quanto à questão das AP, Carnap discute, primeiramente, os princípios da intersubstituibilidade dentro das sentenças conforme Frege, a saber, (A) se U_j

¹⁷ O conceito de verdade de Carnap está ligado ao que ele denomina de 'conceitos-L'. Em se tratando de sentença, grosso modo, pode-se dizer que uma sentença ϖ é L-verdadeira em um sistema semântico S se, e somente se, ϖ é verdadeira em S, de tal forma que sua verdade pode ser estabelecida com base nas regras semânticas do sistema S por si só, sem qualquer referência (extralinguística) a fatos. (Cf. Carnap [MN], p.9-10).

¹⁸ conforme Carnap, esta concepção de extensão/intensão também se aplica no caso de sentenças falsas. (Cf. Carnap [MN], p.25).

e U_k têm o mesmo *nominatum*, então $\dots U_j \dots$ e $\dots U_k \dots$ têm o mesmo valor-de-verdade; (B) se U_j e U_k têm o mesmo sentido, então $\dots U_j \dots$ e $\dots U_k \dots$ expressam a mesma proposição. Em termos carnapianos, (A) traduz-se por "nomes que têm o mesmo *nominatum* são intercambiáveis um com o outro" e (B) "nomes que têm o mesmo sentido são L-intercambiáveis um com o outro".

Se esses dois princípios são plausíveis em termos de casos ordinários, por exemplo, em sentenças isoladas, Carnap considera que eles exigem de Frege uma transformação um tanto quanto complicada, quando se tem que tratar de exceções como, por exemplo, contextos oblíquos.

Considerando a sentença (1), aqui numerada como (28),

(28) Júlio César é o conquistador da Gália

e sua ocorrência em um contexto oblíquo como (29),

(29) Marco Antônio acredita que Júlio César é o conquistador da Gália

a partir dos dois princípios acima, a análise estilo fregeano levaria à seguinte conclusão:

O *nominatum* oblíquo da sentença (28), isto é, a entidade nomeada por (28), em um contexto oblíquo como (29), é a proposição de que Júlio César é o conquistador da Gália.

Carnap concorda que, seguindo o raciocínio de Frege, está claro que (29) não fala da sentença (28), porque Marco Antônio poderia ter usado outras palavras e outra língua, provavelmente o latim. Tampouco (29) fala do valor-de-verdade da crença de Marco Antônio, mas sim sobre o seu sentido, pois (29) afirma que Marco Antônio acredita numa certa proposição que é o sentido ordinário de (29). No entanto, ele considera que esse método de raciocínio é muito oneroso e obriga a construção de mais entidades do que necessárias. Por esta razão, embora admita que não se pode dizer que há uma incompatibilidade entre o par de conceitos defendido por Frege e o seu, uma vez que os dois pares coincidem em contextos ordinários (extensionais), diferindo apenas em contextos

oblíquos (não-extensionais), todo de Frege apresenta desvantagens em relação ao seu, ressaltando que,

[1.29] A forma especial do método nome-relação de Frege envolve complicações adicionais. Começando com qualquer nome ordinário, ela conduz a um número infinito de entidades e um número infinito de expressões como nomes para elas, enquanto que o método de extensão e intensão necessita, somente, de uma expressão e fala somente de duas entidades. Além do mais, de acordo com o método de Frege, o mesmo nome, quando ocorrendo em diferentes contextos, pode ter um número infinito de diferentes *nominata*; e, algumas vezes, até a mesma ocorrência de um nome pode, simultaneamente, ter várias *nominata*. ([MN], p.129)

A diferença entre eles, portanto, não é uma diferença de opinião teórica, e sim de métodos e tais desvantagens do método de Frege, argumenta Carnap, estão relacionadas ao conceito de *nominatum*: uma vez que Frege assumiu a distinção entre *nominatum* ordinário e oblíquo, considerando o sentido ordinário como o *nominatum* em contextos oblíquos, e uma vez que, para ele, o *nominatum* e o sentido devem ser sempre diferentes, não houve maneiras de não se introduzir uma terceira entidade em sua fórmula, isto é, o sentido oblíquo.

O problema com este método é que, de duas entidades costumeiras, sentido e *nominatum*, pode haver uma complicação ou multiplicidade de nomes de mesmo tipo. Basta aplicar o método de Frege a sentenças com múltiplas obliquidades para se ter que distinguir o *nominatum* ordinário do nome, seu primeiro *nominatum* oblíquo, seu segundo *nominatum* oblíquo etc.

Suponha-se o exemplo abaixo:

(30) a 'Hipácia é mulher'	'Mh'
b ' \diamond (Mh)'	'é possível que Hipácia seja mulher'
c 'P \diamond (Mh)'	'Parmênides acredita que é possível que Hipácia seja mulher'
d ' \sim (P (\diamond (Mh)))'	'Não é necessário que Parmênides acredita que é possível que Hipácia seja mulher'

etc...

(adaptado de Carnap [MN], p.131)

Neste contínuo, será possível verificar que a mesma expressão 'M_n' tem um infinito número de diferentes entidades como *nominata* quando ocorre em diferentes contextos. O que se observa nesse caso, de acordo com Carnap, é uma multiplicidade desnecessária de entidades e nomes devida ao método nome-relação de Frege.

O que Carnap propõe, portanto, e considera mais plausível para a solução desse paradoxo, é que se mude de método, isto é, deixe-se de pensar no binômio nome-relação, defendido por Frege e Church (posteriormente), e se utilize o método que ele denomina de extensão-intensão, conforme já mencionado.

A primeira vantagem está no fato de que, no método de análise semântica desse último tipo, o conceito de '*nominatum*' não ocorre; conseqüentemente, o paradoxo de nome-relação em sua forma original não pode surgir.

[1.30] A forma que escolhemos para o método de extensão-intensão exclui o paradoxo por determinar para expressões com mesma extensão [...] um princípio de intersubstituibilidade que é restrito a contextos extensionais. [...] nosso segundo princípio [...] diz respeito a expressões L-equivalentes, conseqüentemente, àquelas com a mesma intensão; portanto, está relacionado com o segundo princípio de Frege.¹⁹ (Carnap [MN], p. 143)

Mas é bem verdade, e o próprio Carnap reconhece que pode surgir, sob certas condições, uma antinomia de identidade de extensão análoga à da identidade do *nominatum*. E isso ocorreria se houvesse um princípio análogo ao princípio de intersubstituibilidade de nomes para o conceito de extensão (Cf. MN, p.142), uma vez que o conceito de extensão é, em muitos aspectos, semelhante ao conceito de *nominatum*.

Partindo dos dois princípios de intersubstituibilidade dentro dos contextos intensionais e extensionais, a saber:

C. Seja ..U_j.. uma sentença (no sistema S) que é extensional em relação à certa ocorrência do designador U_j, e ..U_k.. a sentença correspondente com uma ocorrência de U_k, em vez daquela de U_j, analogamente para '..U..' e '..V..' em C.

¹⁹ Cf. página 34.

a. Se U_j e U_k são equivalentes (em S), então a ocorrência interna de U_j em questão $..U_j..$ é intersubstituível por U_k (em S);

b. $(U_j \equiv U_k) \Rightarrow (..U_j.. \equiv ..U_k..)$ é verdadeira (em S);

c. Suponha que S contém variáveis pelas quais U_j e U_k são substituíveis, digamos ' u ' e ' v ', então ' $(u) (v) [(u \equiv v) \Rightarrow (..u.. \equiv ..v..)]$ ' é verdadeira (em S).

D. Seja $..U_j..$ uma sentença (em S) que é ou extensional ou intensional com respeito a uma certa ocorrência do designador U_j e $..U_k..$ a sentença correspondente em U_k

a. Se U_j e U_k são L-equivalentes (em S), então, a ocorrência em questão de U_j dentro de $..U_j..$ é L-intersubstituível e, conseqüentemente, intersubstituível com U_k (em S).

ele analisa essa possibilidade de haver contextos em que ocorra essa antinomia e verifica que é o caso quanto ao tipo de sentenças que contêm o que Carnap denomina de termos psicológicos como 'eu acredito que '.

Dados os seguintes exemplos:

(31) Parmênides acredita que D

(32) Parmênides acredita que D'

onde D e D' são duas sentenças em S equivalentes e L-equivalentes, possuindo a mesma intensão, o L-verdadeiro ou a proposição²⁰ necessária, e, portanto, a mesma extensão. Mesmo nessa hipótese, é possível que as sentenças apresentem valores-de-verdade diferentes, desde que uma seja aceita como

²⁰ Carnap considera que duas orações expressam a mesma proposição sse são logicamente equivalentes, o que não é típico da semântica de Frege.

verdadeira e a outra não, não permitindo, portanto, que ambas sejam intersubstituíveis de acordo com os princípios acima. Como evitar tal situação?

A solução que Carnap apresenta constitui-se na introdução do conceito de 'isomorfismo intensional' (ou igualdade de estrutura intensional), que visa a estabelecer um critério para a identificação de objetos de crença, uma vez que a condição de L-equivalência, por si só, é muito fraca para resolver contextos de crença, pois, recapitulando, sempre é possível que uma pessoa com bom raciocínio lógico não consiga reconhecer duas proposições L-equivalentes e considere uma verdadeira e outra falsa.

[1.31] Se duas sentenças são construídas da mesma forma dos designadores (ou matrizes de designadores²¹) de maneira que quaisquer dois designadores correspondentes são L-equivalentes, então dizemos que as duas sentenças são intensionalmente isomórficas ou que têm a mesma estrutura intensional. ([MN], p.56)

Em outras palavras, ocorre isomorfismo intensional quando as sentenças não são apenas L-equivalentes como um todo, mas sim, L-equivalentes nas partes que compõem esse todo. E se diz de duas matrizes de designadores, contendo as mesmas variáveis livres, que são intensionalmente isomórficas se uma pode ser obtida de outra por uma série de passos que consistem de:

- (i) mudanças alfabéticas da variável ligada;
- (ii) substituições de uma constante individual por outra que é L-equivalente a ela, e
- (iii) substituições de uma constante predicadora por outra que é L-equivalente a ela.

Para exemplificar essa definição, Carnap utiliza-se das expressões '2 + 5' e 'II mais V' que ocorrem numa linguagem S em que '2', '5', 'II', 'V' são expressões numéricas e '+' e 'mais' são sinais de operação de adição. Supõe-se, também, que, de acordo com as regras semânticas de S, '2' é L-equivalente a 'II', assim

²¹Matrizes de designadores também poderiam ser chamadas de fórmulas-bem-formadas, conforme constata-se na nota de rodapé número 3 do artigo [IIIB], p.166, de Church, que chama a atenção para o fato de que seria preferível usar 'fórmula-bem-formada' em vez de matrizes de designadores.

como '5' é L-equivalente a 'V' e '+' a 'mais'. Portanto, as duas expressões serão intensionalmente isomórficas porque não somente como um todo são L-equivalente a '7', mas as três partes que as constituem são L-equivalentes umas com as outras.

Assim, se for dito que (33),

(33) Parmênides acredita que II mais V = VII

e

(34) Parmênides acredita que $2+5=7$

essas duas sentenças não somente serão L-equivalentes como intensionalmente isomórficas, obrigando ao indivíduo a admitir que se uma é verdadeira a outra também o é.

E essa conclusão Carnap formaliza no princípio abaixo,

E. Existe uma sentença Ω , em um sistema semântico S' , tal que

a. Ω_i em S' é intensionalmente isomórfica a 'D' em S , e

b. fica-se disposto a uma resposta afirmativa a Ω_i como uma sentença de S' .

que permite se acordar que sentenças de crença não podem ser analisadas em termos de proposição, uma vez que duas sentenças como (35) e (36)

(35) Hipólito acredita que o número de planetas é 9

(36) Hipólito acredita que o número de planetas é 3 ao quadrado

possuem a mesma proposição mas não são intensionalmente isomórficas e, portanto, permitem que uma seja verdadeira e outra falsa.

Alonzo Church, conforme já mencionado anteriormente, segue a linha teórica de Frege em relação à sua teoria do significado e, embora apresente modificações, reconhece em seu livro *Introduction to Mathematical Logic* [IML] que adota em essência a teoria fregeana. Por esse motivo, era de se esperar que

não aceitasse como um todo a solução advogada por Carnap, e, em seus artigos *On Carnap's Analysis of Statements of Assertion and Belief* [OCASAB] e *Intensional Isomorphisms and Identity of Belief* [IIIB], apresenta suas refutações ao modelo carnapiano. Mas, a fim de que tais refutações sejam bem entendidas, parece necessário, em primeiro lugar, compreender-se um pouco da própria teoria de Church que, por conseguinte, será mostrada numa espécie de quadro geral abaixo.

Assim como Frege, Church adota o método nome-relação ao tratar da relação de um nome próprio com aquilo que denota. Ele chama a atenção, no entanto, que tal relação é, na realidade, uma relação ternária entre a linguagem, a palavra ou sintagma dessa linguagem e a denotação, e só é tratada como binária ao se fixar a linguagem em um contexto determinado. A coisa denotada, por sua vez, será chamada de denotação.

[1.32] Por exemplo, será dito, portanto, que o nome próprio 'Rembrandt' denota ou nomeia o artista holandês Rembrandt e será dito que ele próprio é a denotação do nome 'Rembrandt'. Da mesma forma, 'o autor de Waverly' denota ou nomeia o autor escocês e ele próprio será a denotação tanto deste nome como do nome 'Sir Walter Scott'. ([IML] p.5)

Não perdendo de vista os passos de Frege, Church utiliza-se do exemplo de 'o autor de Waverly', devido a Russell, para introduzir a sua noção de sentido, da qual se diz que determina a denotação ou é um conceito²² da denotação; e, mais ainda, diferentemente de Frege, que deixou uma lacuna para a pergunta "Qual é o sentido de uma sentença que denota seu sentido ordinário?", ele responde que

[1.33] A denotação de 'que todo o homem é mortal', tal como aparece, por exemplo em 'Eu creio que todo o homem é mortal', é a proposição, enquanto que o sentido é uma certa descrição de uma proposição por sua estrutura e seus constituintes. (Church [CIS], 1943)

Para Church, entender-se ou compreender-se uma linguagem como um todo requer o conhecimento de todos os nomes nessa linguagem, mas não necessariamente saber quais sentidos determinam 'denotações', afinal das

²² Em uma nota de rodapé do [IML], Church chama a atenção para o fato de que o seu uso de 'conceito', que contém um caráter não linguístico, não é idêntico ao da terminologia fregeana. Embora também não seja idêntico ao uso feito por Carnap, está relacionado a ele. (Cf. IML, p.6)

contas. É óbvio que uma linguagem bem construída deveria assegurar uma univocidade, isto é, cada nome ter somente um sentido. Mas como isso não acontece com a linguagem natural, que, normalmente, permite além do sentido ordinário do nome um sentido oblíquo, para se obter a eliminação dessa obliquidade, através da introdução de nomes especiais para denotar os sentidos que outros nomes expressam, deve-se seguir os seguintes postulados:

- [1.34] (1) quando um nome constituinte é substituído por outro que tenha o mesmo sentido, o sentido do nome como um todo (complexo) não muda;
 (2) quando um nome consituente é substituído por outro que tenha a mesma denotação, a denotação do nome como um todo não muda (embora o sentido possa mudar);
 (3) [...] a denotação de um nome (se existir) é a *função* do sentido do nome [...], isto é, dado o sentido, a existência e a identidade da denotação são por meio dela determinadas, embora não necessitem, necessariamente, ser conhecidas de cada um que conhece o sentido. (Church [IML], p.7)

Church utiliza-se dos postulados (2) e (3) para dar certa plausibilidade intuitiva à concepção de que a denotação das sentenças é um valor-de-verdade²³, e de um quarto postulado, a saber,

- (4) quando um nome constituinte não tem denotação, o nome complexo tampouco tem denotação.

que tem a consequência de admitir sentenças nem verdadeiras nem falsas, como no caso do exemplo (12), novamente reproduzido abaixo como (37),

- (37) O rei da França é calvo

que contém 'O rei da França' na qualidade de nome componente sem, obviamente, qualquer denotação.

(37) suscita uma questão importante. Se 'proposição' for considerada como um pensamento que pode ser verdadeiro ou falso, (3) expressa ou não uma proposição?

²³ Cf. Simpson, [LRS], capítulo IV e Church [IML], p.24-25.

Church considera que não²⁴. Define proposição como o conceito de um valor-de-verdade. Essa sentença, portanto, pode ter sentido, mas o conceito expresso não é uma proposição.

[1.35] De acordo com o nosso uso, cada proposição determina ou é um conceito de algum valor-de-verdade. [...] Quando uma sentença expressando uma proposição é asseverada, diremos que a própria proposição é por meio dela asseverada. ([IML], p.26-27)

Agora, se, além de uma sentença carecer de denotação como (37), ela for do tipo existencial negativa como (38),

(38) O rei da França não existe

como concluir o fato de que (37) não é nem verdadeira nem falsa e a outra (38) pode ser verdadeira?

O autor afirma que sua teoria do significado indireto apresenta a resposta para problemas dessa natureza. Quando se diz que 'o rei da França não existe', o que ocorre é a asseveração de que o conceito 'o rei da França' é vazio. Trata-se de uma questão ontológica sobre entidades abstratas: não existe o rei da França, mas sim seu conceito correspondente.

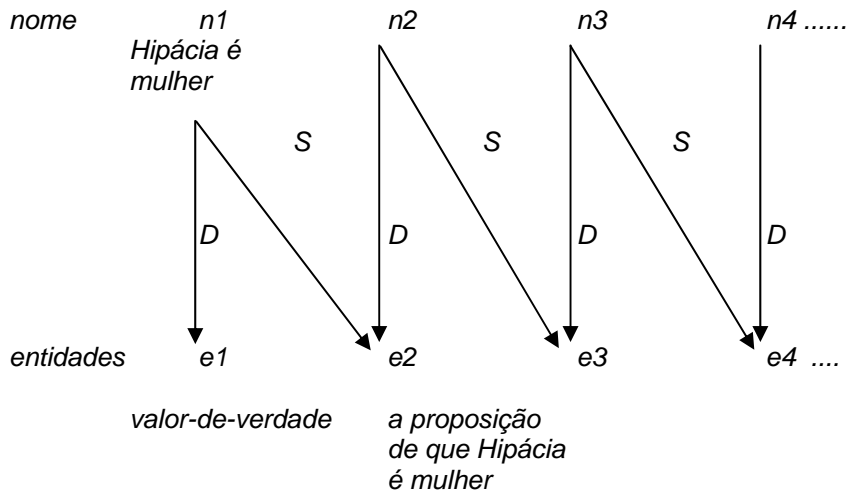
'Denotação', 'sentido', 'conceito' e 'obliquidade' são, pois, entidades utilizadas por Church em sua teoria do significado que terão papel importante na explicação de sentenças de atitudes proposicionais. Seguindo a teoria de Frege, reconhece que o método de nome-relação para a explicação de como uma sentença deixa de denotar o seu valor-de-verdade para denotar o seu sentido *qua* encaixada pode, realmente, desencadear uma multiplicação de nomes²⁵. Mas, pondera que a linguagem proposta por Frege, na qual o sentido de cada nome tem, por sua vez, um nome, apresenta vantagens em relação à linguagem natural, que, neste aspecto, é ambígua. Além disso, essa multiplicação de entidades, mostrada no gráfico abaixo, acha-se compensada por uma maior simplicidade

²⁴Church reconhece, no entanto, que a decisão de não considerar exemplos como (33) uma proposição é uma decisão arbitrária e que se desvia da noção de 'gedanke' de Frege. Cf. Church [IML], p.27.

²⁵ Cf. argumentação de Carnap neste capítulo.

teórica em outros aspectos, como pode ser visto comparando-a com a teoria de Russell.

V.



adaptado de Simpson [LRS], p.136

Chegou a hora, então, de retornar-se à primeira questão, quais são as refutações feitas por Church ao trabalho de Carnap?

Church começa seu artigo [IIIB] analisando o critério de Carnap segundo o qual duas sentenças são idênticas sse são intensionalmente isomórficas. Para Church, existem objeções ao isomorfismo sentencial baseadas no próprio *Princípio da Tolerância* de Carnap, que afirma que,

F. 'qualquer pessoa é livre para construir sua própria forma de linguagem à sua vontade'.

Com esse princípio em funcionamento, ele alega que ninguém pode proibi-lo de introduzir duas constantes predicadoras completamente sinônimas em uma linguagem tipo S_1 de Carnap. Ao mesmo tempo, pelo mesmo princípio, é possível introduzir nessa linguagem tipo S_1 duas constantes predicadoras (ou duas constantes individuais) que sejam L-equivalentes, mas não sinônimas.

Consequentemente, Church ([IIIB], p.160) argumenta que se o isomorfismo intensional for servir como critério de identidade de crença, a definição de Carnap²⁶ exige a seguinte emenda:

²⁶ Conferir página 39 deste capítulo.

Em (ii) e (iii), a condição de L-equivalência deve ser substituída por aquela de sinonímia.

Também é possível introduzir-se uma constante predicadora que será sinônima a uma expressão de abstração especificada da forma (λx) [...x...] ou introduzir uma constante individual sinônima com uma descrição individual especificada da forma (ix) [...x...]. Ainda, devido ao *Princípio da Tolerância*, nada impede que se introduza uma constante predicadora R como sinônima da expressão de abstração (λx) [...x...] e que se tome $R \equiv (\lambda x)$ [...x...] como um axioma. E se isso for feito, de acordo com Church, 'R' tem que ser intersubstituível com (λx) [...x...] em todos os contextos, incluindo os de crença, sendo sinônima a (λx) [...x...].

Dessa forma, uma segunda emenda é necessária à definição de Carnap:

[1.36] Além de (i), (ii) e (iii) ... passos do seguinte tipo devem ser permitidos: (iv) substituição de uma expressão de abstração por uma constante predicadora sinônima; (v) substituição de uma constante predicadora por uma expressão de abstração sinônima; (vi) substituição de uma descrição individual por uma constante individual sinônima; (vii) substituição de uma constante individual por uma descrição individual sinônima. (Church [IIB], p.161)

Com essas emendas, Church considera que já não se pode falar de isomorfismo intensional; seria, pois, melhor rebatizá-lo de 'isomorfismo sinonímico'. Propõe, então, que o isomorfismo sinonímico, como definido acima para a linguagem S1 e que, obviamente, pode ser estendido para muitas outras linguagens, seja o critério para identificação de crença.

Já em seu artigo de 1954 [OCASAB], faz algumas críticas especificamente em relação à análise das sentenças de crença e discurso indireto proposta por Carnap. Inicia considerando tanto sentenças assertivas quanto de crenças, como (39) e (40),

- (39) a. Sêneca disse que o homem é um animal racional
b. Seneca said that man is a rational animal

- (40) a. Colombo acreditava que a terra era redonda
b. Columbus believed the earth to be round

e expõe que o seu propósito é mostrar o que ele acredita ser uma objeção insuperável contra análises alternativas que favorecem coisas mais concretas como sentenças em detrimento das proposições.

Tomando como exemplo a sentença assertiva (39), ele considera que, de acordo com a proposta de Carnap em [MN], chegar-se-ia à seguinte análise:

(41) Existe uma linguagem S_1 tal que Sêneca escreveu como sentença de S_1 palavras cuja tradução de S_1 para o português é 'o homem é um animal racional'.

No entanto, Church argumenta que (41) é inaceitável como uma análise de (39), pois

[1.37] Não é nem mesmo possível inferir [39] como uma consequência de [41] apenas termos lógicos - mas somente fazendo uso de um item de informação factual não contido em [41] de que 'o homem é um animal racional' significa em português que o homem é um animal racional. ([OCASAB] p.169)

e se fosse passada (41) para o sistema semântico S_2 (inglês²⁷) a tradução teria que ser como (42):

(42) There is a language S_1 such that Seneca wrote as sentence of S_1 words whose translation from S_1 into English is 'man is a rational animal'

A inadequação de (41) como uma análise de (39) fica, nesta transposição para o inglês, aparente, pois os dois enunciados traduzidos obviamente iriam carregar diferentes significados para um falante do inglês (que pode não ter o conhecimento do português).

Church pretende, com esses exemplos, mostrar que (41) e (42) não são intensionalmente isomórficas, uma vez que a análise de (39) no sistema E leva a resultados que não são intensionalmente isomórficos à análise de (39) no sistema P. Observa-se, de acordo com o autor, que os *nomes* de diferentes expressões

²⁷ No artigo de Church, o primeiro sistema escolhido é o inglês e o segundo é o alemão. Por motivos de adequação, optou-se escolher o sistema português como o primeiro e o inglês como o segundo.

intensionalmente isomórficas não são intensionalmente isomórficos, não são sinônimos de forma alguma.

E se for utilizado o mesmo mecanismo para a sentença de crença (40), considerando-se a definição de Carnap de isomorfismo intensional como uma relação entre pares ordenados consistindo cada um deles de uma sentença e de um sistema semântico, a análise de (40) deverá ser formulada como:

- (43) Existe uma sentença Ω_1 em um sistema semântico S1 tal que
- (a) Ω_1 como sentença de S1 é intensionalmente isomórfica à 'a terra é redonda' como sentença do [português], e
 - (b) Colombo estava disposto a uma resposta afirmativa a Ω_1 como sentença de S1. (Church [OCASAB], p.170)

Em sua resposta a Church, Carnap ([OBS]) concorda que, de certa forma, ele tem razão em suas objeções às análises das sentenças de crença. Sem dúvida, Carnap argumenta, uma sentença do tipo (40) implica que se deve interpretá-la de tal modo que seja inferível que (44)

- (44) 'Colombo faz uma resposta afirmativa à 'a terra é redonda' como uma sentença do português'

Ele também reconhece que, embora ao escrever seu livro já houvesse desenvolvido o ponto de vista de que, em uma linguagem da ciência, certos termos, como 'acreditar', devem ser introduzidos como construtos teóricos e não como variáveis intervenientes, não permitindo, portanto, que sentenças que os contivessem fossem traduzidas para a linguagem dos observadores, nem deduzidas de tais sentenças, mas, no máximo, inferidas com alta probabilidade, errou em não levar em consideração tal ponto ao tratar de evidências para crenças.

Portanto, em vez de tentar contrapor as refutações de Church, Carnap resolve efetuar uma mudança mais radical em sua análise, reconhecendo, afinal, o ponto de vista acima.

Como consequência, uma das formas de se analisar agora (40) seria supor a sentença de crença não contendo uma oração parcial expressando o conteúdo da crença, mas sim, o nome de tal oração como em (45),

(45) Colombo tem uma relação β com 'a terra é redonda' como sentença do português

[1.38] [45] não é deduzível de [44], mas apenas confirmada por [44] em certo grau. ' β ' é um construto teórico não-definível em termos de comportamento manifesto, seja este lingüístico ou não. As regras para ' β ' têm que ser de tal forma que não implique Colombo conheça uma ou outra língua. Por outro lado, a referência para uma sentença em [português] em [45] pode ser substituída por uma referência a qualquer outra oração sinônima em qualquer linguagem. (Carnap [OBS], p.231-232)

Seria possível, pois, a substituição de (45) por uma sentença L-equivalente em inglês, por exemplo, (46):

(46) 'Colombo tem a relação β com 'The earth is round' como sentença do inglês.

Como Church sustenta que uma crença deve ser interpretada como uma relação entre uma pessoa e uma proposição, (45) não seria considerada adequada para ele. Carnap, contudo, ressalta que não crê que os argumentos oferecidos por Church mostrem a impossibilidade da segunda forma. Na realidade,

[1.39] Ambas as formas devem ser objeto de uma investigação mais completa antes de podermos decidir qual delas é preferível. (Carnap [SOC], p.334)

Também contra essa visão de Church e suas refutações a Carnap, Hilary Putnam toma outra rota e faz uma proposta alternativa aos problemas acima discutidos. Em seu artigo de 1954, *Synonymity and the Analysis of Belief Sentences* [SABS], rebate as críticas de Church a Carnap, considerando que elas podem ser superadas sem a necessidade de se mudar a teoria.

Recordando que Church argumenta não haver isomorfismo intensional entre as análises feitas com sentenças dos dois sistemas SP e SE, Putnam

pergunta qual seria a razão de haver tal isomorfismo. Para ele, o não isomorfismo não implica uma contradição. Utilizando-se do exemplo (39), propõe a seguinte situação, a saber, suponha-se que alguém analise (39) na teoria simplificada dos tipos como (47),

$$(47) \quad x (\exists y) (z) (z \in x \equiv z = y)$$

e suponha-se, também, que outra pessoa fizesse a mesma análise da seguinte forma:

$$(48) \quad x (\exists y) (y \in x. (z) (z \in x \supset z = y))$$

É óbvio que as duas análises não são intensionalmente isomórficas, mas não seria contradição considerar ambas corretas, pois são logicamente equivalentes.

[1.40] E isso é a única exigência que, eu creio, deve ser imposta sobre duas análises corretas do mesmo conceito. (Putnam [SABS], p.150)

Putnam finaliza esta parte de sua discussão recomendando que se alguém deseja modificar ou emendar a teoria de Carnap, para que ocorra a isomorfia intensional entre sentenças do tipo (39a) e (39b), de maneira que os resultados sejam intensionalmente isomórficos tanto no sistema P quanto no sistema E, o que se deve fazer é especificar a sentença citada em um sistema neutro selecionado arbitrariamente. Em suas palavras,

[1.41] [...] a sentença citada não deve ser 'o homem é um animal racional' ou 'man is a rational animal', mas a tradução dessa sentença em um sistema neutro arbitrariamente selecionado, digamos o sistema L, correspondente ao Latim. Então, em [41] as palavras 'O homem é um animal racional' como sentença de P' são substituídas por 'Home est animal rationale', como sentença de L'; e em [42], as palavras 'Man is a rational animal' as a sentence of SE' são substituídas por 'Home est animal rationale' as a sentence of L' e, então, [41] e [42] tornam-se intensionalmente isomórficas. ([SABS], p.151)

Carnap, Church e Putnam estão preocupados, também, em responder às críticas feitas por Mates à teoria de Carnap sobre sentenças de crenças em seu artigo *Synonymity* [S] de 1952.

O propósito de Mates é demonstrar que, por maior que seja a semelhança entre duas orações distintas, estas podem provocar diferentes respostas psicológicas. Considera que a proposta de isomorfismo intensional como um *explicatum* aproximado da sinonímia é a melhor proposta até então feita, mas que apresenta algumas consequências estranhas, a saber:

Se duas sentenças D e D' como representadas em (49) e (50) são intensionalmente isomórficas,

(49) Todos os gregos são gregos

(50) Todos os gregos são helenos

(Putnam [SABS], p.152)

pode-se dizer que (51) e (52), isto é,

(51) Todo aquele que acredita (49) acredita (49)

(52) Todo aquele que acredita (49) acredita (50)

Ninguém duvida, realmente, que quem crê em (49) acredita em (49) e, por força do isomorfismo, ninguém poderia duvidar que quem crê em (49) crê em (50). Isto sugere, para Mates, que, para qualquer par de sentenças intensionalmente isomórficas como D e D' acima, se houver uma dúvida de quem quer que acredite D, acredita D', então, a explicação de Carnap é incorreta. Mais ainda,

[1.42] Qualquer elucidação adequada da sinonímia terá este resultado, pois a validade do argumento não se altera se substituirmos as palavras 'intensionalmente isomórfico' pela palavra 'sinônimo'. (Mates [SS], p.162)

A resposta de Carnap, contida no artigo [OBS], já foi, de certa forma, apresentada neste trabalho, por ocasião das respostas dadas às críticas feitas por Church. No entanto, deve-se salientar que Carnap considera as críticas de Mates de vital importância para a sua teoria. Mas nega que a solução por ele oferecida seja adequada. Nesse aspecto, concorda com Church, mas apresenta uma solução mais radical, conforme mencionado acima, de reavaliar a linguagem da ciência.

A solução que Church oferece ao problema levantado por Mates baseia-se no critério da tradução, originalmente sugerido por Langford²⁸. No caso em questão, Church deseja demonstrar que, pelo que foi apresentado por Mates, deve ser entendido que aqueles dos quais se supõe que duvidaram de (52) sem duvidarem de (51) possuem o conhecimento suficiente da língua, no caso o português, de maneira que as dúvidas não estão em nível de significação das palavras.

Mas para que o problema de Mates seja superado, é natural que se sugira que, realmente, não é possível duvidar-se de (52) sem duvidar-se de (51) e a dúvida, considerando-se a questão do critério de identidade de crença, não é sobre (52), mas sobre uma dúvida que tem referências para questões linguísticas, isto é, conforme (53)

(53) 'Quem quer que satisfaça em português a matriz sentencial 'x acredita que todos os gregos são gregos' satisfaz em português a matriz 'x acredita que todos os gregos são helenos'

Para Church,

[1.43] Se esta questão [53] pode ser apoiada, a dificuldade levantada por Mates desaparece, uma vez que [53] claramente não é sinônima a [49]. ([IIB], p.164)

Da mesma forma, (53) também não pode ser sinônima a (54) abaixo:

²⁸ Church também recorda que já utilizou esse mesmo critério de tradução como suporte à conclusão de que o objeto de uma crença deve ser tomado como uma proposição, em vez de sentenças, se certas características importantes do uso diário do discurso indireto devem ser preservadas. (Cf.[IIB], p.164)

(54) 'Quem quer que satisfaça em português a matriz sentencial 'x acredita que todos os gregos são gregos' satisfaz em português a matriz sentencial 'x acredita que todos os gregos são gregos'

Church conclui que a questão levantada por Mates é uma dúvida sobre certas matrizes sentenciais e, conseqüentemente, uma dúvida sobre (53) em vez de uma dúvida sobre (52).

Putnam, por sua vez, considera o argumento de Mates muito poderoso. No entanto, não adota a atitude radical de Carnap em dizer que a teoria no seu presente estágio não pode refutar a crítica. Pelo contrário, apresenta uma proposta alternativa. Para ele, é óbvio que (49) e (50) apresentam conteúdos diferentes, embora sejam construídas gramaticalmente da mesma forma de constituintes correspondentes com o mesmo conteúdo. A diferença é atribuída à estrutura lógica proveniente do fato de que em (49) há duas ocorrências de um simples constituinte 'grego', onde em (50) existem ocorrências de diferentes constituintes. Em suas palavras,

[1.44] Considere-se, por agora, um exemplo mais simples: 'grego' e 'heleno' são sinônimos. Mas 'todos os gregos são gregos' e 'todos os gregos são helenos' não se *parecem* muito como sinônimas. O que mudou? [...] a resposta é, mudou a *estrutura lógica*. A primeira sentença é da forma 'Todos os F são F' e a segunda tem a forma 'Todos os F são G' e estas são totalmente distintas (a primeira, de fato, é L-verdadeira, enquanto o segundo esquema não é nem mesmo L-determinado). ([SABS], p.153-154)

Dito de outra forma, Putnam está dando à estrutura lógica o ônus de ser, de certa forma, responsável pelo sentido da sentença. Assim, reformula o *Princípio da Composicionalidade*²⁹ para G:

[1.45] G. O sentido de uma sentença é a função do sentido de suas partes e de sua estrutura lógica³⁰. (Putnam [SABS], p.154)

e justifica a sua modificação da seguinte maneira:

²⁹ Entende-se por PC "o sentido de uma sentença é a função do sentido de suas partes".

³⁰ Cf. nota nº 12 [SABS], p.157. Diz-se que duas sentenças possuem a mesma estrutura lógica quando duas ocorrências do mesmo sinal em uma sentença corresponde a ocorrências do mesmo sinal na outra.

- [1.46] É fácil ilustrar a importância pervasiva da estrutura lógica como um fator no significado: se é através dos nomes que nela ocorrem é que a sentença fala sobre o mundo, é através de sua estrutura lógica que a sentença tem relações de implicações com outras sentenças, e é sobre a estrutura lógica, ou sintaxe, que a corretude de todas as nossas transformações lógicas dependem. ([SABS], p.154)

Putnam rejeita, dessa forma, o Princípio da Composicionalidade por si só, apelando, como já se disse, para a noção de estrutura lógica, e adota um princípio mais restritivo, conforme salientam Salmon & Scott (1988), a saber:

- [1.47] H. Se S e S' são sentenças que têm a mesma estrutura lógica e seus constituintes correspondentes têm o mesmo conteúdo, então S e S' possuem o mesmo conteúdo. (Salmon & Soames [I], p.10)

Esta restrição proposta por Putnam permite que se mantenha a tese de que, se 'x' e 'y' são o mesmo indivíduo, alguém pode negar ou desacreditar que 'x=y' sem negar ou desacreditar que 'x=x'.

Até o momento, foram apresentadas as teorias de Frege e Russell e alternativas relacionadas às visões desses dois filósofos para a resolução dos paradoxos que surgem em sentenças de atitudes proposicionais. Tão importante quanto essas análises das lógicas intensionais de Frege e Russell, que constituem o *background* histórico dos trabalhos atuais na área, estão os trabalhos que se constituem num esforço não para aperfeiçoar a fundamentação clássica iniciada por Frege e Russell, mas para atacá-la como fundamentalmente errônea. Entre esses, encontram-se os trabalhos de Quine, Davidson, Hintikka, Kripke, que serão vistos a seguir.

Quine, em primeiro lugar, pode ser visto como aquele que desenvolveu uma crítica feroz e iniciou um ataque, presente até hoje, ao conceito de necessidade lógica e suas noções relacionadas. O ataque centralizou-se em uma característica da modalidade quantificada, a saber, a ligação de uma variável dentro de um contexto modal por um quantificador que se encontra fora do escopo da modalidade. E a questão está na disputa da legitimidade de uma língua na qual quantificadores misturam-se, livremente, com operadores modais. A crítica aplica-se desde as modalidades aléticas a atitudes proposicionais (Cf. Linsky [OC], p.98). E se se pudesse dizer que Quine, de alguma forma, talvez

revisse suas críticas sobre a lógica modal estrita, o mesmo não poderia ser dito em relação às AP, conforme constata-se por suas palavras,

[1.48] Ao depreciar, assim, a lógica modal, posso até lamentar um pouco. Em relação às Atitudes Proposicionais, contudo, não posso ser tão cavalheiro. ([IR], p.121)

Essa posição de Quine pode ser analisada, principalmente, em seus textos *Notes on Existence and Necessity* [NEN], 1943; *Reference and Modality* [RM],1953; *Quantifiers and Propositional Attitudes* [QPA],1956 cujas ideias principais serão apresentadas abaixo.

Com o propósito de mostrar que não é possível quantificar-se em contextos modais, mais especificamente, em contextos referencialmente opacos, em *Reference and Modality*, Quine preocupa-se em trabalhar com o *Princípio da Substituibilidade*, ou Indiscernibilidade dos Idênticos, que é um princípio fundamental que rege a identidade. De acordo com Quine, a falha na substituição de idênticos, como ocorre nos exemplos abaixo,

(55) Cícero=Tully

(56) 'Cícero' contém 6 letras

* (57) 'Tully' contém 6 letras

revela que a ocorrência do termo que sofre a substituição não é puramente referencial, porque o enunciado não depende somente do objeto, mas da forma do nome. Da mesma maneira, se for dito (58),

(58) Crasso acredita que Londinium fica na Gália

e se for considerado, conforme (59) que,

(59) Londinium = capital da Bretanha

o uso errado da substituição, isto é, 'capital da Bretanha' em vez de 'Londinium' em (58), fará com que a verdade de (58) se transforme na falsidade de (60)

(60) Crasso acredita que a capital da Bretanha fica na Gália

Novamente, Quine deseja mostrar que o problema nessa substituição é sintoma de que existe uma falha de ocorrência puramente referencial de 'Londinium', como já ocorrera com 'Tully'.

[1.49] Vemos, pois, que a ocorrência dos nomes Tully e Londinium em (57) e (60) não é puramente figurativa. ([NEN], p.124)

e ele continua,

[1.50] O que é imperativo é observar meramente que os contextos 'não está ciente de...' e 'acredita que...' *assemelham-se* aos contextos de citação simples no sentido de: um nome pode ocorrer referencialmente em uma afirmação **S** e, mesmo assim, não ocorrer referencialmente em um enunciado mais longo que é formado pelo encaixe de **S** no contexto 'não está ciente de...' ou 'acredita que...' ([RM], p.20)

Quine considera que, em tais situações, o que ocorre são contextos referencialmente opacos, assim nomeados em oposição ao termo 'transparente' usado por Russell em seu apêndice C do *Principia*³¹.

Além de aplicar o Princípio da Substituibilidade em referências singulares, Quine apresenta, também, situações que envolvem o conceito de quantificação. Assim, suponha-se o enunciado contingente verdadeiro em (61),

(61) 9 = número de planetas

e a verdade em (62) de que

(62) (9 > 7)

A substituição de '9' em (62) por 'o número de planetas' em virtude de (61) produz (63),

³¹ Cf. nota nº 2 de Quine [RM], p.20, 1979.

(63) (o número de planetas >7)

que é falsa.

Mais uma vez, Quine deseja provar que

[1.51] O que é importante é apreciar que contextos 'Necessariamente...' e 'Possivelmente...' são, como citações e 'não está ciente de...' e 'acredita que...', referencialmente opacos. ([RM], p.21-2)

E é essa opacidade referencial que é problemática para a semântica clássica, uma vez que um contexto opaco do tipo (62) não produz uma sentença aberta³² como (64):

(64) $(x > 7)$

Está claro que se 'x' for substituído por '9', a afirmação será verdadeira, mas se for substituído por 'o número de planetas', a condição se torna uma afirmação falsa, não ocorrendo, portanto, a chamada 'satisfação objetual', isto é, a noção de um objeto que produz uma condição-de-verdade independentemente de como ele é especificado.

Se além da conexão entre termos singulares e quantificação modal se observar a quantificação existencial, como em (65),

(65) $(\exists x) (x > 7)$

a inferência retirada da generalização existencial de $F(a)$ para $(\exists x) F(x)$ é válida sse 'a' faz referência singular em $F(a)$. Com isso, não é possível manter-se que em (62) '9' refira a 9. Conforme Linsky ([OC], p.103) esse passo serviu para levar Quine a concluir que (65) é ininteligível; não se pode sensivelmente quantificar em contextos referencialmente opacos.

³² Sentenças abertas são expressões que são verdadeiras de certos objetos e falsas de outros. $(\exists x) F(x)$ é verdadeira sse existe pelo menos um objeto no domínio da variável que satisfaz a sentença aberta $F(x)$. (Linsky[OC], p.100)

Mais do que isso, ainda segundo Linsky, a dificuldade surge na medida em que se considera que as características 'contingente' ou 'necessária' dos objetos não pertencem, de forma absoluta, ao objeto e, sim, são utilizadas de acordo com a maneira de especificar tais objetos. Por essa razão, '9' é tomado como necessariamente maior que '7' em (62), mas não em (63). Por isso ocorre a diferença de valores-de-verdade entre ambos e a conseqüente obscuridade de (65).

[1.52] A maneira com que o lógico modal está preso a [65], faz com que ele se comprometa com uma visão metafísica ("essencialismo aristotélico"³³, para dar-lhe um nome) de acordo com o qual propriedades necessárias e contingentes pertencem aos objetos, não importando o seu modo de especificação, caso sejam, afinal de contas, especificados. É uma doutrina necessária para dar sentido a [65] apesar da diferença de valores-de-verdade de [62] e [63] e a verdade de [61], i.e., ...apesar da semântica clássica extensional de quantificação. "Evidentemente", diz Quine, "esta reversão ao essencialismo aristotélico é necessária se se for insistir em quantificação em contextos modais"³⁴. (Linsky [OC], p.103-104)

É este, pois, o argumento de Quine para mostrar a impossibilidade da quantificação nesse tipo de contexto, e, segundo Kit Fine (1990), o seu argumento pode ser resumido da seguinte forma:

[1.53] (i) Argumenta-se que ocorrências de termos singulares em contextos modais não estão abertas à substituição - a substituição

³³ Fine [QQI] refuta essa objeção de Quine e a necessidade de um compromisso com o essencialismo aristotélico. "A objeção, no presente caso, está longe de ser clara. [...] Considerando-se a aplicação *de re* da necessidade lógica, o tipo de modalidade com que Quine está preocupado, pareceria que os seus pressentimentos não têm fundamento". p.7-8. Conforme Linsky [REM], p.99, Quine rejeita a Lógica Modal porque, para ele, Essencialismo é uma doutrina metafísica sem sentido.

³⁴ Parsons [EQML] considera que 'essencialismo' sempre pode ser evitado. "Existe uma outra fuga do paradoxo e uma que evita totalmente o essencialismo. Considere tanto as construções essencialistas e não-essencialistas de (d) e (e) (onde 'Px' está no lugar de 'x é o número de planetas')

(d') '($\exists x$) ($\exists y$) (x é nove & y é sete e $x > y$)'

(d'') '($\exists x$) ($\exists y$) (x é nove e y é sete e $x > y$)'

(e') '-($\exists x$) ($\exists y$) (Px & y é sete e $x > y$)'

(e'') '-($\exists x$) ($\exists y$) (Px & y é sete & $x > y$)'

Mantendo uma linha não-essencialista, podemos negar (d') e aceitar (d''), (e') e (e''). O "paradoxo" agora tem duas construções, ambas não-paradoxais. Quando construído com (d') e (e') como premissas, simplesmente há uma premissa falsa. Por outro lado, quando construído com (d'') e (e'') como premissas, nenhuma contradição se segue pela razão familiar e que trocar predicados contingentemente coextensivos dentro de contextos modais não garante a preservação do valor-de-verdade". p.82.

por termos co-referenciais geralmente não preservará o valor-de-verdade.

(ii) Disso, infere-se que tais ocorrências de termos não são puramente referenciais - não são somente usadas para designar seu objeto.

(iii) Disso, infere-se que as ocorrências das variáveis correspondentes não são puramente referenciais - não são somente usadas para designar seus valores.

(iv) Disso, infere-se que o conceito de satisfação objectual não é significativamente aplicável à condição formada com a ajuda das variáveis.

(v) Disso, conseqüentemente, infere-se que quantificação com respeito a essas variáveis é incoerente. (Kit Fine [QQI], p.8)

E em seu artigo *Notas sobre Existencia y Necesidad* [NSEN], Quine apresenta as seguintes conclusões, baseado na argumentação acima:

[1.54] Uma palavra ou expressão substantiva que designa um objeto pode figurar de maneira puramente designativa em alguns contextos, e de maneira não puramente designativa em outros. Este segundo tipo de contexto, embora não menos "correto" que o primeiro, não está sujeito à lei de substituíbilidade da identidade nem às leis de aplicação e de generalização existencial. Além disso, nenhum pronome (ou variável de quantificação) que esteja dentro de um contexto do segundo tipo pode referir-se a um antecedente (ou quantificador) anterior a este contexto. Esta circunstância impõe sérias restrições, normalmente não levadas em conta, ao uso significativo de operadores modais, e coloca dificuldades àquela filosofia da matemática que toma como básica uma teoria dos atributos, em um sentido diferente das classes. ([NSEN], p.138)

Com seu artigo *Quantifiers and Propositional Attitudes* [QPA] de 1956, Quine retoma as questões acima discutidas, especificando-as em contextos de atitudes proposicionais.

Inicia seu artigo mostrando a impossibilidade de se considerar corretos os exemplos abaixo:

(66) $(\exists x)$ (x é um unicórnio. Ctesias está caçando x)

(67) $(\exists x)$ (x é um leão. Ernest está caçando x)

que se referem a 'Ctesias está caçando unicórnios' e 'Ernest está caçando leões', contrastando com (68),

(68) $(\exists x)$ (x é um barco. Eu quero x)

que pode ser considerado adequado, na medida em que se pode dizer de um barco específico que eu o quero.

Descartando (66) pela não-existência de unicórnios, ele aponta que a diferença entre (67) e (68) é aquela entre o que pode ser chamado de sentido *Relacional* de caçar leões e querer barcos e o sentido *Nocional*, distinção que em línguas românicas pode ser percebida pelo 'modo' em orações subordinadas, como em (69) e (70):

(69) $(\exists x)$ (x é um cachorro. x fala. Eu procuro x)

que corresponde ao modo *relacional* 'Procuro um cachorro que fala', e

(70) Faço um grande esforço para que $(\exists x)$ (x é cachorro. x fala. Eu encontro x)

que representa o modo *nocional* 'Procuro um cachorro que fale'.

Quine passa, então, a trabalhar as noções acima citadas com as chamadas Atitudes Proposicionais, considerando que o contraste entre elas fica bem mais evidente com exemplos de crença, isto é, sentenças do tipo 'acredita que...!', a saber:

(71) $(\exists x)$ (Ralph acredita que x é um espião)

(72) Ralph acredita que $(\exists x)$ (x é um espião)

que podem ser ambigualmente traduzidas para (73)

(73) Ralph acredita que alguém é um espião

ou desambiguadamente para (74) e (75), respectivamente,

(74) Existe alguém que Ralph acredita ser espião

(75) Ralph acredita que existem espiões

Em sua opinião, os exemplos (71) e (72) apresentam não somente um contraste estrutural gráfico como também favorecem uma certa generalidade, permitindo que se possa multiplicar exemplos dessa natureza.

Suponha-se, pois, os sentidos relacional e nocional de se desejar um presidente:

(76) $(\exists x)$ (Witold deseja que x seja presidente)

(77) Witold deseja que $(\exists x)$ (x seja presidente)

De acordo com (76), Witold tem seu candidato específico; de acordo com (77), ele apenas deseja que uma forma de governo esteja no poder.

Contudo, essas formulações sugeridas para o sentido relacional, como em (71) e (76), envolvem quantificar de fora em uma expressão de atitude proposicional. E isso, para Quine, é um trabalho dúbio, como pode ser visto em seu exemplo, que se tornou clássico de 'Ralph e Ortcutt'.³⁵

Se Ralph não sabe que Ortcutt é o homem suspeito de chapéu marrom, quem ele acredita ser um espião, e sabe que Ortcutt é um homem digno, um dos pilares da sociedade, então pareceria que se estaria aceitando uma conjunção do tipo:

(78) ω sinceramente nega ... e ω acredita que...

como verdadeira, em que ambos os espaços são preenchidos pelo mesmo nome, pois Ralph prontamente negaria que Bernard Ortcutt é um espião. Para evitar situações como a de (78), Quine passa, então, a analisar as duas situações em separado, conforme (79) e (80).

³⁵ Cf. Quine [QPA], p.103.

(79) Ralph acredita que o homem com chapéu marrom é um espião

(80) Ralph não acredita que o homem visto na praia seja um espião

Nesse caso, deixa-se de afirmar qualquer relação entre Ralph e qualquer homem. Ambos os componentes da sentença 'que' são sobre o homem Ortcutt. Mas o 'que' deve ser visto em (79) e (80) como encerrando as sentenças de maneira que (79) e (80) ficam compatíveis por não serem sobre Ortcutt, afinal das contas. Para Quine, não se pode, pois, quantificá-las como no exemplo (71); 'acredita que' se torna *opaca referencialmente*.

(72), no entanto, não apresenta esse tipo de questionamento, pois exhibe somente uma quantificação *dentro* do contexto 'acredita que', não uma quantificação sobre ele. Caso se aceitem (79) e (80) como verdadeiras, não será possível aceitar (71). No entanto, ainda segundo Quine, não estamos preparados para sacrificar a construção relacional 'Existe alguém que Ralph acredita ser um espião' apresentada em (71). Qual a solução para isso?

A primeira opção que Quine sugere é tentar-se distinguir dois tipos de acredita: acredita⁽¹⁾, que descarta (79), e acredita⁽²⁾, que tolera (79) mas dá sentido a (71).

Acredita⁽¹⁾ mantém (79) e (80) e considera (71) como sem sentido, e acredita⁽²⁾ sustenta (71) e rejeita (80) e concorda com a conclusão de que 'Ralph acredita⁽²⁾ que o homem na praia é um espião', embora ele 'acredite⁽²⁾ (e acredita⁽¹⁾) que o homem na praia não é um espião'.

Se essa solução parece um tanto estranha e problemática, quem sabe não exista um tratamento mais sugestivo para a questão?

Quine opta, portanto, por um tratamento que lida com intensões. Salienta, contudo, que

[1.55] Intensões são criaturas da escuridão, e eu regozijarei com o leitor quando elas forem exorcizadas; mas primeiro quero estabelecer alguns pontos com a ajuda delas. ([QPA], p.104)

Observa-se, pois, que este autor não considera 'intensões' como a solução para os problemas aqui expostos. Apenas as utiliza para mostrar que elas não são possíveis de serem consideradas. Inicia a sua análise com um único

sentido de acredita, acredita⁽¹⁾, por exemplo, e sua relação de um único sentido entre o acreditador e uma certa intensão nomeada pela oração 'que'.

As intensões nomeadas pela oração 'que' sem variáveis livres serão consideradas de grau zero ou proposições. Intensões de grau um ou atributos são nomeados ao se prefixar uma variável a uma sentença na qual ela ocorre livre, como, por exemplo, 'z (z é um espião) é espionagem'. Da mesma forma, poderão ser especificadas intensões de ordem mais alta pela prefixação de variáveis múltiplas. De acordo com Quine, além da relação diádica de crença entre um acreditador e uma proposição como mostrada abaixo,

(81) Ralph acredita que Orcutt é um espião

deve-se reconhecer uma relação triádica entre um acreditador, um objeto e um atributo como em (82),

(82) Ralph acredita z (z é um espião) de Orcutt

assim como a relação tetrádica de (83),

(83) Catulo acredita y z (y denunciou z) de Cícero e Catilina

e assim por diante.

Quine ressalta que, dessa forma, pode-se apresentar uma regra contra a quantificação em expressões de AP, sob a forma de uma regra contra a quantificação sobre nomes de intensões. Retomando-se (71), inadmissível até então, pode-se agora quantificá-lo em uma crença triádica como em (84),

(84) $(\exists x)$ (Ralph acredita z (z é um espião) de x)

que se torna a nova maneira de se dizer que existe alguém de quem Ralph acredita ser um espião.

Acredita⁽¹⁾ é assim construído de maneira que se pode acreditar em uma proposição quando um objeto foi especificado de uma maneira, e não acreditar,

quando o mesmo objeto foi especificado de outra forma. Apegando-se a esse sentido de 'acreditar', em todos os casos, diádicos, triádicos, etc., o termo que nomeia a intensão deve ser visto como referencialmente opaco, e a situação apresentada em (78) é assim excluída, ao mesmo tempo em que 'acredita⁽²⁾' pode ser aplicado em exemplos como (85) e (86).

De um exemplo como (85),

(85) Catulo acredita que que Cícero denunciou Catilina

não se pode concluir que (86),

(86) Catulo acredita que Tully denunciou Catilina

Por outro lado, pode-se concluir de (87),

(87) Catulo acredita y (y denunciou Catilina) de Cícero

que (88),

(88) Catulo acredita y (y denunciou Catilina) de Tully

e ainda também (89),

(89) $(\exists x)$ (Catulo acredita y (y denunciou Catilina) de x

Da mesma forma, de (83) pode-se inferir (90),

(90) $(\exists \omega) (\exists x)$ (Catulo acredita yz (y denunciou z) de ω e x)

Mas Quine faz notar que tais quantificações como:

(91) $(\exists x)$ (Catulo acredita que x denunciou Catilina)

(92) $(\exists x)$ (Catulo acredita y (y denunciou x) de Cícero)

ainda são sem sentido como (71).

Resumindo, pode-se dizer que dos enunciados sobre Ralph (71) é sem sentido, (72) é verdadeiro, (79) e (80) são verdadeiros, (81) é falso e (82) e (80) são verdadeiros. Também é verdadeiro (93) abaixo:

(93) Ralph acredita que o homem visto na praia não é um espião

que não pode ser confundido com (80).

Assim, de acordo com a historinha de Quine, (81) é falso enquanto que (93) é verdadeiro, o que conduz por exportação a (94),

(94) Ralph acredita z (z não é espião) do homem visto na praia

Para Quine,

[1.56] o tipo de exportação que leva [81] para [82] deveria, sem dúvida, ser visto em geral como implicação. ([QPA], p.106)

'O homem na praia' não recebe referência em (93) por causa da opacidade referencial, mas recebe em (94), de onde se conclui, conforme (95) que,

(95) Ralph acredita z (z não é espião) de Ortcutt .

(82) e (95) contam ambos como verdadeiros. Mas para não considerá-los contraditórios conforme (96),

(96) Ralph acredita z (z é um espião e z não é um espião) de Ortcutt não se deve considerar (82) e (95) como implicando (96).

Tais exemplos, um tanto estranhos, servem para ilustrar uma dificuldade teórica que pode ser resumida como:

Contextos de crença são referencialmente opacos; conseqüentemente, é *prima facie* sem sentido quantificar sobre eles; como então tratar enunciados relacionais de crença como 'Há alguém sobre quem Ralph acredita ser um espião?'

A teoria examinada por Quine, segundo ele próprio, não deve ser vista como somente um modo de permitir quantificação fora de controle em contextos de crença. Deve-se, isso sim, observar que se se deseja quantificar, deve-se pagar um ônus por ela.

[1.57] Quantifique se você desejar, mas pague o preço de aceitar quase contrários como [82] e [95] em cada ponto que você escolhe quantificar. Em outras palavras, distinga, como você quiser, entre posições referenciais e não-referenciais, mas mantenha o rumo, de maneira a tratar cada tipo apropriadamente. ([QPA], p.106)

Mas não é só com o sentido relacional que se observam problemas. Para ele, exemplos como (97) e (98),

(97) Ernest luta para que $(\exists x)$ (x é um leão. Ernest encontra o leão)

(98) Eu desejo que $(\exists x)$ (x é um barco. Eu tenha x)

apresentam objeções da mesma forma que (71). É certo que (97) e (98), no lado nocional de desejar e lutar para conseguir, são inocentes de qualquer quantificação ilícita em contextos opacos de fora. Mas os mesmos problemas começam também a acontecer no lado nocional, na medida em que se tenta dizer que não somente 'Ernest caça leões' e 'Eu quero um barco' como também 'Alguém caça leões' ou 'Alguém quer um barco', que leva ostensivamente (97) e (98) para (99) e (100),

(99) $(\exists \omega)$ (ω luta para que $(\exists x)$ (x é leão. ω encontre x)

(100) $(\exists \omega)$ (ω deseja que $(\exists x)$ (x é um barco. ω tenha x)

e esses quantificam de forma não permitida em contextos opacos. Por meio de atributos, pode-se colocar (99) e (100) no padrão admissível como (101) e (102), respectivamente.

(101) $(\exists \omega) (\omega \text{ luta para } y \text{ (} y \text{ encontra um leão) de } \omega)$

(102) $(\exists \omega) (\omega \text{ deseja } y \text{ (} y \text{ tem um barco) de } \omega)$

Tal quantificação também pode, obviamente, ocorrer com 'acreditar' e com outros verbos de AP.

Essa solução assim delineada consitui-se num ponto problemático pois, para Quine, uma análise que nos deixe com uma superpovoação de proposições, atributos e o resto das intensões não parece das melhores, principalmente, se se levar em conta que seu princípio de individuação é obscuro. Mas abrir mão das intensões em favor da extensão também não traz quaisquer vantagens, uma vez que atributos é que são necessários para a quantificação, não classes como se pode ver em (103) e (104),

(103) $\omega \text{ luta para } y \text{ (} y \text{ encontra um unicórnio) de } \omega$

(104) $\omega \text{ luta para } y \text{ (} y \text{ encontra um duende) de } \omega$

pois se alguém caça um unicórnio sem caçar um duende 'y (y encontra um unicórnio)' e 'y (y encontra um duende)', seus atributos devem ser distintos, mas as classes correspondentes são idênticas, isto é, vazias. Portanto, são os atributos que se necessitam para a formulação.

Quine apresenta, então, a sua maneira de se evitar o uso de intensões e quaisquer outras 'criaturas da escuridão'. Em vez de se falar em intensões, pode-se falar de sentenças, nomeando-as por citação. Assim, em vez de ' ω acredita que...' pode-se dizer ' ω acredita o verdadeiro...'; e em vez de ' ω acredita y (...y...)' de x', pode-se dizer ' ω acredita '...y...' satisfeito por x'. Deve-se ver 'acredita...' como uma relação de predicado triádico assim como tetrádicos ou maiores.

Note-se, no entanto, que esta reformulação semântica oferecida por Quine não tem a intenção de sugerir que o sujeito da atitude proposicional fala a linguagem da citação ou qualquer outra linguagem. Em um de seus últimos artigos ([PE], 1994), ele, mais uma vez, corrobora esta ideia.

[1.58] Ao tomar objetos de atitudes como sentenças, eu não assumo que a criatura na atitude fala a língua da sentença, ou qualquer outra língua. A sentença está na língua do atribuidor, mas ela a enquadra da maneira que ele pensa ser o ponto de vista do sujeito. ([PE], p.146)

Mas se alguém aprova que se fale em acreditar em uma proposição e falar de uma proposição, por seu lado, significada por uma sentença, então ele não pode objetar essa reformulação semântica ' ω acredita o verdadeiro de S' por ser obscura, pois ' ω acredita o verdadeiro de S' é explicitamente definida em seus termos como ' ω acredita a proposição significada por S'.

Contudo, Quine reconhece que sua reformulação semântica envolve uma certa relatividade com a linguagem, pois quando se diz que ' ω acredita o verdadeiro de S', é necessário especificar em que língua a sentença S é pensada, não porque seja necessário entender S, mas porque S poderia existir, por coincidência, em duas línguas com significados bem diferentes. Além disso, a versão semântica apresentada em (105),

(105) ω acredita o verdadeiro '...' em L

perturba pelo fato de que se deve ser levado pelo conceito de língua. O que é uma língua? Qual grau de rigidez é suposto? Quando temos uma língua e não duas? Para Quine, atitudes proposicionais são obscuras e é lamentável que se tenha que adicionar obscuridade à obscuridade, trazendo à tona variáveis. No entanto, continua, não se deve supor que qualquer clareza seria ganha com a restituição das intensões.

O que resulta dessas considerações apresentadas por Quine, contra a abordagem intensional, é que, de acordo com Linsky [OC], ele falha desde o início por não apreciar o lado racional por trás do ponto de vista intensional. Os paradoxos modais levantados por Quine, como o caso do 'número 9 e o número

dos planetas', acontecem por ele considerar os termos relevantes como denotando extensões grosseiramente discriminadas. No entanto, é o oposto o que ocorre,

[1.59] Expressões podem concordar em extensão e diferir em intensão. A falha da substituição em contextos modais pode ser explicada como surgindo porque, em contextos modais, nomes denotam essas intensões mais finamente individualizadas. (Linsky [OC], p.110)

De um ponto de vista fregeano, continua Linsky, o que é necessário para se eliminar as falhas de substituição em contextos modais e de atitudes proposicionais é se dar maior atenção à troca de referência acarretada pelas construções modais e de AP.

Da mesma forma, de um ponto de vista russelliano, também podem ser feitas objeções a Quine.

Em primeiro lugar, observa-se que, ao tratar de tais paradoxos, Quine ignora totalmente a distinção entre nomes próprios e descrições definidas, primordial para a solução dos mesmos, de acordo com Russell.

Smullyan [MD], por exemplo, considera que uma sentença como (62) apresentada por Quine em sua argumentação, e novamente repetida abaixo como (106),

(106) $(9 > 7)$

não é ambígua como pretende Quine, é simplesmente analisada como (107),

(107) $(F(y))$

e a premissa de identidade em (108) apresenta da forma dada em (109).

(108) $9 = \text{número de planetas}$

(109) $y = \iota x (\phi x)$

Mas a conclusão apresentada na argumentação de Quine, isto é, o que se vê em (110),

(110) (o número de planetas > 7)

é ambígua e duas leituras podem ser feitas a partir dela, a saber, a de amplo escopo como (111) e de escopo estrito como (112).

(111) $[(\exists x)(\phi x)] F(\exists x)(\phi x)$

(112) $[(\exists x)(\phi x)] F(\exists x)(\phi x)$

E isso induziria a uma leitura do tipo (113) e (114),

(113) O 'esse e aquilo' satisfaz a condição de que é necessário que Fx

(114) É necessário que o 'esse e aquilo' satisfaça a condição de que Fx

[1.60] A conclusão [110] é da forma [114] e esta não se segue logicamente de [106] e [108]. A Lei de Leibniz não exige que [106] e [108] acarretem [110]. O que Leibniz nos permite inferir das premissas [106] e [108] é a afirmação:

(a) Na realidade, o número de planetas satisfaz a condição que é necessário que x seja maior que 7. (Smullyan [MD], p. 36)

O problema de (110) é que ela não é incorretamente inferida das premissas e, sim, logicamente impossível, pois ela é falsa e uma sentença falsa que atribui necessidade é logicamente falsa, como pode ser visto na forma abstrata abaixo,

(115) (Fy)

$y = (\exists x)(\phi x)$

$\therefore [F(\exists x)(\phi x)]$

(Smullyan [MD], p.38)

Para Smullyan, a falácia implícita nesse modo de argumento consiste em se tomar o escopo da descrição na conclusão como sendo ' $F(\exists x)(\phi x)$ '. Quer dizer, não analisar a forma válida do argumento que leva à conclusão (111).

Church [QPAM]), por sua vez, considera que o paradoxo de Quine sobre modalidade e o paradoxo sobre o Rei George V e Sir Scott são exemplos de um mesmo paradoxo. Por isso mesmo,

[1.61] não é surpreendente que Smullyan está apto a resolver o paradoxo de Quine por intermédio da Teoria das Descrições de Russell. (Church [QPAM], p.60)

mas reconhece que as objeções de Quine contra o tratamento russelliano à lógica modal têm considerável força, principalmente no que se refere às complicações de escopo que surgem em conexão com o uso das descrições, e a transparência tanto de crença quanto de necessidade que forçosamente ocorre no uso da Teoria das Descrições para resolver o paradoxo da relação-nome. Salieta, entretanto, que tais objeções, embora fortes, não são uma refutação firme da solução russelliana do paradoxo. Além disso, a espécie de essencialismo que surge pela transparência de noções como 'acredita' e 'necessita' não se dá acima do nível de variáveis livres e constantes primitivas; noções mais usuais não transparentes podem, também, ser expressas sem paradoxo³⁶.

Conforme anteriormente salientado, Donald Davidson também apresenta-se como uma personagem antagônica às teorias clássicas. Em [OST], ele adota uma concepção da teoria do significado para as linguagens naturais em que o conhecimento constitui-se em um ponto central para o entendimento de uma língua e, mais ainda, o conhecimento das condições-de-verdade das sentenças é central para esse entendimento. Davidson advoga, de certa forma semelhantemente a Frege, que uma teoria do significado deve ser composicional e enfatiza a importância da paráfrase em linguagens quantificacionais para a construção de teorias semânticas que sistematizam as condições-de-verdade e as relações lógicas das sentenças.

Mas as semelhanças com teorias fregeanas param por aqui. Seguindo a tradição de Quine, Davidson é um extensionalista e considera que o emprego de entidades intensionais em teorias semânticas frustra os objetivos de tais teorias. Para ele, as noções centrais para uma teoria do significado são retiradas da teoria da referência, e o âmago de tal teoria para o significado de uma linguagem L é uma teoria da verdade finitamente axiomatizada por L .

³⁶ Cf. Church 'Quine's Paradox about Modality' [QPAM] para uma discussão mais detalhada.

[1.62] Uma teoria satisfatória para uma linguagem deve [...] apresentar uma abordagem explícita das condições-de-verdade de cada sentença e isto pode ser feito com uma teoria que satisfaça os critérios de Tarski. ([OST], p.159)

Em termos da semântica do discurso indireto e outras atribuições de AP, Davidson propõe que ao se enunciar uma sentença como (116),

(116) Galileu disse que/isso a terra se move

diferentemente de teorias fregeanas, (116) relaciona Galileu não com uma proposição mas com o enunciado 'que a terra se move' que faz parte do enunciado de (116). Esta é uma relação concreta, está em uma linguagem particular e possui propriedades semânticas contingentemente.

Também, diferentemente de Frege, que vê o complemento 'que a terra se move' como um nome complexo da proposição expressa por 'a terra se move', para Davidson, de um ponto de vista lógico, um enunciado³⁷ como (116) consiste no enunciado de duas sentenças; uma da forma 'Galileu disse isso(que)' e outra da forma 'a terra se move' em que a última é demonstrada pela primeira. A forma lógica da sentença (116) é, assim, representada em (117).

(117) Disse (g,isso)

E se U é um enunciado de (116), então o demonstrativo em sua paráfrase lógica em (117) refere-se ao enunciado 'a terra se move' contido em U. Davidson também sugere que um predicado como 'disse (x,y)' deve ser analisado como em (118),

(118) $(\exists u) (U(x,u) \wedge SS(u,y))$

onde U (x,u) se mantém quando x enuncia u e SS (u,y) se mantém quando o enunciado y diz o mesmo que o enunciado u.

³⁷ Davidson assume que uma teoria da verdade para uma linguagem contendo demonstrativos deve ser estritamente aplicada a enunciados e não a sentenças, ou será necessário tratar verdade como uma relação entre sentenças, falantes e tempos. Cf. Truth and Meaning p.319-320.

[1.63] A idéia que subjaz à nossa estranha paráfrase é aquela do 'dizer o mesmo': quando eu digo que Galileu disse que a terra se move, eu represento Galileu e a mim mesmo como mesmo enunciador.³⁸

De acordo com a solução paratática de Davidson, um enunciado típico como (116) relaciona Galileu a um enunciado em português (neste caso) com o qual se refere demonstrativamente. Ele salienta que, sendo (116) verdadeiro, 'Disse (g,isso)' relaciona Galileu a um enunciado que diz a mesma coisa que 'a terra se move' e a qualquer outra coisa que diga o mesmo que o enunciado de Galileu. Ele conclui que

[1.64] a proposta, então, é a seguinte: sentenças em discurso indireto [...] consistem de uma expressão referindo-se ao falante, ao predicado de dois lugares 'disse' e a um enunciado. ([OST], p.170)

E essa mesma abordagem pode ser aplicada para outros verbos de AP. Assim, o exemplo (116) transformado pelo verbo 'acredita' como em (119),

(119) Galileu acredita que/isso a terra se move

possui a forma lógica conforme (120),

(120) A (g,isso)

onde o demonstrativo se refere à porção do enunciado que se segue a 'isso'; e a paráfrase da análise do predicado assemelha-se àquela apresentada para 'dizer' conforme (121):

(121) $(\exists \alpha) (R(g, \alpha) \wedge SS(\alpha, \text{isso}))$: [a terra se move]

onde α é um estado de crença e R é a relação que Galileu mantém com seus estados de crença.

Grosso modo, o que Davidson deseja mostrar com sua abordagem é que ela é muito mais viável do que qualquer outra que fale de AP referindo-se a entidades como intensões. Para ele, entidades intensionais são inúteis para uma teoria da compreensão. Além disso,

³⁸ Em inglês, Davidson utiliza o substantivo *samesayer*. Como parece não haver um correspondente da mesma forma em português, optou-se pela forma 'mesmo enunciador'.

- [1.65] nenhuma das linguagens que Frege sugere como modelo para as linguagens naturais, nem as linguagens descritas por Church são passíveis como teoria no sentido da definição de verdade que se enquadre nos padrões de Tarski. No caso de Frege, ocorre que cada expressão referencial pode referir um infinito número de entidades, dependendo do contexto, e não há regra que dê a referência em textos mais complexos com base na referência de contextos mais simples. Nas linguagens de Church, existe um número infinito de expressões primitivas; isto diretamente bloqueia a possibilidade de recursivamente caracterizar-se um predicado verdadeiro de acordo com as exigências de Tarski. ([OST], p.164)

Retornando à discussão quineana, anterior à apresentada por Davidson, Linsky considera que as divergentes opiniões em termos de a quantificação na lógica modal ser ou não ser possível, dependendo ou não de uma espécie de essencialismo aristotélico, ajudam a evoluir a discussão de que, para se resolver os paradoxos aqui tratados, há a necessidade de se ter uma semântica mais clara sobre a lógica modal.

- [1.66] De diversas direções, nossas considerações convergem sobre a conclusão de que essas várias afirmações e contra-argumentações podem ser analisadas somente dentro de um quadro de uma semântica clara. Em anos recentes, tentativas impressionantes foram feitas [...]. As considerações semânticas sobre a Lógica Modal de Kripke talvez sejam a representante mais conhecida deste grupo. (Linsky [REM], p.97-98)

E é exatamente o trabalho de Kripke, no que concerne às AP, principalmente em termos de seu ensaio *Naming and Necessity* [NN] e seu artigo *A Puzzle About Belief* [PAB], que será visto a seguir.

Parece possível iniciar uma apresentação do trabalho de Kripke com uma pergunta que, se não formulada por ele, representa o cerne da questão que discute em relação às teorias clássicas de Frege e Russell, a saber: Nomes próprios ordinários são logicamente próprios ou são descritivos em conteúdo, como afirmam Russell e Frege? Apresentando em [NN]³⁹ o que Salmon e Soames ([I], p.8) consideram uma crítica devastadora à teoria clássica, Kripke argumenta

³⁹ Os problemas tratados por Kripke em seu ensaio [NN] ultrapassam o roteiro deste trabalho. Apenas serão citados aqui, de forma não exaustiva, alguns aspectos de sua teoria necessários para a compreensão de sua argumentação em *A Puzzle About Belief*. O trabalho de Kripke pode ser avaliado, em português, na tese de Costa [SLLN], 1988.

que a teoria de Frege-Russell⁴⁰ em termos de nomes próprios, vista como uma reação à teoria dos nomes de Mill, que considera que os nomes próprios não têm sentido, está errada. Nomes não possuem o sentido fregeano, argumenta Kripke e sustenta sua argumentação, apresentando a famosa nota de rodapé do próprio Frege em [SR] sobre Aristóteles⁴¹. Se os nomes tivessem sentido, este não poderia ser caracteristicamente expresso pelo tipo de descrições definidas usadas por Frege.

Para Kripke, parece que o que Frege quer dizer com tal exemplo é que existe uma espécie de frouxidão ou fraqueza na linguagem natural. Assim, não se pode impedir que as pessoas atribuam diferentes sentidos ao nome próprio. No caso de Aristóteles, por exemplo, poderia ser 'O mestre de Alexandre', 'O discípulo de Platão', 'O Pai da Lógica' etc. Mas tal atitude não é correta, afirma Kripke, pois,

[1.67] Se 'Aristóteles' significa 'o homem que ensinou Alexandre o Grande', então dizer que 'Aristóteles era professor de Alexandre o Grande' seria uma tautologia. Mas seguramente não é; expressa o fato de que Aristóteles ensinou Alexandre o Grande, algo que poderíamos descobrir ser falso. Então, ser *o professor de Alexandre o Grande* não pode ser parte do [sentido do] nome. ([NN], p.30)

Além disso, o grande problema que Kripke vê nessa teoria é a confusão que ela faz entre fixar o significado e fixar a referência dos nomes.

Parece certo afirmar-se que os nomes são primeiramente introduzidos na linguagem associando a eles um critério de identificação para o seu referente. Mas esse critério, para Kripke, serve, apenas, para fixar a referência do nome, não o seu sentido, pois nada pode fixar o seu sentido porque nomes não têm sentido.

Nada impede que se diga que por Cícero entende-se o homem que denunciou Catilina, Hesperus pela estrela da manhã; mas o problema, para

⁴⁰ Kripke identifica o trabalho de Frege e de Russell sob um só rótulo. Para ele, em termos do ponto que vai tratar, as teorias de Frege e Russell sob o nome próprio não diferem de maneira importante. Em seu apêndice ao capítulo 5 - Note on an Attempted Refutation of Frege de [FPL], Dummett faz uma defesa de Frege contra Kripke, salientando que "uma vez que se distingue a teoria do sentido de Frege da teoria das descrições de Russell, vemos que a maior parte da teoria de Frege não é afetada pela crítica de Kripke." (Dummett[FPL], p.110)

⁴¹ Cf. [SR], p.63

Kripke, é que pode ocorrer que uma descrição não distinga apenas um único referente. Suponha o enunciado (122) abaixo,

(122) O inventor do cálculo diferencial inventou o cálculo integral

Seria bem plausível que alguém usasse o nome 'Newton' para referir-se à descrição acima. Mas, também seria plausível que alguém usasse o nome 'Leibniz' para referir a mesma descrição, pois ambos, Newton e Leibniz, separadamente, inventaram esses dois cálculos. Seguindo o raciocínio de Kripke, então, uma tese descritivista⁴² que se baseia em uma hipótese do tipo em (123)

(123) Considere-se um feixe de propriedades x. Se a maioria das propriedades, ou as de maior peso, são satisfeitas por um único objeto y, então y é o referente de x

é totalmente falsa, pois,

[1.68] Propriedades importantes de um objeto não são, necessariamente, essenciais a menos que 'importância' seja usada como sinônimo para 'essência'. (Kripke [NN], p. 77)

Além disso, em algum *mundo possível*⁴³ seria viável dizer que 'Newton poderia não ter sido o inventor do cálculo integral', mas não se poderia dizer que 'Newton poderia não ter sido Newton'. Conforme Kripke, 'Newton' é um designador rígido e designa a mesma coisa em qualquer mundo possível.

Esta intuição de que nomes próprios designam a mesma coisa em toda e qualquer situação contrafactual sustenta – e por sua vez é sustentada por – a consideração de que enunciados de identidade verdadeiros, como 'Hesperus=Phosphorus', são verdades necessárias. Se é assim que ocorre,

⁴² Aqui Kripke trata das chamadas teorias neodescritivistas que seguem os passos trilhados por Frege e Russell.

⁴³ Mundo possível, para Kripke, não é uma forma de construção de um outro mundo. Considera mundos possíveis a partir de situações contrafactuals. "Um mundo possível é dado pelas condições descritivas que nós associamos a ele. O que nós significamos quando nós dizemos 'em algum mundo possível eu poderia não ter dado esta palestra hoje'? Nós acabamos de imaginar a situação onde eu decidi não dar esta palestra ou decidi proferi-la em algum outro dia [...]" (Kripke [NN], p.44)

Linsky [OC] acredita que uma consequência desta tese é que nomes próprios co-designativos são intersubstituíveis, *salva veritate*, em contextos modais.

Considerando, pois, uma das formas do enigma proposto por Quine e outros de que, através de (124) e (125),

(124) Hesperus=Phosphorus

(125) (Hesperus=Hesperus)

chega-se pela substituição dos idênticos ao enunciado falso (126),

(126) (Hesperus = Phosphorus)

Kripke resolve o enigma mantendo que, de fato, nomes próprios co-designativos são intersubstituíveis em contextos modais e (126) é verdadeira porque ela é uma verdade necessária *a posteriori*⁴⁴.

Supondo-se como correto o tratamento que Kripke dá para o exemplo de 'Hesperus e Phosphorus' em contextos de modalidade, uma pergunta surge: como tratar outro enigma, semelhante ao anterior, mas que em vez de necessidade apresenta uma modalidade de crença? Em outras palavras, como Kripke irá resolver a questão da não intersubstituibilidade de idênticos em contextos de AP conforme o exemplo abaixo?

(127) Hamurabi acredita que Hesperus = Hesperus

que, apesar de (124), não garante a verdade; pelo contrário, conduz à falsidade de (128).

(128) Hamurabi acredita que Hesperus = Phosphorus

⁴⁴ Kripke discorda do sistema kantiano. Para ele, é possível existirem enunciados necessários *a posteriori* (como o que envolve as verdades matemáticas) e contingentes *a priori* (como a fixação da referência mediante uma descrição definida). Cf. Costa [SLLN], p.124-125.

Recapitulando, se Kripke argumentou que nomes, por não possuírem sentido, são substituíveis em contextos modais, como ele pode explicar agora a falha na substituição de (128)? Linsky responde:

[1.69] Obviamente Kripke não irá dizer que [128] é verdadeiro e que nossa convicção de sua falsidade está baseada na confusão das modalidades; pois ninguém argumentaria que uma afirmação de crença (como em [128]) não pode ser verdadeira porque [124] é uma verdade *a posteriori*. (Linsky [OC], p.143)

Kripke trata dessa questão e de outras relacionadas em *A Puzzle About Belief* [PAB], onde ele se propõe a mostrar que outros princípios – o da *desmenção* e o da *tradução* – estão envolvidos nesta área paradoxal, e que ainda está em aberto a questão se os contextos de crença são shakesperianos⁴⁵ ou não.

Em suas palavras,

[1.70] Eu apresentarei - e isto formará o ponto do presente artigo - um argumento para um paradoxo sobre nomes em contextos de crença que não invoca qualquer princípio de substituíbilidade. Em vez disso, o argumento estará baseado nos princípios - aparentemente tão óbvios que o seu uso nesses argumentos é ordinariamente tácito - de *desmenção* e *tradução*. ([PAB], p.117)

O *Enigma* é o seguinte:

Suponha que Pierre é um falante nativo de francês, que vive na França, e não conhece nenhuma outra língua exceto o francês. Ele, obviamente, ouviu falar daquela cidade distante, London, que ele chama de Londres. Com base no que ouviu dessa cidade, ele é inclinado a dizer em francês (129),

(129) Londres est jolie.

E se ele repete frequentemente este enunciado de forma sincera, pode-se concluir que seus colegas, ouvindo-o falar (129), concluiriam (130),

(130) Pierre croit que Londres est jolie.

⁴⁵ Geach introduziu este termo baseado nas linhas de Shakespeare: "uma rosa, mesmo com qualquer outro nome, ainda cheiraria tão doce". Isto é, será que os nomes próprios correferenciais são um válido modo de inferência e, por conseguinte, a substituíbilidade é admitida?

Algum tempo depois, Pierre é obrigado a se transferir de cidade, de fato, de país, e vai morar num subúrbio pobre, sujo e feio de uma cidade chamada London. Pierre, não sabendo inglês, tem que aprender esta língua pelo método direto, sem traduções para o francês. Conversando, agora com seus novos vizinhos, que não sabem uma palavra de francês, Pierre ouve-os sempre falar de London como a cidade em que eles vivem. A experiência de sua convivência na nova cidade não tem qualquer semelhança com a 'Londres' que ele ouvia falar em Paris. De forma que ele se sente inclinado a dizer para seus novos colegas de trabalho que, como mostra (131),

(131) London is not pretty

e eles assentem disso que (132)

(132) Pierre believes that London is not pretty

Obviamente, (130) e (132) originam-se dos enunciados (129) e (131) proferidos por Pierre. Está claro que nunca ocorreu a Pierre que a cidade que ele chama 'Londres' quando fala em francês é a mesma 'London' quando fala em inglês.

A pergunta que Kripke faz é como descrever tal situação? Pierre acredita ou não que Londres é bonita?

Kripke reconhece que não tem uma ideia clara de como resolver este enigma. Passa, no entanto, a examinar as possibilidades de análise que possam caracterizar a atitude de Pierre em Londres:

[1.71] Examinamos quatro possibilidades para caracterizar Pierre enquanto em Londres. (a) nessa época, já não respeitamos seu enunciado em francês (*Londres est jolie*), e ocorre que não atribuímos a ele crença correspondente; (b) não respeitamos seu enunciado em inglês (ou a falta dele); (c) não respeitamos nenhum dos enunciados; (d) respeitamos ambos. Cada possibilidade parece nos conduzir a dizer que ou é totalmente falsa ou contraditória. [...] Eis aqui o paradoxo.⁴⁶ ([PAB], p.123)

⁴⁶ Para discussão completa das quatro possibilidades, cf. Kripke [PAB], p.121-122.

Ele não apresenta uma solução para o paradoxo. De acordo com Salmon & Soames (1988), o que ele deseja demonstrar é que as dificuldades que envolvem o uso ordinário dos nomes próprios ao especificarem a crença de alguém surgem quando tais nomes são tratados como logicamente próprios, quando são vistos como essencialmente descritivos ou quando não se toma qualquer decisão explícita sobre seu conteúdo.

[1.72] Na realidade, ele [Kripke] mostra que tais dificuldades podem ser geradas independentemente dos princípios padrões de substituíbilidade. (Salmon & Soames [I], p.8)

Por exemplo, se for usado o *Princípio da Desmenção*, a saber

I. "Se (em um dado contexto) S sincera, reflexiva e competentemente concorda com a sentença "p", então S acredita a proposição *que p* (expressa por "p" no contexto)". (Austin [WTMT], p.28)

Kripke argumenta que se pode derivar uma contradição, não somente dos julgamentos de Pierre, como de quem os analisa.

[1.73] Pois com base no seu comportamento como falante de inglês, concluímos que ele [Pierre] *não* acredita que Londres é bonita (isto é, não é o caso que ele acredita que Londres é bonita). Mas com base no seu comportamento como falante de francês, devemos concluir que ele *acredita* realmente que Londres é bonita. Isto é uma contradição. (Kripke [PAB], p.123)

Ele se pergunta, então, que conclusões podem ser tiradas de seu artigo. Em primeiro lugar, que o enigma *é* um enigma e que a teoria das crenças deve aprender a lidar com ele. Em segundo lugar, que o enigma sobre Pierre serve como um contraexemplo (ou pelo menos serve para não garantir) àqueles que defendem que os contextos de crença não são shakesperianos, isto é, nomes próprios co-designativos não são intercambiáveis nesses contextos *salva veritate*.

[1.74] O ponto *não* é, obviamente, que nomes próprios co-designativos são intercambiáveis em contextos de crença *salva veritate*, ou que eles são intercambiáveis em simples contextos mesmo *salva significatione*. O ponto é que os absurdos que podem ser gerados pela desmenção mais a substituíbilidade são exatamente parelhos aos absurdos gerados por desmenção mais tradução ou, até mesmo, somente pela desmenção [...] no estágio atual de nosso

conhecimento, penso que seria uma bobagem tirar qualquer conclusão, positiva ou negativa, sobre a substituibilidade. (Kripke [PAB], p. 134-135)

Não se conclua daí que, mesmo que se considerassem contextos de crença como não shakesperianos, esse fenômeno se apresentasse para dar sustentação à teoria frege-russelliana de que os nomes possuem sentido descritivo. Para Kripke,

[1.75] Existem argumentos bem conhecidos contra as teorias da descrição, independentes de nossa atual discussão. Existe a implausibilidade do ponto de vista de que diferença em nomes é uma diferença em idioleto; e, finalmente, existem argumentos neste artigo [PAB] que as diferenças de propriedades associadas não explicam os problemas em nenhum caso. ([PAB], p.135)

Ele conclui, por fim, que, na ausência de um melhor entendimento dos paradoxos apresentados em seu artigo, há ainda menos garantia de se usar as alegadas falhas de substituição em contextos de crença para se retirar conclusões teóricas significantes sobre os nomes próprios.

Alguns trabalhos sugerem soluções para o *Enigma de Kripke*, apelando para outros tipos de abordagens. Entre eles, destaca-se o trabalho de Böer & Lycan [KW], que defendem uma abordagem representacional que, segundo eles, tem um forte potencial para resolver esse enigma, entre outros. Trata-se de uma abordagem que une semântica e psicologia cognitiva e que, de acordo com os autores, oferece inúmeras vantagens sobre abordagens rivais que apelam para sentidos fregeanos ou mundos possíveis. Owens [CASAP] também argumenta que, se for considerado plenamente o ponto de vista epistêmico sobre as possibilidades dos fatores contextuais, está aberto um caminho para a resolução dos enigmas do tipo do Pierre apresentado por Kripke. Donnellan [BIR], por sua vez, rejeita a afirmação de Kripke de que a objeção fregeana baseia-se no princípio linguístico apresentado por ele em seu enigma. Para Donnellan, o *Enigma de Frege* surge do conceito que se tem de crença e não deveria ser construído como dependente de princípios linguísticos como o da 'desmenção' e o da 'tradução'. Além disso, em outro artigo [CAPRD], da mesma forma que Schiffer

[NK], contesta a questão do *apriorismo* defendido por Kripke e Katz [TNTR] defende uma visão neoclássica contra o trabalho de Kripke etc.⁴⁷

Por fim, uma outra visão lógica alternativa e rival a Frege e Russell merece ser apresentada. Trata-se do trabalho de Hintikka sobre as AP dentro do desenvolvimento de sua Lógica Doxástica.

Hintikka inicia seu artigo *Semantics for Propositional Attitudes* [SFPA] negando a distinção fregeana de uma teoria do sentido e uma teoria da referência. Para ele, esta distinção é profundamente enganosa.

[1.76] Em vez de teoria da referência e teoria do sentido talvez devêssemos falar, em alguns casos, de teoria de referência simples e referência múltipla, respectivamente. ([SFPA], p.145)

Hintikka reconhece que a linha de argumentos em favor da separação das teorias possui um sólido fundamento intuitivo, mas, no entanto, as implicações daí retiradas são diferentes do que normalmente se imagina que são. Em primeiro lugar, ele argumenta que o conceito de 'sentido' não é claro, por outro lado, considera sem esperança qualquer teoria do sentido que não esteja ligada com a ideia de informação que a sentença apresenta para o leitor/ouvinte. A importância desse tratamento da informação, isto é, informação para que a sentença seja verdadeira e que o mundo seja de tal forma que esteja de acordo com as condições-de-verdade da sentença, é porque Hintikka considera que em linguagens de primeira ordem essas condições-de-verdade não podem ser despojadas da referência dos termos singulares e das extensões de seus predicados.

Segue-se disso que o valor-de-verdade de uma sentença é uma função da referência dos termos que ela contém, não de seus 'sentidos'. Portanto, para genuínas linguagens de primeira ordem, a teoria da referência é a base de uma teoria do sentido, e sobre esse ponto Hintikka comenta,

[1.77] Se o que eu disse até aqui é correto, então a ênfase que os filósofos colocam na distinção entre referência e sentido (Bedeutung e Sinn) é motivada somente pelo fato de eles terem

⁴⁷ Inúmeros outros trabalhos poderiam ser aqui citados que corroboram ou refutam, de alguma forma, a abordagem kripkiana. Como não é objetivo deste trabalho fazer uma análise exaustiva do trabalho de Kripke e, sim, apenas traçar a via principal de acesso ao caminho teórico das AP, tais trabalhos não serão detalhados.

implícita ou explicitamente considerado conceitos que vão além do poder expressivo da linguagem de primeira ordem. ([SFPA], p.148)

Provavelmente, continua, o tipo mais importante de tal conceito é uma *atitude proposicional*. Hintikka considera que um dos problemas mais interessantes ao se tratar as AP é até que ponto tem-se que assumir entidades além dos indivíduos usuais (membros do domínio de indivíduos I) para se dar um tratamento satisfatório do significado das AP.

As AP, para Hintikka, possuem como característica distintiva o fato de que ao usá-las entra em jogo mais de uma possibilidade em relação ao mundo, isto é, diferentes possibilidades em relação a vários mundos possíveis (MP)

[1.78] [...] mesmo que **p** e **q** sejam equivalentes, isto é, mesmo que as possibilidades 'reais' em relação ao mundo que eles admitem e excluem sejam as mesmas

a sabe/acredita/lembra/espera que p
e
a sabe/acredita/lembra/espera que q

não precisam ser equivalentes pois as aparentes possibilidades (para a) admitidas por **p** e **q** não precisam ser idênticas. (Hintikka [SFPA], p.149)

E esse tratamento de vários mundos possíveis comporta a suposição básica de Hintikka de que uma atribuição de qualquer AP para a pessoa em questão envolve uma divisão de todos os mundos possíveis em duas classes: os mundos possíveis que estão de acordo com a atitude em questão e os que são incompatíveis com ela⁴⁸.

A pergunta que Hintikka se faz, pois, é que tipo de semântica é apropriada para o tratamento das AP? E ele responde que, obviamente, o que está envolvido é um conjunto Ω de mundos possíveis e que cada um deles, por exemplo, $\mu \in \Omega$, é caracterizado por um conjunto de indivíduos $I(\mu)$ existente naquele MP. A interpretação de constantes individuais e predicados será uma

⁴⁸ Hintikka esclarece que pode haver AP que não se enquadrem nessa divisão. Mas, para ele, "Se realmente existem tais AP recalcitrantes, ficarei feliz em restringir o escopo do meu tratamento de maneira a excluí-las. Ainda restarão noções extremamente importantes dentro do meu método." (Hintikka [SFPA], p.150)

função de dois argumentos $\phi(a, \mu)$ ou $\phi(Q, \mu)$ que também depende do MP_μ em questão.

O que ocorre de novo com esta extensão de sua semântica é que a referência $\phi(a, \mu)$ de um termo singular depende de μ ; e isso é muito ilustrativo porque mostra que para se dizer que o sentido de um termo é o caminho pelo qual a referência é determinada, tem-se que considerar, primeiro, como a referência varia em diferentes MP e, conseqüentemente, isto vai além das linguagens de primeira ordem, conforme Hintikka sugeriu acima.

Recapitulando, para se entender as atribuições das AP em questão, deve-se estar apto a fazer uma distinção entre dois tipos de MP; e a contraparte semântica para isso é uma função que atribui para um dado indivíduo um conjunto de MP.

O que poderia causar algum problema nesta abordagem de Hintikka é que o indivíduo da crença em questão poderia apresentar diferentes atitudes nos diferentes mundos que estão sendo considerados. Essa função, então, teria que ser uma relação que, para um certo indivíduo e para um MP_μ dado, associa um número de MP, os quais Hintikka denomina de *alternativos de μ* . E essa transformação pode ser vista na expressão (133) abaixo,

(133) "Bap é verdadeira em um MP_μ sse p é verdadeira em todos os alternativos para μ "

Considerando B como tendo a função ϕ_B que em um dado MP_μ e para um dado indivíduo a associa um conjunto de MP $\phi_B(a, \mu)$, isto é, o conjunto de todos os alternativos de μ , (133) pode ser reescrito como (134)

(134) "Bap é verdadeira em μ sse p é verdadeira em todos os membros de $\phi_B(a, \mu)$ "

Em termos de linguagens de primeira ordem, o entendimento de uma constante individual requer que se saiba a que indivíduo ela representa. Hintikka considera que, em termos de AP, essa noção tem que ser ampliada no sentido de

que é necessário saber a quem a constante individual refere nos diferentes mundos possíveis que estão sendo considerados. Além disso, o que está envolvido no entendimento de uma AP é precisamente a distinção que é expressa pela função que serve para definir as relações alternativas de MP.

Para Hintikka, as observações acima permitem que sejam resolvidos todos os problemas relacionados ao uso da identidade no contexto das AP, assim como o problema da quantificação em contextos governados por palavras para AP, na medida em que não se quantifica nelas⁴⁹.

[1.79] Por exemplo, podemos, de uma vez, ver porque o familiar princípio da substituibilidade da identidade está fadado a falhar na presença de atitudes proposicionais quando aplicadas a termos singulares arbitrários. Dois desses termos podem, digamos **a** e **b**, referir a um e único indivíduo no mundo real [...] tornando, assim a identidade 'a=b' verdadeira, e, mesmo assim, falhar para referir o mesmo indivíduo em algum outro (alternativo) mundo possível. [...] Visto que a presença de atitudes proposicionais significa (se eu estou certo) que esse outros mundos possíveis também devem ser discutidos, na sua presença a verdade da identidade 'a=b' não garante que as mesmas coisas podem ser ditas das referências de **a** e **b** sem qualificação, isto é, não garante a intersstituibilidade dos termos **a** e **b**. (Hintikka [SFPA], p.155)

O que o autor pretende é mostrar que uma teoria semântica satisfatória, como a que apresenta, consegue resolver os enigmas sem necessitar usar o Sinn (sentido) de Frege e sem ter que se comprometer com conceitos individuais em qualquer sentido ordinário da palavra.

[1.80] Pelo contrário, o que precisamos é de funções individualizadoras [...]. E o que estas funções fazem não está conectado às idéias da tradicional teoria do sentido. O que elas fazem é precisamente nos dar os indivíduos sobre os quais ingenuamente pensamos que nossos enunciados singulares são, e sobre os quais pensamos que nossos termos singulares se referem. As funções de $f \in \mathbf{F}$ são os veículos primeiros de nossas referências para indivíduos quando discutimos atitudes proposicionais. ([SFPA], p.165)

Ele deseja provar que a semântica dos mundos possíveis lida tão satisfatoriamente com modalidades aléticas que é natural supor que a mesma abordagem para atitudes proposicionais será bem sucedida, em razão das analogias sintáticas e semânticas muito próximas entre elas. E é por essa razão

⁴⁹ Sobre esse assunto, cf. [SFPA], p. 155-156 onde Hintikka trabalha com os problemas levantados por Quine sobre quantificação.

que ele inclui a sua abordagem dentro da lógica doxástica. Essas intuições, de acordo com Linsky [OC], levam aos seguintes princípios

J. "a sabe (acredita) que p , se, e somente se, em todos os mundos epistemicamente (doxasticamente) possíveis compatíveis com o que a sabe (acredita) é o caso que p "

K. "a não sabe (acredita) que p , se, e somente se, em algum mundo epistemicamente (doxasticamente) possível compatível com o que a sabe (acredita) não é o caso que p "

(Linsky [OC],p.84)

Por fim, cabe uma última palavra a respeito de teorias que abordam o problema das AP com uma visão cognitiva. Fodor e Jackendoff serão os representantes dessa corrente apresentada em 1.3.

1.3 AP: DESDOBRAMENTOS DA FCP – CONTEXTO COGNITIVISTA

Como a anterior, esta seção está a serviço de oferecer um quadro mínimo dentro da concepção cognitivista contemporânea. Com o advento das ciências cognitivas, especialmente a partir dos anos 50, o paradigma logicista tem sido desafiado na base, e o representacionalismo reinterpreta problemas clássicos da filosofia da linguagem como é o caso das AP. Ainda como a seção anterior, as abordagens descritas não são tratadas com qualquer intenção de exaustividade a não ser naquilo em que Cresswell e Richard possam se opor.

Em sua teoria representacional da mente (TRM), Fodor postula a existência de uma linguagem do pensamento como um conjunto infinito de 'representações mentais' que funcionam tanto como objetos imediatos de atitudes proposicionais como os domínios dos processos mentais. Para ele, a TRM é a conjunção de duas alegações, a saber:

- i. Quanto à natureza das atitudes proposicionais;

Para qualquer organismo O, e qualquer atitude A em relação à proposição, existe uma relação R (computacional/funcional) e uma representação mental RM tal que:

RM significa que P, e

O tem A sse O conduz A para RM

ii. Quanto à natureza dos processos mentais;

Processos mentais são seqüências de *tokenings* de representações mentais.

(cf. Fodor [PSY], p.17)

Em outras palavras, em i, Fodor quer dizer que 'crer em algo' é possuir um símbolo mental; que significa que tal algo é simbolizado na mente de alguma forma, ou conforme suas palavras, é ter um *token* na 'caixa de crença'⁵⁰.

Em ii, ele deseja deixar explícito que uma cadeia de pensamentos é uma seqüência causal de *tokenings* de representações mentais que expressam as proposições que são os objetos do pensamento.

[1.81] Como uma primeira explicação, pensar 'vai chover, portanto vou entrar' é ter um *tokening* de representação mental que significa 'vou entrar' causada, de certa forma, por um *tokening* de representação mental que significa 'vai chover'. ([PSY], p.17)

Para construir uma teoria das atitudes proposicionais consoante com o que foi dito sobre representações mentais, Fodor defende a ideia de que tal teoria deve apresentar o tratamento das AP como relações entre organismos e representações mentais, sendo os objetos de AP sentenças internas; em especial, o verbo numa sentença como 'Scott acredita que está chovendo' expressa uma relação entre Scott e algo mais, e um *token* dessa sentença é verdadeiro se Scott se mantém numa relação de crença com essa coisa.

Além disso, a construção da teoria necessita estar de acordo com algumas condições *a priori* que endossam esse tratamento:

⁵⁰ 'caixas de crença' é uma maneira "taquigráfica" de se apresentar atitudes como estados funcionais. Esta ideia se deve à Schiffer (1981).

- a. Uma teoria de AP deve explicar o paralelismo entre os verbos de AP e os verbos de dizer (condição de Vendler);

Segundo Fodor, a condição de Vendler (assim nomeada devido ao trabalho de classificação dos verbos de AP e Dizer feito por Vendler (1972)) pode ser reformulada da seguinte maneira: aquilo sobre o qual se pode acreditar (querer, esperar, lamentar, etc.) é a mesma coisa sobre o qual se é possível falar (asseverar, afirmar, etc.). Portanto, é correto considerar que um exemplo como (135)

(135) Marco Antônio acredita que Brutus é traidor

pode proporcionar um exemplo como (136):

(136) Marco Antônio diz que Brutus é traidor

- b. Uma teoria de AP tem que dar conta da opacidade das AP (condição de Frege);

isso, no sentido de que uma teoria das AP tem que explicar porque sentenças de crença normalmente não mantêm as mesmas condições-de-verdade quando há substituição de idênticos, enquanto que sentenças declarativas de posicionamento livre mantêm. Fodor defende a posição de que a opacidade deve ser explicada, mas não seguindo os preceitos da condição de Frege;

[1.82] Idealmente, uma abordagem da opacidade deve vir de uma teoria que seja independentemente plausível. (Fodor [R], p.182)

- c. Objetos de AP têm uma forma lógica (condição de Aristóteles)

Estado mentais interagem causalmente e é crucial para todo o programa cognitivista – que explica comportamento com referência a estados mentais – que as atitudes proposicionais pertencentes a essas cadeias sejam tipicamente não arbitrariamente relacionadas a seu conteúdo. Para Fodor,

[1.83] nossas generalizações psicológicas de senso comum relacionam estados mentais em virtude de seu conteúdo, e a representação

canônica faz o que pode para reconstruir tais relações de conteúdo como relações de forma. A condição de Aristóteles exige que nossa teoria de AP racionalize esse processo, construindo verbos de AP de modo que permitam referência à forma de seus objetos. ([R], p. 184)

d. Uma teoria de AP deve entrosar-se a abordagens empíricas de processos mentais. (cf. [R], p.181-184)

No sentido de que uma teoria das AP deve dizer o que são *tokens* de AP ou, pelo menos, quais são os fatos que tornam as atribuições de AP verdadeira.

Fodor não apresenta especificamente uma teoria das AP nem tampouco se detém em exemplificações; preocupa-se, isto sim, em estabelecer os fundamentos necessários para que AP possam ser coerentemente tratadas. Em sua opinião,

[1.84] ter uma certa atitude proposicional é estar em uma certa relação com uma representação interna. Isto é, para cada uma das atitudes proposicionais que um organismo pode formular, existe uma representação interna e uma relação tal que estar nessa relação para com uma representação é nomologicamente necessária e suficiente (ou nomologicamente idêntica) para se ter a atitude proposicional. ([TLT], p.198)

Ao falar em representação, Fodor salienta que não se trata, em absoluto, de uma relação com proposições; *proposições são espécies de coisas que não possuem, de maneira relevante, formas*⁵¹. Além do mais, ele não entende como um organismo pode manter uma relação (interessante epistemicamente) com uma proposição a não ser mantendo (de forma funcional e causal) uma relação com algum *token* de uma fórmula que expressa a proposição. Crenças são atitudes em relação a sentenças, isto é, sentenças internas são o objeto de atitudes de crença.

Por fim, ele chama a atenção para outro aspecto importante de sua abordagem, a saber, o fato de ele considerar possível de 'x acreditar P' e 'x acreditar não P', mesmo que a contradição seja óbvia.

[1.85] De acordo com a minha história, se tudo o que sabemos é que dois estados de crença de uma pessoa diferem, então, tudo o que

⁵¹ cf. Fodor [R], p.201.

podemos inferir é que ou eles diferem no conteúdo, ou no veículo ou no papel funcional. ([SAIB], p.167)

Uma consequência dessa concepção está no fato de Fodor justificar o paradoxo de Kripke. Na crença de Pierre em relação a Londres e London ocorrem dois estados de crença distintos, mas não porque Londres/London apresentam diferença no sentido, e sim porque a diferença se concentra no veículo⁵² pelo qual o conteúdo da atitude é apresentado.

Jackendoff [SC] desenvolve um trabalho radicalmente diferente e consideravelmente mais geral do que as abordagens tradicionais. Em primeiro lugar, discute dois pontos essenciais que devem ser levados em conta para o tratamento das AP que são o *Princípio da Opacidade* – que é um princípio sobre a descrição das crenças e conduz a ambigüidades transparentes e opacas – e a *Arbitrariedade da Crença* – que permite a suspensão de princípios lógicos e é uma intuição sobre as próprias crenças. Segundo ele, o problema para abordar contextos de crença reside em conciliar-se a arbitrariedade da crença com o princípio da opacidade, além disso,

[1.86] é importante reparar o diferente status dessas duas observações sobre contextos de crença. A arbitrariedade da crença, que permite a suspensão de princípios lógicos, é uma intuição sobre as próprias crenças. O princípio da opacidade, que conduz às ambigüidades transparente-opaco, é um princípio sobre a *descrição* das crenças; é um fato sobre a língua. ([SC], p.214)

Embora muitos teóricos tenham tentado essa conciliação através de teorias de escopo (*de dicto*, *de re*), Jackendoff argumenta que elas são falhas pois, entre outros problemas, apresentam leituras que são violações da *Restrição Gramatical* (princípio que impõe que a teoria semântica deve ser capaz de generalizações arbitrárias sobre a sintaxe e o léxico). A título de exemplificação, observe as leituras da sentença 'Ralph acredita que Tully não é tão gago quanto ele é' abaixo:

(137) Transp: $\exists x$ (Tully é x gago) e (Ralph acredita que Tully não é x gago)

⁵² Veículo é um símbolo; um *token* espaço-temporal particular que tem propriedades sintáticas e semânticas e um papel causal.

(138) Opaco: Ralph acredita que ($\exists x((\text{Tully é } x \text{ gago}) \text{ e } (\text{Tully não é } x \text{ gago}))$)

o que ocorre com exemplos comparativos como esses é que o sintagma ligado pelo quantificador é sintaticamente um sintagma de grau, que não é normalmente tratado como uma posição ligável. Conseqüentemente, em vez de (137) e (138), que já violam a sintaxe da sentença que devem expressar, com frequência se vê um tratamento como (139), que viola ainda mais a restrição gramatical:

(139) $\exists x ((x = \text{ o grau no qual Tully é gago}) \text{ e } (\text{Ralph acredita que } (\text{Tully não é gago como o grau } x)))$

Um outro problema em relação à abordagem de escopo diz respeito à leitura da sentença complemento de 'acredita' quando a sentença principal contém um modificador como 'de fato' ou 'em essência' etc. Para Jackendoff, em exemplos como (140) e (141),

(140) Ralph acredita (de fato) que o átomo do carbono contém dois elétrons na esfera exterior

(141) Ralph acredita que o elemento carbono tem a valência +2

a leitura opaca de (141) pode ser verdadeira e de (140) pode ser falsa (omitindo-se o modificador). Contudo, (140) e (141) possuem o mesmo valor-de-verdade em leituras transparentes.

Segundo Jackendoff, evidências como essas são várias e contribuem para se negar tratamentos em termos de escopo; e, mais ainda, para se ter uma abordagem que, realmente, dê conta das AP, deve-se, em primeiro lugar, deixar escrúpulos ontológicos de lado. Ele reconhece que Frege estava correto ao afirmar que a referência de sentenças em contextos de crença não é a sua referência ordinária, mas não concorda que essa referência anormal deva ser o sentido. Portanto, Jackendoff se propõe a apresentar um tratamento distante de preocupações ontológicas e filosóficas. Para ele, o importante é uma abordagem

que não está preocupada com as condições-de-verdade de 'crer' no mundo real, mas sim, que se preocupa com o que é #crença# – que estrutura um falante projeta sobre uma pessoa ao dizer 'ele acredita que isto ou aquilo é o caso'. Ele considera que essa estrutura pode ser qualquer tipo de #entidade# abstrata e o campo de possibilidades deve ser determinado empiricamente.

Jackendoff argumenta, então, que o problema das atitudes proposicionais deve ser tratado considerando-se #crença# como uma espécie de #representação#. Da mesma forma que #enunciados# e #pinturas#, uma #crença# é uma #representação mental# que pode ser referida em um discurso através da maioria dos mecanismos gramaticais disponíveis para a descrição de #representações verbais# (isto é, trabalhar não com o mundo real, mas com o mundo recriado e projetado na mente). Com o auxílio de regras de correspondência e meios de representação, ele desenvolve um mecanismo formal que, em sua opinião, dá conta das AP. Assim, considerando-se 'Ralph acredita que seu tio falecido está vivo' nos exemplos (142) e (143) escritos em termos de teoria de escopo,

(142) $\exists x (x = \text{seu tio falecido}) \text{ e } (\text{Ralph acredita que } x \text{ está vivo})$

(143) Ralph acredita que $(\exists x ((x = \text{seu tio falecido}) \text{ e } (x \text{ está vivo}))$

Jackendoff os retoma da seguinte forma:

(144) T (leitura enganada)

[BE([REP([BE ident. ([TR([SEU TIO FALECIDO], [VIVO])])]),

[NA([MENTE DE RALPH])])]

(145) O (leitura contraditória)

[BE([REP([BEident.([SEU TIO FALECIDO], [VIVO])])]), [NA([MENTE DE

RALPH])])]

em que as partes da sentença que se referem aos conteúdos de #crença# estão contidas no argumento de REP (função de representação) e aquelas partes de #crença# que são descritas transparentemente estão também no argumento do

operador TR (que, quando aplicado ao constituinte de [REP([X])], converte o constituinte em uma descrição transparente).

O importante, de acordo com Jackendoff, é que esta análise, correspondendo mais intimamente à noção intuitiva de #crença#, livra as #crenças# de quaisquer obrigações para com a lógica. Além do mais, diferentemente das teorias de escopo, que só podem expressar a distinção 'transparente-opaco' para NPs, os operadores REP e TR podem ser aplicados a qualquer constituinte conceitual. Por fim, ele argumenta que sua teoria naturalmente explica o fato de que só certos verbos criam uma constelação de características gramaticais encontradas nos contextos de crença, ou seja, os verbos que introduzem REP, cuja estrutura interna dá a esses verbos a maior parte de seu significado.

Traçado o percurso histórico-teórico das AP, de suas origens aos seus desdobramentos atuais, de Frege a Fodor, numa visão panorâmica horizontal, trata-se, agora, de examinar o tema do presente trabalho num *framework* conceitualmente sistematizado como uma verdadeira teoria semântica. Em outras palavras, é preciso passar, agora, para as abordagens das AP, que não apenas se limitem a oferecer elucidacões para certos enigmas, mas que se defrontem com a complexidade dos diversos casos de sentenças das AP, buscando adequação de análise a um domínio mais amplo de fenômenos linguísticos. Trata-se, enfim, de começar uma verticalização da análise do problema das AP, o que será feito através do exame minucioso dos trabalhos de Cresswell (1985) e Richard (1990).

2 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): A TEORIA DOS SIGNIFICADOS ESTRUTURADOS (TSE) DE CRESSWELL

Cresswell, em seu trabalho *Structured Meanings: The Semantics for Propositional Attitudes*,

(a) defende uma concepção semântica – dentro da tradição lógica de Frege, Carnap, e Montague – fundamentada na ideia de que o significado das sentenças é identificado com as situações, reais ou possíveis, em que a sentença em pauta é verdadeira. Em outras palavras, defende um tipo de semântica em que condições-de-verdade, mundos possíveis e intensões são fundamentos teóricos através dos quais pretende abordar a questão do significado enquanto entidade abstrata que se expressa na linguagem natural;

(b) está diante do problema clássico das AP, cujas raízes se encontram nos estudos fregeanos sobre referência indireta e valores-de-verdade de sentenças encaixadas, e que vem desafiando a argúcia teórica de inúmeros semanticistas e filósofos da linguagem;

(c) procura dar uma solução adequada para tal problema, ainda que não seja surpreendente ou original no seu nível de generalidade, desenvolvendo o *insight* de que os significados de palavras de AP como 'acredita' são sensíveis não somente à proposição expressa por uma sentença inteira, mas também ao significado de suas partes separadas, ou seja, a ideia fundamental de que o enigma das AP possa ser decifrado a partir da noção de SIGNIFICADOS ESTRUTURADOS;

(d) pretende apresentar essa solução de maneira que seja informalmente esclarecedora e formalmente viável. Informal, pois deseja evitar, o máximo possível, o peso de uma teoria formal, para melhor facilitar o entendimento de seu trabalho, utilizando-se, para isso, de uma linguagem aritmética, presumivelmente familiar a todos. Formal, por outro lado, pois pretende utilizar-se das linguagens categoriais, desde que só o detalhamento técnico de uma semântica rigorosa poderá ser capaz de elucidar as problemáticas nuances dos enigmas das AP.

Considerando-se (a), (b), (c) e (d), este capítulo tem por objetivos:

1. caracterizar os fundamentos ontológicos e metodológicos da teoria semântica de Cresswell;
2. determinar a estratégia teórica de análise das AP;
3. descrever os processos de análise e a tipologia das AP propostos por Cresswell.

Tudo isso para tentar mostrar, de maneira informalmente esclarecedora, por que ele considera a abordagem de Significados Estruturados a solução formalmente viável e adequada para o problema em questão.

Considerando 1 essencial para o desenvolvimento da proposta cresswelliana, será através da análise de como ele adota a semântica das condições-de-verdade, o conceito de mundos possíveis, o sistema de intensões e a linguagem categorial que este capítulo de imediato se inicia.

2.1 AP: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E ONTOLÓGICA

Conforme salientado acima, quatro são os aspectos fundamentais para Cresswell desenvolver seu trabalho: a semântica das condições-de-verdade, que diz que o significado de uma sentença é determinado pelas condições suficientes e necessárias que tornam essa sentença verdadeira; a semântica dos mundos possíveis, que permite que tais condições-de-verdade possam ser avaliadas não apenas relativamente a situações reais, mas a situações possíveis; o sistema de intensões, visto como, por exemplo, funções que ligarão coisas aos conjuntos de mundos; e a linguagem categorial, um sistema formal que apresenta as virtudes da linguagem formal sem maiores prejuízos à nossa intuição linguística, permitindo, além disso, e excepcionalmente, o tratamento da semântica isomorficamente conjugada ao da sintaxe.

A semântica das condições-de-verdade (SCV) tem sua origem nos trabalhos de Tarski (1935, 1944) sobre teoria da verdade como correspondência. Basicamente, sua teoria foi concebida para linguagens matemáticas e visou a

definir o predicado semântico de verdade não em termos semânticos e sim em termos sintáticos habituais às linguagens formais, levando em consideração duas condições que, em sua opinião, são absolutamente necessárias para qualquer teoria da verdade: adequação material – que diz respeito à convenção de verdade T, a saber: considera-se o uso do termo 'verdade' adequado desde que todas as equivalências da forma T possam ser asseveradas e que estejam em conformidade com T – e correção formal – que diz respeito à determinação da metalinguagem na qual se insere o predicado 'é verdade'.

Sua aplicação à linguagem natural se deve ao trabalho de Davidson (1967), que defendeu a tese de que dar uma teoria do significado para uma linguagem natural é proporcionar uma teoria da verdade para essa linguagem. Em outras palavras, conhecer o significado de uma oração equivale a saber todas as (possíveis) condições em que tal oração é verdadeira. Da mesma forma, deve-se a Montague (1970), que assume uma concepção matemática da linguagem, a rejeição da alegação de que existe uma diferença teórica importante entre as linguagens naturais e formais e, como Donald Davidson, considera a construção de uma teoria da verdade (ou melhor, a noção mais geral de verdade sob uma interpretação arbitrária) como o objetivo básico de estudos sintático-semânticos sérios.

Uma SCV estabelece, pois, como princípio que, para se apreender o significado de uma sentença declarativa, é necessário saber como o mundo deve se apresentar para que a sentença seja verdadeira. Dito de outra forma, atribuir o significado a uma sentença é especificar as suas condições-de-verdade, isto é, como referido acima, estabelecer as condições necessárias e suficientes para que a sentença seja verdadeira⁵³.

Uma boa pergunta a ser feita seria: de que maneira são atribuídas tais condições suficientes e necessárias para se determinar a verdade de uma sentença? e uma boa resposta poderia ser dada através de uma exemplificação como abaixo, a saber:

Considere a sentença em (1)

⁵³ Embora existam outras teorias semânticas que não adotam essa noção de significado vinculada às condições-de-verdade, Lewis ([GS], p.1) considera que uma semântica sem o tratamento das condições-de-verdade não é semântica.

(1) A Torre de Londres fica à margem esquerda do rio Tâmis

Em uma abordagem da SCV, diz-se que o estabelecimento do significado de (1) será bem sucedido tão logo seja especificado como o mundo⁵⁴ deve se apresentar para que a sentença seja verdadeira. Assim, pode-se dizer que a sentença será verdadeira se e somente se um certo objeto físico (entidade) nomeado pelas palavras 'A Torre de Londres' e outra entidade nomeada pelas palavras 'o rio Tâmis' encontram-se em uma certa relação espaço-temporal nomeada pelas palavras 'à margem esquerda do'.

É exatamente com esse tipo de semântica representada pelo exemplo (1) que Cresswell se compromete;

- [2.1] Para nós, semântica será o estudo da relação entre palavras e o mundo. Mais especificamente, seu objetivo será explicar a noção de uma sentença verdadeira sob uma interpretação dada. ([LL], p.17)

E sua concepção semântica, conforme salienta em nota de rodapé⁵⁵, enquadra-se dentro da tradição que remonta à Tarski (1935) e Davidson (1967), estando, no entanto, mais próxima aos trabalhos de Montague (1970a,b), na medida em que se utiliza da noção de interpretação dentro de um modelo estabelecido.

- [2.2] Para obtermos uma definição de semântica, devemos adicionar à nossa interpretação um subconjunto P como o conjunto de valores-de-verdade designados. Quando fazemos isso, convertemos uma interpretação⁵⁶ em o que pode ser chamado de modelo. ([LL], p.19)

E esse modelo para uma linguagem proposicional L consiste em uma tripla ordenada $\langle P, T, V \rangle$ na qual $\langle P, V \rangle$ corresponde a uma interpretação para L , e T é um subconjunto próprio de P . Uma sentença α de L será verdadeira em $\langle P, T, V \rangle$ sse $V(\alpha) \in T$.

⁵⁴ 'Mundo' simplesmente refere um complexo de coisas e situações sobre as quais a sentença pode falar.

⁵⁵ Cf. nota 23, p.17 de [LL].

⁵⁶ Entenda-se 'interpretação' para uma linguagem proposicional L como um par ordenado $\langle P, V \rangle$ em que P é um conjunto e V uma função, de maneira que: se $\alpha \in \Delta_0$ então $V(\alpha) \in P$
se $\delta \in \Delta_n$ então $V(\delta) \in P^n$

É provável que uma definição dessa natureza sofra críticas por ser muito geral. Cresswell argumenta, no entanto, que deseja apresentar um quadro teórico semântico que seja o suficientemente amplo para fornecer qualquer atribuição possível de significados para quaisquer símbolos em uma linguagem proposicional.

[2.3] Estamos interessados em linguagens proposicionais como linguagens e não queremos que nosso *framework* semântico imponha qualquer significado particular a qualquer símbolo. ([LL], p. 20)

Embora reconheça que há muito mais a se dizer sobre semânticas das condições-de-verdade, Cresswell considera que essa generalidade em seu sistema é o que basta para a elaboração de sua teoria, que se utilizará de mundos possíveis para dar conta do problema das AP.

A noção de mundos possíveis (MP) tem sua origem no trabalho de Leibniz *Discourse on Metaphysics* e foi reintroduzida na filosofia da linguagem moderna por Saul Kripke [NN], que trata de considerar MP a partir de situações contrafactuais ao mundo atualizado.

Grosso modo, poder-se-ia dizer que é uma noção que sustenta a hipótese de ser possível se imaginar o mundo em que se vive diferentemente do que ele é na realidade e, ao mesmo tempo, falar desse mundo diferente e do que poderia acontecer nele, de forma significativa.

Para ser mais explícito, observe-se o exemplo abaixo:

(2) Se Júlio César não tivesse casado com Cleópatra, o Senado o teria apoiado

É possível dizer que, embora no mundo real de (2) Júlio César tenha casado com Cleópatra e o Senado tenha deixado de apoiá-lo, poderia ter ocorrido uma instanciação contrafactual em que realmente ele não tivesse esposado Cleópatra e o Senado não tivesse planejado a sua morte. Esse modo diferente de o mundo ser é o que caracteriza, de acordo com a noção clássica de Leibniz, a intuição de *mundos possíveis*.

Contudo, como se sabe, a noção de MP é absolutamente não consensual entre os semanticistas modernos. O seu status ontológico tem sido motivo de acalorados debates filosóficos. Embora alguns introduzam essa noção como um primitivo, sobre o qual nada se pode dizer⁵⁷, Cresswell, já em trabalho anterior (1973), apresenta a noção de MP que adota em [SMSPA], isto é, define mundos possíveis como qualquer subconjunto de situações básicas particulares em que um mundo é determinado por um conjunto de pontos espaço-temporais. Defende uma espécie de abordagem de MP baseada em teorias físicas⁵⁸, dentro de uma visão atomística, em que as próprias situações onde as proposições são verdadeiras ou falsas é que determinam o conjunto de MP⁵⁹. ([LL], p.38-39)

[2.4] [...] estamos pensando em uma teoria tal que se conhecemos qualquer ponto espacial s e tempo t , e se existe ou não algo ocupando s em t , então sabemos o estado completo do mundo.⁶⁰
([LL], p.38)

Cresswell considera viável essa noção de mundo em termos de pontos espaço-temporais porque parece plausível supor-se que existem pelo menos tantos mundos possíveis quanto o número de conjuntos de pontos espaço-temporais. Além disso, ele salienta que um tal conjunto pelo menos determina um mundo (um mundo que é ocupado por esses e somente esses pontos) e na ausência de um candidato melhor, assume-se que o conjunto é um *mundo*.

Ele justifica o enriquecimento de sua SCV com este construto teórico por considerar que o uso de MP permite uma abordagem de contextos de AP que, de uma maneira clara e precisa, ajudará a captar as relações de significado que se mantêm entre diferentes sentenças em contextos opacos. E é com o objetivo de mostrar, portanto, que a semântica das atitudes proposicionais pode ser

⁵⁷ Cf. Cresswell [LL], p.37.

⁵⁸ De acordo com Cresswell, "Ao dizer que estou tomando partido em favor do fisicalismo, eu quero dizer, obviamente, o que Fodor (1975, p.12) chama de *token physicalism*". (Cresswell [SMSPA], p.163)

⁵⁹ Atomísticas, de acordo com Cresswell, em termos do papel que possuem na análise linguística. "Nisso, eles [MP] são como as partículas últimas da física" ([LL], p.38) Atomísticas, mas entidades linguísticas cf. descrições de estados carnapianos ([MN], p.9).

⁶⁰ Em essência, a maneira como Cresswell define MP em termos de pontos espaço-temporais também foi aplicada por Quine ao tratar de atitudes de organismos que não apresentam a linguagem natural (1969).

acomodada dentro da semântica dos mundos possíveis⁶¹ que Cresswell em [SMSPA], guardados os princípios apresentados em [LL], refaz o caminho que leva a essa sua definição.

Apesar de descomprometer-se com questões ontológicas⁶² sobre o significado, assume que expressões significam e que, portanto, é necessário que alguma análise seja feita em relação a isso. Considera, portanto, que os significados formam um sistema funcionalmente composicional e são sentidos complexos construídos de partes simples. E essas partes nada mais são do que *funções* (daí o termo funcionalmente composicional) que, dependendo da maneira como são combinadas, permitirão a obtenção de um sentido e de uma referência.

Dado que, como visto até aqui, a concepção de MP para Cresswell permitirá captar relações de significado e que estes encontram-se em uma relação de funções, parece, dessa forma, que um bom modo de se explicar a noção de mundos possíveis é iniciar pela explicação do que significa função. E como já foi salientado anteriormente que Cresswell opta por uma linguagem aritmética para explicar a sua abordagem das AP, da mesma forma, ele faz para explicar o que é função.

Funções são um tipo especial de entidade da teoria dos conjuntos, afirma Cresswell e é importante especificá-las porque

[2.5] [...] os significados de predicados simples, dos quais são construídos predicados complexos, são funções de coisas para conjuntos de mundos. ([SMSPA], p.69)

Como o seu interesse, conforme explicita, é o de desenvolver uma semântica baseada nos MP

⁶¹ Segundo Thomason ([I], p.43-44), a noção de mundo possível surgiu naturalmente das reflexões sobre os problemas enfrentados pela semântica extensional ao tratar de questões como a determinação do significado em termos singulares (vide exemplos de "Scott" e "O autor de Waverly"), de verbos de um lugar ("é Scott", "é o autor de Waverly") e dos significados das sentenças serem tratados como valores-de-verdade, pois implicaria que pelo menos duas de cada três sentenças teriam o mesmo significado.

"A semântica dos mundos possíveis [...] lida não somente com as denotações que as expressões tomam em um mundo designado como "mundo real" mas com regras que governam suas denotações em todos os mundos possíveis".

⁶²"Alguém poderia sustentar que a questão é se, em algum sentido, significados existem, e se existem, de que maneira o fazem. Estas não serão meus questionamentos, se é que eles têm algum sentido" (Cresswell [SMSPA], p.9)

- [2.6] Eu *estou* interessado em desenvolver uma semântica baseada nos mundos possíveis. Na realidade, parte do meu objetivo é tornar a noção de *Mundo Possível* legítima ao utilizá-la na semântica formal das atitudes proposicionais. (Cresswell [SMSPA], p.65)

Cresswell considera importante esclarecer os pontos significativos que conduzem à sua definição. Por este motivo, dentro do contexto matemático, ele descreve a forma como a função vai ser considerada:

(a) Dada uma função aritmética de um lugar do tipo 'seja f a função sucessora', de maneira que se chega a ' $f(0)=1, f(1)=2, f(2)=3 \dots f(n)=n+1$ ' e se diz que esta função é a classe infinita de pares da forma $\langle n, n+1 \rangle$, isto é, $\{\langle 0, 1 \rangle, \langle 1, 2 \rangle, \dots\}$. Se ' $f(0)=1$ ', a função f tem o valor 1 para o argumento 0. Os números que formam os argumentos da função são chamados de *domínio* e os números que formam os seus valores são chamados de *contra-domínio*.

Segundo Cresswell,

- [2.7] O que faz uma coleção de pares ordenados uma função é que, para cada membro de um par na função, existe um segundo membro; isto é, ambos $\langle n, m \rangle$ e $\langle n, m' \rangle$ ocorrem na função. Então, $m=m'$. Isto é de tal maneira que podemos falar *do* valor da função para aquele argumento.⁶³ (Cresswell [SMSPA], p. 61-62)

(b) Dada uma segunda função como '+' que opera sobre dois argumentos. $+$ é um conjunto, não de pares, como no caso da função sucessora, mas de triplas. $\langle n, m, k \rangle$ está em $+$ sse k é a soma de ' n ' e ' m '. O domínio de '+' é o conjunto de todos os pares de números. A exigência da funcionalidade aqui é de que para qualquer par de números exista exatamente um número que é a sua soma.

Tanto o exemplo da função sucessora quanto o da função de adição enquadram-se nos tipos de função aritmética ditas *computáveis*, isto é, existe um

⁶³Talvez uma maneira mais simples de se demonstrar a noção de função é com a expressão 'mãe de'. Para cada ser humano x , existe exatamente um ser humano y que é a mãe (biológica) de x . Portanto, se y é a mãe de x e z é mãe de x , y e z são a mesma. Mas por outro lado, diferentes pessoas podem ter a mesma mãe. Portanto, não há restrições que evitem que $\langle m, n \rangle$ e $\langle m', n \rangle$ estejam ambos em uma mesma função. (Cf. Cresswell [SMSPA], p.62)

mecanismo que opera nos numerais que representam os números de *input* e, através de passos determinados mecanicamente, produzem o numeral que representa o número de *output*. Cresswell considera importante esta questão porque poderia parecer que para um organismo saber uma função bastaria possuir tal mecanismo. Mas, salienta que isso é um erro, pois podem existir diferentes mecanismos que computam a mesma função. Consequentemente, a própria função não pode ser identificada com o mecanismo que a computa. Função é, pois, o conteúdo enquanto que o mecanismo é objeto e isso é importante para que não se confunda significados com representações mentais ou de qualquer outra natureza.

(c) Em (a) e (b), observa-se que símbolos de funções denotam funções de números para números. E o que acontece com predicados como '='? Para Cresswell, eles denotam funções de números a proposições, que, no caso matemático, podem simplesmente ser identificadas como valores-de-verdade. Assim, ao se dizer ' $x=y$ ', isto será verdadeiro no caso de ' x ' e ' y ' serem o mesmo e falso⁶⁴ de outra forma. O significado de '=' será, pois, o conjunto de pares $\langle n, n \rangle$ para cada número n .

Apesar de haver controvérsias, Cresswell acredita que é possível supor-se que o significado de um predicado aritmético de um lugar é, simplesmente, a função de números para valores-de-verdade, sendo função definida a partir de seus argumentos, isto é, a partir de seus domínios. A consequência disso é que, de acordo com ele,

[2.8] [...] quaisquer dois predicados simples **P** e **Q** que são verdadeiros do mesmo conjunto de números são idênticos em significados. ([SMSPA], p. 64)

No entanto, se para a linguagem aritmética o que foi dito acima é plausível, o autor acredita que o mesmo não ocorre no caso de predicados empíricos; **P** e **Q** podem ser predicados que se referem às mesmas coisas, mas a propriedade que as define tomada contingentemente ou necessariamente altera o

⁶⁴ Cresswell chama a atenção para o fato de que ele toma partido de uma concepção realista de verdade, mesmo que ela seja relativizada aos mundos possíveis. (Cf. Cresswell [SMSPA], p.163)

caso. A título de exemplificação, ele supõe um organismo capaz de detectar perceptualmente se algo é vermelho e se algo é redondo. No caso em questão, o organismo não sabe, mas todos os objetos que são vermelhos são redondos e vice-versa. Este fato não quer dizer que o organismo não tenha capacidade de distinguir entre o vermelho e o redondo, mas, sim, que a habilidade para isso não pode ser codificada em um único algoritmo que diz 'sim' ou 'não' quando apresentado a um objeto. A habilidade deve ser representada por um par de algoritmos ou mecanismo, em que um dos mecanismos irá dizer 'sim' ou 'não', dependendo de como o objeto se lhe é apresentado em uma certa situação física.

Embora seja esperado que os dois mecanismos forneçam respostas idênticas, tanto para o 'vermelho' quanto para o 'redondo', eles têm que ser diferentes, pois, em certas situações possíveis, ainda que não reais, poderia acontecer de não haver essa identificação parelha entre o vermelho e o redondo.

Consoante com o que foi verificado com os exemplos aritméticos, o que Cresswell deseja mostrar com esse exemplo é que:

- (a) a função não pode ser confundida com o mecanismo, pois ela é o conteúdo que é computado pelo mecanismo;
- (b) uma máquina, através de dois mecanismos diferentes, poderia selecionar o mesmo conjunto de objetos;
- (c) é exatamente essa noção de situação física total que se aproxima do que na semântica de Cresswell pode ser chamado de um *mundo possível*.

De acordo com o autor,

- [2.9] O que eu tento de fato mostrar é que todas as pessoas devem acreditar em *algum* tipo de entidade que faça o papel que os mundos possíveis realizam. [...] e eu quero produzir um modelo simples de um sistema do qual pode-se dizer que "conhece" um predicado empírico, usando a idéia de como o mecanismo reagiria neste ou naquele mundo possível. (Cresswell [SMSPA], p.65)

Para atingir seu objetivo, Cresswell ilustra a ideia de MP no sistema do termômetro, a saber: se o termômetro marca 15°C , isso significa que, do mundo físico total, há dois conjuntos de mundos; o conjunto que poderia tornar verdadeira a asserção do termômetro e o conjunto de mundos que poderia torná-la falsa. Tais mundos sobre a leitura do termômetro são os mesmos aos quais o termômetro reage. Obviamente, o termômetro não contém quaisquer conceitos mínimos do que significa estar certo ou errado. O ponto da questão é que se pode considerar o termômetro como certo em algumas circunstâncias mas não em outras.

A pergunta feita por Cresswell é o que significa para o termômetro "dizer" que são 15°C ?

O que parece realmente significar é que:

[2.10] Supomos que recebemos um mundo físico completo ω . Neste mundo ω estão todos os fatos, incluindo os fatos sobre o estado interno do termômetro. Qualquer que seja a decisão que fazemos sobre como ler o termômetro, deverá haver um conjunto de mundos que tornará o termômetro certo, e outros que poderiam torná-lo errado. (Cresswell [SMSPA], p.66)

A partir desse exemplo, o que se pode concluir é que o significado de predicados empíricos podem ser considerados como funções de coisas e mundos para valores-de-verdade.

[2.11] Será dito que um indivíduo a satisfaz o predicado P em um mundo ω se, e somente se, valor de $\langle a, \omega \rangle$, de acordo com a função que é o significado de P , é T , e se diz que não tem a propriedade se o valor é F . (Cresswell [SMSPA], p.67)

e, finalmente, de coisas para conjuntos de mundos tidos como proposições, no momento em que se simplifica a definição acima, supondo-se que se a está no domínio de P , então a questão se é ou não P tem uma resposta em cada mundo; substitui-se, pois, T e F por conjuntos de mundos possíveis.

[2.12] Uma propriedade (i.e., o significado de um predicado de um lugar (não-complexo)) então se torna uma função de coisas para conjuntos de mundos. Onde ω é tal função, então ω representará o significado de P da seguinte maneira: Uma coisa a terá a propriedade P num mundo w se $w \in \omega(a)$, que é o valor da função ω operando em a . Este conjunto de

mundos pode ser considerado como a proposição de que a é P .
(Cresswell [SMSPA], p.67)

Em outras palavras, a tem a proposição P num mundo w sse w está no conjunto de mundos em que ω opera sobre a . De (3)

$$(3) F(\langle a, w \rangle) = V$$

passa-se para (4)

$$(4) P(a)w = w \in \omega(a)$$

Com essa definição, Cresswell também apresenta, de maneira simplificada, o que considera 'proposição', ou seja, um conjunto de mundos possíveis⁶⁵. Por fim, o autor considera que, como resultado das considerações feitas em relação a MP, isto é,

(a) os significados de predicados simples são funções de coisas para conjuntos de mundos;

(b) qualquer função pode ser argumento para outras funções,

torna-se necessário examinar que tipos de entidades surgem como significados, e isso é o que será feito a seguir.

Considere os exemplos abaixo:

(5) Ctésias está caçando unicórnios

(6) Ctésias está caçando cavalos alados⁶⁶

As expressões 'unicórnios' e 'cavalos alados' extensionalmente denotam o conjunto vazio no mundo real. Consequentemente, ambos os sintagmas 'um

⁶⁵ Tal definição receberá refinamento no decorrer do trabalho de Cresswell. Mas para o propósito de MP, ele considera que ela é suficiente. Cf. Cresswell [SMSPA], p.67.

⁶⁶ A possibilidade de serem apresentados exemplos com entidades ficcionais é dada por Cresswell ([SMSPA], p.164) ao argumentar que o *framework* semântico que defende admite todos esses tipos de coisas: "Eles apenas não são reais. Existem em outros mundos possíveis".

unicórnio' e 'um cavalo alado' denotam um conjunto vazio. Parece, no entanto, que dificilmente haveria confusão no reconhecimento dessas duas entidades – cavalo alado e unicórnio – e isso se deve ao fato de que ambas diferem nas propriedades que as identificam. Embora não existam no mundo real, Ctésias saberia identificar uma ou outra caso as encontrasse, e esse fenômeno ocorre porque ambas possuem intensões diferentes.

Intensão é definida, num primeiro momento, como o conceito que determina a extensão da expressão, ou seja, algo que relaciona uma expressão linguística à sua extensão. Intensão, dessa forma, equipara-se à ideia de sentido proposta por Frege [SM], em que 'sentido' é visto como o caminho percorrido por uma coisa (expressão) à sua referência; é uma função que leva, por exemplo, uma proposição ao verdadeiro e ao falso, propriedades a conjuntos de indivíduos e um nome a indivíduos.

Carnap [MN] foi o primeiro a tentar formalizar a noção de intensão⁶⁷. Sugeriu que o sentido de uma expressão é simplesmente uma função de possíveis estados de coisas que dá, para cada estado de coisa em particular, a denotação da expressão naquele estado de coisa. Mas foi com o advento da semântica de Kripke (1965) para a lógica modal (considerando MP como índices e a verdade de uma afirmação relativizada a estágios temporais ou estados de conhecimento⁶⁸) que se tornou possível apresentar uma definição formal não problemática de intensão para linguagens formalizadas.

A lógica intensional segue, em seu sistema elementar, a ideia desenvolvida por Kripke, isto é, a noção de valor-de-verdade de uma fórmula é relativa a um índice. Considera-se, portanto, intensão como uma função de índices para extensões; algo que para cada MP seleciona exatamente aqueles objetos que formam a extensão naquele MP.

⁶⁷O conceito de intensão na linguagem filosófica é atribuído por Kneale & Kneale (1962) a Sir William Hamilton, na metade do séc. XIX, como um substituto do termo 'compreensão' usado pelos lógicos de Port Royal (1662), em oposição ao termo 'extensão'.

⁶⁸"Esses estados de conhecimento são ordenados temporalmente, presumindo uma ordem parcial que representa os diferentes modos alternativos nos quais gradualmente adquirimos e entendemos nossos conhecimento e informação. [...] uma sentença que é verdadeira em um certo estado de informação será sempre verdadeira em estágios posteriores, uma vez que, ao termos verificado uma afirmação, nunca perdemos aquela informação". (cf. Partee, Meulen, & Wall [MML], p.306-307)

Para o tratamento das AP, Cresswell assume a distinção intensão/extensão dentro do âmbito da referência, no qual a referência de qualquer expressão linguística é, justamente, uma intensão, membro de algum domínio $D\sigma$ em que σ representa uma categoria semântica e o sentido é relacionado à estrutura.

[2.13] A distinção intensão/extensão⁶⁹ deve ser contrastada com a distinção sentido/referência [...]. Da maneira que eu estou usando esses termos, a distinção intensão/extensão está sendo feita dentro do reino da referência. De fato, eu quero argumentar que a referência de qualquer expressão linguística é justo uma intensão (na verdade, terei pouco a dizer sobre extensões) e com isso eu quero significar justamente algo que é um membro de algum $D\sigma$. (Cresswell [SMSPA], p.70)

Poder-se-ia dizer que dois são os motivos que levam Cresswell a adotar um sistema de intensões. O primeiro, como foi visto em 2.2.2, está na necessidade de se adotar uma semântica dos MP – que obviamente necessita de um sistema de intensões para se chegar à referência do significado – para a solução das questões de atitudes proposicionais. O outro motivo está no fato de que esta noção é central para o *princípio da composicionalidade*. Seria até mesmo possível dizer que a noção de intensionalidade evita que esse princípio naufrague no perigoso mar da extensionalidade: se a referência de uma expressão é apenas extensional, o significado do todo não dependerá das extensões dos complementos do verbo principal. Assim, sentenças como (7) e (8)

(7) A estrela da manhã é Vênus

(8) A estrela da tarde é Vênus

seriam apenas instâncias do princípio em (9),

⁶⁹ Cresswell aponta que outros autores adotaram terminologias diferentes. Montague, por exemplo, usa a distinção sentido/referência mais ou menos da mesma maneira que Cresswell utiliza intensão/extensão. Contudo, considerando a intenção original de Frege, Cresswell acredita que há razões para se ir para ambos os caminhos (o de Montague e o dele). Portanto, não existem discussões sobre qual terminologia é a mais correta. Mas, ressalta, para o problema das AP, as duas distinções são obviamente necessárias e a terminologia de Frege parece conveniente para se opor à distinção intensão/extensão.

$$(9) (a = b) \Rightarrow [\phi \Leftrightarrow \phi b/a].$$

Mas, como se sabe, acreditar em (7) não é o mesmo que acreditar em (8). Verbos da AP não denotam relações entre entidades e valores-de-verdade e sim entre entidades e intensões das sentenças. Dessa forma, para se resguardar o princípio da composicionalidade, poder-se-ia redefini-lo como o chamado *princípio da composicionalidade intensional*, a saber: a intensão de uma expressão complexa é uma função das intensões de suas partes.

A maneira como Cresswell apresenta essa sua argumentação a favor do sistema intensional é muito simples e pode ser resumida como se segue:

Considerando-se a intensão de um predicado como uma função de coisas⁷⁰ para conjuntos de MP, suponha que uma função ω represente o predicado 'é P'. Para qualquer α no domínio de ω (isto é, qualquer a para o qual P é significativo) qualquer mundo w ou será membro de $\omega(a)$ ou não será. Em outras palavras, de acordo com Cresswell, haverá um conjunto de todos os a que satisfazem o predicado P no mundo w , e este conjunto é a extensão do predicado P no mundo w . E a intensão de P será aquilo que, em cada mundo, determina a sua extensão. Isto é exatamente o que ω faz: a extensão de P em w será $\{a:w \in \omega(a)\}$. O predicado P tem, então, uma intensão que, no caso de predicado simples, será o próprio significado.

[2.14] Conseqüentemente, sua intensão [o predicado simples] é o que é conhecida por aquele que sabe o significado do predicado. (Cresswell [SMSPA], p.70)

A vantagem de se considerar o significado de propriedades simples como intensões, argumenta Cresswell, é que já existe uma semântica adequada para isso, a semântica dos mundos possíveis e outras correlatas, na melhor tradição

⁷⁰ Ao assumir que *qualquer coisa* é uma *coisa*, Cresswell reconhece estar sendo desavergonhadamente platonista. Embora muitos filósofos acreditem que quanto menos entidades uma ontologia admite melhor, Cresswell defende que admitir o tudo é o caminho para se lidar com a semântica da linguagem natural. "Prefiro considerar o platonismo inocente até prova em contrário, mas com uma importante qualificação: quero saber como as entidades que eu assumo se comportam e que estruturas elas possuem". (Cresswell [SMSPA], p.164)

da gramática de Montague⁷¹, e ele ilustra seu ponto de vista através de exemplos com conectivos veritativo-funcionais como 'e' e 'não'.

Dado que D_0 refere p conjunto de todos os conjuntos de MP, uma vez que 0 é a categoria semântica das proposições, se 'não' opera sobre uma proposição para formar outra, e 'e' opera sobre duas para formar uma terceira, então:

(a) a intensão de 'não' é a função em $D(0/0)$ que transforma qualquer conjunto de mundos em seu complemento da teoria dos conjuntos;

(b) a intensão de 'e' em $D(0/0,0)$ forma a intersecção de dois conjuntos de mundos.

Cresswell chama a atenção para o fato de que a semântica para grande parte de uma linguagem⁷² parece ser obtida no modo de argumento e função de intensões das partes simples;

[2.15] assim, em uma sentença do tipo ' α e β ', onde a é o conjunto de mundos que é a intensão de α e b é o conjunto de mundos que é a intensão de β , a intensão de 'e' é justamente a função ω tal que $\omega(a,b)$ é a intersecção de a e b . Assim, os mundos nos quais a sentença ' α e β ' é verdadeira serão aqueles em que ambos α e β são verdadeiros. ([SMSPA], p.72)

E a sentença será verdadeira num mundo sse aquele mundo está no conjunto de mundos que é a sua intensão. Segundo Cresswell, a razão pela qual esta composição de intensões é possível é que, uma vez que se aprende uma

⁷¹De forma esquemática, as noções de extensão e intensão das principais categorias de expressões em termos montaguianos podem ser vistas na tabela abaixo:

categoria da expressão da linguagem	extensão	intensão	
		nome da intensão	descrição da intensão
termos individuais constante ou variável	indivíduos em A	conceitos individuais	funções de índices para indivíduos em A
predicados de 1 lugar	conjuntos de indivíduos em A	propriedades de indivíduos	funções de índices para conjuntos de indivíduos em A
fórmulas	valores-de-verdade	proposições	funções de índices para valores-de-verdade

cf. Dowty et ali [IMS], p. 149.

⁷² Com exceção da parte da linguagem que envolve as AP, como Cresswell pretende mostrar em seu trabalho.

intensão, ela se torna disponível como argumento de uma intensão de nível mais alto. Conhecer uma intensão envolve ter a habilidade de se testar o valor da intensão para uma variedade de argumentos. (cf. [SMSPA], p.72)

Embora algumas abordagens – que consideram a referência da sentença somente como uma proposição ou uma situação – pretendam resolver a questão das AP sem a utilização de MP (a não ser derivacionalmente), Cresswell argumenta que a sua abordagem cumpre seu papel muito bem e que

[2.16] o problema da semântica proposicional não é um problema de uma visão particular do que são proposições, mas sim, é um problema geral da semântica composicional. Já que isso é assim, não parece haver razões para se abandonar a teoria intensional das proposições. ([SMSPA], p.74)

Após esta visão geral do sistema intensional, como trabalhado por Cresswell, resta apenas ter-se uma visão do quarto aspecto fundamental para o seu trabalho, a saber, as linguagens categoriais.

Gramática Categorial (GC) é um termo que cobre um número de formalismos relacionados que têm sido propostos para a sintaxe e semântica das linguagens naturais assim como para as linguagens matemáticas e lógicas.

Em termos de sintaxe, o desenvolvimento linguisticamente motivado para a descrição da sintaxe de linguagens naturais tem seu início com Bar-Hillel nos anos 50, cujo *insight* principal foi compatibilizar os modelos composicionais da interpretação semântica desenvolvidos por Ajdukiewicz (1935) e outros com as descrições sintáticas das linguagens naturais, naquela época corrente entre estruturalistas como Fries e Harris, com o objetivo de construir máquinas de tradução.

[2.17] Se a lingüística estruturalista já estava a serviço da análise computacional da linguagem, Bar-Hillel viu claramente que a gramática categorial poderia até mais. Da mesma forma que o modelo estruturalista, estabeleceria a estrutura constituinte imediata de uma sentença [...] mas teria a grande vantagem, para a computação, de ser mais simples e mais fácil de calcular, requerendo somente um léxico e uma regra simples de combinação por 'multiplicação aritmética de frações' sem quaisquer afirmações sintáticas especiais. (McGeewood [CG], p.23)

Em relação à semântica, suas origens são um pouco mais antigas. Em termos específicos, pode-se verificar seus antecedentes nos trabalhos de Lesniewski e Ajdukiewicz, Carnap, Frege e Husserl.

De Frege [SM], reconhecem-se como contribuições para o movimento das GC a sua extensão do conceito de uma função em matemática para a lógica matemática e, daí, para a linguagem natural, e o seu princípio da composicionalidade semântica⁷³, também trabalhados por Carnap em [MN].

De Husserl (1900), a distinção entre significados independentes (categoremáticos) e não-independentes (sincategoremáticos) e a ideia de gramática pura, que tem como tarefa:

- (a) atribuir categorias de significado a expressões da linguagem;
- (b) especificar que combinações das categorias de significados são possíveis;
- (c) estabelecer as leis que regulam a combinação das categorias de significados.

Essas características acima estão inseridas nos três princípios considerados como definidores e unificadores da grande diversidade de gramáticas categoriais⁷⁴:

- i. linguagem é vista em termos de funções e argumentos, em vez de uma estrutura constituinte;

trata-se, pois, não de uma gramática de estrutura frasal, e sim de uma gramática de dependência ou valência. Valência, no sentido de que existem apenas duas categorias atômicas – Nome e Sentença – sendo todas as outras unidades linguísticas incompletas, isto é, insaturadas que necessitam de outras expressões para completá-las.

⁷³ Princípio que será tratado ainda neste capítulo.

⁷⁴ Cf. Bach, 1987.

ii. existe um paralelismo entre sintaxe e semântica; um homomorfismo conhecido como a *hipótese regra-por-regra*;

tal hipótese não quer dizer apenas que para cada regra sintática há uma regra semântica correspondente. Mais do que isso, afirma que cada regra sintática é, inerentemente, uma regra da semântica.

Assim, dadas as categorias X e Y em que X é um nome, suponha-se Cícero, e Y um verbo intransitivo como 'discursa', Y será uma função de um nome para uma sentença (Cícero discursa). Além de X e Y representarem funções sintáticas, estão, também, construindo uma representação semântica para tal sentença. É esta simultaneidade que caracteriza a hipótese *regra-por-regra*.

iii. gramáticas categoriais favorecem monotonicidade, evitando mecanismos destrutivos como movimento e regras de apagamento que caracterizam as gramáticas transformacionais;

em outras palavras, regras semânticas não deveriam permitir o apagamento de significados durante a derivação do significado de uma expressão composta. O efeito dessa restrição é tornar o significado das expressões maiores monotônicas, isto é, todas as propriedades das partes anteriores à derivação são mantidas.

Além desses três aspectos, parece, também, que todas as teorias que podem ser englobadas sob o rótulo de GC apresentam⁷⁵

iv. uma forma extrema de lexicalismo em que o principal e, talvez, peso total da sintaxe é sustentado pelo léxico;

o comportamento sintático de qualquer item é diretamente codificado na sua especificação de categoria lexical. As categorias atômicas ou complexas substituem as regras de estrutura frasal, tornando, portanto, desnecessário um componente separado de regra gramatical. Qualquer palavra com diferentes padrões de comportamento terá correspondentemente um número de diferentes

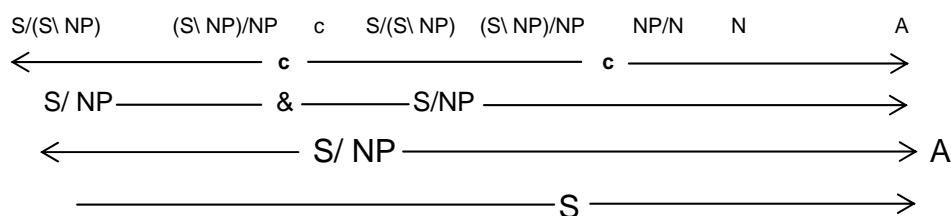
⁷⁵ Cf. Steedman [CG], p.221

categorias. Um verbo que possa ser tanto transitivo quanto intransitivo pertencerá, portanto, a duas categorias: (S\N)/N para transitivo, e S\N para intransitivo.

v. uma tendência a uma constituição de superfície mais livre do que apresenta a gramática tradicional;

os sistemas categoriais generalizados mais ricos oferecem uma flexibilidade na caracterização estrutural dos objetos linguísticos complexos que tornam possível que sejam feitas descrições elegantes dessas construções que não respeitam a estrutura constituinte canônica, como, por exemplo, construções coordenadas conforme exemplo abaixo:

(10) 'O senado planejou e Brutus executou o assassinato de César'



(cf. Steedman 1985:641)

vi. A relação entre sintaxe e semântica como composicional

A maioria das entidades linguísticas são definidas em uma GC respondendo à seguinte pergunta: As entidades combinam com o que para formarem o quê?

Dito de outra forma, em vez de 'determinantes' existem funções de nomes para sintagmas; em vez de verbos transitivos, existem funções de dois sintagmas nominais para sentenças, etc. O número de categorias básicas definidas por elas próprias é mínimo, tornando a estipulação arbitrária em uma GC quase insignificante.

Por fim, além das características apresentadas acima, as linguagens categoriais satisfazem a um princípio muito importante sobre os significados, a saber: o significado de uma expressão em uma linguagem categorial é seu valor sob alguma atribuição particular. Todas as interpretações satisfazem o princípio

de que o significado de qualquer expressão complexa é determinado pelo significado de suas partes, ou seja, o significado é *composicional*.

De acordo com Cresswell, uma teoria do significado tem que ser composicional, isto é, ele defende essa visão fregeana em que *o significado de uma expressão é uma função do significado de suas partes e da maneira como são sintaticamente combinadas*, e a plausibilidade dessa ideia⁷⁶ se assenta em uma razão muito simples, a saber: existem tantas e tão variadas expressões complexas que seria muito difícil aprender-se todas, uma a uma. Além do mais, se é possível entender-se uma sentença nunca ouvida, é porque o seu significado depreendeu-se dos significados individuais de suas palavras e da estrutura em que se inserem.⁷⁷

- [2.18] Esta propriedade da linguagem, em que o falante, com base no conhecimento dos significados de um número finito de palavras pode reconhecer os significados de um número infinito de sentenças, muitas das quais ele jamais ouviu antes, é uma das coisas mais cruciais a ser captada na análise de sua natureza. (Cresswell [LL], p. 19)

Da mesma forma que a composicionalidade, Cresswell defende a ideia de *convencionalidade* para a sua teoria. Ela entra em pauta na medida em que Cresswell reconhece que as expressões possuem significados e que, não obstante, esses poderiam ser diferentes do que são. Em outras palavras, o significado de uma palavra tem que ser aprendido e essa característica é, para Cresswell, uma prova de que é possível, pelo menos em termos de teorização científica, identificar-se uma palavra ou expressão sem se saber o seu significado. Conseqüentemente, se uma teoria fala sobre expressões e sobre significados, deve tratá-los, num primeiro momento, como independentes, para depois mostrar como eles se associam.

⁷⁶ Partee ([C], p.281) considera que o Princípio de Frege, em sua forma geral, é quase incontroverso. Mas o princípio somente pode se tornar preciso em conjunto com uma teoria do significado e da sintaxe, aliado a uma especificação completa do que é exigido pela relação 'é função de'. Cresswell, por sua vez, ressalta que não é de seu interesse discutir as posições sobre sintaxe-semântica. Apenas assume uma posição, em conformidade com Lewis ([GS], 1972) de que a função de regras sintáticas semanticamente sensíveis barrariam como [expressões] mal-formadas em termos semânticos aquelas expressões geradas somente por regras sintáticas. (Cf. [SMSPA], p.139)

⁷⁷ Importante salientar, conforme Partee ([C], p.282), que o Princípio da Composicionalidade é extremamente dependente de uma teoria. Por essa razão, poder-se-ia dizer que existem várias versões do princípio em conformidade com as diferentes teorias.

- [2.19] [...] se uma teoria fala sobre expressões e sobre significados, essas devem ser coisas mutuamente independentes (qualquer que seja a sua natureza) que, em uma dada linguagem, acontece de serem correlacionadas de algum modo particular. ([SMSPA], p.9)

Nesse sentido, a teoria semântica, assim concebida, deve incluir um classe de entidades linguísticas (expressões) especificadas sem referência para a linguagem que está sendo estudada, e uma abordagem para explicar quais significados serão relacionados com quais expressões.

Fecha-se, assim, o quadro caracterizador das gramáticas e linguagens categoriais como um todo. No entanto, embora elas possam apresentar uma definição geral ampla, são denominadas de formas diversas e definidas de maneiras um pouco diferenciadas. Montague [FP] as define algebricamente e as chama de *Linguagens Desambiguadas*, Lewis [GS] as define em termos de gramática frasal e as denomina de *Gramáticas Categoriais* e, finalmente, Cresswell [LL] as define em razão de modelos de mundos possíveis e as denomina de *Linguagens de Ordem Zero* ou *Linguagens Categoriais Puras*.

Para ele, a linguagem de ordem zero é uma linguagem sintaticamente somente um pouco mais complexa do que as linguagens proposicionais, mas que permite o levantamento de questões semânticas importantes⁷⁸. Formada pela adição à linguagem proposicional de uma nova categoria básica de nomes e algumas novas categorias básicas de funtores, todos predicados, a linguagem de ordem zero L nada mais é do que uma generalização do cálculo de predicados sem quantificadores.

- [2.20] Uma linguagem de ordem zero L é uma tripla ordenada $\langle \Phi, \Delta, S \rangle$ onde $\Phi = \langle \Phi_0, \dots, \Phi_m \rangle$ e $\Delta = \langle \Delta_0, \dots, \Delta_k \rangle$ são seqüências finitas de pares de disjuntos de conjuntos finitos. Δ^+ é o conjunto de

⁷⁸Cresswell considera que as linguagens categoriais satisfazem o Princípio de Frege, tão importante para as teorias do significado. O significado de uma expressão em uma linguagem categorial é, obviamente, seu valor sob alguma atribuição particular. Todas as atribuições satisfazem o princípio de que o significado de qualquer expressão complexa é determinado pelo significado de suas partes. Outra questão que pode ser abordada pelas linguagens categoriais, segundo Cresswell, é o fato de que ambiguidades de escopo não surgem com elas. Da maneira que as linguagens categoriais são estruturadas, essas ambiguidades não se sustentam, uma vez que as classes de símbolos em diferentes categorias sintáticas são disjuntas (i.e., nenhum símbolo apresenta mais de uma análise gramatical). Além disso, o escopo de cada funtor é fixo, de forma que não se pode ter uma ambiguidade nas expressões nas quais o funtor está operando. (Cf. Cresswell [LL], p.75-77)

funtores proposicionais e $(\Phi+ \cup \Delta+)$ é o conjunto de símbolos de L . S é o menor conjunto (único) de maneira que:

$\Delta_0 \subseteq S$

Se $x_1, \dots, x_n \in \Phi$ e $\phi \in \Phi_n$ então $\langle \phi, x_1, \dots, x_n \rangle \in S$

Se $x_1, \dots, x_n \in S$ e $\delta \in \Delta_n$ então $\langle \delta, x_1, \dots, x_n \rangle \in S$.

(Cresswell [LL], p.65)

E o interesse maior nesse tipo de linguagem está, exatamente, na nova categoria NOME por apresentar a peculiaridade de não haver restrições nos valores das coisas que caem sobre tal categoria, como acontece com a categoria das sentenças.

Grosso modo, poder-se-ia explicar o funcionamento de uma linguagem categorial da seguinte maneira.

Dadas duas categorias básicas, isto é, '0' para sentença e '1' para nome, através de regras de derivação como em (11)

(11) Se γ e $\sigma_1, \dots, \sigma_n$ são categorias sintáticas, também o são $(\gamma / \sigma_1, \dots, \sigma_n)$

o conjunto restante das categorias sintáticas será construído.

Para a semântica, considere-se a função D que associa a cada categoria sintática as coisas que podem ser os valores das expressões naquela categoria. Portanto, D_0 é o conjunto de MP, e D_1 o domínio de coisas.

[2.21] Onde $\sigma = \langle \tau, \sigma_1, \dots, \sigma_n \rangle$, D_σ é um conjunto de funções parciais de $D_{\sigma_1} \times \dots \times D_{\sigma_n}$ em D_τ . Isto é, se $\omega \in D_\sigma$, então para $a_1 \in D_{\sigma_1}, \dots, a_n \in D_{\sigma_n}$, $\omega(a_1, \dots, a_n) \in D_\tau$. (Cresswell [SD], p.262)

Seguindo-se, pois, esta perspectiva de análise, verifica-se que um predicado de um lugar pertence à categoria (0/1), pois seu significado é uma função de D_1 para D_0 ; um operador sentencial como 'não' pertence à categoria (0/0), em que seu significado é uma função de D_0 para D_0 , advérbios modificadores de predicados de um lugar pertencem à categoria ((0/1)(0/1)) com seu significado sendo uma função de $D(0/1)$ para $D(0/1)$, e conetivos como 'e' pertencem à categoria (0/0) pois operam em duas sentenças e assim por diante. (Cf. Ibaños [SMCAP], p.24)

Exemplificando em linguagem natural, considere-se *Cícero* na categoria 1; *discursa* na categoria (0/1); e na categoria (0/0) e *não* na categoria (0/0). A seguinte expressão será, pois, uma fórmula bem formada

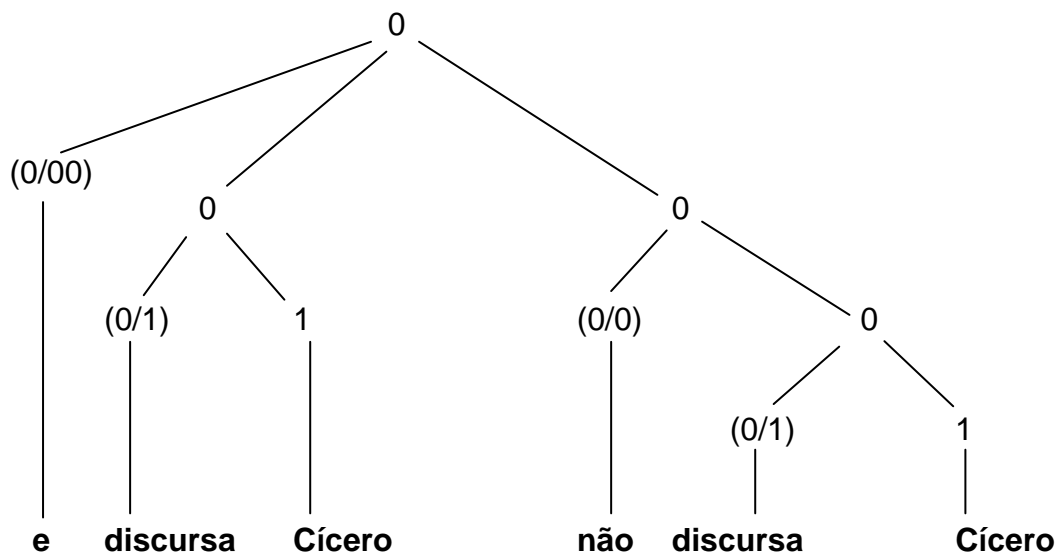
(12) $\langle e, \langle \text{discursa}, \text{Cícero} \rangle, \langle \text{não}, \langle \text{discursa}, \text{Cícero} \rangle \rangle$

que corresponde a (13),

(13) *Cícero discursa e Cícero não discursa*

e que pode ser visualizado no marcador frasal em I:

I.



(adaptado de Cresswell [SMSPA], p.97)

Para o tratamento das AP, no entanto, Cresswell trabalha com uma linguagem categorial específica que permite a apresentação de predicados complexos.

[2.22] [...] irei propor a teoria das atitudes proposicionais [...] usando um framework com o qual já trabalhei extensivamente, isto é, a linguagem categorial λ [...] que parece possuir tanto poder quanto as gramáticas transformacionais, sendo, conseqüentemente, altamente provável que a formalização a ser oferecida possa ser razoavelmente traduzida em qualquer framework semântico da teoria dos modelos e das condições-de-verdade. (Cresswell [SMSPA], p.95)

Essa nova linguagem categorial é formada pelo acréscimo de um mecanismo chamado *abstração lâmbda* λ juntamente com um conjunto infinito de variáveis para cada categoria sintática e obedece à seguinte regra de formação:

(14) Se χ é uma variável na categoria σ e α é uma expressão na categoria τ , então $\langle \lambda, \chi, \alpha \rangle$ (chamado abstrato) é uma expressão na categoria (τ/σ) .

Em outras palavras, se x é uma variável na categoria 1, então, o seguinte abstrato em (15) pertence à categoria $(0/1)$, ou seja, ao predicado de um lugar;

(15) $\langle \lambda x, \langle \text{não} \langle \text{discursa}, x \rangle \rangle \rangle$
que poderá ser lido como (16),

(16) É um x tal que x não discursa.

O operador lâmbda λ foi introduzido por Church [CLC] para permitir a construção de expressões que, desambiguada e composicionalmente, denotam funções. De acordo com Partee, Ter Meulen & Wall [MML], o que fez a abstração lâmbda um instrumento valioso para a semântica contemporânea é o reconhecimento de que as construções sintáticas mais básicas de inglês podem ser interpretadas composicionalmente, envolvendo a aplicação de função/argumento e que muitas das construções não tão básicas podem também ser analisadas pela semântica composicional que envolve a abstração λ .

Cresswell em [SMSPA] não se preocupa, no entanto, em discutir o papel preciso de uma linguagem categorial λ na descrição formal de uma linguagem natural. O que ele pretende é utilizar a abstração λ para produzir predicados complexos, conforme acima especificado, e testar uma teoria semântica no sentido de que, se tal teoria é possível, ela tem que ser formalizada em uma linguagem categorial (p.98). Preocupa-se, pois, em especificar os significados das expressões em uma linguagem categorial λ .

A ideia em jogo é de que o significado de um funtor, ou seja, o significado de uma expressão na categoria de forma $(\tau/\sigma_1, \dots, \sigma_n)$ é uma espécie de função, cujos argumentos se depreendem dos significados de $\sigma_1, \dots, \sigma_n$ e os valores dos

significados de τ (significados esses que nada mais são do que intensões), sendo que essa ideia de função pode ser aplicada a estruturas cada vez mais complexas.

O sistema de intensões usadas na interpretação de uma linguagem categorial λ é representado por uma função D que atribui a cada categoria sintática σ um domínio de coisas que podem ser os significados das expressões na categoria σ . E a correlação entre os significados de D e as expressões de F (isto é, o sistema F_σ de símbolos da categoria σ) pode ser executada por uma função V , cujos valores são intensões, de tal forma que onde $\alpha \in F_\sigma$ então $V(\alpha) \in D_\sigma$.

O descrito acima não esgota o papel do operador λ na formação de estruturas cada vez mais complexas, mas serve para ilustrar como trabalha essa linguagem categorial λ , para os interesses de Cresswell, que exemplifica tal linguagem através da semântica do 'que'⁷⁹, conforme apresentado a seguir:

Suponha 'que0', a saber o 'que' pertencente à categoria (1/0), cuja semântica é a função de identidade, isto é, $V(\text{que}0)$ é a função ω em $D(1/0)$, de tal forma que $a \in D0$, $\omega(a) = a$. Em outras palavras, conforme (17),

(17) <que0, <Cícero, discursa>>

é um nome complexo, cujo significado é justamente a intensão apresentada em (18),

(18) <Cícero, discursa>

Esse 'que' leva a uma proposição. Mas suponha que o 'que' seja sensível não apenas à intensão do todo, e sim, às intensões das partes, separadamente. Nesse caso, 'que' estará na categoria (1/(0/1)1), isto é, produzirá um nome de um predicado e de um nome e a simbolização será 'que (0/1)1' podendo ser usada para formar (19),

⁷⁹ Cresswell opta por este tipo de exemplificação com o 'que', uma vez que, em suas próprias palavras, "[...] a discussão sobre sentenças-que [...] estará integrada em um framework de amplo alcance para a semântica de toda uma linguagem." ([SMSPA], p.98)

(19) <que ((0/1)1) Cícero, discursa>

como uma 'sentença-que'. O seu significado será a sequência de seus dois argumentos, ou seja, a intensão de (11) é justamente a sequência que é a intensão de 'discursa' e a intensão de 'Cícero' (Cf. Ibaños [SMPCAP], p.31) e a regra geral é que

[2.23] [...] onde $\sigma_1, \dots, \sigma_n$ são quaisquer categorias sintáticas, então *que* $((0/\sigma_1, \dots, \sigma_n)\sigma_1, \dots, \sigma_n)$ está na categoria $(1/(0/\sigma_1, \dots, \sigma_n)\sigma_1, \dots, \sigma_n)$ e onde a_1, \dots, a_n são categorias em $D_{\sigma_1}, \dots, D_{\sigma_n}$, respectivamente, e ω está em $D(0/\sigma_1, \dots, \sigma_n)$, então $V(\text{que } ((0/\sigma_1, \dots, \sigma_n)\sigma_1, \dots, \sigma_n))(\omega, a_1, \dots, a_n) = \langle \omega, a_1, \dots, a_n \rangle$.

A idéia é que qualquer 'que' opera separadamente em expressões que, por elas próprias, podem combinar-se para construir uma sentença, delas formando um nome da sequência que consiste dos significados das partes separadas. (Cresswell [SMSPA], p.102-103)

Com a apresentação da linguagem categorial λ – que Cresswell acredita ser a mais apropriada para lidar e incorporar sensibilidade à estrutura das sentenças-complemento, permitindo uma abordagem formal para o estudo das AP – conclui-se o conjunto de tópicos fundamentais necessários à sua teoria. O próximo ponto a ser discutido está vinculado à sua estratégia de abordagem, que será apresentada em 2.2.

2.2 AP: ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

Finalizada a apresentação do objetivo 1 deste capítulo, conforme estabelecido na introdução, torna-se necessário explicar em que consiste a estratégia de abordagem de Cresswell para a análise das AP. E é isso que será visto nesta seção que se inicia.

Como o objetivo do autor é estabelecer uma compreensão clara de todo o processo composicional e não construir uma teoria semântica particular, opta por explicá-lo através de uma analogia aritmética, conforme especificado anteriormente, que exige o mínimo de explicações adicionais.

Cresswell salienta que ao oferecer sua semântica para expressões numéricas não quer sugerir que esta é a maneira como elas se comportam em

linguagem natural, uma vez que numerais em linguagem natural se comportam muito semelhantemente a quantificadores (cf. Böer & Edesltein, 1979), mas como a sua tarefa é a de esclarecer a semântica de sentenças de atitude em geral, a analogia serve a seus propósitos (cf. Cresswell [SMSPA], p.139).

Na realidade, parece que a opção por uma linguagem aritmética é bem apropriada, uma vez que os números não apresentam denotações problemáticas; pode-se perceber, claramente, a operacionalidade das partes envolvidas, reconhece-se que uma operação não é infalível e, de extrema importância para Cresswell, essa linguagem serve para mostrar que a representação mental das pessoas não tem influência na operação a ser realizada⁸⁰. De fato, ele considera que sua tarefa é explicar como são determinadas as condições-de-verdade de sentenças de atitudes proposicionais a partir do conteúdo de suas 'sentenças-que'

[2.24] Nada na concepção semântica híbrida conseguiu me convencer de que as próprias representações estão nos conteúdos das atitudes proposicionais. (Cresswell [SMSPA], p. 159)

Assim, através de um exemplo como em (20)

(20) '5+4=9'

Cresswell desenvolve o seu ponto de vista teórico que acrescenta à ideia de que a teoria do significado deve ser composicional, o fato de que ela deve ser *funcionalmente* composicional. Embora tenha se valido de uma expressão aritmética tão simples, os princípios que a ela subjazem são aplicados a todas as operações necessárias para as suas explicações, a saber:

(a) é logicamente possível que alguém erre uma soma como a (20).

⁸⁰ Ao apresentar no capítulo 6 de seu livro as razões por que considera que significados não são representações mentais, como defendido por cognitivistas (Cf. Fodor [MR], 1981), Cresswell apresenta o seguinte exemplo: (1) 'Fodor acredita que os significados estão na cabeça'. "Se os significados são representações internas, como isto irá ajudar na semântica de (1)? Suponha que eu (Cresswell) tenha enunciado (1). (1) é minha sentença. Portanto, os significados dela e de suas partes são representações em minha cabeça. Isto significa que ao enunciar (1) eu digo para você o que Fodor acredita, então o objeto da crença de Fodor está em minha cabeça. Mas isto é obscuro." O que acontece aqui é uma confusão entre objeto e conteúdo, entre a posição do acreditador e a do enunciador.

Tal erro não depende, de forma alguma, do tipo de entidades com os quais se está tratando, mas, sim, do fato de que as respostas não são aprendidas como um todo, mas através do significado de suas partes;

(b) ao se efetuar a adição de 5 e 4, pelo menos quatro coisas estão envolvidas, a saber, o número 5, o número 4, a operação de adição e o resultado dessa operação;

(c) ao se considerar a operação, percebe-se que ela pode ser feita de diversas maneiras (através de uma calculadora, com lápis e papel, etc.), o que demonstra que a maneira particular pela qual ela é realizada não deve fazer parte do que está envolvido na descrição da tarefa. (cf. Ibaños [SMPCAP], p.33)

[2.25] A idéia era de que o significado da expressão ' $5+4$ ' é o número associado na lista que é o significado de '+' com o par de números 5 e 4. Especificando mais formalmente, o significado de ' $5+4$ ' é o resultado de se deixar a função que é o significado de '+' (i.e. a operação de adição) operar sobre os dois números '5' e '4' e apresentar a sua soma. A soma, obviamente, é o número '9' e este é o número que é o significado de ' $5+4$ '.⁸¹ (Cresswell [SMSPA], p. 25)

Não é preciso muito para se verificar que a expressão aritmética ' $5+4$ ' é uma expressão diferente do numeral '9' e essa diferença entre a expressão e o numeral resultante pode causar uma certa ambiguidade, isto é, ser responsável por diferentes leituras, uma vez que o significado da expressão ' $5+4=9$ ' pode ser visto como o *input* $\langle\langle 5,4,+ \rangle =,9\rangle$ ou apenas como o *output* dessa operação de adição, isto é, '9'. Nesse último caso, então, ' $5+4$ ' teria o mesmo significado que ' $6+3$ ', por exemplo, pois ambas significam o número 9.

Neste aspecto reside o problema das AP porque, em uma teoria funcionalmente composicional, distintas estruturas podem ter o mesmo significado.

⁸¹ De acordo com Cresswell, dizer que composicionalidade deve ser funcional não significa que a referência tem que ser tão simples como é no caso aritmético, mas reafirma que utiliza a linguagem aritmética porque, nesse caso, a noção de referência parece ser razoavelmente clara, ajudando na apresentação de seu trabalho. (Cf. [SMSPA], p.28)

Uma das soluções propostas é considerar-se que as atitudes relacionam-se ao significado de '5+4' tomado como um todo, isto é, uma solução proposicional. Uma outra solução seria dizer que '9' não é estritamente o significado de '5+4', ou seja, é o número denotado ou referido por aquela expressão.

[2.26] Usando uma terminologia derivada dos pontos de vista de Frege, poderíamos dizer que a estrutura $\langle 5,4,+ \rangle$ é o *sentido* da expressão '5+4', enquanto que o número 9 é sua *referência*. (Cresswell [SMSPA], p.26)

Além disso, ainda seguindo uma visão fregeana, a referência de uma expressão numérica seria um número, 9 para o caso de '5+4', e a referência de uma sentença aritmética seria um valor-de-verdade; V para o caso de '5+4=9' e F no caso de '5+4=11'.

[2.27] A situação parece ser, então, que a semântica das condições-de-verdade (aplicada à linguagem aritmética) requer uma composicionalidade funcional no nível da referência [...] mas o ponto é que a composicionalidade funcional no nível da referência falha no caso de atitudes proposicionais. (Cresswell [SMSPA], p.28)

Essa falha surge porque algumas vezes pode-se desejar referir à estrutura *input* e, outras vezes, à estrutura *output*. Cresswell acredita que a chance para se resolver o problema das AP está em se reconhecer esse tipo de ambiguidade.

Considerem-se, primeiramente, os exemplos abaixo:

(21) Eratóstenes escreveu 5+4 livros

(22) Eratóstenes calculou quanto é V+IV

No exemplo (21), parece não haver dúvidas de que o que se deseja dizer é que 9 livros foram escritos por Eratóstenes, enquanto que no exemplo (22) parece, também, que a expressão 'V+IV', quaisquer que sejam as suas

propriedades sintáticas, deve referir à tripla $\langle V, IV, + \rangle$ não ao resultado da adição. A prova disso pode ser dada através da paráfrase em (23),

(23) Eratóstenes pegou os números 5 e 4 e realizou neles a operação de adição

Provavelmente, o que Eratóstenes fez foi pegar o numeral 'V' ou qualquer outro tipo de representação para o número 5, o numeral 'IV', que representa o número 4, e usou algum algoritmo para representar o número 9. O fato de Eratóstenes ter representado os números de alguma maneira específica conduz ao equívoco de que os significados são representações mentais. Mas, conforme salienta Cresswell, nem '5', 'V', '///// ' são cruciais para a soma de Eratóstenes, o que é crucial é que ele está operando sobre uma representação daquele número. (cf. [SMSPA], p.13)

No caso de sentenças de AP, como a apresentada em (24),

(24) Eratóstenes acredita que $5+4=9$

o problema localiza-se na referência, pois até mesmo o valor-de-verdade de uma sentença de AP pode ser afetado pela substituição de uma expressão com a mesma referência. Seguindo este raciocínio, a análise de uma sentença como (24) tem que relacionar *Eratóstenes* ao que foi anteriormente o sentido de ' $5+4=9$ ', isto é, à estrutura $\langle \langle 5, 4, + \rangle, 9, = \rangle$ na qual 5, 4 e 9 são números, + é a função de adição e = é o predicado de identidade.

Em outras palavras, uma sentença dessa natureza, composta por um verbo de AP e de uma 'sentença-que', dentro da semântica das condições-de-verdade apresenta um processo mais delicado a ser trabalhado, pois o problema da semântica das AP não está relacionado com questões sobre a natureza composicional da semântica (cf. Cresswell [SMSPA], p.15). A referência desse tipo de oração não pode ser o valor-de-verdade, como nas orações assertivas, mas sim, o seu sentido, pois não se pode dizer que 'Eratóstenes acredita o verdadeiro'. Para se saber o seu sentido, então, deve-se considerar a soma das partes, pois, quando alguém enuncia (24), a análise da oração não deve ser feita

em termos de 'acredita' mais 'o todo'. Ela deve ser vista em termos de suas partes, isto é, '5', '+', '4', '=', '9' que formarão o sentido. Em última análise, 'acredita' não é uma relação entre o acreditador e uma referência, mas sim entre o acreditador e o seu sentido (cf. Ibaños [SMPCAP], p.34).

[2.28] O que é necessário para que seja preservada a composicionalidade funcional, conseqüentemente, é um mecanismo que converta o *sentido* da sentença-complemento na *referência* do complemento tomado como um todo
E a maneira mais fácil de se fazer isto [em uma língua] parece ser considerar seriamente o papel da palavra 'que'. [...] Se as afirmações que estou fazendo estão corretas, [...] o significado de 'que' será uma função que opera não na sentença que o segue como um todo, mas sobre suas partes. (Cresswell [SMSPA], p.29-30)

A solução de Cresswell fica dessa forma delineada⁸²: considera que a proposição com verbos de crença é a própria referência e é a expressão 'que' responsável pela ambigüidade estrutural, pois permite a relação do acreditador com o todo ou com as partes. Será através do *Princípio da Composicionalidade* que a soma dos sentidos das partes dará o sentido do todo. Em suas palavras,

[2.29] [...] Em primeiro lugar, sentenças de atitudes proposicionais são ambíguas; em segundo lugar, a ambigüidade está localizada na palavra 'que' (ou em qualquer outro mecanismo que tenha o papel estrutural equivalente) e não no verbo de atitude proposicional ou em qualquer outra parte da sentença-complemento. (Cresswell [SMSPA], p. 31)

Conforme proposto no início desta seção, foram aqui apresentados os tópicos teóricos e metodológicos necessários a Cresswell para o desenvolvimento de sua teoria, que, além de servir aos propósitos de apresentar uma solução para as questões problemáticas das AP, visa a, segundo ele, estabelecer dois pontos essenciais, a saber:

(a) provar que significados não são representações mentais, e

⁸² Apesar de seguir uma linha fregeana, Cresswell reconhece que na Teoria de Frege não há identificação do sentido com a estrutura, como ele pretende, mas tal identificação torna plausível a ligação com a abordagem de re para as AP. (Cf. Cresswell [SMSPA] capítulo 3)

(b) mostrar que as AP, que representam um desafio para a autonomia da semântica, reduzindo-a, conforme os cognitivistas, à psicologia ou qualquer outra ciência cognitiva, podem ser trabalhadas e especificadas dentro da semântica das condições-de-verdade, que levam a um terceiro:

(c) a semântica das atitudes proposicionais **não** impede a semântica de ser autônoma.

Para chegar a (a), (b) e (c) e caracterizar a sua abordagem de significados estruturados, Cresswell propõe uma tipologia de atitudes – *de re*, *de expressione* e citacionais, iteradas, junto com discurso indireto e discurso *de se* – que comprovarão o seu ponto de vista. A abordagem de Cresswell, portanto, será detalhada através dos mencionados tipos.

2.3 AP: ANÁLISE E TIPOLOGIA

O quadro apresentado por Cresswell é, em sua opinião, um instrumento teórico e metodológico poderoso que apresenta todas as condições necessárias e suficientes para se resolver a questão das AP; e com objetivo de provar a adequação de sua teoria dos significados estruturados passa a analisar as diferentes tipologias de discursos e atitudes que retratam situações de atitudes proposicionais. A análise das chamadas atitudes *de re* inicia esta seção.

Considere o exemplo abaixo:

(25) George IV acredita que todos os poetas ingleses são loucos

O problema que surge em (25) é que não está claro quais são os indivíduos concernentes à crença de George IV. Pode ser o caso que George IV esteja enganado sobre a identidade ou nacionalidade dos poetas. Suponha, por exemplo, que George IV tenha confundido Scott com John Clare e erroneamente acredita que Scott seja inglês em vez de John Clare. Suponha, também, que

George IV (acertadamente) considera Scott um homem são e John Clare um insano. Em tal situação, (25) é verdadeira ou falsa?

Por um lado, se fosse perguntado a George IV (26),

(26) Vossa magestade acha que todos os poetas ingleses são loucos?

a resposta seria *não*, pois George IV estaria pensando em Scott, e Scott é saudável. Mas, mesmo assim, alguém poderia argumentar que poderia ser verdadeiro que George IV acreditasse que os reais poetas ingleses são loucos, sendo expresso como em (27),

(27) George IV acredita de todos os poetas ingleses que eles são loucos

Em termos de MP, a questão a ser resolvida é saber se se está falando sobre os poetas ingleses do mundo real ou os da crença de George IV. Em outras palavras, como determinar o contra-domínio do quantificador 'todo' em (25)? A ambiguidade de (25) corresponde a duas possibilidades distintas como apresentado abaixo, de acordo com a lógica epistêmica de Hintikka ([SC], 1979).

- (28) a. $(Aa (\forall x) (Fx \Rightarrow Lx))$
 b. $((\forall x) (Fx \Rightarrow Aa(Lx)))$

onde F significa 'é poeta inglês', L 'é um louco' e A corresponde a 'acredita'.

Em (28a), o objeto da crença de George IV é a proposição representada pela fórmula $(\forall x) (Fx \Rightarrow Lx)$, que pode ser traduzida como 'os indivíduos que são poetas ingleses na crença de George IV'. Em (28b), por outro lado, George IV acredita num conjunto inteiro de proposições, isto é, para cada poeta inglês (quem é poeta no mundo real) George IV acredita a proposição de que esse indivíduo é um louco.

Seguindo a tradição filosófica, pode-se dizer que (28a) representa uma modalidade *de dicto*, enquanto que (28b) uma modalidade *de re*.

A diferença entre *de dicto* e *de re* é de extrema importância para Cresswell, pois ele deseja mostrar que, em uma sentença como (29),

(29) Eratóstenes acredita que $5+4 = 9$

levando-se em consideração o princípio de que verbos de AP parecem ser sensíveis a mais do que o significado da sentença-complemento, é possível distinguir-se duas análises distintas, isto é:

(30) Eratóstenes acredita que $(5+4=9)$

(31) Eratóstenes acredita de $5+4$ que isso é $= 9$

Em (30) está se fazendo uma leitura *de dicto*, isto é, diz-se que o significado de ' $5+4=9$ ' é uma proposição e que (30) é verdadeira sse Eratóstenes mantém uma relação de crença com a proposição de que $5+4 = 9$.

Em (31), por sua vez, está se fazendo uma leitura *de re* e (31) é verdadeira não porque Eratóstenes se mantém numa relação de crença com a proposição, mas, sim, porque ele mantém uma relação um pouco mais complicada com um grupo de entidades um pouco mais complexo, a saber, ele mantém-se em relação com o par (ordenado) $\langle 5,4 \rangle$ de crer que este par soma 9.

Poder-se-ia questionar a validade de se fazer uma distinção dessa natureza. Mas, considerando-se (32) abaixo,

(32) Eratóstenes acredita que $9 = 9$

conforme apresentado anteriormente, a proposição de sentença-complemento de (30) ' $5+4=9$ ' é a mesma da de (32) ' $9=9$ '. Portanto, poderia parecer que ambas seriam verdadeiras no mesmo conjunto de mundos, isto é, teriam o mesmo sentido. No entanto, conforme observado por Cresswell,

[2.30] [...] parece, pelo menos logicamente, que [30] poderia ser falsa enquanto que [32] é verdadeira.
Isto não é, realmente, um problema sobre números, nem tampouco um problema sobre a natureza das proposições. É uma manifestação particular de um problema geral de identidade em sentenças sobre atitudes proposicionais [...] que a semântica *de re* soluciona. (Cresswell [SMSPA], p.18-19)

E ele acredita que as atitudes *de re* solucionam a oposição apresentada em (30) e (32) justamente porque, ao se trabalhar sobre as partes, ou seja, sobre a estrutura, não surge o problema da análise em termos de proposição.

[2.31] Nesta solução, não existe a proposição de que ' $5+4=9$ '; conseqüentemente, a questão de se saber se ela é a mesma proposição que a proposição de que ' $9=9$ ' simplesmente não surge. (Cresswell [SMSPA], p.19)

Deixando de lado expressões aritméticas, Cresswell parte para a ilustração das atitudes *de re* em contextos onde descrições definidas estão envolvidas. Assim, suponha, conforme (33) e (34), que

(33) O mais importante código da Antiguidade = o grande código gravado em pedra

(34) Marco Aurélio acredita que o grande código gravado em pedra corre mais o risco de ser quebrado do que incendiado,

mas Marco Aurélio está sob a impressão de que o mais importante código da antiguidade está escrito em papel, corretamente ele assume, então, que este código corre mais o risco de queimar do que quebrar. Conseqüentemente, é falsa a sentença (35),

(35) Marco Aurélio acredita que o mais importante código da antiguidade corre mais o risco de se quebrar do que se queimar

embora pareça plausível que ela seja obtida de (34) pelo *Princípio da Substituibilidade da Idênticos*. Da mesma forma, se se diz que

(36) Hamurabi acredita que Hesperus é a estrela da manhã

e

(37) Hamurabi não acredita que Phosphorus é a estrela da manhã

sabendo-se que, como (38) mostra,

(38) Hesperus = Phosphorus

mais uma vez está ocorrendo um exemplo em que, embora (38) pudesse falsear (37), é possível admitir-se que (36) e (37) ocorram sem haver uma contradição por parte de Hamurabi.

Para Cresswell, normalmente se diz que a falha de tais inferências implica que a substituibilidade de idênticos não se mantém em contextos de AP. Mas embora talvez se pudesse pensar que o caso de Marco Aurélio é semelhante ao exemplificado em (29) – (32), se for feito um exame meticuloso, será possível observar que existe uma diferença importante. A crença de Eratóstenes sobre '5+4=9' não é uma crença sobre diferentes números, enquanto que a crença de Marco Aurélio é sobre um código diferente do que o código expresso em pedra (de Hamurabi, para ser mais preciso). Sua crença é, portanto, sobre um código que ele pensa ser o mais importante, mas que não é o mais importante⁸³.

Ele afirma que não tem muito o que dizer sobre como analisar esta questão,

[2.32] É suficiente dizer que, neste momento, eu apoio uma abordagem grosseiramente russelliana. Para os propósitos atuais, tudo o que é necessário é a observação de que isto ([35]) não pode ser o que está acontecendo em ([32]). A situação é mais parecida com o exemplo de Hesperus e Phosphorus. [...] No caso de Hesperus e Phosphorus parece plausível supor que a crença é, realmente, em algum sentido, uma crença sobre o que certos nomes referem. O que [Hamurabi] pode não saber é que os dois nomes referem o mesmo planeta. (Cresswell [SMSPS], p. 20)

Por fim, Cresswell ilustra a crença *de re* através do exemplo de Quine sobre Ortcutt e Ralph. De acordo com ele, a crença de Ralph de que Ortcutt é e não é espião pode ser solucionada se for levada em consideração a análise *de re*, que diz que Ralph tem duas crenças em relação a Ortcutt e que Ralph atribui duas propriedades a Ortcutt, a de ser e a de não ser espião.

⁸³ Entenda-se aqui que não está em jogo uma discussão histórica sobre a importância de um código em detrimento de outro. Trata-se, apenas, de um exemplo.

[2.33] O problema é que ele [Ralph] não está ciente do *res* ao qual ele está atribuindo a propriedade. Em outras palavras, ele não está ciente de propriedades importantes que o *res* possui, isto é, que o *res* visto em uma ocasião é o mesmo que o *res* visto na outra ocasião. (Cresswell [SMSPA], p.21)

A solução *de re* funciona da seguinte maneira:

(i) Há uma maneira de se reconhecer Ortcutt (sendo o homem de casaco marrom) de tal forma que Ralph acredita a proposição de quem quer que seja dessa forma tomado é um espião;

(ii) Existe um modo de reconhecer Ortcutt (sendo o homem de casaco cinza) de tal forma que Ralph acredita a proposição de que quem quer que seja assim reconhecido, não é um espião.

Nestas duas análises, obviamente, o que está entre parênteses não faz parte das mesmas; serve apenas como um meio de se exemplificar um modo de se reconhecer Ortcutt para as diferentes crenças de Ralph. O essencial é que ambas dividem a crença em termos de ser Ortcutt e desse ser ou não espião.

Considerando a análise acima, pode-se dizer que existe uma ligação entre a crença *de re*⁸⁴ e os exemplos envolvendo cálculos aritméticos aqui considerados, que, claramente, de acordo com Cresswell, mostraram privilegiar uma abordagem *de re* em vez de uma abordagem *de dicto* ou proposicional.

O segundo tipo de atitude trabalhada pelo autor para a verificação de sua teoria das AP são as chamadas Atitudes *de Expressione* e Citacionais, que passam agora a ser analisadas.

Cresswell inicia o seu trabalho sobre atitudes *de expressione* e citacionais avaliando a solução popular para o problema das AP que consiste em, simplesmente, dizer que elas envolvem atitudes para com a sentença, e que, nessa visão, a referência à estrutura já está automaticamente incluída por causa da estrutura da sentença-complemento. Além disso, o verbo de atitude para o qual esta abordagem é mais plausível parece ser o verbo 'dizer'.

Assim, considerando os exemplos abaixo,

⁸⁴ Cresswell não esgota as discussões sobre crenças *de re*; por exemplo, em termos de indexicais, John Perry ([PEI], 1979) faz uma abordagem bem diferenciada da apresentada por ele.

(39) Marco Aurélio diz 'os romanos são bravos'⁸⁵

(40) Marco Aurélio diz que os romanos são bravos

(41) Os romanos são bravos

(42) O povo romano é um povo bravo

à primeira vista, seria plausível dizer que (39) serviria como uma explicação para (40). No entanto, argumenta Cresswell, a razão pela qual essa análise não funcionará é que (40) não afirma que (41) é a sentença enunciada por Marco Aurélio; ele bem que poderia ter enunciado (42), por exemplo. Parece, portanto, razoável admitir-se que em (40) o verbo 'dizer' não possui a mesma acepção proposta em (39), visto que (40) poderia ser considerada verdadeira, mesmo que Marco Aurélio tivesse enunciado (42). Isso pode ser comprovado com a paráfrase em (43):

(43) Marco Aurélio enunciou uma sentença sinônima a 'os romanos são bravos'⁸⁶.

O problema que surge com esta análise é que, para ela ser válida, é necessário que se aceite uma certa ambiguidade do verbo 'dizer'. Caso essa ambiguidade seja aceita, incorrerá numa contradição do pressuposto de que, nas sentenças de AP, a ambiguidade não está no verbo mas, sim, na 'oração-que'.

[2.34] [...] isto tem a consequência de que onde 'dizer' significa 'enunciar uma sentença sinônima de', existem tantos diferentes significados de 'dizer' quanto os níveis de sensibilidade à estrutura. Isto diretamente contradiz a exigência de que a ambigüidade não esteja localizada no verbo de atitude. (Cresswell [SMSPA], p. 42)

⁸⁵ Neste tipo de exemplo, Cresswell não está levando em consideração aspectos como a intenção de comunicar ou o nível de entendimento necessário para se enunciar algo.

⁸⁶ Cresswell ressalta que sua crítica à abordagem da análise citacional (cf. Cresswell [QTPA], 1980) é, em essência, um refinamento do argumento de Church ([OCASAB], 1950) sobre a tradução. Mas no presente trabalho, Cresswell restringe-se em mostrar que, se se está trabalhando com uma semântica que procede atribuindo significados a expressões, então, a abordagem de sinonímia para as AP somente funcionaria se já houvesse uma semântica adequada para cada atitude em termos da relação entre pessoas e significados. (cf. [SMSPA], p. 148)

Como, então, Cresswell se propõe a resolver esta questão da ambiguidade do verbo? Mantendo-se fiel à suposição básica de seu trabalho de que uma linguagem é um sistema de símbolos sintaticamente especificado ao qual pode ser adicionada uma interpretação semântica. Tal interpretação consiste em uma atribuição de valores ou significados para as palavras das quais pode ser determinado o significado para cada expressão complexa. Assim, considerando uma linguagem L sintaticamente especificada e a atribuição de significado V , então $\langle L, V \rangle$ pode denotar uma linguagem semanticamente interpretada.

Se duas sentenças α e β , pertencentes ou não à mesma L , são sinônimas, isso dependerá do V particular. Uma sentença α de $\langle L_1, V_1 \rangle$ será, pois, sinônima à sentença β de L_2, V_2 sse $V_1(\alpha) = V_2(\beta)$. (43), portanto, seria analisada semelhantemente a (44),

(44) Existe uma sentença na linguagem $\langle L_2, V_2 \rangle$ de tal maneira que Marco Aurélio está usando $\langle L_2, V_2 \rangle$ e enuncia α e $V_2(\alpha) = V_1$ (os romanos são bravos) (Cf. Cresswell [SMASPA], p.43)

V_1 deve ser entendida como a linguagem na qual (40) está sendo relatada e que não é, necessariamente, a mesma linguagem $\langle L_2, V_2 \rangle$ que Marco Aurélio está usando. Disso se conclui que em (44) considera-se Marco Aurélio como tendo uma relação com um *significado* e somente derivacionalmente com uma sentença. Assim, se 'm' for considerado o significado, qualquer que ele seja de 'os romanos são bravos' em $\langle L_1, V_1 \rangle$, então, (44) poderá ser reescrita como (45),

(45) Existe uma sentença α em uma linguagem $\langle L_2, V_2 \rangle$ tal que Marco Aurélio está usando $\langle L_2, V_2 \rangle$ e enuncia α em V_2 e $V_2(\alpha) = m$.

Cresswell utiliza-se desta estratégia com o propósito de mostrar que, quando há o relato do que alguém diz, no caso Marco Aurélio, esse é feito com a sentença do relator. Além do mais, ainda conforme o autor,

[2.35] [...] nesta sentença, o conteúdo do que é dito é especificado pela 'sentença-que que opera, com graus variados de sensibilidade à estrutura, na sentença-complemento'. (Cresswell [SMSPA], p. 43)

Mais ainda, o significado de 'dizer' (enunciar) em (45) não pode de forma alguma ser citacional, porque 'dizer' teria operado da mesma maneira em qualquer sentença em qualquer linguagem que significa 'm'. Isto é oposto do que ocorre numa sentença puramente citacional, como (39), em que Marco Aurélio relaciona-se somente a uma forma sintaticamente especificada.

No entanto, a verdade é que existem casos em que tanto a sentença especificada sintaticamente quanto o seu significado parecem estar envolvidos na análise, não podendo, pois, ser explicados em termos apenas sintáticos. São os chamados casos mistos em que não se está usando a sentença apenas de forma citacional como, também, está-se levando em consideração a forma do dizer, conforme (46),

(46) Catulo disse que Cícero foi ga-ga-gago des-desde cri-cri-ança-ça

Nesse caso, o significado de 'sentença-que' pareceria ser algo como o par constituído da própria sentença (ou parte dela) e de seu significado (entendido aqui como sentido ou referência).

[2.36] Dizer um par $\langle \alpha, m \rangle$ no qual α é uma sentença e m um significado, presumivelmente consiste em enunciar α , onde α é uma sentença na linguagem $\langle L, V \rangle$ do enunciador, de tal forma que $V(\alpha) = m$ [sendo m um significado estruturado]. (Cresswell [SMSPA], p. 44)

Em outras palavras, no caso acima, portanto, não se pode fazer apenas uma análise *de dicto* (ou proposicional), pois algo mais, além da proposição, deve interessar na avaliação, ou seja, como é expresso o que é dito. Caracteriza-se, aqui, o que Von Stechow (apud Cresswell [SMSPA], p.46) denominou de 'atitudes *de expressione*' em que, em uma sentença como (46), não se está apenas dizendo sobre o *res*, mas, também, está-se mostrando como a atitude de Catulo em relação a *res* é expressa.

Observe, agora, os exemplos abaixo:

(47) Hamurabi diz que Hesperus é Vênus

(48) Hamurabi diz 'Vênus é Hesperus'

(47) e (48) representam outro tipo particularmente problemático de sentenças que parecem, pelo menos à primeira vista, parcialmente citacionais. É o caso de enunciados de identidade envolvendo nomes próprios⁸⁷.

Conforme Cresswell, é fácil constatar que (47) não é puramente citacional porque, se o fosse, (48) teria que ser considerada como uma análise de (47). No entanto, isto não funciona porque (47) não afirma que a sentença dita por Hamurabi é 'Vênus é Hesperus'. Ele, na realidade, poderia ter dito algo como (49),

(49) Vênus e Hesperus são o mesmo planeta

ou qualquer sentença deste tipo.

Admitindo-se, então, que (47) não é citacional, um outro problema surge, a saber: se os significados de nomes como 'Vênus' e 'Hesperus' são justamente as coisas que os nomes nomeiam, e supondo-se que 'Vênus' e 'Hesperus' nomeiam a mesma coisa deveriam ter o mesmo significado e, conseqüentemente, (47) significaria a mesma coisa que (50),

(50) Hamurabi diz que 'Vênus' é 'Vênus'.

A discussão acima reflete a questão introduzida por Frege sobre juízos de identidade⁸⁸. Cresswell⁸⁸ considera que (47) pode ser usada como um relato de uma situação na qual Hamurabi está dizendo a alguém algo que essa pessoa não sabe. Dessa forma, (47) é informativa e apresenta um significado diferente de

⁸⁷ Segundo Cresswell, em termos russellianos, não há nenhum problema em particular sobre enunciados de identidade quando descrições estão envolvidas. O que tem sido mais problemático na literatura recente é o caso em que nomes estão envolvidos. Deve-se primordialmente a Kripke (1972,1979) o fato de que o problema que apareceu no trabalho de Frege – e no trabalho de muitos autores subsequentes – como o problema da 'estrela de manhã e da estrela da tarde' tenha se tornado o problema de 'Hesperus e Phosphorus'. Cresswell salienta que no seu estudo das AP não tem como objetivo discutir a teoria causal. No entanto, em termos dos tipos de atitudes que estuda, o seu interesse na teoria causal resume-se ao fato de que o significado de um nome é apenas o seu referente (aquele que o carrega). (Cf. [SMSPA], p. 149-150)

⁸⁸ Assumir que (47) não é citacional seria assumir a possibilidade de (47) = (50). De acordo com Cresswell, "Alguns autores assumiram a linha dura neste ponto e disseram que (47) e (50) são sinônimas. Para tais autores, o problema que estou discutindo não surge [...]. Contudo, para muitos autores, e eu me incluo nesses, parece que (47) pode ser usado como o relato de uma situação [...] Eu procederei na suposição de que (47) tem um significado diferente de (50)" (Cresswell [SMSPA], p.44-45). Entre os autores de linha dura, Cresswell cita Tye (1978), que argumenta que saber que Hesperus é Hesperus é justamente o sinônimo de saber que Hesperus é Phosphorus. (Cf. [SMSPA], p. 150)

(50). Ao mesmo tempo, ele não nega que (47) pode apresentar um significado que seja sinônimo ao de (50), e isso acontece porque sentenças como (47) são ambíguas.

[2.37] [...] Eu não neguei que [47] pode *também* ter um significado que seja sinônimo a [50]. Na verdade, eu penso que muito do que foi dito sobre nomes está no fato de que sentenças como [47] são ambíguas. (Cresswell [SMSPA], p. 45)

(47) parece, pois, também ser um caso misto como (46). A maneira de analisá-la é construir Hamurabi dando uma informação para Nabuco, por exemplo, sobre o uso dos nomes 'Vênus' e 'Hesperus'⁸⁹. (47) transforma-se, então, em (51),

(51) Hamurabi diz de Hesperus que 'Vênus' e 'Hesperus' são nomes para Hesperus

em que a primeira ocorrência do nome 'Hesperus' constitui-se em uma ocorrência *de re* e a sentença-complemento diz como a atitude de Hamurabi em relação ao *res* é expressa.

Por fim, Cresswell salienta que não se pode confundir atitude *de expressione* com atitudes citacionais; *de dicto*, por um lado, e com atitude *de re* por outro. Na citacional existe uma relação entre o sujeito e uma sentença particular; na modalidade *de dicto* entre o sujeito e uma proposição; e na *de re* não há necessidade de se especificar como o sujeito representa o *res*. *De expressione* é mista, justamente, porque apresenta uma leitura *de re* e, ao mesmo tempo, aponta a maneira como se está falando sobre o *res*. (Cf. Ibaños [SMPCAP] p.39)

Após esta apresentação do que significam atitudes *de expressione* e citacionais, o autor passa a analisar as chamadas atitudes iteradas que, de certa forma, levantam alguns problemas técnicos para a aplicação da ideia de significados estruturados para a semântica de AP.

⁸⁹Cresswell salienta que (47) não exibe uma relação de informação sobre o uso linguístico; "[...] é conhecimento de astronomia que falta, não conhecimento de convenção linguística. Eu não penso que (47) deva ser tomada como relatando uma falha de conhecimento linguístico." (Cresswell [SMSPA], p. 45)

Atitudes iteradas são sentenças do tipo 'A acredita que B acredita que α ' em que existem no mínimo dois verbos de atitude proposicional (não necessariamente distintos), duas 'sentenças-que', sendo uma encaixada na sentença-complemento da outra, conforme (52).

(52) M.A. acredita que J.C. acredita que Brutus não trapaceia⁹⁰

1

2

Cresswell admite que, em certos casos, análises de significados estruturados de sentenças como (52) podem causar problemas, especialmente para teorias que se baseiam na ideia de isomorfismo intensional de Carnap. Para mostrar que problemas são esses e para apresentar uma solução, opta por iniciar sua exposição com sentenças simples que não envolvem qualquer verbo de atitude proposicional. Assim, tomando-se (53),

(53) Brutus não trapaceia

cujos componentes são um nome, um funtor sentencial e um predicado de um lugar e cuja idealização sintática poderia ser como em (54),

(54) não (trapaceia Brutus)

o significado de 'Brutus' será sua referência, o significado de 'trapaceia' será sua intensão, isto é, a função ω de tal forma que, para qualquer coisa a em seu domínio (qualquer coisa que faz sentido se supor que trapaceia ou não) $\omega(a)$ é o conjunto de mundos nos quais a trapaceia, e a intensão de 'não' será a função ζ de conjunto de mundos para conjunto de mundos, de tal forma que se a está em qualquer conjunto de mundos, $\zeta(a)$ será justamente $M - a$; isto é, $\zeta(a)$ é o conjunto de todos os mundos exceto aqueles que estão em a . (Cf. Cresswell [SMSPA], p.86)

O sentido de (54) será, por sua vez, a estrutura representada em (55),

⁹⁰ M.A = Marco Antônio e J.C= Júlio César. Optou-se pelas abreviaturas para facilitar a visualização das sentenças que se seguem.

(55) $\langle \omega \text{ não}, \langle \omega \text{ trapaceia}, 0 \rangle \rangle$

considerando 0 o significado do nome 'Brutus', e em que as intensões das palavras são agrupadas de maneira que espelhem a estrutura sintática de (54); e a referência, isto é, a intensão da sentença será simplesmente o que se vê em (56),

(56) $\omega \text{ não} (\omega \text{ trapaceia} (0))$.

Recapitulando, a estrutura em (55) é o que Cresswell denomina de sentido de (54); e (56) é a sua referência ou intensão (uma intensão sendo, simplesmente, uma referência que é um membro de um sistema de intensões). Mas, ressalta que seu quadro teórico admite refinamentos mais acurados do que somente a distinção sentido/referência. Existem casos intermediários nos quais apenas parte da estrutura⁹¹ é levada em consideração, conforme (57),

(57) $\langle \omega \text{ não}, \omega \text{ trapaceia} (0) \rangle$

que se constitui de um par ordenado composto de $\omega \text{ não}$, juntamente com o conjunto de mundos onde Brutus trapaceia, isto é, $\langle \omega \text{ não}, a \rangle$.

[2.38] Em [57], sabemos que a sentença é negativa, mas não podemos recuperar nenhuma estrutura da sentença que foi negada. É por causa desta flexibilidade que a semântica das atitudes proposicionais defendida aqui [no livro] não é a mesma, embora similar em alguns aspectos, ao framework de sentido/referência fregeano. (Cresswell [SMSPA], p. 87)

Continuando sua argumentação, Cresswell mostra o que acontece a (53) quando é encaixada em uma sentença simples de AP, como em (58).

⁹¹Esta possibilidade é usada por Cresswell na chamada Restrição de Macroestrutura, um dispositivo inventado por ele para evitar que exemplos do tipo (2) e (3) baseados em (1) abaixo

(1) 'Brutus trapaceia sse existe um gladiador que mata todos os gladiadores que não se matam'

(2) 'Júlio César acredita que Brutus não trapaceia'

(3) 'Júlio César acredita que Brutus trapaceia sse existe um gladiador que mata todos os gladiadores que não se matam'

tenham a mesma leitura em que 'que' é tomado como ' $\omega \text{ que}0$ '. (Cf. Gupta & Savion [SPA], p.401-402 para críticas a respeito).

(58) Júlio César diz que Brutus não trapaceia

A análise, obviamente, baseia-se no princípio de que as 'orações-que' são ambíguas e que tal ambiguidade localiza-se na palavra 'que'. (58), portanto, apresenta-se em uma forma de superfície e uma vez que no caso de (54) há três diferentes candidatos para o seu significado – (55), (56) e (57) – isto significa que há três diferentes estruturas subjacentes para (58), fazendo uso de três diferentes 'que' – que_0 , $que((0/0),0)$ e $que((0/0),(0/1),1)$ – respectivamente.

Consequentemente, a oração-complemento de (58) poderá ser representada como:

(59) Que_0 (não (trapaceia, Brutus))
0

em que a intensão de que_0 é justo a função ω , tal que, onde a é qualquer conjunto de mundos, $\omega(a)=a$. Trata-se, pois, de uma relação com a proposição. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que 'Júlio César diz que [o conjunto de mundos].

(60) $Que((0/0),0)$ não (trapaceia, Brutus)
0/0 0

cuja intensão é justamente (57); ou (61)

(61) $Que((0/0),(0/1),1)$ não, trapaceia, Brutus
0/0 0/1 1

cuja intensão é uma função de três lugares que opera sobre funções nas categorias (0/0), (0/1) e 1, nesta ordem, isto é, (55).

Cresswell passa, então, a trabalhar com as atitudes iteradas propriamente ditas e com os problemas que elas podem originar. Considerando, novamente, a sentença (52) repetida em (62),

(62) M.A. acredita que J.C. acredita que Brutus não trapaceia

cuja estrutura subjacente apresenta-se em (63),

(63) Acredita M.A. que₀ (acredita J.C. que₀ (Brutus não trapaceia⁹²))

parece que se (62) for tomada como (59), não há problemas com a sua semântica, pois ω que₀ nada mais é do que uma função de conjunto de mundos para conjunto de mundos. É a função de identidade e, portanto, a intensão de (64),

(64) Que₀ (acredita J.C. que₀ (Brutus não trapaceia))

é justamente o conjunto de mundos nos quais J.C. acredita que Brutus não trapaceia⁹³.

O problema surge quando o 'que' mais externo de uma sentença de atitudes iteradas opera no *sentido* da sentença-complemento, como no caso de (65),

(65) Acredita M.A. que_{((0/1,1),1,1)} acredita J.C. que₀ (Brutus não trapaceia) (0/1,1) 1 1

Neste caso, tanto J.C. quanto que₀ estão na categoria 1, isto é, na categoria nome, uma vez que qualquer 'que' transforma uma sentença em um nome. Que_{((0/1,1),1,1)} é um 'que' que opera nas três partes de sua sentença-complemento (acredita, J.C. e que₀ (Brutus não trapaceia)). A intensão do 'que' mais externo é a função ζ tal que $\zeta(\omega, a, b) = \langle \omega, a, b \rangle$ (sendo ' ω ' a intensão de 'acredita' e a e b intensões de 'J.C.' e 'Que₀' (Brutus não trapaceia)). Consequentemente, a intensão de (66)

⁹² Para efeito da presente análise, não é importante a estrutura lógica de 'Brutus não trapaceia'.

⁹³ Cresswell salienta que advoga uma visão de AP em que o conteúdo das atitudes proposicionais, embora sejam significados estruturados, em algumas ocasiões o uso limite de um significado estruturado feito de intensões é justo uma intensão simples. Assume, na verdade, que a intensão de *acredita* sempre opera na intensão da 'sentença-que', embora a intensão da 'sentença-que' nem sempre é a intensão da sentença complemento. (Cf. [SMSPA], p.89)

(66) Que $((0/1,1),1,1)$ acredita J.C. que 0 (Brutus não trapaceia)

é simplesmente (67),

(67) $\langle \omega, a, b \rangle$.

Disso, conclui-se que o significado de (65) é (68), a saber,

(68) $\omega (h, \langle \omega, a, b \rangle)$

em que 'h' é o significado de Marco Antônio ou M.A..

O que acontece com (68), de acordo com Cresswell, é que não pode ser uma análise correta, porque

[2.39] Para avaliar [65], então, temos que supor que 'acredita' tem uma intensão que engloba uma estrutura que contém mesma intensão como seu próprio argumento. (Cresswell [SMSPA], p. 90)

Gupta & Savion ([SPA], p. 406) corroboram esta ideia, acrescentando que, se se supusesse (68) como contendo um valor z , por exemplo, então se seguiria (69),

(69) $\langle \langle h, \langle \omega, a, b \rangle \rangle, z \rangle \in \omega$

que é uma violação do Axioma de Fundação.

Que solução Cresswell apresenta para este problema?

Em primeiro lugar, ele argumenta que a aparente anomalia de (65) não é um problema das atitudes iteradas como um todo, mas de apenas uma versão dessas atitudes. Considera, na verdade, que (65) não é semanticamente interpretável⁹⁴. Ao mesmo tempo, salienta que parece não haver problemas no caso em que a operação ocorre sobre referências ou intensões como em (62), e a solução a ser dada quando a leitura mais apropriada para (62) é a (65) é tratar 'acredita que Brutus não trapaceia' e 'J.C.' separadamente. A estrutura categorial ficaria, então, como em (70),

⁹⁴ Esta solução não é aceita por todos. Cf. Böer ([PAFO], 1994) para razões de não aceitar tal solução.

(70) Acredita M.A. que ((0/1,1) (acredita que(0/1) (Brutus não trapaceia), J.C.)

em que o conteúdo de 'acredita' seria $\langle \omega, J.C. \rangle$ e ' ω ' seria a intensão de (71),

(71) Acredita que ω (Brutus não trapaceia)

Dessa forma, a intensão de 'acredita' não apareceria como seu próprio argumento, resolvendo pois o problema apresentado em (65).

Cresswell acredita que a maioria dos casos de atitudes iteradas pode ser acomodada nesta forma. As restantes, que parecem ter um 'acredita' que faz referência a ele próprio, talvez pudessem ser tratadas por uma espécie de teoria dos tipos⁹⁵ (Cf. Church [FLSD]) que, em sua opinião, também é problemática. Para ele,

[2.40] parece que temos que viver com o fato de que não podemos, simplesmente, quantificar sobre tudo o que gostaríamos. A única coisa que direi é que uma teoria no estilo fregeano mais flexível [...] assegura que a maioria das sentenças de atitudes iteradas podem ser diretamente interpretadas, sem a necessidade de quaisquer atitudes de níveis mais altos. ([SMSPA], p. 92)

Após a análise desses diferentes tipos de atitudes, basicamente trabalhadas com o verbo de AP 'acredita', Cresswell, seguindo a mesma linha de argumentação, apresenta dois tipos de discurso – indireto e *de se* – essencialmente com o verbo de AP 'diz', que podem trazer algumas complicações para a sua teoria das atitudes proposicionais. Esses dois tipos de discurso serão tratados a seguir.

O problema a ser retratado em termos de discurso indireto diz respeito ao significado do verbo 'dizer' que caracteriza uma situação dentro de um subgrupo das AP.

⁹⁵ Teoria dos Tipos propõe uma espécie de hierarquia dos significados de 'acredita'. A primeira é uma função que opera nas estruturas sem qualquer significado de 'acredita' nelas; a segunda é uma função que opera nas estruturas com somente o 'acredita' de primeiro nível, e assim por diante.

Primeiramente, Cresswell considera apenas as ocasiões em que 'dizer' é usado com uma 'sentença-que', cujo significado nada mais é do que a intensão da sentença-complemento, como no exemplo abaixo,

(72) <Catulo, diz, <que0, <Cícero gagueja>>>

(72) deve ser entendido como um exemplo de uma sentença em uma linguagem categorial λL na qual subjaz uma língua (neste caso o português) e que tem associada a si uma atribuição V , que dá aos símbolos de L os tipos apropriados que se supõem refletir os significados que as palavras correspondentes em português possuem. Posto isso, pode-se dizer que, em (72), $V(\text{que}0)$ é justamente a função de identidade, de maneira que, conforme (73),

(73) $V(\langle \text{que}0, \langle \text{Cícero}, \text{gagueja} \rangle \rangle) = C(\langle \text{Cícero}, \text{gagueja} \rangle)$

ou seja, o significado de 'que0' é apenas o conjunto de pares $\langle w, t \rangle$, de modo que Cícero gagueja no mundo w no tempo t . Mas, como foi salientado acima, a questão problemática reside no verbo 'dizer'. Portanto, o que tem que ser respondido é como se determina a atribuição de significado de 'diz'? Em outras palavras, qual é o $V(\text{diz})$?

Para Cresswell, ' $V(\text{diz})$ ' será uma função ω de $D1 \times D1$ em $D0$, ou seja, uma operação de dois lugares cujos argumentos vêm de $D1$ e cujos valores estão em $D0$. O primeiro argumento será qualquer entidade que seja capaz de dizer algo; e o segundo argumento será qualquer coisa que seja capaz de ser o argumento da 'sentença-que'. Sua análise, nesse momento, restringe-se apenas a casos em que o segundo argumento é uma intensão, isto é, um membro de $D0$, um subconjunto do conjunto W de todos os pares da forma $\langle w, t \rangle$ onde w é um mundo possível e t um intervalo de tempo, assim como em (74),

(74) Catulo ω que Cícero gagueja

1	diz	1	
a	D	b	(a, b)

onde $V(\text{diz})$ é a função ω , a é uma pessoa, b é o conjunto de mundos e $\omega(a,b) \in D_0$.

A abordagem do significado de 'diz' é então formalizada ([SMSPA], p. 106) como em (75),

(75) $\langle w, t \rangle \in \omega(a, b)$ sse a produz em w no tempo t uma realização de superfície de uma sentença α na linguagem categorial λL^* , de maneira que L^* , juntamente com a atribuição de significado V^* , é a linguagem que a está falando em $\langle w, t \rangle$, $V^*(\alpha) = b$ ⁹⁶

onde o valor de V^* tem o papel de uma variável ligada. A função ω que é o significado de 'diz' sob a atribuição de V é uma função de dois lugares, cujo valor não depende, de forma alguma, do V^* . Em outras palavras, Cresswell deseja salientar que o significado de ' $V(\text{diz})$ ' não é formalmente dependente de linguagem, mas que, obviamente, o seu significado tem relação com a linguagem.

Mas a questão não fica assim, de forma alguma, resolvida. O problema de 'diz', quando seu segundo argumento é uma intensão é que pode gerar paradoxos. Considere (76) abaixo,

(76) O que Brutus diz é falso

dita em uma ocasião especial $\langle w, t \rangle$ em que (76) é a única coisa que Brutus diz na linguagem cuja atribuição de significado é V . 'O que' é uma expressão que transforma um predicado em um nominal, isto é, está na categoria $((0/(0/1))/(0/1))$ e 'é falso' será tratado como um predicado de um lugar. A estrutura de (76) em linguagem categorial λ é apresentada em (77),

(77) $\langle \langle \text{o que}, \lambda, x, \langle \text{Brutus}, \text{diz}, x \rangle \rangle \rangle$, é falso

⁹⁶ Cresswell salienta que não deseja ser específico quanto a decidir qual $\langle L^*, V^* \rangle$ é a linguagem do falante. Além do mais, V^* e L^* não precisam, necessariamente, ser na mesma linguagem que V e L ; o discurso indireto, por exemplo, pode relatar enunciados em uma linguagem diferente. (Cf. [SMSPA], p.106)

O 'V (o que)' é a função ζ em $D((0/(0/1))/(0/1))$ de forma que onde ω_1 e ω_2 estão em $D(0/1)$, então, $\langle w, t \rangle \in (\zeta(\omega_1))(\omega_2)$ sse existe algum $a \in D1$ de forma que:

(i) a é o único membro de $D1$ de modo que $\langle w, t \rangle \in \omega_1(a)$, e

(ii) $\langle w, t \rangle \in \omega_2(a)$

Considerando o significado de (78),

(78) $\langle \lambda, x \langle \text{Brutus, diz, } x \rangle \rangle$

como a função ω_1 , tal que para $a \in D1$ então $\omega_1(a) = V(\text{diz})(\text{Brutus}, a)$, isto é, $\langle w, t \rangle \in \omega_1(a)$ sse Brutus produz em $\langle w, t \rangle$ uma realização de superfície de uma sentença α em uma linguagem categorial λ , tal que V^* representa a atribuição de significado para α na linguagem que Brutus está falando em $\langle w, t \rangle$, $V^*(\alpha) = a$. E ω_2 como 'V(é falso)', então, para qualquer b em $D1$ de ω_2 , $\omega_2(b) = w - b$. Consequentemente, $\langle w, t \rangle \in ((69))$ sse Brutus produz em $\langle w, t \rangle$ uma realização de superfície da sentença α de uma linguagem categorial λ e onde V^* representa a atribuição de significado na linguagem em que Brutus está falando em $\langle w, t \rangle$, $\langle w, t \rangle \notin V^*(\alpha)$.

Dessa análise, argumenta Cresswell, tem-se como resultado uma contradição, pois,

[2.41] se estamos assumindo que a única sentença que [Brutus] produz em $\langle w, t \rangle$ é [77], de maneira que α é [77] e que $V^* = V$, então $\langle w, t \rangle \in ((77))$ sse $\langle w, t \rangle \in V^*(\alpha)$. Assim, $\langle w, t \rangle \in ((b))$ sse $\langle w, t \rangle \notin ((b))$, que é a nossa contradição. ([SMSPA], p. 109)

Em outras palavras, considerando-se (76) em (79) abaixo,

(79) O que Brutus diz (76) é falso

percebe-se que (76) é verdadeira sse (79) é falsa. Como (76) = (79), então (76) é verdadeira sse (76) é falsa. Chega-se, portanto, à contradição⁹⁷.

O autor entende que, em sua teoria, não há muito o que se dizer sobre paradoxos e que ele assume de 'V(diz)' que é uma função que chega o mais próximo e consistentemente possível do que é desejado. Descarta, também, mas por motivos distintos, qualquer discussão sobre a quantificação sobre a 'sentença-que', pois, para ele, não há problema algum em quantificar-se nessas sentenças. Se, por exemplo, em vez de (72), a sentença fosse (80),

(80) Catulo diz que alguém gagueja

a sua representação poderia ser de duas formas, a saber:

(81) $\langle \text{Catulo, diz,} \langle \text{que0,} \langle \text{alguém, gagueja} \rangle \rangle \rangle$

que, em vez de ter 'Cícero' na categoria 1, apresenta 'alguém' na categoria (0/(0/1)) e que $\langle w, t \rangle \in V$ ((81)) sse Catulo produz em w num tempo t um enunciado de uma sentença que tem seu valor semântico na linguagem em que ele está falando V ($\langle \text{alguém, gagueja} \rangle$); ou o caso de (82),

(82) $\langle \text{alguém,} \langle \lambda, x \langle \text{Catulo, diz,} \langle \text{que0,} \langle x, \text{gagueja} \rangle \rangle \rangle \rangle \rangle$

que é uma representação de amplo escopo e será verdadeira se existe uma pessoa x sobre quem a sentença de Catulo diz que ela gagueja. V^* será a linguagem que Catulo está falando em w , num tempo t e Catulo produz uma sentença α de maneira que $V^*(\alpha) = V_v(\langle \text{alguém, gagueja} \rangle)$ sendo $V_v(\langle \text{Catulo, diz,} \langle \text{que0,} \langle x, \text{gagueja} \rangle \rangle \rangle)$.

⁹⁷ Cresswell considera que o paradoxo se dá porque Brutus (neste caso) utiliza a mesma linguagem tanto para dizer quanto para relatar o que disse, isto é, a linguagem em que ele está falando tem a mesma atribuição de significado que a linguagem com a qual ele reporta a sua fala. Cresswell cita o trabalho de Prior (1961) sobre o assunto, mas salienta que o mais importante é reconhecer que nem tudo é possível de ser apreendido por qualquer função e o que se deve aprender é saber como se chegar mais próximo do *desideratum* impossível. Em termos de análise desses paradoxos, cf. Slater [PCIS], 1989.

A sua preocupação, que merece maiores considerações de sua parte, está em relação a casos em que o significado de 'diz' não mais opera sobre intensões da sentença-complemento, mas sobre as estruturas como (83).

(83) <Catulo diz< que ((0/1)1) Cícero, gagueja>>

que pode ser uma caso de referência *de re*⁹⁸ em que a referência da 'sentença-que' é $\langle \omega, b \rangle$, onde b é Cícero e ω é a função em $D(0/1)$ tal que para qualquer a no seu domínio $\langle w, t \rangle \in \omega(a)$ sse a gagueja em w no tempo t .

Cresswell julga que esta abordagem estendida (que considera o segundo argumento como estrutura) pode apresentar uma solução do tipo presente em (84),

(84) $\langle w, t \rangle \in V(\text{diz})(a, \langle \omega, b \rangle)$

sse existe uma sentença na linguagem categorial λ da forma $\langle \alpha, \beta \rangle$ na qual a é um nominal que designa Cícero para a em $\langle w, t \rangle$ e $V^*(\beta) = \omega$, onde V^* é a atribuição de significado para a linguagem que a está falando em $\langle w, t \rangle$ (cf. [SMSPA], p.113), e ser aplicada como padrão de análise para estruturas mais complexas.

E o que dizer de exemplos como (85)?

(85) Marco Aurélio disse eu discurssei⁹⁹

Estruturas de superfície diferentes, mas que possuem a mesma linguagem categorial λ , funcionam equivalentemente como argumento de 'V(diz)', a menos que haja uma citação envolvida. De fato, há casos como (85) em que se

⁹⁸Cresswell considera que ao se apresentar a semântica de 'diz' quando usada em sentenças de *re*, há a necessidade de se incorporar dados da teoria do uso referencial da linguagem para a semântica. Como não irá discutir este ponto, recomenda os trabalhos de Donnellan (1966,1972) e Kripke (1972) entre outros. Para leitura em português, cf. Costa ([RSRPSK],1992).

⁹⁹Cresswell não apresenta um estudo detalhado do tempo passado. Seu 'descuido' nesta área se deve ao fato de que muito trabalho detalhado já foi feito sobre a formalização da semântica das condições-de-verdade para sentenças temporais. Portanto, apenas considera que o passado pode ser representado em uma linguagem categorial λ por um operador proposicional do tipo 'ed' que representa a forma regular do passado em inglês.

poderia avaliar 'eu'¹⁰⁰ como Marco Aurélio ou como a pessoa que está enunciando a sentença (note-se que não se está considerando a convenção ortográfica para citações).

Portanto, (85) pode ser interpretada como (86),

(86) Marco Aurélio disse que eu discurssei

ou

(87) Marco Aurélio disse 'eu discurssei'

e a maneira de esclarecer essa análise é através de um símbolo de citação 'qu' com relação à atribuição V, que é a interpretação pretendida de L. A estrutura subjacente de (85) é, então, representada por (88) e (90), sendo que para (88)

(88) <Marco Aurélio, diz,< qu< Marco Aurélio discursa>>>

a atribuição de significado representada em (89)

(89) V< Marco Aurélio,discursa>

é o sentido; enquanto que em (90)

(90) <Marco Aurélio, diz,< que0 <x , discursa>>>

a atribuição de significado representada em (91)

(91) V (<x, discursa>)

¹⁰⁰Para mais informações sobre indexicais e as diferentes abordagens dentro de um trabalho semântico, cf. Kaplan ([OLD],1978), Perry ([PEI],1979) e Austin ([WMT], 1990), entre outros.

é uma proposição. Em outras palavras, pode-se dizer que o significado da sentença enquanto usada denota uma proposição e, enquanto mencionada, denota uma estrutura.

Por fim, Cresswell apresenta alguns exemplos em termos de formalização de sentenças com verbos no passado que apresentam a ação da sentença-complemento também no passado.

[2.42] Uma característica que distingue o discurso indireto do discurso direto é que certas mudanças no tempo do verbo de atitude exigem uma mudança no tempo do verbo complemento. Por isso talvez seja de algum interesse indicar o que acontece quando tais sentenças são consideradas em um framework de linguagem categorial λ . ([SMSPA], p. 111)

Portanto, uma sentença como (92)

(92) Cícero disse que Catilina trapaceou

pode ser relatada como (93),

(93) Cícero disse que Catilina estava trapaceando

que significa que Catilina estava trapaceando na época do enunciado de Cícero, mas também, de forma alternativa, poderia ser dito que Catilina havia trapaceado antes de Cícero enunciar o que é dito em (92), e esta visão alternativa pode ser formalizada como em (94),

(94) $\langle\langle$ Cícero,diz, \langle que0, \langle Catilina, trapaceia $\rangle\rangle\rangle$, ed \rangle

que será verdadeira em $\langle w,t \rangle$ sse, em algum $\langle w,t' \rangle$ no qual t' é completamente anterior a t , Cícero produz um enunciado que, em sua linguagem em $\langle w,t' \rangle$, é verdadeiro em justo aqueles MP onde Catilina está trapaceando no tempo t' . Tudo isso, de acordo com Cresswell ([SMSPA], p. 112), considerando-se o que é exposto em (95),

(95) $V(ed)$ é uma função ω em $D(0/0)$ tal que para qualquer $a \in D0$, $\langle w, t \rangle \in \omega(\alpha)$ sse existe algum intervalo t' tal que cada momento em t' precede cada momento em t e $\langle w, t' \rangle \in a$.

Feitas estas considerações, ele passa, por fim, a analisar o chamado discurso *de se* apresentado abaixo.

Para caracterizar discurso *de se*¹⁰¹, Cresswell utiliza-se de um exemplo de Lewis ([ADDDS], 1979), que argumenta que muitas atitudes que parecem ser atitudes em relação a proposições, na realidade, não são. O exemplo aproveitado por Cresswell é de dois deuses que sabem tudo, mas não sabem quem são, pois estão ligados por uma aliança primitiva que os torna um. Um vive na mais alta montanha no mundo W e lança manás, o outro vive na montanha mais gelada do mundo V – sendo os dois mundos qualitativamente iguais – e lança trovões. Como eles são omniscientes e não sabem onde vivem, tampouco sabem se lançam trovões ou manás.

Suponha que os dois deuses chamam-se Jeová (o que lança manás) e Zeus (o que lança trovões) e observe os exemplos abaixo:

(96) Zeus diz que ele lança trovões

(97) Zeus diz que é Zeus

que são casos de atitudes *de se* (de acordo com Lewis, 1979) porque são atitudes que, de alguma forma, estão envolvidas com elas próprias, isto é, a questão se volta para o falante.

Para Cresswell, o fator importante é saber como analisar tais sentenças. Ele argumenta que a solução viável parece ser aquela que leva em consideração as várias estruturas possíveis para (96) em uma linguagem categorial λ . Ele inicia a sua análise, portanto, pelo uso de 'que0' conforme (98):

¹⁰¹ No comentário bibliográfico de sua obra (p.183), Cresswell cita que Böer & Lycan (1980) argumentam veementemente que todas as atitudes *de se* são simplesmente atitudes *de re*. O mesmo se dá com Stalnaker (1981). Cresswell ressalta que se isso fosse verdade, ele não hesitaria em adotar uma solução tão mais simples. Mas este parece não ser o caso.

(98) $\langle \text{Zeus}, \langle \lambda, x, \langle \text{diz}, x, \langle \text{que}0, \langle x, \text{lança trovões} \rangle \rangle \rangle \rangle \rangle$ ¹⁰²

em que a abstração λ é usada para marcar o uso do pronome 'ele' como uma variável ligada. Mas, por outro lado, se se considerar 'Zeus' como um nome em vez de um nominal os princípios da conversão λ transformam (98) equivalente a (99),

(99) $\langle \text{Zeus}, \text{diz}, \langle \text{que}0, \langle \text{Zeus}, \text{lança trovões} \rangle \rangle \rangle$

que será verdadeira em qualquer $\langle w, t \rangle$ sse Zeus em $\langle w, t \rangle$ produz uma realização de superfície da sentença α em uma linguagem categorial λ tal que $V^*(\alpha) = V(\langle \text{Zeus}, \text{lança trovões} \rangle)$. (cf. Cresswell [SMSPA], p.122)

O teórico pondera que esta análise não fornece os resultados corretos, pois se Zeus falasse a nossa linguagem, ele poderia facilmente tornar (99) verdadeira, enunciando uma realização de (100),

(100) $\langle \text{Zeus}, \text{lança trovões} \rangle$

O problema é que se Zeus estivesse enganado de sua identidade e pensasse que era Jeová, nesse caso, não se tem como dizer que (100) é uma evidência para a verdade de (99):

[2.43] o que parece estar errado é que em [98] é necessário que Zeus esteja se referindo a ele próprio. Isto sugere que uma atitude *de re* pode estar envolvida. ([SMSPA], p.122)

Portanto, ele considera que a sentença correta a ser avaliada é (101),

(101) $\langle \text{Zeus}, \text{diz}, \langle \text{que}((0/1), 1), \text{Zeus}, \text{lança trovões} \rangle \rangle$

¹⁰² Cresswell, para efeito e simplicidade de análise, considera 'lança trovões' como um predicado de um lugar, sem se preocupar com sua estrutura interna.

que será verdadeira em $\langle w, t \rangle$ sse existe um nominal α que designa 'Zeus' para Zeus em $\langle w, t \rangle$, e um predicado β tal que $V^*(\beta) = V$ (lança trovões) onde V^* é a linguagem que Zeus está falando em $\langle w, t \rangle$. ([SMSPA], p.122)

O interessante na solução de (101) é que, caso Zeus pense que é Jeová, então o nome 'Zeus' não designará 'Zeus' para Zeus, de forma que um enunciado como (100) não poderá contar como um dito de que Zeus lança trovões.

A solução parece estar assim bem definida. Mas Cresswell deseja apresentar um critério para a autorreferência que possa desproblematizar tanto exemplos como (98) e similares quanto aqueles que apresentam ambiguidade temporal como (102),

(102) Zeus disse que são 4 horas

que pode receber duas interpretações; a primeira chamada de *de nunc* em que perguntam a Zeus que horas são; e a segunda que corresponde a uma pergunta de alguém do seguinte tipo:

(103) Quantas horas de viagem para se chegar à montanha mais alta?

que recebe (102) como resposta.

Cresswell conclui que para se ter uma solução que se aplique aos exemplos *de se*, a noção de proposição tem que ficar um pouco mais complexa, a saber, deixa de ser um par de mundo e tempo $\langle w, t \rangle$ para ser uma tripla $\langle w, t, p \rangle$ em que 'p'¹⁰³ é uma pessoa. No caso da formulação de (98), aplicando-se apenas o 'que0', com esta nova tripla ordenada, fará uso do símbolo 'ele*' que, combinado com um nome (no caso, Zeus), formará um nominal do tipo $\langle \text{ele}^*, \text{Zeus} \rangle$ que está na categoria $((0/(0/1))/1)$ e apresentará a seguinte estrutura,

(104) $\langle \text{Zeus, diz, } \langle \text{que0, } \langle \langle \text{ele}^*, \text{ Zeus} \rangle, \text{ lança trovões} \rangle \rangle \rangle$

¹⁰³ Qualquer preocupação com a possível proliferação de índices que conduza a uma lista infinita de coordenadas contextuais é descartada por Cresswell. "Não há necessidade de nenhuma "pessoa endereçada" coordenada para lidar com 'você', nenhuma coordenada espacial para lidar com 'aqui' e nenhuma coordenada de "objeto indicado" para lidar com 'isto' ou 'aquilo'. O argumento em cada caso é o mesmo: todas essas coordenadas podem ser definidas com referência ao mundo, tempo e falante $\langle m, t, p \rangle$ ". ([SMSPA], p. 127)

onde 'ele*' apresenta a seguinte semântica

(105) $V(\text{ele}^*)$ é uma função ζ tal que para $a \in D1$ em seu domínio e $\omega \in D(0/1)$ no domínio de $\zeta(a)$, e qualquer $\langle w, t, p \rangle \in M$, $\langle w, t, p \rangle \in \zeta(a)(\omega)$ sse $\langle w, t, p \rangle \in \omega(a)$. (cf. Cresswell [SMSPA], p. 125)

Deve-se observar que 'ele*' é apenas um símbolo que representa um nominal. Por este motivo, pode ocorrer em uma variedade de posições e suas realizações de superfície serão diferentes dependendo se se apresentar em escopo amplo ou escopo restrito. Quando está em escopo amplo em relação a todos os verbos de atitude da sentença, é realizado como 'eu'; quando está em escopo restrito, é realizado como 'ele' ou 'ela' e é essa variação que permite que se solucione exemplos como os citados acima.

Recapitulando o que foi dito em termos de discurso indireto e discurso *de se*, Cresswell acredita que esses discursos fornecem bons exemplos para sentenças de AP. Mais ainda, servem de sustentação para a análise das AP mesmo que se supusesse AP como expressões num sistema de representações internas (cf. Fodor, 1981). O que defende, no entanto, é que se deve fazer uma distinção entre o objeto e o conteúdo de crença. Se isto for feito, então a questão fica em termos de conteúdo e não há quantidade suficiente de descrições de objetos de atitudes que possa fazer alguma diferença nesta discussão.

O último ponto do trabalho de Cresswell não trata de questões sobre atitudes proposicionais, propriamente dito, mas sim casos de hiperintensionalidade¹⁰⁴ fora desse contexto para avaliar a sua força como intensões enquanto referência das sentenças, o que é a seguir apresentado.

Com o último aspecto a ser analisado por Cresswell – a questão da hiperintensionalidade, fora das AP – ele objetiva mostrar que onde quer que a hiperintensionalidade for encontrada, seja nas sentenças com as chamadas preposições semânticas, nos advérbios, nas 'sentenças - por', entre outras, sempre haverá o tipo de ambiguidade que ocorre com as 'sentenças-que' de AP e

¹⁰⁴ O nome hiperintensionalidade foi, pela primeira vez, utilizado por Cresswell em seu artigo "Hyperintensional Logics" (1975) para se referir a contextos nos quais a substituição mesmo de sentenças logicamente equivalentes não necessitam de preservar a verdade. Segundo Cresswell [QT], as AP são o exemplo típico de hiperintensionalidade, talvez o único.

a elucidação se dará pela avaliação da sensibilidade dos elementos à estrutura da oração.

Em primeiro lugar, ele apresenta o caso das preposições semânticas do tipo 'de acordo com'. Observe o exemplo abaixo:

(106) 'De acordo com Hipólito são 5+4 o número de planetas'

que, da mesma maneira que as sentenças de AP, onde a ambiguidade ocorria na leitura de '5+4', parece apresentar o mesmo tipo de ambiguidade. Cresswell argumenta que tais preposições apresentam um uso estendido que torna bem possível localizar a ambiguidade estrutural na própria preposição.

[2.44] Preposições semânticas ocorrem em sintagmas como 'na história', 'na televisão', 'no ar'. Nesses casos, o sintagma que segue a preposição denota o que Ross¹⁰⁵ chama de *medium* [...]. Essas preposições parecem ser usadas em uma extensão quase metafórica de seus usos especiais literais. Não quero sugerir que são usadas metaforicamente – creio que não são. Mas este uso estendido significa que pode ser possível localizar a ambiguidade estrutural em sentenças como [106] na própria preposição. ([SMSPA], p. 132)

E o que dizer de (107) e (108), (109) e (110) abaixo?

(107) Marco Aurélio me deu OS LIVROS por engano

(108) Marco Aurélio ME deu os livros por engano

(109) 5+4 é obviamente 9

(110) São obviamente 5+4 o número de planetas de nosso sistema solar

(107) e (108) são dois exemplos que apresentam uma diferença de condições-de-verdade, em que a diferença semântica deve ser analisada em termos de contraste implicado. 'Por engano' operaria na estrutura da sentença, de tal forma

¹⁰⁵ De acordo com Cresswell, trata-se de um trabalho não publicado de Jeff Ross que circula na La Trobe University.

que, a parte selecionada como foco (em maiúsculas nos exemplos), seriam as partes envolvidas no contraste¹⁰⁶. (109) e (110), por outro lado, parecem apresentar 'obviamente' como o elemento suscetível à ambiguidade semântica, e a melhor maneira de lidar com ela é postular que o advérbio é uma derivação transformacional de sentenças como 'é óbvio que', precedendo, portanto, uma 'sentença-que' e sendo da mesma forma que esta analisada.

Por fim, deve-se ressaltar a discussão de Cresswell sobre o papel dos significados estruturados para a correta análise do que ele denomina de *semântica no quadro* e quadros impossíveis, que equivalem a contradições em todos os mundos possíveis. Segundo ele, em sintonia com a análise de Sober (1976), uma representação pictórica não é tão diferente de uma representação linguística como muitos teóricos supõem, e a melhor maneira de avaliar uma representação deste tipo, como especificado em (111),

(111) Este quadro mostra pelo menos um monge subindo e descendo escada ao mesmo tempo¹⁰⁷

que apresenta um tipo de situação em que parece não haver maneiras de evitar uma estrutura em que existam conjuntos de mundos no qual o monge está subindo, e conjunto de mundos no qual ele está descendo, é levar em consideração uma dessas estruturas para se fazer a análise¹⁰⁸.

O autor finaliza argumentando que, quaisquer que sejam as soluções para esses casos, eles não parecem ser indícios suficientes para se reivindicar uma revisão drástica da análise defendida em seu trabalho.

Este capítulo teve como objetivo apresentar o quadro teórico desenvolvido por Cresswell para o tratamento das AP dentro da semântica das condições-de-verdade, enriquecida com mundos possíveis e sistemas de intensões. Enfocando, desta maneira, seus aspectos básicos e suas extensões para acomodar vários fenômenos relacionados com as AP, foi, da mesma forma, delineando a sua postura teórica em relação às abordagens clássicas. O que é

¹⁰⁶ Para maior detalhamento sobre contraste implicado, cf. Dretske (1972, 1977) e Böer (1979).

¹⁰⁷ Cf. Cresswell 'A highly impossible scene', 1983.

¹⁰⁸ Uma abordagem mais detalhada da semântica de representações pictoriais, usando a noção de mundos possíveis, encontra-se em Howell (1974) e Hintikka (1975).

permitido se concluir a esse respeito é que sua teoria apresenta um embasamento fregeano, na medida em que:

a. distingue entre o sentido e a referência de uma sentença: referência é o conjunto de MP na qual a sentença é verdadeira enquanto que sentido corresponde aos significados estruturados de tal sentença. Obviamente, esta visão de sentido/referência é estranha a Frege, mas o âmago da questão é mantido;

b. trata a 'sentença-que' como um constituinte semântico genuíno da semântica das AP (discordando, pois, da abordagem russelliana);

c. defende uma semântica de significados estruturados; e

d. mantém a ideia fregeana de que contextos de AP são oblíquos: a referência de uma sentença em tais contextos é geralmente o seu sentido usual.

Por outro lado, Cresswell discorda de Frege e concorda com Russell ao não considerar a sentença-complemento como um constituinte genuíno das sentenças de AP; e discorda tanto de Russell quanto de Frege ao afirmar que todas as sentenças de AP são estruturalmente ambíguas¹⁰⁹. Por fim, ao tratar as AP como expressando uma relação entre uma pessoa e o sentido da sentença-complemento, a abordagem de Cresswell aproxima-se de uma combinação das abordagens sobre sentido de Carnap e Lewis em termos de *isomorfismo intensional* com a ideia fregeana de que contextos de AP são oblíquos: a referência de uma sentença em tais contextos é o seu sentido usual.

Se a teoria de Cresswell é a melhor opção teórica moderna para as AP, ainda não se pode decidir. É preciso jogá-la contra uma proposta alternativa e incompatível para que seus méritos e inconsistências possam emergir. Richard (1990) é tal alternativa e, para que o confronto possa ser estabelecido de maneira organizada e decidível, ela será abordada com uma mínima simetria em relação à apresentação da teoria de Cresswell. É isso que então passará a ser feito.

¹⁰⁹ Conforme Gupta & Savion [SPA], esta maneira de tratar a ambiguidade é uma consequência nova e intrigante própria da Teoria de Cresswell.

3 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP):* A TEORIA SENTENCIALISTA (TS) DE RICHARD

Desenvolvendo seu trabalho essencialmente dentro da tradição de Frege e Russell, Richard, em seu livro *Propositional Attitudes: an essay on thoughts and how we ascribe them* [PA], 1990, apresenta uma teoria semântica sobre atribuições de atitudes proposicionais, defendendo, basicamente, a ideia de que uma tal teoria para a análise de atribuição de atitudes¹¹⁰ envolve duas espécies de sentencialismo, a saber, sentencialismo semântico – que sustenta que as 'sentenças-que' em atribuições de atitude referem-se a entidades tipo-sentença – e sentencialismo psicológico¹¹¹ – que sustenta que as próprias atitudes proposicionais envolvem relações com as entidades tipo-sentença. Tais entidades, denominadas por Richard de RAMs – matrizes russellianas anotadas –, são objetos com estrutura constituinte, contendo tanto elementos simbólicos (palavras ou símbolos mentais) quanto valores semânticos (objetos, propriedades, etc.), e uma sentença de crença será verdadeira se e somente se a RAM determinada pela atribuição da 'sentença-que' representa uma das RAMs na representação semântica do acreditador.

Richard considera esta sua abordagem para verbos de AP correta e relativamente simples, mas reconhece que ela, em alguns aspectos, vai de encontro a uma ou outra teoria tradicional, no melhor estilo Frege/Russell.

- [3.1] De certa maneira, [minha] história concorda com aquelas contadas tanto por Russell como por Frege. Com Russell, e contra Frege, penso que nossas atitudes devem ser caracterizadas pela referência a coisas sobre as quais elas intuitivamente são. [...] Com Frege e contra Russell, não acho que uma atitude é caracterizada simplesmente em termos de objetos e propriedades. ([PA], p.264-265)

* Uma versão modificada deste capítulo aparece em Ibaños e Silveira (ogs.) *Na interface semântica/pragmática*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

¹¹⁰Richard considera uma atribuição de atitude uma sentença cujo verbo principal é um verbo de atitude que, por sua vez, é qualquer verbo que pode tomar uma 'sentença-que' como um objeto e termos singulares como sujeitos em realizações de superfície. (cf. [PA], p.7)

¹¹¹Richard salienta que seu sentencialismo psicológico nada tem a ver com o estilo fodoriano, não se comprometendo, portanto, com nenhuma tese defendida pelos cognitivistas. Relaciona-se mais com uma psicologia folk.

"[...] não desejo defender qualquer uma das formas alarmantes de nativismo que filósofos como Jerry Fodor têm ligado à hipótese de que atitudes são sentenciais" ([PA], p.40)

Assume, pois, uma posição de elaborar e defender uma visão própria que não se enquadra totalmente dentro de uma ou outra teoria clássica, mas que tampouco as rejeita; pelo contrário, utiliza-se de ambas para explicar sua teoria. Determina, em primeiro lugar, que:

- (a) não enquadra sua proposta em nenhuma teoria sintática específica;
- (b) adota a semântica dos mundos possíveis, mas considera que a sua abordagem poderia muito bem ser enquadrada em outros *frameworks*;
- (c) não se preocupa com technicalidades teóricas;
- (d) assume um compromisso com proposições;
- (e) assume um compromisso com a semântica dos valores-de-verdade;
- (f) assume que as 'sentenças-que' são sentencialmente estruturadas;
- (g) a relação de representação das RAMs é altamente sensível a contextos.

(a) e (b) são estratégias que liberam Richard de compromissos fortes com teorias específicas. Justifica (c) de maneira semelhante à Cresswell, isto é, deseja ser o mais informal possível para evitar o peso de uma teoria formal e facilitar o entendimento. (d), (e), (f) e (g) são aspectos fundamentais, necessários ao desenvolvimento de sua abordagem, que desencadeiam e o forçam a responder as seguintes perguntas no decorrer de seu trabalho:

i. Como de uma sentença e do conteúdo de suas expressões simples chegamos a uma proposição?

ii. As proposições nomeadas pelas 'sentenças-que' de [português] possuem uma estrutura mais ou menos semelhante às sentenças do [português]?

iii. Serão as RAMs candidatas adequadas para serem portadoras de verdade?

iv. Que aspectos do contexto são necessários para que o falante desenvolva as RAMs?

Considerando-se (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (g), este capítulo tratará, como já foi feito com a Teoria de Cresswell, de caracterizar

(1) os fundamentos ontológicos e metodológicos do sentencialismo de Richard;

(2) a estratégia teórica que ele adota para a abordagem das AP; e

(3) os processos de análise e a tipologia das AP que ele propõe.

Naturalmente, (1), (2) e (3) estarão dirigidos no sentido das respostas que Richard oferece para i, ii, iii e iv.

3.1 AP: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E ONTOLÓGICA

Retomando da pergunta (i) apresentada no início deste capítulo e aqui reproduzida como (1),

(1) Como de uma sentença e do conteúdo de suas expressões simples chegamos a uma proposição?

e de sua resposta mais direta, isto é,

(2) Substitua as expressões simples por seus conteúdos

Richard chega a uma segunda e importante indagação que norteia o seu debate, principalmente, sobre teorias cognitivas, a saber:

(3) O que são conteúdos de expressões simples?

A título de exemplificação, suponha (3) em relação à sentença (4) abaixo:

(4) Marco Aurélio é romano

Poder-se-ia dizer que o conteúdo de um nome como 'Marco Aurélio' é o seu referente ou algum modo favorecido pelo qual o usuário pensa sobre o referente; um papel funcional, computacional ou conceitual de 'Marco Aurélio' na psicologia do usuário; a própria palavra 'Marco Aurélio', alguma intensão de mundos possíveis associada ao uso ou uma cadeia causal que liga a palavra a seu referente.

Esta variedade de opções de respostas para a pergunta (3) pode ser enquadrada dentro de três visões clássicas amplamente discutidas, a saber:

(i) *visão amplamente referencial* – o conteúdo de uma expressão é o que contribui para a determinação das condições-de-verdade fora das atribuições de atitude – defendida por russellianos;

(ii) *visão cognitiva* – o conteúdo de uma expressão não é exaurido pelas propriedades referenciais – defendida por fregeanos;

(iii) *visão linguística* – o conteúdo de uma expressão é individuado em termos da própria expressão – defendida por quineanos.

Richard considera que nenhuma dessas visões, pelo menos da maneira como são desenvolvidas, apresentam respostas satisfatórias para a questão formulada. Propõe-se, então, a explicar a razão de sua insatisfação que é, ao mesmo tempo, o motivo pelo qual desenvolveu a sua teoria do conteúdo. Inicia a sua análise, seguindo a estratégia de apresentar argumentos negativos que, em primeiro lugar, são dirigidos às teorias fregeanas¹¹².

¹¹² Como o seu objetivo é apresentar uma teoria que dê conta das atitudes proposicionais, Richard preocupa-se mais em refutar teorias que também trabalham sobre as AP do que teorias que neguem a possibilidade das AP – como é o caso de Quine.

Segundo o autor, defensores de teorias fregeanas definem proposição como algo que pode ser individuado somente em termos de alguma noção como papel cognitivo ou modo de pensar¹¹³ sobre algo e assumem que atribuições de atitude envolvem uma combinação do conteúdo cognitivo não referencial entre o que a 'sentença-que' nomeia e algum objeto de atitude da pessoa em discussão.

Assim, em um exemplo como (5),

(5) Hipácia acredita que Eratóstenes é egípcio

se ele for analisado de acordo com a semântica de atribuições de atitudes ao estilo fregeano, será necessário se pensar na 'sentença-que' como apresentando o pensamento, ou melhor, o modo de se pensar sobre algo. Em outras palavras, o pensamento que *x* expressa quando diz 'Eratóstenes é egípcio' é o resultado da combinação do modo de pensar sobre Eratóstenes com o modo de pensar sobre 'ser egípcio'¹¹⁴ e a sentença como um todo diz que 'Hipácia acredita esse pensamento'.

Obviamente existem outras maneiras de se pensar em Eratóstenes, pode-se dizer que ele é o astrônomo de Alexandria, um grande historiador e assim por diante. Consequentemente, existem vários pensamentos fregeanos de que 'Eratóstenes é egípcio'. E é devido a essas diversas maneiras de se pensar a mesma coisa e porque diferentes nomes de algo podem ter diferentes sentidos associados a ele que, à primeira vista, a teoria fregeana parece superior a outras teorias referenciais do conteúdo (cf. Richard [PA], p.62).

Mas são exatamente dois aspectos relacionados a essa diversidade que se tornam problemáticos, de acordo com Richard, para a questão das AP em termos fregeanos.

[3.2] O papel cognitivo ou o modo de pensar que é associado a uma expressão varia de pessoa para pessoa. Por causa disso, não há maneiras de se trabalhar esta proposta. [...] o problema com a

¹¹³ Richard usa a expressão 'modo de pensar' para referir-se ao que Frege denominou de sentido. (cf. [PA], p.61)

¹¹⁴ Richard salienta que faz uma análise grosseira das diferenças entre *pensamento* e *sentido*. Não entra na discussão das diferenças sutis, pois não são relevantes para o ponto que deseja mostrar. (cf. [PA] p.61-62)

teoria de Frege é que ela não se enquadra com a maneira que falamos sobre crenças e desejos dos outros¹¹⁵. ([PA], p.60)

Em primeiro lugar, encontra-se a questão do sentido. Em termos fregeanos, 'sentido' é o conteúdo da expressão, é a contribuição dada pelas expressões para a determinação do que a 'sentença-que' nomeia. Mais ainda, o sentido de uma expressão determina a quem ela se refere, pois fornece a condição que pode captar uma referência. A se pensar assim, seria válido dizer-se que o modelo mais natural para se pensar no sentido de um nome próprio, por exemplo, seria o conceito (que pode ser uma descrição associada a um nome) que o usuário associa a este nome¹¹⁶.

Richard vê nesta questão o primeiro grande problema da teoria fregeana, pois,

- [3.3] o homem que insistentemente descreve Einstein como o inventor da bomba atômica ainda se refere a Einstein quando ele diz 'Einstein poderia ter solucionado este problema' [...] dado pois o quadro do sentido mencionado acima, no qual o sentido de um nome para um indivíduo é identificado por uma condição descritiva que ele associa com o nome, o sentido do nome, neste caso, não determina seu referente. ([PA], p.64)

Disso se conclui que a ideia de que o sentido determina a referência parece ser um engano. Entretanto, ele considera possível eliminar-se esse aspecto do sentido em termos fregeanos para efeito do tratamento de atribuições de atitude.

- [3.4] Podemos supor que alguma coisa a mais faz com que uma palavra refira e simplesmente construir a referência de um nome em seu sentido. Se fizermos isso, poderemos avaliar um sentido fregeano como um par de coisas, aquilo que Frege poderia ter identificado como um sentido juntamente com sua referência. ([PA], p. 65)

¹¹⁵ Embora Richard considere que essas concepções estejam enganadas, ele não acha que o papel cognitivo de 'Eratóstenes é egípcio' para Hipácia seja totalmente irrelevante para as atribuições de verdade como em (5). "Embora minha teoria final não seja parecida com a que eu discuto aqui, [...] eu apresento uma teoria que resulta que algo remanescente do papel cognitivo da sentença é, ou pelo menos pode ser, relevante à verdade da atribuição". ([PA], p.60)

¹¹⁶ Observe-se que, devido à generalidade do tratamento, não serão discutidas aqui as críticas de Kripke, Putnam e Kaplan em relação ao nome próprio.

Nessa visão¹¹⁷, a primeira parte do sentido de 'Eratóstenes' pode (mas não necessariamente) ser algo como um conceito que determina Eratóstenes e somente ele. O sentido de Eratóstenes nem precisa conter alguma informação que seja verdadeira de Eratóstenes. E a parte conceptual de um sentido não tem que corresponder a uma descrição definida.

Richard admite que essa é uma concepção que se afasta daquela proposta por Frege, mas considera, por outro lado, que ela torna a análise da semântica das AP mais viável. O primeiro problema, portanto, parece resolvido. Mas o mesmo não acontece com o segundo problema da teoria fregeana. Este decorre do fato de que não há nada nessa concepção que possa explicar como tratar a afirmação de que o sentido de uma expressão varia intersubjetivamente. O problema, para Richard, é que, dado que conceitos diferem de pessoa para pessoa, será uma ocorrência normal que os sentidos associados a palavras difiram, mesmo que seus referentes não.

As primeiras conclusões resultantes dessa análise são que a ideia de que o sentido determina a referência deve estar errada, e que as variações de sentido constituem-se em um problema para a visão fregeana de atribuições de atitude. Retomando o exemplo (5) e o que a sentença diz como um todo, não há nessa visão algo como 'o pensamento de que Eratóstenes é egípcio'. Portanto, a teoria deve decidir sobre qual é o sentido nomeado pela 'sentença-que': será o sentido que o falante expressa ao dizer 'Eratóstenes é egípcio'? o sentido que Hipácia expressa ou outro sentido qualquer?

O autor sugere três soluções que ele discute em extensão¹¹⁸, a saber:

(i) a 'sentença-que' nomeia o seu sentido para a pessoa sobre a qual se está falando – Hipácia, no caso de (5);

Em outras palavras, em uma atribuição do tipo 'a V que S', a 'sentença-que' nomeia o sentido que a associa a S.

¹¹⁷ Esta estratégia parece ter sido adotada por McGinn (1983).

¹¹⁸ Cf. [PA], p.66-85.

(ii) numa atribuição de atitude, as 'sentenças-que' nomeiam seu sentido para a pessoa que está fazendo a atribuição; e

(iii) nomes próprios são casos especiais, pois sempre aparecem em contexto de amplo escopo em sentenças de atitude.

Todas as três soluções são implausíveis e apresentam mais defeitos do que acertos. Segundo Richard,

(a) (i) não funciona e isso pode ser visto através de um exemplo simples como Hamurabi e sua relação com 'Hesperus não é Phosphorus', a saber:

Hamurabi não associa qualquer sentido a 'Hesperus não é Phosphorus'. Portanto, nessa proposta, a 'sentença-que' 'que Hesperus não é Phosphorus' nada nomeia em (6),

(6) 'Hamurabi acreditava que Hesperus não é Phosphorus'

consequentemente, a atribuição não é verdadeira.

(b) (ii) tampouco é uma boa solução, pois, se o sentido de Eratóstenes para x tem um conteúdo conceptual diferente do que para y , é bem provável que x não fale a verdade se tentar atribuir a y uma crença sobre Eratóstenes.

(c) Finalmente, (iii) é problemática porque essa solução pretendida em termos de amplo escopo a descaracteriza como solução fregeana, uma vez que deixa de considerar a ideia de que as 'sentenças-que' da maioria das atribuições de atitude referem seus sentidos.

Richard chega à conclusão de que qualquer coisa que se faça em termos de atitude não tem muito a ver com o que Frege pretendia. Mais ainda, o fregeano tradicional está no caminho errado quando se trata da semântica de atribuição de atitudes.

Em seu artigo *Sense, Necessity and Belief* [SNB], 1993, Richard apresenta-se até mesmo mais radical em relação à função do sentido na abordagem semântica para as AP. Segundo ele, se um fregeano admite que o sentido não determina a referência (que pode ser determinada, por exemplo, por alguma cadeia causal) ele deverá mostrar a importância do sentido para a semântica das atitudes. Caso contrário, o sentido poderá não ter nenhum papel a desempenhar na semântica filosófica. Como acredita que o sentido não possui qualquer papel relevante na semântica das atribuições de atitude das linguagens naturais, ele não tem, portanto, papel na semântica filosófica.

Posto isso, Richard passa a analisar a importância das teorias russellianas nesse contexto, como será apresentado a seguir.

Dado os exemplos abaixo:

(7) Catulo acredita que Tully está morto

(8) Catulo acredita que Cícero está morto

Se eles forem analisados dentro de uma visão russelliana que estabelece que:

(i) proposições são entidades estruturadas; e os constituintes e a estrutura das proposições correspondem àquelas das sentenças que as expressam;

(ii) o conteúdo de um nome próprio é simplesmente seu referente; conforme observações de Russell a Frege (1904) sobre o conteúdo de um nome próprio ordinário ser simplesmente seu referente¹¹⁹

¹¹⁹ Russell modificou muitas vezes a sua visão sobre proposição. A que está sendo assumida na abordagem de Richard é aquela em que Russell ainda mantinha que proposições expressas no uso de sentenças contendo nomes próprios ordinários como 'Mont Blanc' contêm os referentes desses nomes como constituintes: "Eu acredito que, apesar de toda a sua neve, o próprio Mont Blanc é uma parte componente do que é realmente asseverado na proposição 'Mont Blanc tem mais do que 4000 metros de altura'. Não asseveramos o pensamento, pois isto é uma questão psicológica particular: asseveramos o objeto desse pensamento e isso é, a meu ver, um certo complexo [...] no qual o próprio Mont Blanc é uma parte componente". (Russell [RTF], 1904)

(iii) conteúdos são também atribuídos a outras expressões de uma maneira amplamente russelliana – propriedades e relações para predicados; operações lógicas ou relações para operadores lógicos ;

(iv) verbos de AP como 'acredita' nomeiam relações de dois lugares entre indivíduos e proposições russellianas e a atribuição de atitude é uma atribuição de uma relação para a proposição nomeada por sua 'sentença-que';

não é possível admitir-se que esses exemplos possam diferir em seus valores-de-verdade. Em outras palavras, considerando-se a representação da proposição de (7) em (9) abaixo,

(9) <a propriedade de estar morto, Tully>

e o fato exposto em (i) e (ii) de que a substituição de um nome por seu correferente não afeta a proposição que a sentença determina, então (9) é a mesma proposição para (8), apenas havendo a substituição de referentes russellianos na 'sentença-que' como em (10),

(10) <'está morto', 'Cícero'>

Embora Richard não considere a análise acima correta, não chega ao extremo de achá-la absurda, como tem sido frequentemente tratada nas discussões filosóficas. Pelo contrário, acredita que essa visão russelliana é uma alternativa coerente, embora pretenda mostrar que a sua abordagem, em termos russellianos, é mais bem sucedida do que as abordagens russellianas propriamente ditas.

[3.5] Em vez de refutar a visão [russelliana], eu me proponho a miná-la apresentando uma abordagem que, em termos russellianos, é bem mais sucedida do que o russellianismo. ([PA], p.111)

A pergunta que Richard faz é: 'Por que alguém seria russelliano? E ele próprio responde que, em sua opinião, três aspectos essenciais conduzem filósofos ao russellianismo, e sua revisão desses pontos se concentrará na

maneira como um russelliano justificaria a visão de que nomes, demonstrativos e indexicais que referem a mesma coisa dão a mesma contribuição para a proposição, a saber:

- (a) Considerações sobre referência e verdade podem levar alguém a pensar seriamente no russellianismo;

Visto que proposições são tradicionalmente consideradas como portadoras de verdade, falsidade, necessidade e possibilidade, assim como objetos de atitudes, para Richard, se for ignorado o papel das proposições como objeto de atitudes, parece claro que o conteúdo dos nomes próprios, indexicais e demonstrativos é melhor analisado se seus nomes coreferenciais dão exatamente a mesma contribuição à proposição.

Esta afirmação tem sustentação no resultado da argumentação de Kaplan (1977) de que demonstrativos e indexicais são mecanismos de referência direta, e de Kripke (1980)¹²⁰, de que nomes são designadores rígidos. Consequentemente, tais argumentos sugerem razões para se pensar que seria um engano tentar representar o conteúdo de um nome por algo mais do que o simples referente desse nome. Obviamente o trabalho de ambos não tem a função de corroborar a visão russelliana. Mas,

- [3.6] se admitirmos a força dos argumentos de Kaplan e de Kripke sobre a referência e ignorarmos o fato de que se supõe que proposições são o objeto das atitudes, parece que essa abordagem russelliana sobre o conteúdo do nome está completamente correta. ([PA], p.113)¹²¹

¹²⁰ Kaplan trabalha em termos de demonstrativos e nega a possibilidade de o conteúdo de 'ele', por exemplo, ser tratado como um sentido fregeano ou um conjunto de propriedades. Kripke, por sua vez, argumenta que a referência de um nome próprio tampouco pode ser determinada por algum sentido fregeano. Seria melhor falar em termos do referente do nome. Cf. nota 35 do capítulo 1.

¹²¹ Outras considerações dessa natureza favorecem o russellianismo. Conforme Richard, parece que geralmente as pessoas são indiferentes ao nome ou indexical que usam para relatar uma afirmação ou uma crença, desde que a referência seja preservada. "Assim, se eu aponto para Twain e digo 'Ele é feliz', qualquer uma das afirmações que se seguem parecem ser relatos literalmente corretos do que eu disse: 'MR disse que Twain é feliz', 'MR disse que Clemens é feliz', 'MR disse que você (falando com Twain) é feliz', 'MR disse que eu sou feliz' (Twain falando)". ([PA], p.116-117)

(b) A quantificação em contextos modais apresenta razões para se optar pela proposição russelliana.

Se uma sentença aberta expressa uma proposição simplesmente pela atribuição de indivíduos para suas variáveis livres, presumivelmente, tal proposição será individuada apenas em termos de indivíduos. O candidato mais natural para a proposição expressa por (11),

(11) <'está feliz', 'x'>

relativa a uma atribuição de Marco Aurélio para 'x', será a proposição russelliana expressa em (12),

(12) <ser feliz, Marco Aurélio>

e a quantificação em contextos de crença de uma sentença como (13),

(13) Existe alguém tal que (i) não é feliz; (ii) poderia ter sido feliz, e (iii) Cícero acredita que ele é feliz

teria uma natural quasi-regimentação como em (14),

(14) $\exists x$ (x não é feliz & é possível que x é feliz & Cícero acredita que x é feliz)

Se uma proposição russelliana é atribuída para 'que x é feliz' quando aparece depois de 'é possível', Richard não vê como não atribuir uma proposição russelliana também para a sentença que aparece depois de 'Cícero acredita'. O ponto é que, uma vez admitido que proposições russellianas são portadoras de necessidade e possibilidade, elas parecem destinadas a se tornarem, também, objetos de atitudes.

[3.7] Uma vez que um russelliano chega tão longe, ele pode argumentar de vários modos que é plausível identificar-se a

proposição expressa por ...x..., quando X é atribuído a 'x', com a proposição expressa por ...t..., onde t é um nome de X. ([PA], p.115)

Assim, um russelliano poderá argumentar que a inferência de (15),

(15) 'a acredita que t é feliz'

para (16),

(16) ' $\exists x (x=t \wedge a \text{ acredita que } x \text{ é feliz})$ '

é válida se t é um nome próprio, indexical ou demonstrativo.

Por fim, a última razão para alguém optar pelo russellianismo seria, para Richard, o que está expresso em (c), ou seja,

(c) O aparente fracasso das teorias cognitivas do conteúdo e atribuições de atitude em abordarem as práticas das atribuições de atitude.

Mas uma vez que o principal rival das visões russellianas para a atribuição de atitudes são as teorias fregeanas, é importante que se faça, primeiramente, uma análise das intuições antirussellianas dos falantes de que é possível que 'x acredite que Cícero é orador' e, ao mesmo tempo, 'x não acredite que Tully é orador'.

O russellianismo padrão afirma que essas intuições devem ser explicadas em termos de implicação pragmática. Ao dizer que um par de sentenças como (7) e (8) não pode diferir em valores-de-verdade, os russellianos estão oferecendo uma abordagem em termos de semântica das condições-de-verdade, não estão tratando, portanto, de questões pragmáticas.

[3.8] Os usos típicos de [7] podem captar algo que os usos típicos de [8] não captam. Mas isso, ele [o russelliano] diz que é uma questão de implicaturas seu conteúdo de verdade condicional. ([PA], p.120)

Considerando uma abordagem russelliana generalizada, Richard argumenta que as implicações pragmáticas que sentenças como (7) e (8) carregam devem ser vistas como uma espécie de mediadores de atitude.

- [3.9] Embora os russellianos considerem atitudes como 'acredita' como relações para as proposições russellianas, eles permitem que tais relações sejam mediadoras¹²².
 [...] A intuição por trás de tais visões é que alguém tem uma proposição como objeto de uma atitude em virtude de estar relacionado a uma terceira entidade que determina a proposição. ([PA], p.120-121)

Transformar atitudes em um complexo triádico permite distinguir o que (proposição russelliana) alguém acredita do como (questão de mediadores¹²³) ele acredita. Para os russellianos, portanto, as condições-de-verdade de atribuições de atitudes são somente uma questão do que, não do como.

No entanto, Richard salienta que, embora algumas intuições favoreçam uma posição russelliana, existe, também, um grande número de intuições contrárias. Os pontos defendidos em (a), por exemplo, não são suficientes para justificar uma abordagem russelliana das atribuições de atitudes, a menos que se assuma um compromisso com a ideia de o conteúdo de um nome ser unitário, ser somente um referente ou um aglomerado de propriedades.

- [3.10] Afinal das contas, parece haver *a priori* a possibilidade de que o conteúdo de um nome seja uma miscelânea de itens – por um lado, um referente ou uma intensão constante, por outro lado, algo como o sentido fregeano que aparece somente quando atitudes são atribuídas. ([PA], p.113)

De uma forma crítica, ele reconhece que essa visão que considera proposições como uma espécie de mistura é deselegante. Mas se a escolha tem que ser feita entre tal deselegância e a rejeição que os russellianos fazem às intuições sobre a possibilidade de haver diferentes valores-de-verdade para exemplos como (7) e (8), a escolha parece bem clara.

¹²² Kaplan (1977) usa a noção de acreditar uma proposição sob um caráter particular (ou significado da sentença). Salmon (1986) invoca maneiras de se apreender proposições russellianas (maneiras que envolvem as sentenças que são usadas para expressarem tais proposições). Perry & Soames (1987) falam de estados de crença, etc.

¹²³ De forma genérica, a título de exemplificação, suponha que os mediadores de atitude sejam sentenças da linguagem natural (em termos de *token*). Assim, por exemplo, pode-se observar que Catulo tenha um *token* de (1),

(1) 'Cícero está morto'

em seu quadro de crenças sem ter o *token* de (2),

(2) 'Tully está morto'

Por outro lado, Salústio pode ter um *token* de (2) sem ter o de (1). Neste caso, embora tanto Catulo quanto Salústio acreditem na proposição russelliana em (3),

(3) '<a propriedade de estar morto, Cícero>'

eles a acreditam sob diferentes mediadores; Catulo sob o mediador (1) e Salústio sob o (2).

A maneira como a quantificação é tratada tampouco esclarece o comportamento das proposições e, mais ainda, a abordagem russelliana não consegue explicar a totalidade de uma atitude triádica, isto é, estabelecer as condições-de-verdade tanto em termos do que e do como são atribuídas as atitudes. Mais ainda, não há maneiras de se fazer alguém dizer que 'Catulo acredita que Tully era um orador', uma vez que se saiba que Catulo nega sinceramente que Tully era um orador, compreende isso e age de acordo com a sua crença.

Por fim, para Richard, da mesma forma que as atitudes são relevantes para a explicação de comportamento, os mediadores de crença e desejo são tão importantes quanto as proposições que determinam.

[3.11] Existe um enorme e facilmente delineável grupo de atribuições de atitudes das quais se pode razoavelmente dizer que têm como propósito primeiro transmitir informação sobre o como da crença não somente sobre o que russelliano. ([PA], p.126)

Em sua opinião, o que é possível perceber como divisor de águas entre as teorias fregeanas e russellianas não é uma disputa sobre a inteligibilidade da noção de sentido ou outras afins, nem tampouco uma disputa sobre o que as atribuições de atitudes dizem. O que as difere é a tentativa de se saber o quanto do que se diz com uma sentença do tipo 'Cícero acredita que Marco Aurélio é feliz' é relevante para as condições-de-verdade da sentença. Os fregeanos preferem falar sobre os modos de se pensar sobre – ou os modos de apresentação dos – objetos, propriedades e estados de coisa. Os russellianos preferem falar sobre os modos de apreender uma proposição russelliana ou acreditar numa proposição sob uma sentença. Para ele, embora essas duas correntes apresentem inegáveis diferenças quanto à ênfase dada e aos detalhes da análise, o quadro geral sobre atitudes é surpreendentemente semelhante;

[3.12] Obviamente o russelliano reclamará da insistência dos fregeanos tradicionais em dizerem que algo como sentido ou valor cognitivo determina a referência [...] mas uma vez que os russellianos admitem formas de se captar uma proposição, ou sentenças como mediadores de crença, eles permitem a existência de algo como os sentidos fregeanos. ([PA], p.120-121)

Richard conclui que, no que concerne ao russellianismo, é possível apresentar-se uma explicação russelliana coerente para as intuições antirussellianas. Mais ainda, a história russelliana que visa a explicar o comportamento de uma atribuição de atitude como uma questão pragmática e não semântica não deixa de ser convincente. Embora ele não esteja plenamente de acordo com essa visão, reconhece que ela tem seus méritos e que se aproxima do quadro correto para o tratamento das AP.

[3.13] Dizer isso [reconhecer as possibilidades do russellianismo] é dar ao russellianismo o que é justo. Se realmente não existe alternativa melhor à sua visão, devemos engolir em seco e aceitá-la. ([PA], p.128)

Mas Richard acredita que há uma abordagem alternativa melhor do que as apresentadas pelos russellianos. Para ele, o importante é que, dada uma sentença como (17),

(17) Júlio César pensa que Brutus é fiel

será verdadeira em um contexto particular desde que a sua 'sentença-que' represente, de acordo com o contexto, uma das sentenças que constituem o pensamento de Júlio César. É o seu propósito defender esta visão que envolve duas espécies de sentencialismo e proposições estruturadas, o que será visto na sequência deste capítulo, que trata da estratégia de abordagem que ele adota para a solução do problema das AP.

3.2 AP: ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

Richard pretende mostrar em seu trabalho que a questão das atitudes proposicionais, ou melhor, a questão da semântica de atribuições de atitudes pode ser resolvida desde que se apresente uma abordagem coerente sobre o que são proposições e como as sentenças que contêm seus nomes trabalham. É, pois, por este caminho que esta seção se inicia.

Em primeiro lugar, ele assume que atribuições de atitude são exatamente o que elas parecem ser: sentenças nas quais um predicado de dois lugares

('acredita', 'diz', etc.) conecta dois termos genuínos, um típica e simplesmente sintático (Marco Aurélio, por ex.), o outro tipicamente complexo ('que os romanos são bravos'). Esta suposição, de acordo com ele, compromete-se com a ideia de que 'sentenças-que' são nomes de entidades de alguma espécie, isto é, são proposições.

A questão que surge é: que espécie de entidade é uma proposição? ou melhor, que tipo de proposição Richard assume para a sua teoria?

Ele não responde de imediato, adota uma estratégia que consiste em uma espécie de abordagem negativa, isto é, primeiramente, ele apresenta visões diferentes da que pretende, mostrando o porquê de elas não funcionarem ou terem um maior ônus teórico do que a sua, para só depois explicar o que entende por proposição¹²⁴. Inicia, portanto, com uma concepção diferente da sua, que considera proposições como entidades não estruturadas.

Segundo Richard, uma boa maneira de se abordar a posição que defende que proposições são não estruturadas é considerá-las como um conjunto arbitrário de circunstâncias onde uma sentença S expressa a proposição que consiste somente daquelas circunstâncias que a tornam verdadeira. Em outras palavras, tais proposições não possuem estrutura interna, são apenas conjuntos¹²⁵ que não refletem a estrutura das sentenças que são usadas para formarem os seus nomes canônicos, isto é, as 'sentenças-que'.

Esta visão é mantida, por exemplo, por aqueles que consideram as 'sentenças-que' como conjuntos de mundos possíveis ou situações¹²⁶. Assim, se for considerado um conjunto de mundo S onde ou 'Júlio César governa Roma' ou 'Marco Antônio governa Roma' e se proposição for identificada como um conjunto de mundos, será possível dizer que S é:

(a) A proposição de que ou Júlio César governa Roma ou Marco Antônio governa Roma

¹²⁴ Convém lembrar que a ideia de proposição de Richard está baseada na proposição russelliana (1904), como já foi apresentado em 3.1.

¹²⁵ Importante ressaltar que ser conjunto não é condição necessária e suficiente para se considerar uma proposição não estruturada. Conforme Richard argumenta em nota de rodapé, ele está fazendo uma supersimplificação por questões de estratégia. Uma visão que considera proposições como conjunto de intensões seria uma visão que atribuiria estrutura sentencial a proposições. (Cf. [PA], p.9)

¹²⁶ Cf. Barwise & Perry, 1983.

(b) A proposição de que não é o caso que Júlio César governa Roma e Marco Antônio governa Roma

(c) A proposição de que se Júlio César governa Roma, então, Marco Antônio não governa

Observa-se que, apesar de em quase todas as abordagens de estruturas sentenciais as sentenças usadas para a formação de nomes das proposições tenham estruturas (por causa da estrutura mutuamente exclusiva dos conectivos), essas diferenças não são refletidas de nenhuma forma interessante no conjunto de mundos que a sentença determina. O problema com este tipo de visão, de acordo com o autor, é que enfrenta sempre a mesma espécie de objeção, isto é, exige que as atitudes apresentem um tipo particular de determinação sob uma consequência lógica, o que claramente elas não possuem.

[3.14] Em tal semântica, acredita (dizer, deduzir, desejar, etc.) a conjunção de premissas de um argumento válido, é o mesmo que acreditar (dizer, etc.) a conjunção das premissas do argumento e sua conclusão. Isto é simplesmente uma consequência do fato que sentenças logicamente equivalentes são verdadeiras nos mesmos mundos e que uma 'sentença-que' em tal semântica nomeia o conjunto de mundos nas quais a sentença-conteúdo é verdadeira. ([PA], p.11)

Em outras palavras, uma vez que as diferenças estruturais das sentenças (em termos de disjunções, negações, condicionais, por ex.) não são refletidas de maneira interessante no conjunto de mundos que a sentença determina, não contribuem para a individuação de proposições¹²⁷. Para exemplificar esse problema, Richard utiliza-se de um exemplo matemático onde a premissa e a conclusão do argumento são verdades necessárias. Considere-se o par seguinte:

(18) $1 > 0$

¹²⁷ Uma sentença disjuntiva, por exemplo, não nomeará uma proposição diferente de uma sentença negativa, uma vez que, na semântica dos mundos possíveis, ser uma disjunção é simplesmente uma questão de ser a união de dois conjuntos de mundos (um sendo complemento do outro). Assim, cada proposição é tanto uma negação quanto uma disjunção. (cf. Richard [PA], p.10)

(19) então, cada inteiro maior que 1 pode unicamente ser decomposto em potências de primos.

Se a intenção é de se preservar a ideia de que 'sentenças-que' nomeiam conjuntos de mundos, duas estratégias poderiam, a princípio, ser adotadas.

A primeira seria a de dizer que, embora 'sentenças-que' nomeiem conjuntos de mundos possíveis, elas não nomeiam, invariavelmente, o conjunto de mundos determinado por suas 'sentenças-conteúdo'. Consequentemente, retomando (18), poder-se-ia dizer que 'que $1 > 0$ ' nomeia não a proposição que $1 > 0$ (isto é, o conjunto de todos os mundos), mas a proposição de que $1 > 0$ expressa uma verdade necessária.

[3.15] Se dissermos isso, poderíamos satisfazer a intuição de que ([Hipácia]) pode acreditar que $1 > 0$, embora ela não aceite que todos os inteiros maiores que 1 possam unicamente ser decompostos em potências de primos. Poderíamos dizer que uma ou ambas atribuições atribuem a [Hipácia] uma crença, não sobre uma verdade necessária sobre números, mas em uma verdade contingente que uma certa sentença expressa uma verdade necessária. Uma vez que as proposições são diferentes, [Hipácia] pode acreditar numa e não na outra. (Richard [PA], p.11-12)

A segunda opção seria argumentar que há uma tendência de se cometerem certos tipos de enganos sobre o que as pessoas acreditam.

[3.16] Uma versão extrema (e implausível) desta estratégia seria simplesmente insistir que se [Hipácia] acredita que $1 > 0$, então, ela realmente acredita no teorema fundamental da teoria dos números. Estaríamos simplesmente errados (talvez ao erro da própria [Hipácia] sobre o que ela acredita) se dissessemos que ela acredita numa e não na outra [proposição]. (Richard [PA], p.12)

Uma tentativa de defender a visão de que 'sentenças-que' nomeiam conjuntos de mundos foi feita por Stalnaker (1984), que se utilizou da combinação das duas estratégias acima para tratar do que ele denominou de problema da dedução. Richard faz uma apresentação desse trabalho¹²⁸ onde Stalnaker defende a ideia de que há uma diferença entre (a) 'acreditar p e q' e (b) 'acreditar p' e 'acreditar q'. Para ele, acreditar (b) não implica acreditar (a), pois simplesmente ter as crenças expressas pelas subsentenças de (b) não é,

¹²⁸ Para maiores detalhes, cf. Richard [PA] p.12-16 e Stalnaker *Inquiry*, 1984.

necessariamente, o suficiente para acreditar (a). É preciso coordenar e harmonizar as diferentes disposições complexas dessas crenças. É necessário que se integrem os estados de crença a e b, ou seja, que entrem num estado de crença cujo conteúdo é a intersecção de a e b .

Quando alguém faz uma dedução de coisas que acreditava previamente, esse alguém integra estados acarretando as premissas de dedução. De acordo com Richard, o erro desta argumentação é que quando uma coleção de premissas acarreta proposições distintas p e q, pode ser que esse alguém veja um acarretamento e não o outro. Além do mais, uma vez que, dentro do quadro semântico de MP se p acarreta q, então p é idêntico à conjunção de p e q, não há como negar, como desejava Stalnaker, que 'acreditar p' e 'acreditar q' implica estar na conjunção 'acredita p e q'.

[3.17] Os problemas de Stalnaker em relação à dedução são típicos dos problemas que se tem quando se consideram objetos semânticos de atitudes como não-estruturados. ([PA], p.16)

Mesmo sem fazer uma demonstração detalhada da questão acima, Richard considera que ela realmente constitui-se numa razão para se considerar proposição como uma entidade estruturada que, até um certo ponto, imita a estrutura das sentenças que a expressam. Passa, então, a analisar o que seria considerado uma intensão/proposição estruturada.

[3.18] Qualquer que seja a abordagem que dermos para proposições, tem que ser uma que faça distinções bem refinadas entre elas [proposições]. (Richard, [PA], p. 16)

Com a afirmação acima, Richard inicia a sua argumentação sobre a necessidade de se considerarem proposições como entidades estruturadas. A razão para isso é que embora sentenças possam ser logicamente equivalentes, como mostrados em (20) e (21),

(20) Se A então B; mas não B

(21) Se A então B, não B, não A¹²⁹

¹²⁹ Embora a exemplificação seja feita apenas com conetivos, Richard considera igualmente plausível que outros aspectos da estrutura sentencial – em particular estrutura quantificacional e a

que corresponde à regra de *modus tollens* do cálculo proposicional, não somente é possível como bem comum que alguém acredite que (20) sem acreditar que (21). Da mesma forma, é bem provável que 'x acredite que A' seja verdadeiro enquanto que 'x acredite que B' não seja. Portanto, tem-se que atribuir aos termos 'que A' e 'que B' coisas diferentes.

O que essas observações mostram é que a estrutura de duas 'sentenças-que' tem relação uma com a outra se as sentenças nomeiam a mesma coisa, e que, em geral, se as sentenças apresentam estruturas distintas, nomeiam coisas diversas, mesmo que sejam logicamente equivalentes. Consequentemente, parece plausível dizer-se que a leitura dessas estruturas nas proposições constitui-se em uma maneira de se bloquear a identificação de igualdade do que é nomeado por 'que $2 + 2 = 4$ ' e 'que $7 - 5 = 2$ '. Isso torna a hipótese em (22),

(22) Proposições nomeadas por 'sentenças-que' de uma língua (português, por exemplo) têm uma estrutura mais ou menos semelhante às sentenças do português.

e a pergunta decorrente dela, isto é: até que ponto a estrutura e a sentença são semelhantes? uma boa maneira de se iniciar a discussão sobre a estruturação das proposições.

Richard acredita que é possível se dar uma resposta radical para essa pergunta, a saber: se a estrutura das sentenças S e T são distintas, também o são a proposição 'que S' e a proposição 'que T'. Assim, embora duas sentenças do tipo (23) e (24)

(23) x acredita não (A e B)

(24) x acredita não A ou não B

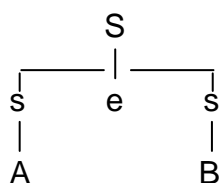
apresentem conteúdos logicamente equivalentes, elas nomeiam coisas distintas.

presença de termos e predicados – sejam refletidos na individuação das proposições. (cf. [PA], p.18)

A visão que identifica proposição com intensões estruturadas¹³⁰ advoga uma resposta do tipo dada acima. Para ilustrar um sistema de intensões estruturadas, o autor apresenta de forma simplificada um marcador de estrutura frasal (PSM) para uma sentença e substitui as expressões de base por suas intensões e as expressões dos outros nós pelas intensões determinadas pelas intensões inferiores, conforme diagramas I e II abaixo.

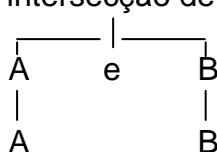
I. PSM

(M)



II.

(M') A intersecção de A e B



a intensão estruturada correspondente a I será M' como em II, em que (M') é a interpretação de (M). Segundo Richard, um PSM possui um tipo de estrutura semelhante à estrutura de um conjunto ordenado. Por isso, pode-se considerar um PSM uma sentença que se constitui numa espécie de n-tupla ordenada, e a intensão estruturada dessa sentença será o conjunto ordenado correspondente com as expressões sendo substituídas pelas intensões. E no momento em que se começa a pensar em um PSM como um conjunto, é natural que se considere a possibilidade de se simplificar esse PSM, e isso poderá ser feito através da intensão estruturada que uma 'sentença-que' nomeia e que conterà somente intensões do vocabulário terminal do PSM. Assim, em vez de se pensar na proposição de A e B como contendo as intensões de (25),

(25) A, B, e, a intersecção de A e B

pode-se, de maneira simplificada, pensar que ela contém simplesmente o conjunto ordenado abaixo;

(26) $\langle e, \langle A, B \rangle \rangle$

¹³⁰ Dentre os defensores de uma visão nesta linha, além de Cresswell [SMSPA], 1985, encontram-se Carnap [MN], 1947; Church [IIIB], 1954, e Lewis [GS], 1972.

que corresponde a (M') e que é o que 'que A e B' nomeia.

Conforme Richard,

[3.19] tal visão realmente individualiza proposições de forma refinada. Considere as proposições 'que A e B' e 'que B e A' para algumas sentenças A e B. Visto que A e B não são necessariamente equivalentes, as intensões estruturadas $\langle e, \langle A, B \rangle \rangle$ e $\langle e, \langle B, A \rangle \rangle$ com as quais esta visão identifica as proposições são distintas. Da mesma forma, a visão distingue as proposições 'que $7 + 5 = 12$ ', 'que $5 + 7 = 12$ ', 'que $12 = 5 + 7$ ' de 'que $12 = 7 + 5$ '. Este é o resultado de se ler a estrutura das sentenças na proposição. ([PA], p.20)

e ele acredita que esta é uma visão defensável que merece ser trabalhada, tanto em aspectos gerais quanto particulares, o que será visto a seguir.

Embora adote uma abordagem que toma as proposições como objetos estruturados, ressalta que sua adoção é particularizada, isto é, reconhece que existem outras abordagens dentro deste mesmo espírito, mas as rejeita por considerar que elas apresentam mais problemas do que soluções.

Essa sua postura traz, de imediato, uma consequência, a saber: poderia ser argumentado que sua rejeição implica negar como um todo que as 'sentenças-que' nomeiam intensões estruturadas. De fato, dado o par de 'sentenças-que' em (27) e (28),

(27) que Cícero é gago e Salústio é fanho

(28) que Salústio é fanho e Cícero é gago

(sejam S = Cícero é gago e T= Salústio é fanho)

a explicação natural conduz à conclusão de que, à primeira vista, (27) e (28) parecem ser equivalentes e, conseqüentemente, parecem ser intersubstituíveis depois de um verbo como 'dizer'. Os dois termos, portanto, nomeiam a mesma coisa. E se os dois termos nomeiam a mesma coisa e podem ser substituídos um pelo outro, fica evidente que a abordagem de significados estruturados não é correta.

Richard refuta essa argumentação e através de contraexemplos mostra porque razão acredita em sua abordagem de proposições estruturadas. Segundo

ele, a primeira resposta que poderia ser dada à argumentação seria dizer que 'sentenças-que' como (27) e (28) nomeiam conjuntos de intensões estruturadas; na realidade, nomeiam o mesmo conjunto.

[3.20] Este tipo de resposta reconhece a identidade proposicional, mas mantém, em espírito, a visão de que 'sentenças-que' nomeiam um todo de intensões estruturadas. ([PA], p.28)

Se uma visão como essa fosse adotada, seria necessário definir uma relação de equivalência \in sobre intensões estruturadas e dizer que uma 'sentença-que' 'que A' nomeia um conjunto dessas intensões i de tal forma que i mantém a relação \in com a intensão estruturada de A. Se uma intensão i sustenta \in para j se (mas não somente se) $i = \langle e, A, B \rangle$ e $j = \langle e, B, A \rangle$ então as 'sentenças-que' nomeiam a mesma coisa.

Mas não é necessário se fazer tal abordagem de equivalência de classes. Para Richard, a questão é bem mais simples e se baseia no fato de que mesmo sem levar em consideração contextos sintáticos, percebe-se que pares de 'sentenças-que' como (27) e (28) nem sempre podem ser intersubstituíveis *salva veritate*¹³¹, se o que estiver em jogo é uma questão de dedução. É sempre possível que alguém deduza (27) sem deduzir (28). E se assim é o caso, isso fornece uma razão positiva para se negar que a proposição 'que T e S' é semelhante à proposição 'que S e T', pois apresenta um motivo que permite que se diga que alguém pode fazer algo com a primeira proposição e não fazer o mesmo com a segunda¹³². Assim,

[3.21] se o argumento se generaliza, temos uma razão positiva para se dizer que qualquer diferença estrutural nas sentenças-conteúdo de 'sentenças-que' marca uma diferença no que elas nomeiam. ([PA], p.30)

¹³¹ cf. exemplificação detalhada em [PA], p.29-30

¹³² Richard considera que o fenômeno discutido se reduz à questão dos verbos. 'Dizer' está determinado por 'permutação de conjunção' enquanto que 'deduzir' não está. Os verbos de AP são determinados por uma permutação adjetival. O fato de que necessariamente alguém acredite (espere, etc.) numa proposição p se acredita (espera, etc.) q não exige que $p = q$. (Cf. [PA], p.31)

E mesmo que não se pudesse fazer tal generalização¹³³, o certo é que a diferença nos PSMs das 'sentenças-que' é suficiente para marcar a diferença no que tais sentenças nomeiam.

Na realidade, Richard realmente defende essa posição de que a estrutura de uma sentença-conteúdo de uma 'sentença-que' é refletida na individuação das proposições. Em outras palavras, 'sentenças-que' cujos PSMs diferem nomeiam diferentes coisas, e a maneira pela qual esta estrutura estará refletida nas proposições se deve ao fato de ela estar literalmente presente no PSM, pois uma intensão estruturada tem literalmente a estrutura de seu PSM associado.

Ainda assim, poderia ser objetado que mesmo que a estrutura de uma 'sentença-que' se reflita na individuação das proposições, daí não se segue que as próprias proposições tenham qualquer estrutura. Ele reconhece que há várias perguntas a serem feitas sobre proposições, mas a que é de seu interesse é apenas saber sob quais condições duas 'sentenças-que' nomeiam a mesma proposição. Segundo ele,

[3.22] Para o propósito de se fazer semântica, o melhor curso, se estamos convencidos de que certos aspectos da estrutura sentencial são refletidos na individuação das proposições, é ler estes aspectos diretamente na proposição. (IPA, p.35)

Mas salienta, no entanto, que ao defender a abordagem das proposições estruturadas não está, de maneira alguma, sugerindo que a estrutura da proposição é invariavelmente isomórfica à estrutura de superfície da 'sentença-que' que a nomeia. Pelo contrário, pode ser útil ou necessário para se ter uma teoria adequada que se modifiquem as estruturas dos PSMs antes de usá-los para formatar as proposições. Este é o caso, por exemplo, de expressões idiomáticas como (29) e sua tradução para o inglês em (30).

(29) Está chovendo canivete

(30) It's raining cats and dogs

¹³³ Poder-se-ia dizer que essa argumentação não generaliza completamente porque existem sentenças A e B tais como 'o estudante deduziu que A' e 'o estudante deduziu que B' que são necessariamente equivalentes conforme exemplificação abaixo:

(1) 'que um velho, febril homem tossiu'

(2) 'que um febril, velho homem tossiu'

Está claro¹³⁴ que intuitivamente as duas sentenças dizem a mesma coisa, mas não fazem as mesmas referências explícitas a indivíduos ou propriedades. Contudo, conforme Richard, as referências aparentes das sentenças de expressões idiomáticas não são semanticamente relevantes (isto é, relevantes para se calcular o que a sentença diz). Portanto, não são problemáticas para a individuação da proposição¹³⁵. Ele conclui que o que parece ser correto afirmar é que, em certo nível de generalidade, ele adota que proposições refletem a estrutura das sentenças que as expressam e isto basta para o desenvolvimento de sua teoria.

Uma vez que Richard preocupa-se, sobremaneira, com a identificação das proposições com as sentenças que as expressam, parece oportuno avaliar como ele aborda a questão do sentencialismo, que será tratada em seguida.

A versão de sentencialismo defendida por Richard é, segundo suas palavras, uma versão muito fraca que, simplesmente, requer que a verdade de uma atribuição de atitude – em especial, a verdade de uma atribuição de 'acredita' ou 'deseja' – seja uma função de alguma relação entre um objeto de crença semântico e psicológico (cf. [PA], p.57). Mas uma vez que ele adota um objeto psicológico, torna-se necessário explicitar mais detalhadamente o que ele entende por sentencialismo e como sua proposta não se confunde com as propostas cognitivistas.

Em primeiro lugar, considera três pontos essenciais, a saber:

i. atribuições de AP são relacionais – no sentido de que em uma atribuição 'a acredita que S', a sentença 'que S' funciona como um termo e o verbo acredita como um predicado relacional;

ii. proposições são entidades objetivas e independentes da mente; e seus constituintes são indivíduos e propriedades ou construções de MP ou qualquer outra espécie de coisa não psicológica;

¹³⁴ Desconsideram-se aqui as objeções quineanas em termos de tradução.

¹³⁵ Richard apresenta, também, exemplos de francês com reflexivo onde a contraparte em inglês não apresenta como nos casos 'Le soleil se leve' e 'The sun rises'. Para ele, a melhor forma de resolver a diferença do 'se leve' para 'rise' é considerar 'se leve' como um todo. Como resultado, no nível da forma lógica tanto o francês quanto o inglês apresentarão a mesma estrutura com expressões com a mesma interpretação semântica. (cf. [PA], p.36-37)

iii. 'acredita' e outras AP *qua* relação com uma proposição são relações decorrentes de algum estado psicológico de maior ou menor intensidade,

considerando-se que, ao se asseverar uma proposição, acredita-se nela por se estar em um ou outro estado psicológico¹³⁶

Esses pontos o levam a sustentar que os estados psicológicos subjacentes às atribuições de atitude são, eles próprios, relacionais: relacionam-se a entidades que possuem constituintes, correspondendo a termos e predicados, assim como uma estrutura que, de uma maneira ou de outra, copia a estrutura das sentenças. E a verdade ou falsidade de uma atribuição como em (31),

(31) 'a acredita que S'

depende de uma relação adequada entre o objeto de crença semântico nomeado pela 'sentença-que' e um dos objetos psicológicos de crença do indivíduo nomeado por *a*.

Nesse momento, entra em jogo as duas formas de sentencialismo¹³⁷ advogadas por Richard. A primeira forma corresponde ao sentencialismo semântico (SS) – em que as 'sentenças-que' em atribuições de atitude nomeiam entidades – objetos semânticos de crença – com as propriedades sentenciais explicitadas anteriormente. A segunda forma corresponde ao sentencialismo psicológico (SP) – em que as crenças e outras AP são relações mediadas por relações para entidades – objetos psicológicos de crença – que se assemelham a sentenças.

O sentencialismo psicológico tem sido objeto de controvérsia porque, entre outros motivos, parece plausível pensar-se que a maioria das representações subjacentes à atribuição de crença são não sentenciais (memória de imagens, estados perceptuais). Reúne-se a esta a mais comum das objeções que envolve a questão da existência de crenças tácitas¹³⁸, isto é, aquelas crenças

¹³⁶ Richard pondera que somente o estado psicológico não determina uma proposição. Em geral, é em virtude de um certo estado psicológico e de uma situação histórica e contextual que se acredita em uma proposição. (cf. [PA], p.38)

¹³⁷ Para uma crítica radical sobre teorias sentencialistas das AP, cf. Schiffer, 1987.

¹³⁸ Richard define crenças tácitas como: 'a crença de x que S' é uma crença tácita sse

(a) x acredita que S

(b) x não aceita nenhuma sentença que determine a mesma intensão estruturada como 'S'

que se supõe que alguém tenha, mas que dificilmente se possa pensar que sejam armazenadas como sentenças (é o caso de crenças matemáticas e sintáticas).

Mas Richard refuta essa objeção; ele argumenta que, embora muitos exemplos putativos de crenças tácitas sejam exemplos de crença, eles não são instâncias de crenças tácitas. Em segundo lugar, a existência de tais crenças não é estritamente incompatível nem com o SP nem com a afirmação de que ambos SS e SP são verdadeiros e que a semântica de 'acredita' pode ser explicada em termos de relações adequadas entre o que uma 'sentença-que' nomeia e um objeto psicológico de crença. Se é dito que:

(32) a acredita que S

a verdade de (32) não exige que se aceite uma sentença com a mesma intensão de S.

[3.23] Alguém pode caracterizar a noção de crença tácita de maneira que nenhuma verdade de SP pudesse negar sua existência. Por exemplo, alguém poderia dizer que qualquer atribuição de crença que não é verdadeira em virtude do enunciado de uma sentença do atribuidor, que determina a mesma intensão que a sentença-conteúdo da atribuição, marca uma crença tácita. Mas não está claro que uma tal definição marque alguma distinção teoricamente interessante entre crenças putativas. (Richard [PA], p.56)

Além disso, ele salienta que não se compromete com qualquer tipo de visão que considera atitudes como relações com as sentenças. Pelo contrário, algumas delas não deseja nem de longe defender.

[3.24] Sou totalmente agnóstico ao fato de que crenças têm um papel computacional em nossa psicologia, um papel que torna a analogia entre nossa mente e um computador perfeita. O sentencialismo psicológico que adoto é silencioso em relação a esta pintura de nossa vida mental. Nem tampouco desejo defender quaisquer das formas alarmistas de nativismo que filósofos como Jerry Fodor ligaram à hipótese de que as atitudes são sentenciais. ([PA], p.40)

O seu sentencialismo está ligado à relação entre estados de crença e seus conteúdos. Richard defende que, para algo ser um sistema de crenças, deve ter alguma coisa análoga a uma subestrutura representacional presente nas linguagens naturais. É uma doutrina sobre o modo como um estado psicológico

que determina uma crença está relacionado ao conteúdo da crença determinada e que sustenta que:

(a) tais estados possuem uma estrutura constituinte;

(b) para cada acreditador, existe um modo projetável e fundamentado de atribuir valores aos constituintes desses estados;

(c) para cada indivíduo também existe um modo fundamentado e projetável de se passar de uma estrutura total de tais estados, e das atribuições acima mencionadas, para uma atribuição de cada um dos estados que ele representa; e

(d) se dois estados de crença de um indivíduo representam a mesma coisa, isto dependerá, em parte, da estrutura constituinte mencionada em (a) e (b). (cf. [PA], p.41)

e refuta qualquer comprometimento com:

(e) a necessidade de que os constituintes de estados de crença invocados pelo SP tenham que ser semelhantes às palavras da linguagem natural;

(f) a necessidade de implicar a possessão de uma linguagem pública ou até mesmo uma habilidade rudimentar de comunicação;

(g) qualquer espécie de atomismo sobre as representações que defenda a ideia de que o tipo mais básico de relação de representação é a relação entre átomos linguísticos – expressões semanticamente simples – e elementos do mundo¹³⁹. ([PA], p.42)

¹³⁹ Para uma análise detalhada da visão atomística, cf. Stalnaker 1984.

Em outras palavras, trata-se de um sentencialismo que se enquadra no nível da psicologia *folk*¹⁴⁰. Richard compromete-se com uma concepção de senso comum do mental. Para ele, existe uma forte intuição de que crenças possuem aquela espécie de propriedade de subrepresentação que o SP afirma ter, isto é, algo é a crença 'que-a' somente se contém um componente que represente a.

[3.25] É muito difícil imaginar-se o que justificaria nomear um estado como crença de que, por exemplo [Brutus foi um traidor] se isso não envolvesse algo sobre o qual se pudesse dizer que representasse [Brutus]. ([PA], p.46)

E se o SS for considerado verdadeiro, parece bem provável que o SP seja uma parte integrante da concepção mental do dia a dia.

Richard afirma que sua defesa do SP é apenas parcial. Mas como ele não tem interesse na discussão sobre o sentencialismo *per se*, e sim vinculado à questão da semântica dos verbos de crença, considera satisfatória a sua apresentação, que pode ser resumida nos seguintes pontos:

(a) Para ser psicologicamente real, a aceitação de uma sentença não necessita ser muito semelhante à fala interior;

(b) Pode-se esperar, para cada sentença S, que haverá um número de estados psicológicos que se constituiriam na aceitação de S;

(c) Algo que naturalmente poderia ser descrito como um estado envolvendo uma única sentença (um *token* como 'Brutus é falso e assassino') pode ser um que constitua a aceitação de um número de sentenças; e

(d) A aceitação de uma sentença em um estado particular pode variar entre os indivíduos, dependendo de fatores como inteligência e conhecimento colateral. (cf. [PA], p.52)

¹⁴⁰ Richard considera que alguns fenômenos da mente podem ser descritos em diferentes níveis: (a) no nível da psicologia folk, (b) no nível da psicologia empírica e (c) no nível da neurofisiologia. Para ele, o SP se enquadra no nível (a). (cf. [PA], p.43-45)

Considerando-se o que foi exposto até aqui em termos do objetivo 2 deste capítulo, resta, apenas, a apresentação da abordagem que o teórico construiu para trabalhar as questões das atribuições de AP.

Considerando-se as razões pelas quais Richard rejeita (pelo menos em parte) tanto teorias fregeanas quanto russellianas, e a espécie de estratégia que aborda para a análise das AP, defendendo proposições estruturadas e duas espécies de sentencialismo, passa-se, de imediato, a apresentar a sua visão sobre atribuições de atitude.

Em primeiro lugar, ele defende uma abordagem que considera 'acredita' e outros verbos de AP como indexicais, isto é, a mudança de referência ocorre apenas em 'acredita' não nas outras expressões da sentença e, ao mesmo tempo, 'acredita' permanece com significado constante. Assim, um exemplo como (33),

(33) Alexandre acredita que Cícero é um bom orador

– sentença esta objeto de conversação entre Catulo e Salústio – pode ser verdadeira ou falsa não porque ela seja sintática ou semanticamente ambígua, mas sim porque (33) será verdadeira num contexto em que sua sentença-conteúdo é uma representação aceitável de alguma sentença que Alexandre aceita; e será falsa, por exemplo, se no contexto de Salústio, seja necessário que Alexandre não aceite Cícero como *a* e sim Tully.

Richard considera que essa sua visão, grosso modo, torna o conteúdo de uma expressão – o que contribui para as proposições nomeadas pelas 'sentenças-que' – uma combinação da própria expressão com o seu valor referencial.

[3.26] Em um sentido superficial, então, a abordagem de conteúdo que eu apresentarei é um compromisso entre uma abordagem amplamente referencial e uma abordagem lingüística. ([PA], p.107)

Esse tipo de abordagem tem suas origens na discussão anterior sobre a possibilidade ou não de teorias russellianas darem conta das atribuições de atitudes que têm como seu objetivo primeiro transmitir informações sobre o como

da crença, não somente sobre o quê – tão habilidosamente descrita pelas teorias russellianas.

[3.27] Estou ciente de que o caminho do uso para a verdade é escorregadio. Mas certamente as condições-de-verdade das sentenças são em grande parte resultantes da maneira como nós as usamos juntamente com nossas intenções. ([PA], p.127)

E justifica essa escolha dizendo que, se é possível supor-se uma teoria semântica natural e satisfatória que considere a informação relevante como parte do conteúdo semântico de uma sentença, sem abandonar os *insights* sobre referência e modalidade de Kripke e Kaplan, e que dê conta da quantificação em contextos de atitudes, assim como do argumento de troca-de-contexto, por que não considerá-la como a melhor de todas as teorias até então propostas?

É exatamente a isso que Richard se propõe: apresentar uma teoria como a caracterizada acima. O que ele pretende é apresentar um pouco sobre as relações entre as intenções e crenças de um falante e as restrições produzidas pelo foco de uso de uma expressão, em uma 'sentença-que' usada para representar os mediadores da crença.

Suponha, pois, uma sentença que apresente duas coisas: referentes russellianos e algumas expressões (na sentença-conteúdo da 'sentença-que');

(34) Cícero discursa

que pode ser lido como em (35) e (36),

(35) <'discursa', 'Cícero'>

(36) <ser orador, Cícero>

Unindo (35) e (36) em um único item, isto é, unindo os constituintes das sentenças com suas interpretações russellianas, obter-se-á a leitura em (37),

(37) <<'discursa', 'ser orador'>, <'Cícero', Cícero>>

O que se pode esperar é que

[3.28] tais híbridos não são proposições russellianas. Não são pensamentos fregeanos. São fusões das coisas que representam – neste caso, as expressões na 'sentença-que' – com suas interpretações russellianas [...]. Uma vez que elas são obtidas pela anotação da matriz fornecida por uma sentença com as interpretações russellianas de suas partes, nós as denominamos de RAMs, para Matrizes Russellianas Anotadas. ([PA], p. 137)

Richard apresenta, dessa maneira, o dispositivo teórico de sua abordagem. Acrescenta que assim como foram atribuídas RAMs para a união da sentença – conteúdo de uma 'sentença-que' com sua interpretação russelliana – como em (36) – pode-se fazer o mesmo para cada um dos mediadores da crença do acreditador.

[3.29] Se fizermos isso para todos os seus mediadores [da crença do acreditador], teremos no final um conjunto de RAMs. Este conjunto codifica todos os fatos sobre o acreditador que são relevantes para a verdade e falsidade das atribuições de crença feitas a ele. Permita-nos chamar este conjunto de Sistema Representacional do acreditador ou SR. ([PA], p.137)

Quando é atribuída uma atitude como em (38),

(38) Alexandre acredita que Cícero é um bom orador

não se está dizendo apenas algo sobre as proposições russellianas acreditadas. Parece que também se diz algo sobre o SR do acreditador. Portanto, a RAM que a 'sentença-que' determina representa uma das RAMs do acreditador. Como, então, dá-se esta correlação de ambas as RAMs?

Richard considera como condição necessária que, desprovidas de suas partes linguísticas, as duas RAMs apresentem a mesma proposição russelliana. E isso se aplica da seguinte maneira:

O par das coisas que estão numa RAM consiste de um item de vocabulário e de uma anotação, interpretação. Portanto, <'Cícero', Cícero> é uma anotação, <'ele', Cícero>, <'é um bom orador', ser orador> são outras anotações. A correlação nada mais é do que uma função que mapeia anotações para anotações e preserva referência, levando em consideração a noção que ele denomina de concordância referencial, que se dá entre a sentença e um estado de coisas. Suponha as seguintes anotações:

- (39) a. <'Cícero', Cícero>
 b. <'Tully', Cícero>
 c. <'Catilina', Catilina>

suas correlações possíveis seriam:

- (40) $a \Rightarrow a; b \Rightarrow b$
 $a \Rightarrow b; b \Rightarrow b$
 $a \Rightarrow a; b \Rightarrow a$
 $a \Rightarrow b; b \Rightarrow a$

enquanto que as representações em (41)

- (41) $a \Rightarrow b; b \Rightarrow c$
 $a \Rightarrow b; a \Rightarrow a$

não seriam correlações, pois o primeiro não preserva referência e o segundo não é uma função.

Para ser mais explícito, suponha que se tome uma RAM p e uma correlação f (f definida por todas anotações em p) e se substitua sistematicamente o que está em p por sua imagem em f . Assim, dado (42) que

- (42) Hesperus é Phosphorus

e a sua correlação como em (43)

- (43) $f: \text{'Hesperus'} \Rightarrow \text{'H'}; \text{'Phosphorus'} \Rightarrow \text{'P'}, \text{'e'} \Rightarrow \text{'='}$

obtém-se a RAM q determinada por $H=P$.

[3.30] Quando p , q e f estão relacionadas desta forma – q vem de f via a correlação f – eu digo que p representa q sob f . ([PA], p.139)

Só esta definição acima não é suficiente para a verdade de um uso de (42) por exemplo, pois há algumas ocasiões em que são impostas certas restrições no modo como uma expressão será usada para representar partes dos mediadores da crença de alguém. No exemplo (33) que, como foi dito anteriormente, se constitui numa conversa entre Catulo e Salústio, suponha que Salústio, diferentemente de Catulo, utiliza 'Tully' para representar o uso de 'Cícero' por Alexandre. Se assim for, quando Salústio enuncia (44),

(44) Alexandre acredita que Tully é um bom orador

entende-se que 'Tully' representa 'Tully' e nada mais. A RAM de (44) será verdadeira desde que represente uma das RAMs de Alexandre sob a qual há a relação 'Tully - a - Cícero'.

Portanto, o contexto determina uma coleção de restrições ou correlações. Cada restrição, por sua vez, é formada por três elementos: uma pessoa u , uma anotação a e uma coleção de anotações S . O contexto de Salústio, por exemplo, fornece a restrição em (45),

(45) Alexandre; <'Tully', Cícero>; {<'Tully', Cícero>}

e a determinação da verdade de uma atribuição pode ser resumida no seguinte *Princípio*:

I . Em um contexto c uma atribuição da forma 't acredita que S' será verdadeira sse a RAM determinada (em c) por aquele S representa uma RAM no SR do que t nomeia (em c) sob uma correlação que obedece a todas as restrições operativas em c ¹⁴¹.

¹⁴¹ Embora Richard não deseje entrar em tecnicidades muito complexas, não pode deixar de fazer uma breve análise do valor semântico de 'acredita' e outros verbos de AP que no *Princípio* (I) não é explicitado. Numa sentença como (a) 't acredita que S', qual seria, então, a intensão de 'acredita'?

Richard considera que a melhor alternativa é considerar tais verbos como predicados de três lugares, correspondendo a quantificações existenciais no nível da forma lógica como em (b):

(b) $\exists f B^3(t, \text{que } S, f)$

que pode dar conta de exemplos em que mais de uma atribuição de atitude esteja presente, como em (c):

(c) 'Brutus acredita que S. Ele deseja que T e atribuir condições-de-verdade como em (d);

(d) ' $\exists f B^3(\text{Brutus}, \text{que } S, f)$ e $\exists f D^3(\text{Brutus}, \text{que } T, f)$

Obviamente, como foi dito no início do capítulo, Richard trabalha dentro da tradição de Frege e Russell. Por este motivo, não há como evitar comparações entre sua proposta e as outras. E o próprio autor reconhece que seria enganoso afirmar que sua abordagem nada tem a ver com as visões de Frege.

[3.31] Como os fregeanos, considero a verdade de uma atribuição de atitude como sendo sensível a fatos sobre a maneira como o indivíduo pensa sobre os objetos e propriedades sobre as quais é sua crença. Mas rejeito o mecanismo pelo qual os fregeanos propõem explicar esta sensibilidade. ([PA], p.153)

Da mesma forma, não seria possível negar a influência russelliana:

[3.32] Eu penso que minha abordagem está próxima ao russellianismo – embora tenha que me apressar em dizer que não endosso a idéia russelliana de que [se Hamurabi sabe que Hesperus é um planeta, ele também tem que saber que Phosphorus é um planeta]. ([PA], p.5)

Essa retomada das abordagens fregeanas e russellianas é importante porque ele necessita esclarecer questões ligadas ao que é uma 'proposição' em sua abordagem e objeções feitas por Church¹⁴² sobre a questão 'sentença x proposição'.

Em primeiro lugar, considera que as suas RAMs são tão diferentes das proposições tradicionais na sua apresentação e função que não haveria como nomeá-las apenas de 'proposições' (uma vez que, tradicionalmente, proposição é o que uma 'sentença-que' nomeia). A maneira como individualiza tais proposições é muito refinada já que, para ele, se duas sentenças diferem nas expressões que nelas ocorrem, elas determinam diferentes RAMs (expressam diferentes proposições). Assim, duas sentenças em português como (46) e (47),

(46) Sêneca é heleno

(47) Sêneca é grego

invariavelmente determinam proposições diferentes.

¹⁴² Cf. capítulo 1.

Uma primeira objeção que poderia ser feita à sua abordagem seria que, devido a esse refinamento das proposições, não seria possível permitirem-se atribuições de atitudes em língua estrangeira. Se, por exemplo, Marco Aurélio não fala português, ele não terá a RAM que 'Romanos são bravos'. Richard, no entanto, considera esta objeção como uma confusão sobre a função das RAMs. A sua proposta não diz que Marco Aurélio tem uma RAM que 'Romanos são bravos' em sua SR. Pelo contrário, diz apenas que esta RAM representa uma das RAMs de Marco Aurélio. Não há motivos para que a RAM que 'Romanos são bravos' não possa representar uma RAM em latim como em (48),

(48) a 'são bravos' \Rightarrow 'Impavidus sunt'

b 'Romanos ' \Rightarrow ' Romani '

A segunda objeção, e mais séria, diz respeito à argumentação de Church contra Carnap e que pode ser transposta para a abordagem de Richard, uma vez que suas 'sentenças-que' nomeiam entidades que contêm expressões. O ponto da análise de Church para fins da análise de Richard é o fato de que Church considera que abordagens de atribuição de atitudes em termos de tradução não conseguem explicar as condições-de-verdade de tais atitudes. Para Church, é necessário que:

(a) uma sentença forneça uma análise de outra somente se as duas sentenças compartilham uma certa propriedade;

(b) se duas sentenças têm esta propriedade, então o falante que as compreende saberá que elas concordam em termos de propriedade;

(c) a propriedade em questão é preservada na tradução.

Richard refuta este tipo de objeção, argumentando que o que basta para a análise de sentenças em línguas diferentes é saber explicar, de forma correta e clara, exatamente quais situações (que mundos) são corretamente caracterizadas pelos vários usos da sentença e isso não exige preservação do significado.

- [3.33] Como não tenho conhecimento do Swahili, não faço qualquer decisão sobre como eu poderia usar as expressões do Swahili para representar as RAMs de [Marco Aurélio]. Portanto, as traduções de meu enunciado – tomadas como se fossem fora de contexto e interpretadas num ambiente não projetado para elas – podem bem divergir em seus valores-de-verdade do inglês que ela traduz. ([PA], p.162)

A questão (iii) do início do capítulo fica assim respondida e se chega, finalmente, à última questão norteadora do seu trabalho, a saber (iv) que faz referência aos aspectos do contexto necessários para que o falante descubra as RAMs.

Segundo ele, existem duas maneiras de se pensar o contexto: (a) poder-se-ia pensar em contexto como uma situação histórica, real ou contrafactual na qual a sentença é usada ou poderia ter sido usada por alguém ou (b) seria possível pensar-se em contexto como abstrações de tais situações, como coleções de itens que são – ou pudessem ser – fornecidos por um contexto no primeiro sentido. (b) permite que se idealize um contexto pela construção, dentro de representantes abstratos de um contexto, de coisas que intuitivamente não estão presentes naquilo que as abstrações representam. Mais do que isso, permite que se pense em contextos como seqüências de itens que são, ou fixam, interpretações de elementos sensíveis ao contexto. Dessa forma,

- [3.34] um contexto pode se constituir de um indivíduo (que fornece uma interpretação para os pronomes de primeira pessoa); um tempo ou um intervalo, ou uma variação de valores, para expressões como 'agora'; talvez um mundo (para lidar com a realidade); alguns padrões de precisão (para ajudar com "A Itália tem a forma de uma bota"); uma seqüência S de indivíduos (o primeiro objeto demonstrativamente referido para..., o segundo objeto demonstrativamente referido para... etc.) e assim por diante. ([PA], p. 163)¹⁴³

Assim, analisando sentenças que contenham demonstrativos como 'isto', exemplificado em (49),

(49) Isto é um cachorro

e sua tradução para o inglês em (50),

¹⁴³ Esta abordagem de contextos trabalhada por Richard provém de Kaplan, 1977.

(50) This is a dog

se o contexto for considerado como um contexto real ou possível do enunciado, e a referência do demonstrativo em um contexto é considerada como uma função das intenções do usuário em relação a um *token* do demonstrativo (49) e (50) podem divergir em valores-de-verdade com respeito ao mesmo contexto.

[3.35] Simplesmente considere um contexto em que enuncio [49] referindo-me a algum cachorro, mas não tenho nenhuma intenção com respeito ao [inglês *this*]. Aqui, [49] é verdadeira e [50] não recebe qualquer valor. ([PA], p.163)

É dessa maneira, pois, que se torna viável pensar na RAMs em termos de contexto e dos possíveis valores-de-verdade que elas carregam.

A teoria de Richard fica assim delineada. E o próximo passo a ser feito é apresentar de que forma ela pode ser aplicada para dar conta de problemas semânticos como atitudes iteradas, *de re*, *de se*, quantificação etc., assim como ser um meio de resolver enigmas clássicos como o de Pierre e de Hesperus e Phosphorus. Uma visão geral dessas aplicações será apresentada a seguir.

3.3 AP: ANÁLISE E TIPOLOGIA

Como foi dito acima, Richard preocupa-se em mostrar de que forma a sua teoria pode trabalhar problemas clássicos vinculados às AP. O primeiro deles diz respeito às atitudes iteradas que será visto a seguir.

Considere o exemplo:

(51) Hipácia acredita que Hamurabi acredita que Hesperus é um planeta

que representa uma instância das chamadas atitudes iteradas e, segundo ele, pode apresentar alguns problemas teóricos quando considerada em um contexto puramente russelliano ou no contexto de sua própria abordagem. O problema surge porque:

(a) os russellianos atribuem uma relação para 'acredita' e uma entidade estruturada para a 'sentença-que';

(b) a atribuição para a 'sentença-que' contém os valores semânticos das expressões que ocorrem nela;

(c) no caso de sentenças como (51), a própria palavra 'acredita' ocorre na 'sentença-que';

(d) portanto, seu valor semântico entra na proposição.

Está caracterizada uma situação em que se tem uma relação de crença atribuída ao verbo principal e que se tenta relacioná-lo com algo que contém a própria relação. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que esse caso se assemelha ao caso de uma função que toma a si própria como argumento.

Entre as soluções possíveis, Richard cita o trabalho de Gupta & Savion [SPA] que trata do assunto em termos da teoria dos conjuntos desenvolvida por Aczel (1988). Embora considere uma boa opção, Richard adota uma estratégia de tratamento hierárquico – semelhante ao tratamento dado tanto pela teoria dos tipos ramificada quanto por alguma versão proposicional de uma hierarquia tarskiana das linguagens.

Esse tipo de abordagem considera verbos de AP como 'acredita' sistematicamente ambíguos na medida em que, embora pareça que o mesmo verbo tenha ocorrido duas vezes no exemplo (51), não é esse o caso. O primeiro verbo tem uma hierarquia de nível mais elevado do que o verbo da sentença encaixada. Consequentemente, os dois verbos possuem valores semânticos distintos e os de nível mais elevado são funções que operam sobre (entre outras coisas) os valores semânticos dos verbos de atitude de níveis inferiores. (cf. [PA], p.145-146)

Uma vez, pois, que se emprega tal hierarquia, as diferentes ocorrências de 'acredita' apresentarão diferentes valores semânticos que, consequentemente, assegurarão que o valor semântico de 'acredita' não se contenha a si mesmo como uma parte.

Mas não é somente 'acredita' que ocorre em níveis. O mesmo acontece com as proposições, uma vez que não seria possível quantificar sobre todas as proposições de uma única vez. (51), portanto, terá a representação como em (52),

(52) $\exists f$ (acredita (Hipácia, que $\exists g$, acredita (Hamurabi, que Hesperus é um planeta, g) f)

em que o quantificador existencial, no caso, ocorrerá em diferentes domínios, em que o quantificador encaixado será um subconjunto próprio do domínio do quantificador de maior nível.

Se assim não fosse, ocorreria em termos de quantificação algo semelhante ao problema com os valores semânticos de 'acredita'; seria como uma função, neste caso, uma correlação que opera sobre si mesma. Embora possa parecer que em (52) o mesmo quantificador existencial apareça duas vezes, não é o caso, pois os domínios são diferentes.

E como trabalhar com as RAMs em hierarquias distintas? Richard aponta que, dado uma linguagem L_n , L_{n+1} será obtida da seguinte forma: estende-se o vocabulário V da L_n para incluir um conjunto de variáveis proposicionais (que terá domínio sobre as RAMs da L_n); um quantificador proposicional para ligar tais variáveis; novos quantificadores – existencial e universal – (com domínio sobre o que os quantificadores de L_n fizeram e sobre correlações de L_n); a expressão 'quen+1'; um predicado de dois lugares B_{n+1} que toma um termo individual ou tanto uma 'sentença-que' formada de 'quen+1' e uma sentença L_n ou uma variável proposicional incluindo L_{n+1} como argumento); e um predicado ' T_{n+1} ' que toma o tipo de 'sentenças-que' e de variáveis proposicionais que ' B_{n+1} ' toma como argumento. (cf. [PA], p.248)

Daí conclui-se que:

(i) O domínio semântico de L_{n+1} será o mesmo de L_n + (a) funções de contextos para funções de correlações, indivíduos e RAMs de níveis inferiores para conjuntos de mundos; (b) funções de contextos para funções de nível inferior de RAMs para conjuntos de mundos;

(ii) Deverão ser atribuídos valores semânticos apropriados ao novo vocabulário V . Por exemplo, para ' T_{n+1} ', atribui-se a função que toma um contexto c para a função que mapeia uma RAM p de M em L_n para conjunto de mundos W , de tal forma que p , tomado em c , é verdadeiro em W em M ;

(iii) Atribuem-se RAMs para L_{n+1} conforme (ii);

(iv) Definem-se RAMs de L_{n+1} como foi caracterizado acima;

(v) Estendem-se atribuições de V a contextos para incluir as RAMs, L_{n+1} e suas restrições;

(vi) Verdade é definida tanto para a sentença em um contexto em um mundo quanto para uma RAM L_{n+1} em um contexto em um mundo, em um modelo. (Cf. [PA], p.249)

Tudo isso para se dizer que em um modelo M_n de L_n a RAM atribuída a uma sentença S da L deve ser relacionada a S da seguinte maneira:

(vii) Para qualquer contexto c em um mundo W , relativo a c , S é verdadeira em W no modelo M_n sse relativa a c , a RAM atribuída a S é verdadeira em W no modelo M_n .

Para se seguir uma certa analogia com o trabalho de Cresswell, um segundo ponto que deveria ser analisado é a questão das atitudes *de dicto/de re*.

No entanto, ele não apresenta uma abordagem sobre tais atitudes por uma simples razão: não reconhece a ambiguidade semântica ou sintática dessas leituras. Fazendo primeiramente uma crítica a Quine [QPA], um dos responsáveis pela introdução dessa distinção, Richard considera que as razões por ele apresentadas são um tanto quanto dúbias. Segundo Quine, em uma sentença como (53)

(53) Marco Antônio acredita que alguém o está traindo

há claramente um sentido que implica não meramente que MA acredita a proposição de que alguém o trai como também que MA acredita, em relação a alguém em particular, que esse alguém o trai. Esse sentido é conseguido por uma leitura de amplo escopo do quantificador como em (54);

(54) $\exists x$ (MA acredita que x o está traindo)

Como a posição do segundo 'x' em (54) é opaca, (54) envolve quantificar sobre posição opaca. Quine considera isso impossível. Por este motivo, propõe a ambiguidade do 'acredita' – um sentido *de re* – que permite substituição de identidade e aceita variáveis livres ligadas por quantificadores fora do escopo do operador de crença; e um sentido *de dicto* – cujos termos não estão abertos à quantificação externa, razão pela qual a substituição falha.

Para Richard,

[3.36] A motivação de Quine para desenhar a distinção *de dicto/de re* foi espúria. Portanto, a menos que alguém me dê uma outra e melhor razão para postular uma ambigüidade do tipo de Quine, temos todo o direito de resistir a argumentos que assumem que Quine tropeçou em uma genuína ambigüidade. ([PA], p.130)

Da mesma forma, ele rejeita a distinção fregeana que, para evitar que os indivíduos sejam considerados constituintes do pensamento fregeano, reinterpretam quantificadores simples, como em (54), como pares de quantificadores – um objectual padrão e o outro quantificando sobre sentidos. (54) transforma-se em (55),

(55) $\exists x \exists y$ (y é um sentido que apresenta x e MA acredita y o está traindo)

o que leva os fregeanos a postularem uma ambiguidade sintática nas atribuições de atitude que reflete dois modos diferentes de se atribuírem atitudes: ou especificando seu "conteúdo completo" ou especificando o seu conteúdo "em partes".

Segundo Richard, parece que os fregeanos também não têm uma boa razão para pensarem que as atribuições de atitudes sejam ambíguas.

[3.37] Não é como se a distinção surgisse de forma natural dentro do contexto de uma teoria semântica satisfatória. Parece, isso sim, uma última cartada para defenderem [os fregeanos] uma visão de atribuições de atitudes – a combinação de uma visão cognitiva do conteúdo – [...] os fatos mostram estarem mal direcionados. ([PA], p.131)

Richard conclui que não acha plausível se pensar numa ambiguidade *de dicto/de re* de nenhuma das formas postuladas. Por esse motivo, não analisa a questão em termos de sua teoria.

Não é em seu livro [PA] que Richard discute as chamadas atitudes *de se*¹⁴⁴. Conforme salienta na introdução do livro, atitudes e suas atribuições levantam várias questões que, por não se constituírem no ponto central de trabalho, simplesmente as ignora. Isso, no entanto, não significa que ele não tenha, em outras ocasiões, tratado de tais assuntos, e como Cresswell considera a questão das atitudes *de se* como um ponto crucial para a discussão de sua teoria, parece apropriado observar-se o tratamento dado por Richard a esta questão, que ele apresenta em seu artigo *Direct Reference and Belief* [DRB] de 1983.

Com os exemplos reproduzidos abaixo,

(56) *a* acredita-se ser F

(57) Existe um *x* tal que *x* é idêntico a *a* e *x* acredita que *x* é F

o autor inicia a sua análise sobre as atitudes *de se*, estabelecendo o seguinte problema:

Dada uma atribuição particular *de se* como em (58),

(58) Cícero acredita-se bom orador

e atribuição *de re* correspondente,

(59) Existe um *x* tal que *x* é Cícero e *x* acredita que *x* é um bom orador

¹⁴⁴ Mas em seu livro [PA] considera provável uma análise em termos das RAMs.

sob quais condições a atribuição *de se* é verdadeira? É necessário que a análise *de re* implique a *de se*?

Richard responde que não. Assume, na verdade, que tal implicação não funciona, uma vez que para a análise *de re*, desde que Cícero acredite a proposição sob qualquer significado – isto é, ele pode dizer "Eu sou um bom orador" ou se olhar no espelho e não perceber que está vendo sua imagem e dizer "Ele é um bom orador" – a atribuição *de re* é verdadeira, o que mostra que ela não conseguiria implicar a atribuição *de se*.

Richard define, então, sua análise das atribuições *de se* que compreende uma semântica que considerará verdadeira uma fórmula do tipo ' α Bs $x(\phi)$ '¹⁴⁵ precisamente se o referente de α acredita uma proposição sob um domínio m que tem $\langle\langle I \rangle, x(\phi) \rangle$ como um significado reduzido, onde ' $x(\phi)$ ' é a propriedade que a semântica associa a $x(\phi)$, e argumenta que, para se desenvolver uma tratamento geral das atribuições *de se*, são necessários os seguintes passos:

Em primeiro lugar, deve-se introduzir alguma estrutura aos significados de forma que, em vez de se pensar no significado como simplesmente uma função de contextos para proposições, deve-se pensar como um par $\langle\langle S_1, \dots, S_n \rangle, M_n \rangle$ ($n \geq 0$) onde cada ' S_1 ' é um significado de termo (demonstrativo) – uma função de contextos para indivíduos – e ' M_n ' é um significado de predicado de n -lugares – uma função de contextos para propriedades¹⁴⁶ de n -lugares. A proposição que tal significado produz em um contexto c é, obviamente, a proposição p tal que w está em p exatamente se w está em $[M_n(c)] (\langle S_1(c), S_2(c), \dots, S_n(c) \rangle)$. (Cf. [DRB], p.176).

Em segundo lugar, deve-se observar que tais significados podem ser "parcialmente interpretados". Isto significa que se se tem um significado do tipo (60),

$$(60) m = \langle\langle S_1, S_2 \rangle, M_2 \rangle$$

¹⁴⁵ O uso do circunflexo caracteriza a formação de nomes de funções. Assim, por exemplo, ' $x(\{W \mid \text{é careca em } W\})$ ' nomeia a função que leva x ao conjunto de mundos em que x é careca (cf. [PA] p.142).

¹⁴⁶ Richard identifica propriedades de n -lugares com funções de n -tuplas de indivíduos possíveis para conjuntos de mundos possíveis e proposições de zero lugares como conjunto de mundos.

e um contexto c , pode-se encaixar os valores de $S1$ e $M2$ em c e se obter o "significado reduzido"

$$(61) m' = \langle \langle S2 \rangle, P1 \rangle$$

em que 'P1' é uma propriedade de um lugar tal que, conforme (62),

$$(62) w \in P1(u) \text{ sse } w \in [M2(c)] (\langle S1(c), u \rangle)$$

onde u corresponde ao uso de uma atribuição de crença, e o significado reduzido de ' m ' corresponde à função de contextos para proposições, aplicadas a um contexto c' , produzem a proposição que o valor de $S2$ em c' tem $P1$.

Esta noção de 'significado reduzido' é importante porque é por este caminho que Richard apresenta o tratamento das atribuições *de se*.

- [3.38] A intuição básica por trás do tratamento geral das atribuições *de se* que propomos é a seguinte: uma atribuição *de se* como [a] 'a acredita-se ser F ' é verdadeira exatamente se o referente de a acredita a proposição de que ele é F [...] sob um significado m que possui como um de seus significados reduzidos $\langle \langle \{I\} \rangle, F \rangle$, onde $\{I\}$ é o significado de ' I '. Isto, por sua vez, será verdadeiro precisamente se o referente de a aceita como significado que é o significado da sentença da forma ' $\phi(I)$ ', onde $\phi(x)$ expressa, relativa a seu contexto, a propriedade F . (Richard [DRB], p. 176)

Em outras palavras, quando alguém acredita uma proposição sob tal significado, esse alguém está se atribuindo a propriedade, o que permite que se diga que 'a acredita-se F ' é verdadeira exatamente se o referente de a se atribui as propriedades expressas por ' $\phi(I)$ '.¹⁴⁷ É o que acontece, da mesma forma, no exemplo de Lewis, trabalhado por Cresswell e aqui reproduzido:

$$(63) \text{ Zeus diz que é Zeus}$$

¹⁴⁷ Em nota de rodapé, Richard acrescenta que a sua abordagem difere das de Chisholm (1981) e Lewis (1979) em vários aspectos importantes. Primeiro, não mantém que as propriedades são os objetos da crença *de se* como Lewis e Chisholm consideram. Para ele, os objetos de todas as crenças são de um caráter uniforme (como Lewis também aceita), mas não são propriedades. Também discorda que as crenças *de re* são um tipo de crença *de se* conforme Lewis e, por fim, considera que, diferentemente de Chisholm, não há nada de misterioso em termos de reflexividade da autoatribuição "é reflexivo simplesmente porque envolve significados que contêm $\{I\}$ ". Cf. [DRB], p. 195.

em que Zeus se atribui a propriedade 'F', nesse caso, 'é Zeus'.

Em terceiro lugar, deve-se estabelecer o vocabulário e a sintaxe de sua abordagem¹⁴⁸. Primeiramente, estabelece que para os diferentes tipos de atribuição, *de dicto* e *de re* de um lado e *de se* de outro, o operador de crença 'B' apresenta-se em duas formas. 'Br' – para *de dicto* e *de re* – que opera em um predicado de n-lugares ($n \geq 0$) para formar um predicado de $n+1$ lugar; e 'Bs' – para representar atitudes *de se* – que aparentemente combina um predicado de n-lugares ($n > 0$) e uma especificação de uma lugar de argumento para produzir um predicado de n-lugares.

Assim, no primeiro caso, considerando-se 'x ama y', a forma será como em (64),

(64) zBr (x ama y)

enquanto que, no segundo caso, a forma será a representada em (65).

(65) zBs (x ama y)

sendo que $y=x$.

A razão de se usar dois operadores de crença distintos se deve, conforme Richard, ao fato de que

[3.39] [...] dado que não desejamos atribuições *de se* serem implicadas pelas atribuições *de re* correspondentes, não podemos assumir que algo como 'zBs (ele próprio ama y)' seja reduzido a uma expressão envolvendo 'Br' e outras operações sintáticas. Por exemplo, não gostaríamos de identificar 'zBs (ele próprio ama y)' com o resultado da aplicação da operação de "identificação do primeiro argumento de dois lugares" para 'zBr (x ama y)'. Pois o último objeto – 'zBr (x ama y)' – será verdadeiro, relativo à atribuição f, precisamente se f(z) acredita *de re* com respeito a f(z) e f(y) de que o primeiro ama o segundo. ([DRB], p.177)

¹⁴⁸ Richard não se preocupa em explicar detalhes semânticos de sua abordagem, pois os considera simples, não particularmente complexos, ao contrário da sintaxe que apresenta detalhes muito sutis que merecem maior atenção.

Consequentemente, 'Br' tomará um complemento sentencial e 'Bs' como complemento terá uma propriedade abstrata¹⁴⁹.

Quanto ao vocabulário e regras de formação, estabelece um vocabulário primitivo constituído de:

- a. um enumerável conjunto $V = \{x_1, x_2, \dots\}$ de variáveis;
- b. enumeráveis conjuntos $y = \{y_1, y_2, \dots\}$ e $t = \{t_1, t_2, \dots\}$ de termos demonstrativos (para representar o uso das 2ª e 3ª pessoas – tu, você, ela...);
- c. o termo singular 'Eu';
- d. Para cada n , um enumerável conjunto F_n de predicados de n -lugares;
- e. os funtores veritativo funcionais: $\neg, \wedge, \vee, \Rightarrow, \Leftrightarrow$;
- f. os predicados de crença Br e Bs;
- g. o operador de abstração $\hat{}$;
- h. os quantificadores \exists, \forall ;
- i. D como conjunto de demonstrativos da linguagem;
- j. $T = y \cup t \cup \{I\}$;
- k. o conjunto de termos $= D \cup v$.

e um conjunto de seis fórmulas bem formadas decorrentes da utilização do vocabulário.

Com a interpretação semântica baseada no modelo de Kaplan ([OLD], 1978) em que $M = \langle u, w, c, v \rangle$ sendo M = significado; u = indivíduos possíveis; w = mundos; c = contextos e v = uma função que atribui um conjunto de significados para cada membro de c e um membro de $((P(w))_u)_c$ para cada membro de F_n para cada n , Richard apresenta cinco exemplos, abaixo reproduzidos,

(66) $I_{Br}(I_{Br}(FI))$

(67) $I_{Br}(I_{Bs} x (Fx))$

¹⁴⁹ Richard ressalta que o fato de tratar 'Bs' dessa maneira não se constitui na desistência de se considerar a visão de que os objetos de crenças são proposições uniformes. Trata-se, apenas, de um dispositivo para análise. Cf. [DRB], p.177-178.

(68) IBs x (x Br (FI))

(69) IBs x (IBr (Fx))

(70) IBs x (x Bs x (Fx))

com os quais desenvolve a sua argumentação do porque as atribuições *de se* implicarem as suas atribuições *de re* correspondentes, embora a implicação conversa não se mantenha.

Retomando (58) 'Cícero acredita-se um bom orador', (66) a (70) podem ser entendidos como representando diferentes leituras de 'Eu acredito que eu acredito que eu sou bom orador', devendo-se a diferença em leitura aos diferentes tipos de significado sob os quais o 'EU' deve sustentar a sua crença.

(66) a (70) devem ser lidos como 'Fx' = 'x é um bom orador' e o EU = 'I' está parado em frente a um espelho. Assim, as leituras serão, respectivamente,

(71) Ele acredita [*de re*] que ele é um bom orador

(72) Ele acredita/considera a si próprio um bom orador

(73) Eu acredito que ele é um bom orador

(74) Ele acredita que eu sou um bom orador

(75) Eu me acredito um bom orador

e a verdade de tais leituras será dada a partir da caracterização das condições sob as quais o agente de um contexto se atribui uma propriedade, que é feita pela utilização da noção de significado reduzido, abaixo explicitada.

[3.40] Onde $M = \langle \langle S_1, \dots, S_n \rangle, M_n \rangle$ é um significado, um significado reduzido correspondente a M, relativo a um contexto c, é qualquer função $P(w)c$ que resulta em interpretar M_n e uma ou mais das S_1 relativas a c. (Richard [DRB], p.180)

A denotação em uma interpretação, por sua vez, será definida como:

- a. $f(\alpha)$, se $\alpha \in v$
- b. ca , se $\alpha = I$ isto é, agente
- c. cti , se $\alpha = ti$ isto é, membro de v
- d. cyi , se $\alpha = yi$ isto é, membro de v

Dado, pois um Φ relativo a c e f , será verdadeiro em w (isto é, $cf [\Phi] w$) se,

1. $cf [\Pi \alpha_1, \dots, \alpha_n] w$ sse $w \in [v (\Pi n)(c)] (\langle | \alpha_1 | c f w, \dots, | \alpha_n | c f w \rangle)$
2. $cf [(\Phi) \wedge (\Psi)] w$ sse $cf [\Phi] w$ e $cf [\Psi] w$.

e assim para todos os outros funtores.

Retomando, pois, uma fórmula do tipo ' α Br (ϕ)' relativa a c e f , ela será verdadeira se existe um significado m tal que o *denotatum* de α o aceita, e m produz, relativo a c' aquela proposição expressa por ϕ relativa a c . E ' α Bs β (ϕ)' – sendo $\beta(\phi)$ um abstrato próprio – tomada relativa a c e f é verdadeira em w precisamente se o *denotatum* de α acredita a proposição sob um significado que tem, como um de seus significados *i-reduzidos*¹⁵⁰, um que atribui $\beta(\phi)cf$ – isto é, só no caso em que o *denotatum* de α atribui-se $\beta(\phi)cf$.

De acordo com Richard,

- [3.41] esta semântica adequadamente capta as condições de verdade para as atribuições *de se* [...] e elas têm a consequência de que uma atribuição *de se* implica sua correspondente atribuição *de re*, embora o contrário não se dê. [DRB], p.181.

Esta é, pois, a maneira de o teórico tratar atitudes *de se*.

Três aspectos abordados na teoria de Richard merecem uma última palavra. Uma última palavra sobre quantificação se faz necessária para que ele possa explicar a razão de sua quantificação violar a Lei de Leibniz, isto é, o princípio que determina que 'se $x=y$, então se ... x ..., então... y ' são invariavelmente verdadeiras.

¹⁵⁰ 'i-reduzido' é qualquer significado em que (a) nem todas *Si*'s são interpretadas e (b) as únicas *Si*'s não interpretadas são $\{i\}$, $\{I\}$, obviamente, é a função que produz ca , quando aplicada a um contexto c .

[3.42] Tem-se dito que este princípio [lei de Leibniz] é fundamental para a quantificação objectual; conseqüentemente, o fato de minha abordagem violá-lo pode ser considerado como um defeito. Argumento que violar a Lei de Leibniz não é defeito visto que a Lei de Leibniz não é uma lei da teoria da quantificação. ([PA], p.197)

O que Richard argumenta é que não é necessário que para os quantificadores de uma linguagem natural serem objectuais que essa linguagem tenha que ser uma linguagem L (estipulada pelas linguagens formais).

[3.43] Acredito que a idéia de que (L) é fundamental para a quantificação objectual é um engano. [...] Todos os quantificadores de uma linguagem podem ser objectuais e, ainda assim, sentenças da linguagem que são instâncias de (L) podem ser falsas. ([PA], p. 200)

Suponha, por exemplo, que Hamurabi diga a Herófilo (76)

(76) 'Ontem à noite, eu observei o planeta Hesperus e depois o planeta Phosphorus. Fiquei desapontado, eu queria observar Phosphorus e depois Hesperus'

Quando, no dia seguinte, Herófilo vai relatar a uma terceira pessoa o que Hamurabi disse, ele não consegue se lembrar dos nomes dos planetas. portanto, apenas diz, verdadeiramente, a sentença em (77)

(77) Existem os planetas x e y: Hamurabi disse que ele observou x e depois y, mas queria ter observado y e depois x

Mas, se em vez de (77), ele dissesse (78),

(78) Existem os planetas x e y: Hamurabi disse que ele observou x e depois y, mas ele queria ter observado x e depois y

(78) seria falsa. Uma vez que 'existem planetas' é objectual, Richard aponta para o fato de que visto (77) ser verdadeira, as atribuições de Hesperus para 'x' e Phosphorus para 'y' tornam (79) abaixo verdadeira.

(79) Hamurabi disse que ele observou x e depois y , mas ele queria ter observado y e depois x

e visto que (78) é falsa, nenhuma atribuição para as variáveis de (80) podem torná-la verdadeira.

(80) Hamurabi disse que ele observou x e depois y , mas ele queria ter observado x e depois y

Isso tudo significa que se forem atribuídos Hesperus para ' x ' e Phosphorus para ' y ', a circunscrição universal em (81) será falsa, a saber:

(81) Se $x=y$, se (Hamurabi disse que ele observou x e depois y , mas ele queria ter observado y então x), então (Hamurabi disse que ele observou x depois y , mas ele queria ter observado x e então y)

o que, em outras palavras, é um contraexemplo para (L).

O que é importante, para Richard, é que sua abordagem permite que, sentenças como (82) e (83),

(82) Hamurabi acredita que Hesperus é um planeta

(83) Hamurabi acredita que Phosphorus é um planeta

não apresentem os mesmos valores-de-verdade porque ambas nomeiam diferentes RAMs determinadas pelas condições¹⁵¹ de atribuição e atitude. O que se observa é que uma circunscrição existencial de uma das sentenças é verdadeira justo no caso de alguma sequência estar na condição determinada

¹⁵¹ A noção de condição pode ser identificada com extensão ou entidades como mundos possíveis, ou conforme Quine, com criaturas da escuridão como propriedades. O importante é que 'condição' será algo que determina uma extensão. Dizer que uma sequência S satisfaz uma sentença é dizer que ela está na extensão da condição determinada pela sentença.

pela sentença, desprovida de seus quantificadores. Isto constitui-se em um perfeito tratamento objectual de quantificadores distante das questões em (L).

Por fim, também é necessário que se faça um esclarecimento sobre questões que envolvem tanto reflexividade quanto demonstrativos.

Uma crença reflexiva é aquela em que aparecem duas ocorrências de uma anotação $\langle r, u \rangle$, por exemplo, onde 'r' é uma ou outra representação, e a RAM que a 'sentença-que' nomeia só pode representar uma RAM reflexiva. Em outras palavras, considerando um exemplo como (84),

(84) Se Hamurabi acredita que H é um planeta, então H é um planeta a atribuição de crença da 'sentença-que' nomeia uma RAM contendo duas ocorrências de $\langle 'H', H \rangle$ e será verdadeira somente se o enunciador tiver uma crença reflexiva.

Em termos de nomes próprios, parece não ser problemático. Mas o que acontece quando as crenças expressadas e atribuídas pela sentença envolvem demonstrativos?

O primeiro passo, de acordo com Richard, é estabelecer como os demonstrativos determinam representações, isto é, quais são os tipos representacionais dos demonstrativos. Considere as sentenças abaixo:

(85) Do planeta Hesperus, Hamurabi acredita que ele aparece pela manhã

(86) Sobre Brutus, Marco Antônio diz que ele é um traidor

As ocorrências de 'ele' em (85) e (86) demonstram que o 'ele' não pode ser usado como uma prática convencional de referir a Hesperus ou Brutus. O que parece ocorrer é que 'ele' em (86) está sendo usado como um temporário "nome-de-um-tempo" para Brutus e outro para Hesperus. Cada uso é o exercício de um ritual de um compasso para se referir a um indivíduo. O que acontece, pois, é que diferentes ocorrências do demonstrativo no pensamento determinam diferentes

representações. E é esta opção de Richard para o tratamento de demonstrativos que, grosso modo, caracteriza da seguinte forma:

[3.44] [...] quando penso para mim mesmo [Isto (planeta) é um planeta e isto (estrela) é brilhante]¹⁵², as duas ocorrências do demonstrativo, visto que são ocorrências de diferentes tokens, determinam diferentes representações. O RAM em minha SR que corresponde a esta sentença será da forma [<...<d>,o planeta>...<d'>, a estrela >...>]. ([PA], p. 211)

Como último ponto, poder-se-ia dizer que Richard considera que sua abordagem constitui-se no melhor caminho para a resolução de enigmas clássicos.

Analisando, em primeiro lugar, o enigma de Pierre – será que ele acredita ou não que Londres é bonita? – considera que a melhor solução é aquela que permita uma maneira de se dizer que:

(87) Pierre acredita que Londres é bonita

(88) Pierre não acredita que Londres é bonita

são ambas verdadeiras conforme uso que se faz delas quando se atribui verdade a elas e falsas se forem unidas, pois seriam contraditórias (conforme Kripke [PAB], p.257).No entanto, se a análise for feita em termos de RAMs individuais, de sistemas representacionais, não há problema nenhum em se dizer que Pierre possui duas SR de Londres diferentes que, quando em uso, permitem que se diga que é verdade tanto (87) quanto (88).

[3.45] Algo interessante sobre a visão que estou esquematizando, é que ela nos permite dizer algo como: parece plausível dizer que um dos motivos pelas quais eu trato restrições de operativas é porque, se o falante está focalizando sobre como alguém expressa suas crenças, e pensa que sua audiência foca da mesma forma, então, as restrições apropriadas entram em jogo. Portanto, quando Kripke [...] focaliza nas crenças francesas de Pierre, podemos esperar que a restrição Pierre: 'London'⇒ 'Londres seja operativa. Isto tornará [87] verdadeira. ([PA], p. 180)

¹⁵² Poderiam também ser o caso de 'isto' referir-se só ao planeta duas vezes. Mas como Richard identifica representação como conjuntos de ocorrências, essas duas ocorrências de 'isto' – se ocorrências de tokens – ainda assim determinariam diferentes representações.

Do mesmo modo, quando Kripke apresenta a crença inglesa de Pierre: 'London' \Rightarrow 'London', o sistema restritivo anterior deixa de funcionar e o sistema operativo que entra em função é aquele que apresenta o SR de Pierre em termos de suas crenças em inglês. Portanto, Pierre não é inconsistente.

Dessa mesma maneira, seria possível trabalhar problemas de identidade como o enigma representado pelo juízo de identidade 'Hesperus= Phosphorus'.

A seção 3.3 teve apenas como objetivo ilustrar as possibilidades da teoria de Richard em relação a questões problemáticas ligadas às atitudes proposicionais. Como o objetivo maior do capítulo é de apresentar a sua teoria, parece que a seção cumpre a sua função.

Está assim apresentada a proposta de Richard para atribuições de atitudes em seus pontos mais relevantes. Este capítulo teve como objetivo principal mostrar o seu quadro teórico com o propósito de verificar como fenômenos relacionados ao problema das AP são acomodados dentro desta abordagem. De forma resumida, a essência de seu trabalho poderia ser explicitada da seguinte maneira:

- a. a 'sentença-que' em um contexto de crença determina RAMs;
- b. uma RAM é a fusão de uma sentença da linguagem natural com a proposição russelliana que ela expressa;
- c. cada relato de crença determina uma RAM;
- d. cada acreditador possui um sistema representacional SR constituído das RAMs que ele aceita;
- e. funções de correlação mapeiam anotações para anotações e preservam referência;
- f. um contexto fornece restrições sobre que funções de relações são aceitáveis;

g. restrições são determinadas pelas intenções do falante/ouvinte¹⁵³;

h. um relato de crença é Verdadeiro sse é uma função de correlação aceitável que mapeia a RAM na 'sentença-que' do relato de crença para alguma RAM no SR do acreditador.

A abordagem das AP em Cresswell (1985) e Richard (1990), como se viu anteriormente, apresenta pontos convergentes e divergentes de absoluta relevância para o tratamento atual da questão. São duas teorias que representam alternativas complexas e, tomadas como um sistema completo, incompatíveis entre si. Trata-se, então, de confrontá-las, radicalmente, em todos os níveis – ontológico, metodológico e metalinguístico – de modo a trazer à tona as propriedades que as caracterizam em suas diferenças. Tais teorias, de certa forma, já começaram tal trabalho, conforme Cresswell (1980) e Richard (1993); este trabalho apenas levará ao extremo tal debate. Para esse tipo de confrontação, entretanto, é necessário que se esteja armado de todos os recursos de que as diversas abordagens das AP dispõem. Será usado o que de Richard é relevante, o que de Cresswell pode ser aplicado contra Richard e, especialmente, o que da fundamentação oferecida pelos seus precursores teóricos pode tornar o debate mais claro e elucidado. Para isso, foram construídos os três capítulos anteriores assim; para que o último possa expor crucialmente todas as feridas teóricas abertas pela mais recente disputa sobre o enfoque das AP.

¹⁵³ (g) é uma característica que distingue abordagem de Richard de outros trabalhos contemporâneos dentro da semântica dos valores-de-verdade. E como ele mesmo ressalta, se o que ele diz sobre intenções afetarem o valor-de-verdade de verbos como 'acredita' for correto, também afetarão a própria sintaxe das sentenças (ao afetarem a distribuição dos quantificadores sobre correlações). Mas ele tem consciência que não apresentou uma teoria sobre intenções. E essas constatações necessitam de uma teoria própria, algo ainda por ser feito.

4 ATITUDES PROPOSICIONAIS (AP): TSE X TS - O DEBATE

Descritas as teorias de Cresswell (1985) e Richard (1990), de forma mais estrutural, é chegado o momento do trabalho mais especificamente crítico, do processo de avaliação do debate entre elas. Para esse objetivo, será adotado o critério de confrontá-las exatamente nos três níveis em que elas foram abordadas nos capítulos 2 e 3, a saber, quanto à análise e tipologia das AP, estratégias de abordagens para os problemas que as AP sugerem e, finalmente, quanto aos fundamentos metodológicos e ontológicos que sustentam a arquitetura teórica. Serão usados, basicamente, para a avaliação do confronto, os critérios de adequação observacional, adequação descritiva e adequação explanatória enquanto propriedades de teorias, conforme Chomsky (1986), especialmente para os dois primeiros níveis de comparação. Quanto ao último, o de fundamentos, as duas teorias serão responsabilizadas pelo seu enraizamento, ao nível da filosofia da linguística, conforme Katz (1985), nas concepções nominalistas, realistas ou conceptualistas, enquanto expressões do velho problema dos universais. Finalmente, uma teoria terá seu grau de relevância, à maneira de Sperber & Wilson(1986)¹⁵⁴, pela relação entre seus resultados, em termos de solução de problemas e capacidade de generalização, e seu custo operacional, ao nível metodológico, juntamente com o peso de seus compromissos com os primitivos que assume.

4.1 AP: TSE - PROPRIEDADES E LIMITAÇÕES

Nesta seção, serão examinadas as propriedades e limitações da teoria dos significados estruturados de Cresswell, tendo em vista confrontá-la com a abordagem de Richard. Nesse sentido, serão destacados, naturalmente, os aspectos relevantes para o debate, ou seja, aquilo que, essencialmente, caracteriza a linha divergente entre as teorias. Para esse fim, a estratégia adotada é a seguinte: inicialmente, serão avaliadas as características da análise que Cresswell faz dos diversos tipos de atitudes. Nessa parte, partir-se-á da

¹⁵⁴ Obviamente, trata-se de uma adaptação da abordagem de S&W: a relação de relevância se dá na proporção de maiores resultados com menor custo teórico.

suposição de que seus fundamentos são aceitos e se avaliará o conjunto de seus resultados e das lacunas que a análise apresenta. Depois, serão investigadas as suas bases metodológicas e ontológicas para saber quais as suas propriedades e limitações enquanto teoria das AP. Cada etapa é finalizada com uma pequena síntese, que possibilitará a avaliação global da terceira seção.

De modo geral, poder-se-ia dizer que a teoria de Cresswell defende a posição de que palavras como 'acredita' nem sempre expressam uma relação entre um indivíduo e a proposição expressa pela sentença-complemento; algumas vezes, essa relação se dá entre o indivíduo e partes da sentença-complemento. Esse modo de ver a análise das AP mantém-se fiel ao *Princípio de Frege* e sua forma tradicional da teoria semântica e, conforme o autor, dá conta de vários e importantes problemas relacionados à questão das AP.

É através da interpretação *de re* oferecida pelo quadro teórico de Cresswell que esta análise de imediato se inicia:

a. Ao optar pela análise *de re*, Cresswell parece ter conseguido explicar, em primeiro lugar, de forma consistente, problemas de crenças lógicas e matemáticas e a falha da intersubstituibilidade dos idênticos. Retomando os exemplos (29) e (32) do capítulo 2 aqui repetidos como (1) e (2),

(1) Eratóstenes acredita que $5+4=9$

(2) Eratóstenes acredita que $9=9$

pode-se dizer que, para a sua abordagem, não seria problemático que (1) fosse falso e (2) verdadeiro, por exemplo, uma vez que a atitude *de re* é analisada em termos de atribuição de uma propriedade para um indivíduo. Portanto, é óbvio que a propriedade de um par (4,5) que se soma é diferente da propriedade de um indivíduo que se iguala a outro.

Suponha que (1) seja substituído por (3),

(3) Eratóstenes acredita que $((35 \div 7) + (6^2 \div 9) = \sqrt{81})$

Se a questão fosse apenas uma análise proposicional, não haveria dúvidas de que se (1) fosse considerada como o relato da crença de Eratóstenes, o mesmo teria que ser dito de (3). Mas como Cresswell adota uma análise das propriedades do *de res*, é natural que se pense que a crença relatada em (3) é muito mais complexa do que a relatada em (1), pois envolve crença sobre os números '45', '7', '6²' e '81', além das funções ' \div ', '+', ' $\sqrt{\quad}$ ' e 'potenciação' que ocorrem no *res*.

Obviamente, Cresswell não se preocupa apenas em resolver questões matemáticas. Na citação [2.30], ele chama a atenção para esse fato; questões de aritmética servem apenas de instrumento para a explicação de sua análise como um todo. Por esse motivo, exemplos da linguagem natural são, também, analisados. Em relação a exemplos clássicos como o de Quine sobre Ortcutt e Ralph, abaixo reproduzido em (4) e (5), parece que Cresswell também apresenta uma solução apreciável.

(4) Ralph acredita que Ortcutt é um espião

(5) Ralph acredita que Ortcutt não é um espião

Uma vez que ele trabalha dentro do quadro dos MP, diferentemente de Quine, Cresswell consegue justificar as crenças de Ralph como um conjunto de mundos onde Ortcutt é um espião e outro onde ele não é, e, mais uma vez, a sua solução *de re* possibilita que não se tenham crenças contraditórias. De acordo com a citação [2.33], o importante é ter-se mais de um objeto Ortcutt, isto é, Ortcutt apresentado a Ralph de uma maneira em uma ocasião, e de outra maneira em outra ocasião. Ele apela para a intuição de diferentes modos de apresentação discutidos por Frege (cf. citação [1.2]). Essa análise lhe permite que se façam algumas considerações sobre a abordagem *de re* como um todo. Na realidade, seja em termos matemáticos, seja em termos de linguagem natural, Cresswell preocupa-se em mostrar a impossibilidade de se tratar a questão das AP somente por meios proposicionais. Caso isso fosse possível, o objeto da crença de Ralph, isto é, a proposição que Ralph acredita diretamente proporcionaria uma crença inconsistente ($p \wedge \neg p$). De fato, ele salienta em [DRBG]

que o problema de Ralph é ter apenas feito um engano empírico de não estar ciente de que o homem que ele viu em duas ocasiões separadas é o mesmo. Cresswell deixa evidente, em notas bibliográficas de seu trabalho, que essa solução também deveria ser trabalhada para o enigma de Pierre: trata-se apenas de se fazer uma distinção entre o objeto (a sentença enunciada), o conteúdo (significado da 'sentença-que') e o conteúdo* (o que x acredita diretamente – proposição) .

Em outras palavras, considerando a distinção entre conteúdo e conteúdo*, a análise da crença de Pierre de que 'Londres est jolie' e 'London is not pretty' não apresenta crenças inconsistentes. O conteúdo das crenças de Pierre, seguindo a mesma análise de (i) e (ii) da página 133 para Ralph, não permite a contradição. Nessa mesma linha de argumentação, para justificar a não contradição das crenças de Pierre encontra-se Lewis (1982).

E o que dizer da análise de sentenças como (35) e (36) do capítulo 2 que ilustram atitudes *de re* em contextos com descrições definidas que não referem a mesma coisa? De fato, a sentença (35), abaixo reproduzida como (6),

(6) Marco Aurélio acredita que o mais importante código da antiguidade corre mais o risco de se quebrar do que se queimar

é problemática para Cresswell, pois ele não vê como explicar essa crença de M.A. em duas coisas diferentes como se fosse uma única. Vale a pena lembrar que Marco Aurélio tem a impressão de que o mais importante código da antiguidade está escrito em papel, e é essa característica que faz com que (6) seja falsa. Cresswell reconhece (cf. [2.32]) que não tem muito a dizer sobre exemplos dessa natureza e que, para fins da análise *de re*, ele apoia uma abordagem grosseiramente russelliana para descrições definidas. Dito de outra forma, descrições definidas enquadram-se na mesma categoria sintática dos quantificadores, possuindo, portanto, a propriedade de tomarem escopo amplo ou restrito sobre os operadores sentenciais.

A questão fica em aberto. Serão exemplos dessa natureza sem solução?

b. Quanto à questão das chamadas atitudes *de expressione* e citacionais, o problema que surge é que, de uma certa forma, Cresswell apresenta um solução híbrida. Por um lado, nega a possibilidade de se falar em questões de sinonímia¹⁵⁵, conforme crítica de Church (citação [1.36]), pois não admite que a ambiguidade esteja no verbo das sentenças, como no exemplo (39) abaixo reproduzido:

(7) Marco Aurélio diz 'os romanos são bravos'

Trata-se de uma relação do sujeito com o significado, não com a sentença. Mas, por outro lado, Cresswell se vê pressionado a resolver os exemplos *de expressione* como (46), aqui visto em (8).

(8) Catulo disse que Cícero foi ga-ga-gago des-desde cri-criança-ça

Obviamente que não se trata de um caso meramente *de dicto*. A proposição não captaria a sutileza da maneira como (8) foi expressa. Cresswell mantém que se trata de uma análise *de res* como em (9),

(9) Catulo disse de Cícero que ele foi gago desde criança

associada à atitude de Catulo ao que (8) expressa. Mesmo que Cresswell não desejasse, parece impossível escapar a uma análise, pelo menos parcialmente, da própria sentença ou de seu uso linguístico. Ele próprio reconhece (cf. [DRBG]) que nesta área a sua abordagem não fica claramente explicada, mas que talvez fosse possível permitir-se que as próprias expressões linguísticas servissem como argumentos extras, dentro de categorias englobadas pela 'sentença-que'.

c. Quanto às atitudes iteradas, o próprio Cresswell considera que elas são um problema para teorias que se identificam com a ideia de isomorfismo intensional de Carnap (cf. [1.31]). O problema surge para sentenças como (61), aqui repetida em (10),

¹⁵⁵ Cresswell tampouco faz uso dos argumentos relacionados à tradução.

na categoria $\langle 0,1 \rangle$ e ambas ocorrências de 'que' na categoria $\langle 1, \langle 0, \langle 0,1 \rangle \rangle, \langle 0,1 \rangle \rangle$, e Herón e Hipácia encontram-se na categoria $\langle 0, \langle 0,1 \rangle \rangle$.

Ainda uma outra questão se põe. Dada a sentença (13) abaixo,

(13) Marco Antônio acredita que Júlio César acredita que Brutus é fiel

se as sentenças encaixadas nomeiam sentidos de sentidos de expressões para todo o sujeito complexo da atribuição, com o que o primeiro 'acredita' se relaciona?

Se 'Brutus é fiel' nomeia um sentido do sentido de Marco Antônio para 'Brutus é fiel', (13) poderia querer dizer que Marco Antônio pensa que Júlio César acredita o pensamento que Marco Antônio pensa quando ele pensa 'Brutus é fiel'. A visão fregeana, obviamente, não aceita essa solução; Marco Antônio verdadeiramente acredita que Júlio César acredita que Brutus é fiel, sem ser o caso que Júlio César acredite qualquer pensamento que Marco Antônio tem quando pensa 'Brutus é fiel'.

Como, então, decidir a melhor maneira de se considerar essa iteração? Parece que Cresswell teria que responder da mesma forma que respondeu ao exemplo (10), isto é, deve-se arcar com o ônus de não ser possível solucionar todos os tipos de atitudes que aparecem.

d. Em se tratando de discurso indireto, ele assume que as 'sentenças-que' que se seguem a verbos como 'dizer' recebem o mesmo tipo de semântica das sentenças com verbos como 'acredita'. De fato, parece não haver muita diferença em atribuições de atitudes com esses dois tipos de verbos. Três aspectos, contudo, são problemáticos.

O primeiro deles diz respeito a sentenças intensionalmente isomórficas como (14) e (15).

(14) Hamurabi diz que Hesperus é Phosphorus

(15) Hamurabi diz que Hesperus é Hesperus

Embora intuitivamente os objetos de (14) e (15) parecem distintos um do outro, como eles são construídos de componentes intensionalmente da mesma forma, a abordagem de significados estruturados terá que reconhecer que os objetos são o mesmo. Cresswell, ciente desse problema, tenta resolvê-lo através da distinção entre as possíveis descrições definidas aplicadas a (14) e (15) como 'o planeta chamado "Phosphorus"' e 'o planeta chamado "Hesperus"'¹⁵⁷. Não entrando na discussão da validade de uma abordagem de descrições definidas (cf. citação [1.67] de Kripke), mas aproveitando o "*insight*" que elas apresentam, parece que sentenças como (16) e (17) seriam problemáticas para a solução de Cresswell, a saber:

(16) Embora seja uma verdade necessária, Hamurabi não sabe que Hesperus é Phosphorus

(17) Embora seja uma verdade necessária, Hamurabi não sabe que Hesperus é Hesperus

pois (16) e (17) relacionam Hamurabi a dois objetos diferentes de ignorância. Mas, mesmo assim, (16) poderia ser verdadeira. Se, no entanto, (16) tiver seus nomes substituídos por descrições definidas – em (18) – conforme o sugerido por Cresswell para (14) e (15),

(18) Embora seja uma verdade necessária, Hamurabi não sabe que o planeta chamado 'Hesperus' é o planeta chamado 'Phosphorus'

não há como se fazer a mesma leitura para (16) e (18).

Se, por acaso, se desejasse fazer uma leitura de escopo estrito para (18), verificar-se-ia que ela seria falsa em relação à ignorância de Hamurabi, porque o fato de o planeta Hesperus ser chamado de planeta Phosphorus é contingente. E se a leitura for de amplo escopo, o que se diz da ignorância de Hamurabi é o

¹⁵⁷ Cresswell apresenta esse mesmo artifício de se usar uma descrição definida como uma segunda maneira de se resolver o problema de Pierre. London seria interpretado como 'a cidade que Pierre conhece sob o nome de London' e Londres, semelhantemente, seria 'a cidade que Pierre conhece sob o nome de Londres'. Cf. [SMSPA], p.150-151.

mesmo que se diz em (17). Essa também é a linha de argumentação de Gupta & Savion [SPA] ao analisarem questões relevantes do [SMSPA].

O segundo aspecto diz respeito a paradoxos do tipo apresentado na sentença (76) do capítulo 2 e aqui reproduzida como (19),

(19) O que Brutus diz é falso

A solução de Cresswell já foi apresentada no capítulo 2, conforme citação [2.41]. Obviamente, o que o autor fez foi mostrar que existem paradoxos, mas não se comprometeu com nenhuma posição ou tentativa de resolvê-los. Como é inegável a sua existência, melhor seria aceitá-los.

Se o exemplo (19) parece um tanto quanto artificial, pois seria difícil em uso ordinário alguém se referir a si próprio dessa maneira, talvez fosse interessante observar os exemplos dados por Kripke (1975) em seu trabalho sobre o assunto.

(20) A maioria das afirmações de Nixon sobre Watergate são falsas

(21) Tudo o que Jones diz sobre Watergate é verdadeiro

É fácil imaginar essas duas sentenças em contextos absolutamente não problemáticos. Mas se (20) é enunciado por Jones – e de fato (21) é a única opinião que Nixon dá sobre o caso Watergate, facilmente (20) e (21) formam um paradoxo.

Com esses exemplos, Kripke quis chamar a atenção para dois fatos significativos: (a) a referência circular envolvida no *paradoxo do mentiroso* é um fenômeno muito mais comum do que se imagina e (b) a estratificação linguística de Tarski (em termos de metalinguagem) não serve para o propósito de resolver a questão. Portanto, Kripke apresenta uma teoria da verdade para a linguagem que permite a referência circular e que essa contenha o seu próprio predicado de verdade. Embora ele faça um tratamento em termos de sentenças (nem proposições, nem significados estruturados) talvez essa abordagem pudesse ser

um caminho trilhado para se encontrar a solução para o tratamento dos paradoxos presentes em AP.

O terceiro aspecto relacionado ao discurso indireto diz respeito a questões de uso ou menção da sentença conforme exemplificação (85) no capítulo (2) e aqui em (22),

(22) Marco Aurélio disse eu discursei

que pode ser interpretado como (23) ou (24):

(23) Marco Aurélio disse que eu discursei¹⁵⁸

(24) Marco Aurélio disse 'eu discursei'

A solução de Cresswell parece ser bem engenhosa; a utilização do símbolo 'qu' para diferenciar a sentença mencionada – como estrutura – da sentença usada – como proposição – é plausível. Mas como analisar uma sentença como (25),

(25) Sócrates diz que Xantipa baba

que pode ser usada para relatar apenas uma verdade sobre o estado de Xantipa como, também, ser usada por alguém chocado que deseja mostrar a palavra indelicada usada por Sócrates para com Xantipa. 'Babar', e somente babar, então, tem que ser apresentada com o operador de citação como em (26),

(26) <Sócrates, diz,<que (0/1)1, Xantipa,<qu,baba>>>.

Trata-se, novamente, de um caso misto, pois não é toda a 'sentença-que' que está envolvida na menção. O problema é que <qu, baba>, sendo uma citação,

¹⁵⁸ Cresswell chama atenção para o fato de que é possível que em linguagem falada existam diferenças sutis de entonação entre as duas interpretações, mas o que importa para ele é que duas estruturas lógicas subjacentes estão envolvidas, e é com essas estruturas que ele se preocupa. (cf.[SMSPA], p.116)

está, presumivelmente, na categoria 1 e seu significado 'baba' em D1 em vez de D(0/1). Como explicar ou acomodar a categoria do 'que'?

Uma solução seria transformá-la como operando sobre dois nomes. Mas como o significado da 'sentença-que' tem que ser o par consistido de 'Xantipa' e da palavra 'baba', o que poderia ser feito é especificar o valor de 'dizer' quando seu argumento é assim formado. Cresswell [DRBG] apresenta uma solução um tanto quanto complexa que seria de se considerar o significado da 'sentença-que' um par, cujo primeiro elemento é Xantipa e o segundo elemento é um outro par, em que o primeiro elemento é o significado de 'babar' e o segundo é o próprio babar. Se nada menos complexo pode ser oferecido, parece que essa é a solução que deve ser aceita, pois, pelo menos, não fere os princípios das linguagens categoriais e, de fato, apresenta uma explicação para a questão.

e. Chega-se, finalmente, ao último tipo de atitude proposicional apresentada por Cresswell, a saber, as chamadas atitudes *de se*. Os exemplos discutidos em seu trabalho, apresentados no capítulo 2, parecem fornecer uma boa sustentação para a aplicabilidade de sua teoria. Entretanto, restam algumas dúvidas. Como tratar um exemplo como (27)?

(27) Hamurabi¹ acredita que (ele¹) é Nabucodonosor

Trata-se, sem dúvida, de uma atitude *de se* porque Hamurabi está se atribuindo uma propriedade (ser Nabucodonosor). De imediato, fica descartada a utilização da noção de proposição $\langle w, t, p \rangle$ pretendida por ele para o exemplo (104) do capítulo 2, porque a proposição de (27) seria impossível. É evidente que o objeto de crença de Hamurabi não pode ser a proposição porque não existe mundo possível em que Hamurabi é Nabucodonosor. A solução tem que ser repensada. Uma resposta provável, que não foge ao âmago da teoria de Cresswell, seria considerar que o objeto de crença de Hamurabi é a propriedade de ser Nabucodonosor. Uma vez que essa propriedade é contingente, sua crença é contingente (provavelmente Hamurabi enlouqueceu). É dessa forma, aliás, que Lewis (1979) trata os casos *de se*. Para ele, e Cresswell [DRBG] concorda, nem

todas as crenças são proposicionais. O que ocorre é que um indivíduo *a* se atribui em um mundo *w* uma propriedade ω proposicional¹⁵⁹

f. O último aspecto tratado por Cresswell diz respeito à hiperintensionalidade fora das AP. Ele reconhece que são casos problemáticos não bem resolvidos, mas não os considera razão suficiente para se negar a sua teoria. Retomando os exemplos (107) e (108) como (28) e (29),

(28) M.A. me deu os LIVROS por engano

(29) M.A. ME deu os livros por engano

uma última palavra em favor do autor se faz necessária. Quando ele se referiu à questão do contraste implicado, deve ficar claro de que não se trata de um solução determinada somente pelo *stress*. Em análises de sentenças de crença [DRBG], Cresswell e Stechow dão conta dessa questão em termos de linguagem categorial λ , com sentenças do tipo (30) e (31) abaixo:

(30) MA acredita que JC VIU o criminoso

(31) MA acredita que JC viu o CRIMINOSO

em que a forma lógica de ambas fica como (32) e (33), respectivamente.

(32) $\langle \text{que} \lambda y \langle \text{viu}, \text{JC}, y \rangle \rangle$

(33) $\langle \text{que}, \lambda x \langle \text{o assassino}, \langle \lambda y, \langle x \text{ viu } y \rangle \rangle \rangle, \text{JC}$

sendo 'que' da categoria $\langle 1, \langle 0, \langle 0, \langle 0, 1 \rangle \rangle \rangle, \langle 0, \langle 0, 1 \rangle \rangle$, *x* da categoria $\langle 0, \langle 0, 1 \rangle \rangle$ e *y* da categoria 1.

¹⁵⁹ Uma propriedade ω é proposicional sse ω está conjugado a uma combinação no mundo, isto é, para cada mundo *w* ou ω é verdadeira para cada indivíduo *e* *w* ou ω é falsa para cada indivíduo em *w*.

Embora nenhuma aplicação tenha sido feita para sentenças do tipo (28) e (29), é bem provável que essa solução dada por Cresswell e Stechow para crenças possa ser aplicada aos casos de hiperintensionalidade como os expressos em (28) e (29).

Se esta avaliação da análise que Cresswell faz das AP é correta, então, poder-se-ia sintetizar, assim, os principais resultados e problemas que se seguem da aplicação de sua teoria.

Em termos de resultados positivos, pode-se dizer que:

(a) A análise *de re* permite solucionar casos clássicos como os de Orcutt e Pierre;

(b) A análise *de re* dá conta de casos de crenças comuns, matemáticas e explica a falha da intersubstituibilidade dos idênticos;

(c) Questões de discurso indireto com 'dizer' são apropriadamente analisadas da mesma forma que as sentenças com 'acredita';

(d) A análise das atitudes *de se* resolve o problema de casos de autoatribuição; e

(e) Atitudes *de expressione* são um bom mecanismo para se explicar a relação da atitude do atribuidor da crença;

Quanto a limitações, observa-se que:

(f) A proposta de Cresswell não consegue explicar sentenças com paradoxos;

(g) Casos mistos de proposição com citação não apresentam uma solução absolutamente segura; e

(h) Casos de hiperintensionalidade – semântica dos quadros, sentenças proposicionais, entre outros – parecem não ser absolutamente resolvidos pela abordagem em questão.

Sistematizado esse nível de avaliação em que se supôs a correção da teoria de Cresswell para examinar-se o conjunto de seus resultados em termos de *aplicação*, trata-se, agora, de passar à análise das propriedades, limitações e custo operacional de sua abordagem sob os pontos de vista *metodológico* e *ontológico*.

No primeiro momento desta análise, considerou-se, para melhor desenvolvimento da mesma, que a abordagem dos significados estruturados é não problemática. A questão que agora surge é até que ponto o comprometimento de Cresswell com ambiguidade estrutural não torna a sua análise um tanto vaga?

A sua afirmação de que 'sentenças-que' são ambíguas, ora nomeando simplesmente um conjunto, ora nomeando intensões estruturadas, poderia, de fato, suscitar algumas questões interessantes.

Em primeiro lugar, se as 'sentenças-que' são ambíguas, como escolher a leitura que deve ser feita para determinado exemplo? Em segundo lugar, será que essa ambiguidade não povoa o mundo das AP com mais intensões do que necessárias?

Dito de outra forma, se na linguagem L de Cresswell, cada sentença S claramente determina duas intensões, uma será totalmente estruturada, que resulta da substituição de cada expressão simples em S por uma interpretação, e outra será totalmente não estruturada, que resulta da aplicação de funções e argumentos na intensão estruturada. Consequentemente, uma sentença do tipo (34)

(34) Cícero acusa e Catilina mente

determina a intensão estruturada em (35),

(35) <e, << acusa, Cícero>, <mente, Catilina>>>

e uma intensão não estruturada de simplesmente o conjunto de mundos em que Cícero acusa e Catilina mente.

A pergunta novamente é feita: não estará havendo, pois, um superpovoamento e uma dificuldade para se saber qual interpretação deve ser escolhida? Essa é, na realidade, uma das objeções que Richard faz a Cresswell; reconhece que é um trabalho engenhoso, mas não pode concordar com a maneira com que ele aborda a questão das estruturas; uma vez que Cresswell compromete-se com a nomeação de mais de uma intensão para cada sentença, qual é o limite de intensões nomeadas? Obviamente, se (35) pode ser uma intensão estruturada de (34), o que impede de surgirem outras como (36), (37) e (38)?

(36) $\langle e, \langle p, \langle \text{mente, Catilina} \rangle \rangle \rangle$

(37) $\langle e, \langle \langle \text{acusa, Cícero} \rangle, q \rangle \rangle$

(38) $\langle e, \langle p, q \rangle \rangle$

Seria possível, então, da intensão mais estruturada apresentada por uma sentença, ramificar outras tantas dela derivadas.

Mas Cresswell não fica sem dar resposta. Ele bem poderia valer-se de argumentação análoga de Church em resposta a Carnap (cf. p.29) e dizer que a multiplicação de entidades colabora para uma maior simplicidade teórica em relação a outras teorias das AP. Mas o que ele faz é apelar para um dispositivo restritivo de sua teoria, ou seja, para ele, as sentenças são construídas de maneira que o verbo de atitude seja sensível ao que ele denomina de *Macroestrutura* (cf. nota 40 capítulo 2) das sentenças-complemento. Basicamente, a macroestrutura é um mecanismo de restrição que, dependendo do contexto onde a sentença ocorre, estabelece o quanto de uma estrutura deve ou não ser levado em consideração. Em outras palavras, Cresswell não somente propõe que uma 'sentença-que' nomeia uma intensão totalmente estruturada de sua sentença-complemento como também que esta estrutura intensional às vezes

é e às vezes não é relevante para o valor-de-verdade de uma atribuição que a envolve.

Entretanto, esta abordagem apresenta, pelos menos, dois problemas sérios. Suponha o exemplo abaixo:

(39) Catulo disse que Tully é sério e nenhum senador é sério

que pode ser abreviado como (40) ou (41),

(40) Catulo disse que T e S

(41) Catulo disse que S e T.

Nota-se que, a menos que as circunstâncias fossem excepcionais, ambas sentenças poderiam ser corretas. Certamente seria possível para Cresswell acomodar este problema, mas só com um alto custo, pois se, por exemplo, (42) abaixo for o nome da 'sentença-que' (41),

(42) $\langle e, S, T \rangle$

em que o 'que' apresenta a leitura em (43)

(43) $\text{que}(\lambda x(\lambda y(\lambda z)xyz)) \langle e, S, T \rangle$

(41) será falso, pois o que Catulo disse foi $\langle e, T, S \rangle$. A única forma de (41) dizer algo de verdadeiro seria considerar a sua 'sentença-que' como nomeando (44),

(44) $\text{que}_0 \langle e, (M, R) \rangle$

que é a leitura na qual a 'sentença-que' nomeia uma intensão não estruturada que, por sua vez, pode implicar (45).

(45) Catulo disse que Tully é sério e nenhum senador é sério, e Tully não é um senador

Entretanto, (45) não foi o que Catulo disse. A opinião de Richard, também defendida por Gupta e Savion, é que, mesmo que Cresswell argumentasse que na sua visão há leituras de (45) que não são acarretadas pela leitura de (41), embora isso seja correto, não está claro como pode melhorar a questão.

O segundo problema decorre de os verbos de atitude mostrarem certos tipos de sensibilidade (ou insensibilidade) à estrutura que a teoria de Cresswell não dá conta. Conforme ocorre com o exemplo abaixo,

(46) Brutus disse que um homem rude e déspota foi morto

que poderia ser equivalente a (47),

(47) Brutus disse que o homem que foi morto era rude e déspota.

Portanto, se o objetivo da teoria de Cresswell é explicar como é que os "verbos de atitudes podem ser sensíveis em graus variados à estrutura das sentenças que os seguem" (Cresswell, 1985, p.6), na opinião dos autores recém mencionados, ele necessita aprimorar sua teoria. [PA], p.27)

E o que dizer da própria *macroestrutura*? É ela um dispositivo semântico, lógico ou pragmático? Cresswell deixa intencionalmente vaga essa noção porque existem diversos tipos de ambiguidade nas sentenças de atitudes proposicionais e sua teoria não pode ficar presa a limites determinados com precisão. No entanto, ao adotar um dispositivo com essa vaguidade em termos de natureza, Cresswell tem que arcar com o peso de estar enfraquecendo o poder da ambiguidade estrutural.

Ainda uma outra questão poderia ser feita: Por que colocar tanto peso teórico na palavra 'que'? Isto é, por que uma ambiguidade quase infinita no 'que'? Infinitude, certamente, no sentido de que existe um 'que' que se combina com uma sentença para formar um nome de uma intensão não estruturada da sentença. Para cada intensão na "família" das intensões determinadas por uma

sentença, existe um operador 'que' que se combina com a sentença para formar um nome da intensão, e assim por diante.

A essa pergunta, ele apenas responde, em [DRBG], que está inclinado a pensar que todos os casos de hiperintensionalidade envolverão, implícita ou explicitamente, algum operador como 'que'; não tem uma resposta elaborada para isso, mas enquanto não oferecerem uma solução melhor prefere a sua.

Uma última palavra sobre a questão dos significados estruturados. Conforme foi apresentado no capítulo 2, essa noção de SE está vinculada àquela de composicionalidade que se origina no chamado *princípio de Frege*. Portanto, qualquer crítica que se faça à ideia de significados funcionalmente composicionais, conforme Cresswell explicita em [2.25], terá que arcar com o peso de estar negando um construto teórico quase incontroverso (cf. Partee [C]). É bem verdade que os motivos de disputa envolvem argumentos sérios e relevantes¹⁶⁰ relacionados a restrições sintáticas e/ou ao mapeamento da sintaxe para a semântica. Contudo, Cresswell não necessita justificar a sua escolha ou rebater argumentos dessa natureza. O importante é que ele assume a propriedade composicional da linguagem, como afirma em [2.18] e trabalha a composicionalidade dentro de uma teoria do significado específica, aliada a um detalhamento completo do que é exigido pela relação 'é função de'. E é exatamente isso o que Partee [C] considera ser fundamental para a caracterização da composicionalidade, a saber: apresentar-se dentro de uma teoria.

E sobre a semântica das condições-de-verdade, o que se pode comentar?

A SCV, respaldada na lógica clássica bivalente, obviamente tem seus méritos. Um dos seus aspectos mais importantes é a maneira desproblematizada e não redundante com que trata a noção do significado: conhecer o significado de uma sentença é especificar todas as possíveis condições em que tal sentença é verdadeira; ou, em outras palavras, é fornecer as condições suficientes e necessárias para a verdade dessa sentença. A noção central é de que existe uma relação entre a sentença e o mundo e esta característica é considerada por

¹⁶⁰ cf. Chomsky (1975).

muitos – onde se incluem Davidson (1970), Montague (1970), Lewis (1972) e Cresswell (1982) – o ponto essencial de qualquer teoria semântica.

Por mais plausível que essa noção possa ser, existem outras abordagens para a explicação da noção de significado que, definitivamente, negam qualquer relação sentença-mundo. Por exemplo, pode-se propor que o significado de uma sentença seja uma imagem mental ou uma ideia formada por alguém que a entende. Este tipo de abordagem não aceita a posição de que a informação veiculada pela linguagem é sobre o mundo real. Poder-se-ia dizer que, kantianamente, tem-se acesso consciente somente ao mundo projetado – o mundo tal qual é inconscientemente organizado pela mente. Para este tipo de semântica, que é advogada por Jackendoff [SC]¹⁶¹, por exemplo, nega-se a centralidade das noções de referência e verdade para a semântica das linguagens naturais. Esse posicionamento implica rejeitar essas noções como ponto de partida para a teoria do significado. E se uma teoria tem como base uma SCV, ela está minada em seus fundamentos.

Por outro lado, pode-se, também, propor uma semântica que não aceite o significado nem como uma entidade mental, nem como objeto platônico; o significado é decidível pelo caráter social na dimensão coletiva da língua. Essa semântica, defendida por Putnam [MLR], trabalha primordialmente com a noção de estereótipo. E uma terceira proposta, ainda, seria a chamada semântica por condições-de-asseribilidade que também nega a verdade como uma noção central para uma teoria do significado e defende uma concepção essencialmente verificacionista: o conteúdo de uma asserção é determinado pela possibilidade de verificação do enunciado asserido. Esse tipo de semântica, adotado por Dummett [WTM], caracteriza-se por privilegiar as noções fregeanas de sentido e força e refutar a SCV ou qualquer modelo que não opte por uma compreensão intuicionista para uma teoria semântica.

Não se trata, nesse momento, de se aceitar ou rejeitar qualquer uma dessas teorias. O importante é mostrar que a SCV, enquanto instrumento escolhido por Cresswell, não é, decididamente, uma unanimidade. Como se

¹⁶¹ Na realidade, Jackendoff [SC] acredita que a suposta relação entre linguagem e realidade tem pouca, se alguma, relevância para a natureza dos julgamentos linguísticos e cognitivos.

observa, é possível escolher uma ou outra das teoria¹⁶² semânticas para se fazer uma análise de questões relevantes para a teoria do significado. Essas servem, portanto, como um contraponto para a computação final da relevância do trabalho de Cresswell.

Em se tratando do sistema de intensões, Cresswell tem a seu favor o fato de que se trata de um construto teórico respaldado pelos trabalhos de, entre outros, Carnap [MN], Kripke [NN] e Montague [PTQ]. Conforme visto em [1.29], ele apresenta vantagens para o tratamento das AP, uma vez que se constitui no modo de se determinar a referência de uma expressão. Consequentemente, torna-se um instrumento significativo para a resolução do problema de contextos não referenciais como os de crença.

A sua utilização, contudo, não é de forma alguma consensual. Há um grande número de teóricos extensionalistas – e neles se incluem Quine e Davidson – que não aceitam qualquer possibilidade de se povoar o mundo com entidades tão estranhas como as intensões. Aliás, Quine explicita em [1.55] bem essa opinião, recusando-se a postular qualquer coisa que vá além de entidades extensionais. O espírito extensionalista exige que nenhuma entidade intensional seja admitida na análise. Consequentemente, se propriedades têm que ser admitidas, elas devem ser identificadas com coisas extensionais. Ademais, poder-se-ia dizer que uma alternativa que não requer apelo a entidades intensionais e não necessita de nenhuma referência a uma determinada língua (cf. isomorfismo intensional de Carnap) como a desenvolvida por Davidson é menos problemática e não se sobrecarrega de entidades extras.

Interessante notar que os extensionalistas acusam teóricos intensionalistas de usarem entidades estranhas e, absolutamente, obscuras. Mas, da mesma forma, parece que os extensionalistas enredam-se com entidades se não obscuras, pelo menos, também, problemáticas. Por exemplo, Cresswell poderia perguntar a Davidson como ele explicaria, dentro de uma análise semântica, uma questão pragmática como o enunciado? Além disso, que espécie de primitivo é 'dizer o mesmo', conforme Davidson explicita em [1.63]?

¹⁶² Além das citadas no texto, poderiam aparecer a semântica teórica dos jogos de Hintikka e a semântica situacional de Barwise & Perry como duas concepções opostas à de Cresswell.

No que diz respeito a Mundos Possíveis, Cresswell utiliza-se dessa noção com o objetivo de nela acomodar a semântica das AP. A razão disso é que a semântica dos MP permite uma abordagem imediata de noções como acarretamento, contradição, entre outras, sem a necessidade de estranhezas como "significados postulados" (cf. [SMSPA], p.163). E como foi apresentado em [2.4], sua concepção define MP em termos de pontos espaço-temporais em que as próprias situações onde as proposições são verdadeiras ou falsas determinam o conjunto de MP. Ele considera sua opção correta e não problemática. Ao definir MP da maneira mencionada, baseado na teoria dos conjuntos, ele se livra de críticas que poderiam ser feitas, caso tivesse adotado MP um primitivo semântico. Além do mais, essa noção contribui para se captar as relações do significado que se mantêm entre sentenças de contextos opacos.

Mas, mais uma vez, essa posição não é consensual. Há aqueles que admitem e utilizam a noção de MP, mas não para as AP, como, também, há aqueles que tentam reduzir essa noção à linguagem.

Do primeiro tipo, Cresswell tem contra si o argumento de Kripke e de Linsky de que MP fornecem uma abordagem adequada para uma subclasse de contextos oblíquos construídos sobre modalidades aléticas, mas que o critério não se dá para o caso de AP. Do segundo tipo, há os reducionistas que desejam reduzir MP para a linguagem, descaracterizando, assim, a noção realista de mundo possível como entidade não linguística, onde se enquadram Quine (1960) e Roper (1982). E há, por fim, aqueles, como Lewis (1986), que consideram os MP como sistemáticos, unificados e totalmente extensionais. Disso decorre que, para eles, os intensionalistas têm que pagar um preço muito alto para lidar com sua ontologia no mundo real, isto é, para lidar com as complicações ontológicas do "atualizado".

Uma pergunta poderia ser feita aos extensionalistas em geral. Será que eles não se encontram confinados a uma ontologia muito estrita de membros de conjuntos admissíveis?¹⁶³ O próprio autor (cf.[SMSPA], p.170) argumenta que poderiam ser mostradas as dificuldades que tratamentos alternativos para AP enfrentam. No entanto, a vitalidade da semântica dos mundos possíveis fala por si só.

¹⁶³ Cf. Yagisawa (1988).

No que diz respeito às linguagens categoriais. Basta apenas considerar as características (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) apresentadas no capítulo 2 (p.87-88) para se perceber a importância, validade e aplicabilidade das mesmas como um sistema formal a serviço da semântica das condições-de-verdade.

Finalmente, uma última palavra sobre que compromissos Cresswell assume em sua teoria. Recapitulando: em primeiro lugar, ele destaca que trabalha a linguagem como um sistema abstrato que independe de atualização. Obviamente, sua posição descarta quaisquer problemas eventuais relacionados a usos e enunciados, diferentemente de Davidson (cf. [1.64]), por exemplo. Trabalha com a semântica das condições-de-verdade, mundos possíveis e intensões e considera que esse quadro teórico é o apropriado para o tratamento das AP. Contudo, não se compromete com a definição de significado. Cresswell esclarece que, para ele, o que importa é saber que o significado de uma sentença é constituído do significado de suas partes – assume, portanto, a composicionalidade – e que é determinado pelas condições-de-verdade sobre as quais a sentença é verdadeira. Não deseja entrar na discussão ontológica sobre existência ou não do significado. Mas, sendo desavergonhadamente platonista (cf. nota 19, capítulo 2), rejeita qualquer possibilidade de considerar os significados como representações mentais. Sobre isso, uma verificação mais extensa se faz necessária.

É sabido que existe uma forte tradição na psicologia, linguística cognitiva e inteligência artificial que considera que os significados na linguagem pública aberta usada para comunicação são expressões em uma linguagem do pensamento; e o que se supõe como objeto das AP são expressões em um sistema de representações internas, conforme salienta Fodor em [1.84]. Cresswell opõe-se a essa tese e demonstra a sua oposição através de uma exemplificação como (48)

(48) Marco Aurélio disse que choverá

Pode-se considerar em (48) Marco Aurélio como o sujeito, e 'o dizer' como uma atitude. Pergunta-se: (a) Qual será o objeto da atitude?, (b) Qual o significado da 'oração-que'? ou (c) Quais as suas condições-de-verdade?

Se é suposto para (c) que uma resposta apropriada estaria relacionada ao que Marco Aurélio disse, nesse sentido, a resposta (a) seria a sentença real que Marco Aurélio produziu, ou melhor, a representação de que choverá por meio de alguma sentença que exprima isso. Ele argumenta que existe o problema de se saber o que consiste para uma sentença representar algo. Certamente, nessa visão, poderia ser explicada a razão de o objeto de uma atitude ser chamado de representação. Mas, com relação a (b), Cresswell refuta a possibilidade de o significado da 'oração-que' ser objeto da atitude, pois, independentemente de se saber qual sentença Marco Aurélio produziu, ou mesmo se (48) é verdadeira ou falsa, seria possível usar e compreender (48). Fazendo uma crítica direta a Fodor ([R],1981), ele argumenta que, quando se fala em objeto da crença como uma representação mental, esse objeto não pode ser tomado em termos semânticos como o significado da 'sentença-que'. Fodor está falando do objeto da atitude como enunciado, mas o importante é o conteúdo da atitude, que é o significado da 'sentença-que'. A sutileza de seu argumento se estrutura no exemplo (49).

(49) Fodor acredita que os significados estão na cabeça

Se ele próprio é o enunciador de (49), e os significados são representações internas das partes e do todo, então, o significado está na cabeça dele, Cresswell, não na de Fodor. Na pior das hipóteses, ele e Fodor representam diferentemente o mesmo conteúdo. Significados, nesse sentido, são propriedades comuns a todas as representações que representam a mesma coisa. Se o significado é propriedade comum às cabeças, por que, então, não considerá-lo diretamente da sentença, sem mentes intermediárias? Parece, portanto, que invocar representações internas para a semântica é inútil.

A abrangência do trabalho de Cresswell já ficou delineada durante a sua exposição no capítulo 2. Também já foram especificados (cf.p.182) neste capítulo os resultados positivos e limitações de sua teoria em relação à aplicabilidade. Pelo que foi visto até aqui, pode-se acrescentar que, no que concerne a perspectivas, ela apresenta:

- (i) possibilidade do tratamento das AP dentro da SCV, enriquecida com mundos possíveis e sistema de intensões;
- (j) mais evidência da possibilidade da autonomia da semântica;
- (k) possibilidade do tratamento preciso e formal das AP;
- (l) evidência da eficácia das linguagens categoriais λ para o tratamento de fenômenos da linguagem natural;
- (m) perspectiva de tratamento da ambiguidade estrutural;
- (n) afirmação da tese dos significados estruturados; e
- (o) mais uma evidência de que o significado não pode ser reduzido a representações mentais.

4.2 AP: TS - PROPRIEDADES E LIMITAÇÕES

Da mesma maneira como foi realizada a análise do trabalho de Cresswell, o de Richard passa, agora, a ser avaliado. Seguindo, na medida do possível, os mesmos passos realizados na seção anterior, é pelas possibilidades de aplicação da teoria de Richard que a análise se inicia, sempre supondo-se, obviamente, que o sentencialismo é uma posição teórica não problemática.

Diferentemente de Cresswell, Richard não teve maiores preocupações em apresentar a aplicação de sua teoria bem detalhada. Conforme salienta na introdução de seu livro (cf. [PA], p.4), reconhece que atitudes e suas atribuições levantam vários problemas que ele ignora em sua análise¹⁶⁴. De qualquer forma, alguns aspectos foram apresentados, e é sobre eles que a análise se centra.

¹⁶⁴ Dentre esses aspectos sobre os quais Richard nem mesmo menciona, estão questões relacionadas com nomes ficcionais, quantificação fora do escopo da atitude, e questões sobre a contribuição que as descrições definidas podem dar para atribuições de atitudes.

a. Enquanto que Cresswell preocupou-se, sobremaneira, em explicar o maior número de questões de AP possíveis através de uma análise das atitudes *de re*, Richard, por outro lado, simplesmente nega que exista qualquer ambiguidade semântica ou sintática de tais leituras. Para ele, conforme citação [3.35], não há, de forma alguma, razões para se postular uma ambiguidade como deseja Quine. Tampouco a análise oferecida pelos fregeanos, exemplificada em (55) do capítulo 3, que leva à postulação de uma ambiguidade sintática que resulta em diferentes atribuições de atitudes, ora especificando o conteúdo completo da sentença-complemento, ora o conteúdo em partes, parece plausível para Richard. Como resultado desse seu posicionamento, duas perguntas de imediato podem ser feitas.

(i) Ao refutar uma análise *de re*, como Richard pode dar conta de exemplos como (76) e (77), reproduzidos abaixo em (50) e (51)?

(50) Hamurabi acredita que Hesperus é um planeta

(51) Hamurabi acredita que Phosphorus é um planeta

Obviamente não se pode esperar uma solução como a dada por Cresswell, em termos de atribuição de uma propriedade a um indivíduo. Richard, provavelmente, responderia que não há necessidade de quantificação, nem preocupação com atribuição de propriedades. O que faz de (50) e (51) duas sentenças com diferentes valores-de-verdade é que ambas nomeiam diferentes RAMs.

(ii) Como pode Richard negar as atitudes *de re* e, ao mesmo tempo, na explicação das atitudes *de se* mencioná-las várias vezes, até mesmo exemplificá-las, como em (59) aqui reproduzido em (52)

(52) Existe um x tal que x é Cícero e x acredita que x é um bom orador

Isso parece realmente estranho e até mesmo uma contradição na sua análise. Mas, certamente, o que o autor poderia responder é que, ao sustentar que atitudes *de re* não são viáveis, apenas deseja mostrar sua inconformidade com a maneira que elas são desenvolvidas, um tanto quanto implausível em sua opinião, e é por esse motivo que não se atém a examiná-las.

Para ele, é obscura a razão pela qual Quine argumenta que a quantificação em posição opaca é impossível. Além disso, qualquer pessoa que aceite a possibilidade de se quantificar sobre operadores temporais como (53),

(53) $(\exists x)$ x é uma pessoa desta sala e x algum dia terá fome

compromete-se com a inteligibilidade de tal quantificação. Em termos da distinção advogada pelos fregeanos, que poderia ser dita sintática, Richard também duvida do tratamento da quantificação que eles apresentam. Por esse motivo, conforme explicitado em [3.35], ele não acredita que seja muito plausível pensar-se em uma ambiguidade *de re/ de dicto* de qualquer um dos tipos postulados.

Por outro lado, é óbvio que (52) é uma leitura possível, mas em termos proposicionais, não de forma estruturada, como a leitura cresswelliana.

Se essa é a sua posição, uma outra pergunta, decorrente da resposta para (ii), surge em (iii):

(iii) Que explicação tem Richard para sentenças como (54) e (55), análogas aos exemplos (29) e (32) do capítulo 2?

(54) Eratóstenes acredita de $5+4$ que a soma é igual a 9

(55) Eratóstenes acredita de $(35\div 7) + (6^2 \div 9)$ que a soma é igual a $\sqrt{81}$

Se a análise dada para (52) é apenas proposicional, seria de se esperar que, novamente, o mesmo fosse dito de (54) e (55). Mas como ignorar a diferença dessas sentenças-conteúdo?

A conclusão a que se pode chegar é que não se trata de proposição russelliana, mas sim, das RAMs. E em termos de RAMs, obviamente, a diferença

entre (54) e (55) é patente. Convém lembrar que, para Richard, é importante que se determine não somente o 'que' mas também o 'como' da crença. É necessário que se considere o conjunto de todos os fatos sobre o acreditador que são relevantes para a verdade e falsidade das atribuições de crença. Portanto, trata-se de se considerar o sistema representacional do acreditador. Mais ainda, como o próprio Richard ressalva em [SNB], está claro que o dizer que a adição dos elementos de (54) soma 9 não é semelhante ao dizer de (55) que a adição de seus elementos soma 9. Mesmo que Eratóstenes tivesse aprendido, simultaneamente, as duas formas de somar, o uso de diferentes palavras na linguagem pública, automaticamente, faz com que as sentenças digam coisas diferentes, não importa o que seus usuários saibam.

b. Por outro lado, o que se pode dizer da análise apresentada por Richard para atitudes *de se*? Embora ele não tenha trabalhado com essas atitudes visando à explicação das RAMs, não se pode negar que a análise é bem abrangente e parece dar conta de questões de autoatribuição. No entanto, algumas questões são importantes e não podem ficar pendentes. Como foi visto, Richard mantém que, pelo menos em casos de crenças tipicamente expressos por demonstrativos, indexicais ou nomes, a crença é triádica (cf. [3.8]), isto é, além da proposição acreditada, existem maneiras de acreditá-la e essas maneiras podem ser usadas para a resolução dos problemas de *de se*. A questão, portanto, que se faz é se não seria mais simples, em vista dos exemplos (66) a (70) do capítulo 3, em vez de abordar a relação acreditador-proposição-modo considerar-se uma análise em termos de autoatribuição de propriedades qualitativas? Dito de outra forma, dado o exemplo (72) reproduzido abaixo como (56),

(56) Ele considera a si próprio um bom orador

não seria muito mais fácil postular 'si próprio' como uma locução que enfatiza a relevante diferença entre o expresso pela sentença-complemento e a descoberta de que esse 'ele' fez sobre si mesmo? Nessa linha de argumentação, por sinal, trabalha Chisholm (1981), que estabelece como uma noção primitiva o que ele

denomina de atribuição direta ou autoatribuição, que apresenta os seguintes princípios:

(P1) 'Para cada x, para cada y e cada z, se x atribui diretamente z a y, então, x é idêntico a y';

(P2) 'Para cada x, cada y e cada z, se x atribui diretamente z a y, então, z é uma propriedade '

(P2) é uma característica, também, da solução apresentada por Cresswell. O que fica evidente nessas outras opções é que elas necessitam de bem menos dispositivos teóricos do que a opção apresentada por Richard, que, entre outras coisas, tem que adotar uma fórmula de significado M, baseada no modelo de Kaplan, que lida com elementos um tanto quanto vagos como "contexto".

c. Quanto à abordagem dada às sentenças iteradas, por outro lado, parece que Richard consegue uma solução apreciável. A utilização de um tratamento hierárquico – no qual os diversos verbos de AP encontram-se em diferentes níveis – permite que tais verbos apresentem valores semânticos distintos e, conseqüentemente, não ocorra a mesma dificuldade que Cresswell enfrenta com sentenças do tipo (61) reproduzida em (10) neste capítulo.

Mas Richard também tem que pagar um preço por essa solução: atribuir ambigüidade ao verbo. Se cabe a Cresswell explicar a ambigüidade do 'que', e ele bem poderia valer-se de seus exemplos aritméticos para uma justificativa – da mesma forma, cabe a Richard explicar essa ambigüidade "infinita" das funções que operam sobre os valores semânticos dos verbos de atitude. Além disso, a explicação deverá ser estendida às RAMs, já que elas também trabalham em hierarquias diversas.

A resposta que ele certamente daria é que os verbos devem ser tratados como indexicais e 'acredita', por exemplo, tem um único significado; o que muda através de contextos é sua interpretação. 'Acredita' e outros verbos de AP são predicados de três lugares que tomam nomes de um acreditador, uma RAM e

uma correlação (função que mapeia anotações para anotações e preserva referência). Contudo, essa resposta suscita um outro problema semelhante ao enfrentado por Cresswell, qual seja:

Ao se considerar 'acredita' como um predicado de três lugares, uma sentença como (57),

(57) Hipácia acredita que Cirilo acredita que a ciência é perigosa

pode ser quasi-regimentada como está mostrado em (58),

(58) $\exists f$ (Acredita (Hipácia que $\exists gA$,f))

em que ' $\exists gA$ ' é uma regimentação de 'Cirilo acredita que a ciência é perigosa' e R é a RAM nomeada por $\exists gA$.

Pois bem, (58) é verdadeira somente se R representa uma das RAMs de Hipácia sob alguma correlação. Como R contém uma anotação na qual ocorre o valor semântico do quantificador existencial, e como se trata do mesmo quantificador prefixado para a sentença como um todo, torna-se claro que, entre as coisas que estão no domínio desse quantificador, encontram-se várias correlações. Assim, a verdade de (58) exige que alguma correlação opere sobre uma anotação na qual várias correlações, incluindo ele própria, ocorrem. Não se trata do valor semântico de 'acredita' mas de uma correlação que está operando nela mesma.

Mais uma vez, Richard reitera a solução do tratamento hierárquico, em que, segundo ele, também as correlações ocorrem em níveis distintos. Portanto, em (58), embora pareça que o mesmo quantificador existencial esteja aparecendo duas vezes, não é o caso, visto que os dois quantificadores operam sobre domínios diferentes. Essa mesma solução serve para as RAMs, segundo Richard, e a explicação dele já foi delineada no capítulo 3.

d. Cresswell não se detém muito na análise de indexicais. Richard tampouco se preocupa em fazer uma análise extensa. No entanto, ele apresenta uma solução original e interessante ao tratar de usos dêiticos de expressões como 'ele', 'ela',

'isto', 'isso', etc., ou melhor dizendo, as denominadas representações de ritual de "nome-de-um-tempo'.

O que Richard deseja mostrar é que demonstrativos determinam representações individuais. Em uma sentença como (59), por exemplo,

(59) Ele é inteligente, mas o homem com quem ele está falando é mais inteligente

existem dois diferentes *tokens* de demonstrativo e, uma vez que cada *token* determina uma representação diferente, a RAM que a sentença determina não será reflexiva.

E qual a solução que Richard daria para uma sentença como (60)?

(60) Eu sou inteligente, mas o homem com quem eu estou falando é mais inteligente

Será que 'eu' determina duas representações diferentes?

O próprio autor responde ([PA], p.209) que duvida que essa análise possa ser feita para usos típicos de primeira pessoa. 'Eu' possui um ritual de referir a própria pessoa que fala em primeira pessoa. Em [PA] ele não dá nenhuma solução para esse tipo de caso, mas considera que a sua análise para atribuição de crenças *de se* pode acomodar essa questão .

O que parece problemático é que Richard mantém que em casos de crenças tipicamente expressas por demonstrativos, indexicais ou nomes, a crença é triádica, no sentido de que o significado de 'ele', por exemplo, deve ser acompanhado pelo modo *m* de demonstração, para funcionar como um termo diretamente referencial. Em outras palavras, ao se usar uma sentença com uma crença demonstrativa, em um contexto particular, atribui-se, além da proposição, propriedades aos objetos constituintes. A pergunta que se faz é a seguinte: como saber que propriedades são relevantes para determinados demonstrativos? Austin [WTNT] discute em extensão esse caso, e chega à conclusão de que a

proposta de Richard não é suficientemente sensível para tornar verdadeiras somente as atribuições e inferências corretas que constituem os dados.

Por último, uma palavra sobre enigmas. No capítulo 3, apenas foi mencionado que Richard considera a sua abordagem um ótimo instrumento para a resolução dos enigmas clássicos. Está claro que se for adotada uma concepção de RAMs, em que entram em jogo diferentes sistemas representacionais, não há problemas para a solução desses enigmas, conforme salienta Richard em [3.45].

Resumindo o que foi dito da análise que Richard faz das AP, pode-se dizer que, em termos de aplicação, são os seguintes resultados a que se chega:

Em termos de resultados positivos pode-se dizer que:

(a) sua análise das atitudes iteradas em termos de hierarquias parece resolver casos de circularidade;

(b) apresenta soluções para as atitudes *de se*;

(c) as RAMs são um dispositivo poderoso que podem, por certo, dar conta de diversas questões de atitudes, como é o caso do enigma de Pierre, por exemplo;

(d) ao lidar com o *como* e o *que* das proposições, Richard livra-se do incômodo tratamento de proposições monádicas;

(e) o tratamento de demonstrativos, que determinam representações individuais, resolve casos problemáticos de autoatribuição;

Quanto a limitações, observa-se que:

(f) Richard refuta a análise de atitudes *de re* como ela se apresenta; tampouco apresenta uma alternativa para as mesmas;

(g) A proposta de Richard não dá conta de atitudes *de expressione*;

(h) Sua solução de hierarquia exige uma ambiguidade indesejável do verbo das AP;

(i) Richard não trabalha com casos de hiperintensionalidade; e

(j) A análise *de se* exige um construto teórico muito complexo.

Após esta análise quanto à aplicabilidade da teoria de Richard, consoante com o que foi feito com a teoria de Cresswell, e seguindo o proposto na introdução deste capítulo, passa-se a examinar a sua abordagem sob os pontos de vista metodológico e ontológico sem, ainda, qualquer preocupação de se confrontarem critérios de adequação.

Se num primeiro momento considerou-se absolutamente não problemática a noção de sentencialismo, com vistas à avaliação da aplicabilidade da teoria de Richard, neste segundo momento, a primeira questão que surge é, justamente, se há ou não necessidade de se repensar a validade de tal abordagem.

A primeira objeção que poderia ser feita é quanto ao próprio sentencialismo. Schiffer [ESSTB], por exemplo, considera que nenhuma abordagem sentencialista de relações de AP pode ser correta e que a objeção que sustenta a sua crítica tem um peso teórico muito grande.

Em primeiro lugar, ele rejeita qualquer possibilidade de alguém estar comprometido com qualquer espécie de sentencialismo sem estar comprometido com o extensionalismo. Parece que não se pode ser coerentemente sentencialista com respeito à relação de crença, a menos que se suponha que a teoria correta do significado, ou semântica composicional, para uma dada linguagem natural seja extensionalista.

Essa posição de Schiffer reflete a ideia de que ou os objetos de crença são conteúdos – proposições de qualquer sorte abstratas, objetivas, entidades independentes da linguagem que possuem, essencialmente, as condições-de-verdade que possuem – ou são coisas que têm conteúdo – como sentenças que somente, contingentemente, apresentam as condições-de-verdade que parecem possuir. Daí resulta que o extensionalista em relação à semântica composicional

não pode, coerentemente, ser um proposicionalista com respeito às AP. Isso se deve ao fato de que se conhecer o significado de uma sentença corresponde a se saber o que é dito por um enunciado dessa sentença, e se o que é dito é uma proposição, então, a teoria do significado para tal linguagem tem que ser intensionalista.

A solução para o extensionalista é, pois, manter que as AP são relações a coisas que somente, contingentemente, possuem o conteúdo que possuem. Ele deverá, portanto, ser um sentencialista em relação às AP. E é nesse ponto que reside o problema, pois, um sentencialista mantém que 'acreditar' é uma relação com uma sentença ou enunciado de uma língua e que é exatamente o significado ou conteúdo de tal sentença que determina os conteúdos de crença relacionados a ela. Visto que representações mentais, fórmulas na linguagem da mente, também são coisas que apresentam as condições que possuem somente contingentemente, um sentencialista tem que manter que 'acreditar' é uma representação mental. Será um extensionalista e, por analogia, um sentencialista ao mesmo tempo *nominalista e conceptualista*?

Ainda não é o momento de se discutirem questões dessa natureza. Contudo, parece que se forem consideradas essas objeções fica um tanto difícil para Richard explicar a abordagem mista que propõe. Por outro lado, essa questão da representação mental que, de certa forma, corresponde ao que Richard denomina de SR, já foi abordada por Cresswell anteriormente. Se Richard refuta o *sentido* de Frege por achá-lo, entre outras razões, muito cognitivo para um sistema logicista, como ele pode se comprometer com sistemas representacionais? Parece, entre outras coisas, que ele assemelha-se ao sistema # de Jackendoff; existe uma construção do real e é através dela que o mundo é atualizado.

Um outro aspecto importante, relacionado às restrições impostas pelas RAMs sobre que crenças as palavras de um relato de crença pode apresentar, suscita questões interessantes, a saber:

Dada uma sentença como (61),

(61) Catulo acredita que Tully está morto

em uma conversação cujo tópicos é saber se Catulo listaria Tully como um romano falecido ou não. Em um contexto dessa natureza, de acordo com Richard, as restrições – determinadas contextualmente (cf. Princípio I, p. 154) – que estão em funcionamento são:

- (62) Catulo: 'Tully' → 'Tully'
 Catulo: 'está morto' → 'está morto'

Já que Catulo aceita o relato de que Tully está morto, a sentença é verdadeira. Surge, no entanto, um problema se for imaginada uma situação contrafactual, um mundo possível em que o nome de Tully é escrito/pronunciado com um 'o' final, 'Tullyo'. Nada mais é diferente, somente isso. Parece que seria óbvio pensar-se que o relato de crença deveria ser verdadeiro mesmo se o nome de Tully fosse pronunciado diferentemente. Mas, com as restrições contextuais propostas por Richard, isso não é possível. Catulo não tem uma RAM em seu SR em que 'Tullyo está morto' conta como uma representação apropriada. O relato é, pois, falso.

Esse tipo de consideração é feita por Saul [SAP], que argumenta que o problema consiste no fato de que tais restrições fixadas pelas intenções não produzem condições-de-verdade quando outros mundos possíveis estão sendo levados em consideração. Isto, de acordo com Saul, deveria servir como um aviso de que tais restrições não deveriam ser construídas na semântica.

Mas o questionamento sobre a validade das restrições assume outras facetas; trata-se de considerar o problema do ponto de vista de excesso e de insuficiência de restrições. Quanto ao primeiro caso, o próprio Richard tenta se adiantar a qualquer objeção e, através do exemplo (48)¹⁶⁵ sobre tradução para o Latim, mostra o que ele entende ser apenas uma confusão sobre a função das RAMs. De qualquer forma, sua explicação e sua justificativa não evidenciam um exemplo como o que se segue¹⁶⁶:

Suponha que Laura (em sua primeira aula de Filosofia da Linguagem) aprendeu que:

¹⁶⁵ cf. capítulo 3, página 155.

¹⁶⁶ Exemplificação semelhante à usada por Saul [SAP] para contrapor a teoria de Richard.

(63) Hamurabi acreditava que Hesperus aparecia ao entardecer

(64) Hamurabi não acreditava que Phosphorus aparecia ao entardecer

Ao relatar a sua primeira aula para a sua mãe, e sem saber que Hamurabi falava apenas acadiano e que, portanto, não usaria as palavras gregas 'Hesperus' e 'Phosphorus', Laura toma as crenças de Hamurabi como ligadas a essas palavras. A pergunta nesse caso seria: como explicar a crença de Hamurabi?

Richard argumenta que em um caso normal, as restrições para (63) e (64) em funcionamento correspondem a (65) e (66).

(65) Hamurabi: 'Hesperus' → 'a tradução babilônica convencional de Hesperus'

(66) Hamurabi: 'Phosphorus' → 'a tradução babilônica convencional de Phosphorus'

e que, por conseguinte, não há problemas no relato.

Uma segunda pergunta se faz necessária: Mas se as restrições são determinadas pelos interesses e intenções do falante e da audiência, como podem (65) e (66) ser as restrições em funcionamento quando Laura discorre sobre AP com sua mãe?

É bom lembrar que Laura pensa que Hamurabi falava grego e usava os nomes 'Hesperus' e 'Phosphorus'. Em sua conversação, portanto, as restrições que entram em jogo são:

(67) Hamurabi: 'Hesperus' → 'Hesperus'

(68) Hamurabi: 'Phosphorus' → 'Phosphorus'

Sendo assim, como Hamurabi não tinha nenhuma crença envolvendo qualquer uma dessas palavras, as RAMs determinadas pelo relato de Laura não dão conta de nenhuma das RAMs das sentenças que Hamurabi aceita.

Seguindo Richard, contraintuitivamente deve-se dizer que os enunciados de Laura são falsos, pois a ignorância de Laura produz o tipo errado de restrições em suas traduções. Apesar disso, as atribuições são intuitivamente verdadeiras. Como Richard resolve esta questão?

E a última objeção diz respeito à chamada restrição insuficiente que corresponde ao oposto do que foi discutido no exemplo de Laura. Para explicá-la, uma outra historinha se segue:

Jimmy e Lois, dois repórteres amigos de Clark Kent estão jogando o seu jogo favorito "coisas falsas que possam ser ditas". Ambos têm uma amiga, Lana, que não conhece nem tem qualquer informação sobre Clark Kent¹⁶⁷. Jimmy, então, entre outros exemplos para o seu jogo enuncia:

(69) Lana acredita que Clark Kent salvará o mundo

(70) Lana acredita que Luthor salvará o mundo

Como nem Lois nem Jimmy sabem qualquer coisa da vida dupla de Clark Kent, não há razões para se pensar que (69) e (70) possam diferir em seus valores-de-verdade. Mas, embora Lana não tenha qualquer crença relacionada a Clark Kent, como todo o mundo, ela acredita que Super-homem salvará o mundo. O problema que se apresenta, então, é o seguinte:

Quaisquer que sejam as restrições que estão operando no contexto, elas têm que ser da mesma espécie para ambos os enunciados. Normalmente não são colocadas restrições fortes nas correlações das palavras nas RAMs dos acreditadores e dos atribuidores de crença. É necessário que haja alguma razão especial para se pensar que o acreditador deva aceitar a mesma sentença com a qual um relato de crença é feito. Como Jimmy e Lois não têm tal razão, e visto que parece implausível supor-se que o contexto forneça restrições do tipo (71) e (72),

(71) Lana: 'Luthor' → 'Luthor'

¹⁶⁷ Como o exemplo é uma adaptação simplificada do ex. oferecido por Saul, ignora-se para efeito da análise a questão de existenciais negativos, mundos ficcionais, etc.

(72) Lana: 'Clark Kent' → 'Clark Kent'

a crença de Lana de que Super-homem salvará o mundo tornará (69) verdadeira.

Uma solução para se evitar um resultado dessa natureza seria ir além do conhecimento dos falantes/audiência para determinar as restrições contextuais. Mas o que acontece, então, e assim argumenta Saul [SAP], é que é bem possível que as pessoas estejam enganadas sobre certos fatos que são relevantes para as condições-de-verdade de seus relatos. Esses enganos não deveriam afetar as condições-de-verdade. Portanto, intenções baseadas nesses enganos não deveriam ser construídas na semântica.

Assim como Cresswell, Richard adota a SCV, um sistema de MP e intenções. Desnecessário dizer, portanto, que, as objeções feitas a Cresswell, aqui poderiam ser reproduzidas. Também, defende uma semântica que trabalhe com proposições estruturadas, mas, diferentemente, de Cresswell, sua estrutura está relacionada com as coisas que elas representam e as interpretações russellianas. Ao mesmo tempo, Richard trabalha de maneira mais descompromissada com tais construtos teóricos. Adota a SCV, mas não a considera essencial para o tratamento de seu trabalho. Além disso, como explicita em [3.27], considera que as condições-de-verdade resultam, também, da maneira como as intenções do falante/audiência entram em jogo na avaliação das sentenças. Esse, na realidade, seria outro ponto problemático para se resolver em sua teoria: Como pode Richard desejar um rigor de análise se considera algo tão vasto e vago como "intenções" um ponto essencial para a determinação das condições-de-verdade? Em termos de MP, sustenta que o adota apenas por questões de simplicidade, mas que sua teoria seria bem aplicada na semântica situacional, por exemplo.

Resumindo, pode-se dizer que, em termos metodológicos e ontológicos, o trabalho de Richard apresenta as seguintes características:

(k) possibilidade de tratamento das AP dentro da SCV, assim como de qualquer outra teoria semântica;

(l) Evidência da necessidade de se considerarem aspectos contextuais para a análise das AP;

(m) comprometimento com uma estrutura proposicional psicologicamente real.

Essas características podem ser consideradas como um aspecto positivo ou negativo, dependendo do ponto de vista da análise, pois a sua amplitude permite que se descaracterize a teoria de Richard como um *framework* específico e delimitado, a saber

(n) possibilidade de se tratar as AP em qualquer teoria semântica não permite que se avalie, com exatidão, a sua real abrangência;

(o) tratar de contextos e intenções pode levar a teoria semântica para o perigoso caminho de dependência da pragmática;

(p) uma estrutura proposicional psicologicamente real descaracteriza a abordagem de um rigor e formalismo matemático;

(q) o sentencialismo não é uma posição absolutamente segura; e

(r) as restrições das RAMs não permitem que se estabeleça com precisão o seu funcionamento.

A partir desse quadro geral em que foram consideradas tanto a TSE quanto a TS, o último ponto deste trabalho será de estabelecer o debate entre elas em termos de adequação e de compromissos com primitivos que assumem.

4.3 AP: AVALIAÇÃO DO DEBATE

Examinadas as duas teorias concorrentes, quanto às suas propriedades e limitações, enquanto sistemas conceituais destinados à abordagem do problema

das atitudes proposicionais, trata-se, finalmente, de avaliá-las como um todo estruturado. Antes, porém, é preciso estabelecer critérios para esse tipo de atividade crítica.

A avaliação de teorias, no âmbito da semântica da linguagem natural, pode ser desenvolvida ao nível da filosofia da linguística, de maneira mais ou menos análoga ao que aconteceu em inúmeras outras disciplinas¹⁶⁸. Para efeitos de operacionalização de análise, pode ser útil considerar a filosofia da linguística como o estudo dos fundamentos metodológicos e ontológicos que subjazem ao trabalho de pesquisa da linguística pura ou aplicada. É esta, pelo menos, a interpretação que lhe dá Katz (1985)

[4.1] [...] filosofia da lingüística, que é concebida como um ramo da filosofia paralelo à filosofia da matemática, à filosofia da lógica e à filosofia da física. A filosofia da lingüística tem uma potencial importância para a filosofia do século XX no que falta aos ramos estabelecidos da investigação filosófica. ([PL], p.1)

De fato, é importante distinguir-se a linguagem, enquanto objeto de preocupações da filosofia, especialmente no século XX, a linguística, enquanto ciência da linguagem capaz de conciliar as propriedades universais dos sistemas com as idiosincrasias de cada língua e a filosofia da linguística, como a disciplina que examina os fundamentos de uma teoria linguística em seus compromissos ontológicos e metodológicos. Talvez seja ainda oportuno distinguirem-se as questões dos compromissos com o tipo e natureza dos primitivos que uma teoria assume, das questões relativas às propriedades dos métodos e estratégias de investigação. No primeiro caso, via de regra, pode-se dizer, por exemplo, que uma teoria é realista, conceptualista ou nominalista, de acordo com a natureza das entidades que constituem seu objeto; no segundo, pode-se abordar, por exemplo, a adequação observacional, descritiva ou explanatória de uma teoria, tendo em vista não só a correção ou a veracidade das afirmações que tal teoria faz, mas se o faz adequadamente em relação ao seu objeto e aos seus propósitos.

¹⁶⁸ Como, por exemplo, a sintaxe e a pragmática, enquanto áreas da linguística, e da lógica e matemática, enquanto disciplinas formais.

Quanto à natureza das entidades linguísticas, há um debate contemporâneo¹⁶⁹ que se estabelece em dois momentos distintos, conforme Katz & Postal (1991). No primeiro, no início da década de 50, a concepção nominalista da linguagem, representada por Bloomfield, foi duramente criticada por Chomsky. Para Chomsky, era inconcebível que a teoria linguística pudesse ser científica, concebendo fatos sobre *sentenças* como fatos sobre *enunciados*. Chomsky atacava, então, o behaviorismo e o estruturalismo de Bloomfield em nome da tradição cognitivista que surgia, fundando um programa de investigação conceptualista, no sentido de que a gramática era uma espécie de modelo da competência psicossomática linguística do falante. Em outras palavras, à concepção nominalista de linguagem em que as sentenças/enunciados são entidades concretas do mundo real, Chomsky opunha a sua visão conceptualista de linguagem em que sentenças são entidades mentais do mundo interno do falante. Conforme argumentam Katz & Postal (1991), a crítica de Chomsky, nos anos 50, parece ter sido bem sucedida com a debacle do behaviorismo e do estruturalismo linguístico que ele sustentava. Mas viria a ser desafiada por uma tendência realista na linguística, talvez inaugurada pelo trabalho de Montague (1970). Para Montague, a linguística deveria ser entendida como um ramo da matemática, e as unidades básicas da linguagem, à semelhança dos números na concepção realista, deveriam ser tomadas como entidades abstratas no interior de um mundo platônico. Para os realistas, conforme Katz & Postal (1991), o programa gerativista está ancorado numa imprópria identificação do conhecimento da linguagem com a linguagem propriamente dita. A linguagem, para um realista, é um conjunto de objetos abstratos cuja existência não pode ser reduzida às propriedades mentais de seus usuários.

Com a expansão do modelo montaguiano, especialmente apoiado pelas concepções logicistas da linguagem, acirrou-se o debate entre conceptualistas, Chomsky, Fodor e Jackendoff, por exemplo, e realistas como é o caso de Katz e Postal. Os argumentos são bastante intrincados de lado a lado, e quem quer que faça linguística propriamente dita está comprometido, modernamente, com

¹⁶⁹ O debate pode ser encontrado em vários lugares; destaca-se George, A (1989) *Reflections on Chomsky*, Katz & Postal (1991), Higginbotham (1991), Israel (1991) e Soames (1991), todos os últimos em *Linguistics and Philosophy* 14.

fundamentos que, situando-se num dos paradigmas de investigação, são alcançáveis pelos argumentos dos opositores, devendo a eles dar uma resposta.

Katz & Postal (1991) propõem o seguinte paradoxo contra a posição conceptualista. Se sentidos são partes da estrutura gramatical das sentenças e se a linguística trata da estrutura gramatical das sentenças e é psicológica, então sentidos são tomados como psicológicos. Mas se sentidos são psicológicos, então as leis da lógica que se referem a eles devem ser do âmbito da psicologia. Mas as leis da lógica não pertencem à psicologia. Como resolver, então? Katz propõe três soluções: (a) não há relação entre lógica e semântica. Mas, então, o acarretamento analítico está fora; (b) adota-se uma concepção psicológica de lógica. Mas, então, é preciso jogar-se, praticamente, contra todos os grandes nomes da lógica do século XX; (c) adota-se uma concepção realista de linguística. E, então, esse é o caminho para Katz & Postal (1991).

Três são os principais argumentos realistas contra o conceptualismo na linguística, relevantes aqui. (a) O argumento da distinção *type x token*. Linguística é sobre sentenças *type* e não *token*. Sentenças, nesse caso, são *a-temporais*, *a-espaciais* e *a-causais*. Ora, essas são as propriedades das entidades abstratas por definição, logo, sentenças são entidades abstratas e, conseqüentemente, o conceptualismo é falso. (b) Argumento da necessidade. Dada uma relação semântica de acarretamento em linguagem natural como, por exemplo, de 'Brutus matou César' para 'César morreu', tal relação, se as sentenças são entidades mentais e, conseqüentemente contingentes, não pode ser capturada em sua natureza lógica. (c) O argumento do véu da ignorância. Conceptualistas podem assumir que as sentenças são representações internas, ou, em outras palavras, que o relevante é o conhecimento da linguagem. Mas, isso supõe que as representações de algo possam ser assumidas antes da descrição de algo, o que caracteriza um compromisso por trás de um véu da ignorância. Este argumento é uma variação da tese geral contra o *mentalês*, a saber, a que o define como um adiamento do problema de elucidar uma relação semântica básica. Dizendo de outra maneira, ao afirmar-se que o significado de uma proposição pode ser caracterizado não pela relação entre sentença e fatos do mundo, mas representações mentais deles, não se estará *apenas* remetendo o problema de

elucidar tal relação ao nível lógico para o mesmo problema em nível psicológico, com o agravante de que a segunda resolução parece mais problemática?

Conceptualistas como Chomsky, Fodor e Jackendoff, por sua vez, têm feito insistentes críticas ao que eles têm denominado de 'Linguística P', de platônica, em oposição ao que chamam de 'Linguística C', de cognitiva, forma de investigar a linguagem que eles propõem. Para a linguística C, conforme Chomsky (1987), o que interessa é a verdade sobre a mente/cérebro das pessoas que falam inglês-C, português-C, etc., adequadamente idealizado. Nesses termos, a linguística pertence às ciências naturais, mais especificamente, à psicologia cognitiva. A linguagem em jogo, então, é a linguagem interna, um estado mental cuja natureza é o conhecimento da língua e que se opõe às diversas formas que uma linguagem externa assume. Tais formas, inclusive de linguagens lógicas, não são o verdadeiro objeto da linguística para os conceptualistas pois não têm existência no mundo natural e caracterizam-se pelas suas idiossincrasias estruturais, culturais e políticas. Se uma linguística platônica propõe, observa Chomsky (1987), que, além da linguagem interna (I) garantida pela evidência de como as crianças adquirem um sistema linguístico, e das linguagens externas evidentes e verificáveis, ainda existe uma linguagem de entidades abstratas, então tal linguística P é a que tem o ônus de sua justificativa. Em outras palavras, os conceptualistas jogam sobre os realistas o ônus da prova. Se alguém acredita em entidades abstratas, assume o preço de ter que provar que elas existem. Jackendoff (1983) reforça o conceptualismo de Chomsky, argumentando que as teorias logicistas de nossa linguagem, nascidas do equívoco dos lógicos do século XIX, início do XX, que viam a linguagem natural como logicamente imperfeita, são inadequadas e inaceitáveis porque traduzem, de maneira absolutamente implausível e não intuitiva, a estrutura das sentenças da linguagem natural. Para Jackendoff, não há justificativas para a enorme diferença que os semanticistas lógicos estabeleceram, por exemplo, entre 'Rex é um cachorro' e 'O vira-lata é um cachorro' com 'Cr' e ' $(\forall x) (Vx \rightarrow Cx)$ ', para citar o caso mais típico. Além disso, como observa Jackendoff (1983), é implausível que se trabalhe, na semântica lógica, com uma noção de verdade cujo caráter é a relação entre a sentença e o mundo real ou mundos possíveis. O mundo que interessa é um mundo projetado, constituído de entidades representadas

conceptualmente. O mundo real é apenas um suporte para as construções mentais que os seres humanos fazem dele.

Se estas considerações são suficientes para o plano dos fundamentos filosóficos da linguística, enquanto compromissos ontológicos com entidades da linguagem, tomadas como físicas, mentais ou abstratas, trata-se agora de examinar as condições de adequação de uma teoria linguística.

Toda teoria da linguagem natural, ainda que possa ser realista ou conceptualista, isto é, ainda que se comprometa com entidades abstratas ou mentais como constituintes últimos da linguagem humana, não pode fugir a três tipos de adequação – conforme Chomsky (1986) e Wasow (1985) – em termos observacionais, descritivos e explanatórios. Isto significa, em última análise, que, se a linguagem natural é o objeto de investigação, trata-se de exigir de uma teoria que ela seja correta com relação ao conjunto de sentenças possíveis de uma língua, e preferencialmente que ela leve em consideração o conjunto, pelo menos conhecido, de línguas possíveis. Isto quer dizer que uma teoria não pode ser considerada bem sucedida se ela falha em relação ao que observa. Dados contraexemplos, na língua tomada como objeto, cujas evidências falseiem a teoria, esta deverá considerar-se refutada sob pena de não ser *observacionalmente adequada*. Da mesma forma, uma teoria linguística precisa *descrever* com precisão, rigor e exaustividade o objeto de que trata, sob pena de não captar fenômenos linguísticos relevantes, de permitir, talvez, a *identidade* de fatos *diferentes* no interior de seu sistema. Finalmente, uma teoria da linguagem precisa ser *adequada explanatoriamente*, ou seja, precisa *explicar* como a linguagem natural humana, quanto às propriedades observadas, caracteriza-se desta ou daquela maneira. Trata-se, enfim, de exigir-se de uma teoria que, além de representar adequadamente os fatos e descrevê-los como convém, ela explique como o fenômeno em pauta se constituiu. Essa tensão entre os três tipos de adequação é o filtro pelo qual, hoje, uma teoria sobre a linguagem natural pode ser avaliada. Evidentemente que o equilíbrio entre tal adequação tripartida é o fundamental. Uma teoria pode, por exemplo, ser altamente descritiva como foi o modelo gerativo-transformacional de 1965, sem ser explanatoriamente adequada. Ou ser adequada como explicação geral, com baixíssimo poder descritivo, como foi o caso da teoria dos códigos para a semiótica da comunicação nas décadas de

60 e 70, por exemplo. Cabe ainda considerar que entre duas teorias concorrentes a relação entre os efeitos teóricos – soluções de problemas ou resultados – e o custo metodológico – simplicidade do modelo, apelo a recursos incontestáveis – e ontológico – compromisso com primitivos poucos e plausíveis –, pode servir à maneira de Sperber & Wilson (1986) como medida de relevância para a comparação entre elas, as teorias.

Dito isso, à luz de tais critérios, trata-se, agora, de efetuar-se a avaliação do debate enquanto confronto das teorias TSE e TS tomadas como um todo estruturado.

Praticamente, no decorrer do trabalho foram delineadas a abrangência e as limitações de ambas as teorias discutidas. As duas situam-se dentro da tradição de Frege e Russell, mas divergem na maneira como veem o comportamento das expressões dentro de atribuições de atitudes.

Cresswell desenvolve sua teoria essencialmente dentro da linha fregeana. Para ele, a questão de contextos oblíquos requer uma análise composicional e intensional. Para isso, ele preenche o seu mundo com mundos possíveis, condições-de-verdade e trata o significado das sentenças de AP a partir dessa relação, através de uma análise estruturada com o auxílio de linguagens categoriais λ . Embora insista em não querer se comprometer com questões ontológicas sobre o que é o significado, a sua ação permite que se infira o seu comprometimento com entidades abstratas, dentro de uma concepção realista. Cresswell é, na verdade, um semanticista lógico que, à maneira montaguiana, não vê motivos para se tratar a linguagem natural diferentemente das linguagens matemáticas. Por essa razão, ela adota a estratégia de estudar linguagens naturais por meio de técnicas aplicadas ao estudo de linguagens formais, assim especificado em (k) e (l) da p. 242.

Em outras palavras, pode-se dizer que Cresswell

(a) conforme especifica na nota 71, assume que qualquer coisa é uma coisa, e que é desavergonhadamente platonista, e na nota 64 assume uma concepção realista da verdade;

(b) trabalha com a semântica das condições-de-verdade com MP e sistema de intensões e explica em [2.1] e [2.5] que tais intensões nada mais são do que funções que ligam mundos a mundos;

(c) defende que a linguagem é algo abstrato, e a prova está na comparação que faz dessa linguagem com as linguagens matemáticas, onde trabalha com números, não com suas representações, quaisquer que elas sejam, como explicitado em [2.25];

(d) assume proposição como uma entidade abstrata [2.12] e trabalha com propriedades que nada mais são do que uma função de coisas para conjuntos de mundos;

e, por tudo isso, é um *realista* e, como tal, cabe-lhe o ônus de se defender contra os argumentos que pesam contra o realismo, a saber:

(e) deve o realista, contra todas as evidências de linguagens externas verificáveis, provar a existência de entidades abstratas;

(f) Justificar a plausibilidade da analogia com a aritmética.

Chomsky (1986) argumenta que não há qualquer possibilidade de se conceber a ideia de que, além das verdades da gramática em relação à linguagem interna e das verdades da gramática universal em relação a um sistema, haja um domínio de fatos adicionais sobre a linguagem P, independentemente de quaisquer estados psicológicos dos indivíduos.

(g) Justificar a sua caracterização da linguagem natural como uma linguagem formal *L*.

De fato, retomando Jackendoff [SC], parece estranho que a análise de uma sentença relativamente simples como a (96) do capítulo 2, aqui reproduzida em (73),

(73) Zeus diz que ele lança trovões

dê origem a uma estrutura tão estranha quanto (74),

(74) $\langle \text{Zeus}, \langle \lambda, x, \langle \text{diz}, x, \langle \text{que } 0, \langle x, \text{lança trovões} \rangle \rangle \rangle \rangle \rangle$

Da mesma forma, poderia ser questionada a validade de se dizer que (75)

(75) ω não (ω trapaceia (0))

é a referência da 'sentença-que' de (76):

(76) JC acredita que Brutus não trapaceia

Além disso, qual o motivo de se apresentar uma ambiguidade na 'sentença-que', de maneira a apresentar três diferentes estruturas subjacentes como (77), (78) e (79)?

(77) Que0 (não(trapaceia,Brutus))

0

(78) Que ((0/0),0) não (trapaceia, Brutus)

0/0 0

(79) Que ((0/0),(0/1),1) não, trapaceia, Brutus

0/0 0/1 1

Como pode alguém desejar explicar fatos da ciência natural através de linguagens lógicas? Para os conceptualistas, trata-se de uma tradução implausível e não intuitiva da estrutura da sentença.

Jackendoff [SC] sustenta, além de tudo, que a descrição de crenças incorretas de alguém não necessita, necessariamente, estar sujeita às leis normais da lógica como substituição dos idênticos e generalização existencial. Crenças, por não serem observáveis, não podem ser examinadas para se ver se elas se decompõem em entidades na #crença#. A noção de #crença# é algo que

está na mente de alguém. Teorias intensionais nada têm a oferecer para as intuições diárias de #crenças#.

Obviamente, Cresswell paga um preço pelo fatos especificados de (a) a (d), mas, ao mesmo tempo, diminui o seu custo ontológico ao se recusar a tratar mundos possíveis como um primitivo, mas sim, como um subconjunto de situações básicas em que um mundo é determinado por um conjunto de pontos espaço-temporais conforme especifica em [2.4].

Ele não responde diretamente às críticas de conceptualistas, tanto porque disse não estar preocupado com questões ontológicas. Mas contra-ataca com exemplos como o (49) deste capítulo e a nota 81 no capítulo 2. Como pode alguém sustentar que o conteúdo dos significados são representações mentais?

Em relação a (e), ressalta, porém, conforme nota 71, que admitir 'tudo' é o caminho para se lidar com a semântica da linguagem natural; além disso, considera o platonismo inocente até provas em contrário.

Quanto a (f), como dito anteriormente, assume um compromisso montaguiano. A discussão, portanto, foge ao escopo de seu trabalho.

E, finalmente, no que concerne a (g), trata-se de adotar uma análise dentro de um modelo, como requer qualquer teoria linguística que se pretenda séria, e, assim é dito na nota 79 no capítulo 2, além de claras, as linguagens categoriais satisfazem perfeitamente o *Princípio de Frege* sendo, portanto, perfeitas para o tratamento de significados esturados.

Quanto à sua teoria em termos metodológicos e estratégicos, pode-se considerar que:

em termos de adequação observacional, ela consegue

(a) abranger um número expressivo de situações que claramente expressam os diferentes tipos de atitudes e que podem ser vinculadas às questões das AP;

(b) explicar, de forma sistemática, diferenças e semelhanças entre discursos diretos com 'dizer' e atitudes com 'acreditar';

(c) estabelecer, com clareza, a diferença entre atitudes *de expressione* e de autoatribuição;

(d) apresentar um grande número de casos que podem ser resolvidos a partir de uma análise *de re*;

em termos de adequação descritiva, ela consegue

(e) expor com clareza a noção de significados estruturados, através de uma linguagem aritmética;

(f) a utilização de tal linguagem aritmética permite que se tenha a exata noção da importância da composicionalidade, assim como da função exercida pelo mecanismo de significados estruturados para a análise das AP;

em termos de adequação explanatória, ela consegue

(g) apresentar com clareza e precisão em que consiste o enigma que deseja tratar, principalmente no que se refere à questão da preservação ou não dos valores-de-verdade, aspecto central para a discussão do enigma de Frege.

Da mesma forma que foi feito com a análise da teoria de Cresswell, passa-se a examinar a teoria de Richard.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que Richard,

(a) por comprometer-se com uma estrutura proposicional psicologicamente real, conforme (k) p.256;

(b) por comprometer-se com contexto e intenções do falante e mediadores de atitude, conforme ressalta na nota 124 no capítulo 3 e em [3.12];

(c) por determinar as RAMs relacionadas a *tokens*;

(d) por admitir que estados psicológicos são necessários para a determinação de uma proposição conforme nota 136 no capítulo 3; e

(e) por trabalhar com sentencialismo psicológico e sistema representacional,

pode-se concluir que ele é um *conceptualista*. E, como tal, também lhe cabe o ônus de se defender contra os argumentos que pesam contra o conceptualismo.

(f) Deve o conceptualista justificar a utilização de *tokens* em vez de *types* como o pede uma análise linguística;

(g) deve esclarecer como captar a natureza lógica das sentenças, conforme exemplo dado sobre Brutus matar César e César morrer, se trabalha apenas com a contingência de representações internas;

(h) deve esclarecer, por fim, o que significa o mentalês para a explicação da relação de significados das línguas.

Richard não se sente ameaçado por essas questões, uma vez que rejeita ser rotulado de conceptualista. Ele, na realidade, apresenta-se num meio termo entre o conceptualismo e o nominalismo, visto que trabalha tanto com representações quanto com a própria sentença em termos linguísticos. Para ele, conforme especificado em [3.21] e [3.22], se há uma diferença estrutural, qualquer que seja, nas sentenças-conteúdo das 'sentenças-que', elas nomeiam coisas distintas. Além do mais, ressalta que proposições são objetivas e independentes da mente. A relação das AP com uma proposição é que decorre de algum estado psicológico de maior ou menor intensidade do atribuidor de crença. Considera-se, na verdade, um sentencialista que, conforme [3.24], não tem qualquer relação com o nativismo alarmante de Fodor e outros.

Mas ao se comprometer com sentencialismo, pode estar se caracterizando como um extensionalista típico. Se assim fosse feito, no entanto, teria que explicar as críticas fortes de Schiffer, por exemplo, que o acusaria de ser

ambiguo: como pode um extensionalista ter comprometimentos com entidades mentais?

A posição de Richard poderia ser caracterizada como uma espécie de comprometimento impuro, uma vez que não estabelece com clareza que compromissos assume para a sua teoria: trabalha com a SCV, mas, conforme especificado em (n) da página 256, qualquer teoria semântica poderia ser usada para a sua abordagem; utiliza os mundos possíveis apenas como um construto teórico que apresenta facilidades, mas não se compromete com eles e, finalmente, evita qualquer estabelecimento de relações entre sua teoria e qualquer teoria sintática. A sua dubiedade fica, exatamente, na utilização de dois tipos de sentencialismo que, à primeira vista, pareceriam absolutamente inapropriados.

Quanto à sua teoria em termos metodológicos e estratégicos, pode-se considerar que, em termos de adequação observacional, ela consegue

- (a) explicar casos de atitudes iteradas, diferenciando questões de autoatribuição;
- (b) apresentar claramente a questão das atitudes *de se*;
- (c) lidar com o *como* e o *que* das proposições ;
- (d) apresentar as diferenças presentes em casos com demonstrativos e reflexivos;

em termos de adequação descritiva,

- (e) falha em apresentar razões claras de sua não aceitação das atitudes *de re*;
- (f) não se detém em explicar muitos casos de aplicação para a sua abordagem;

(g) expõe com clareza a sua escolha de dois tipos de sentencialismo;

e

(h) apresenta de forma clara e precisa o que consiste uma RAM;

em termos de adequação explanatória, assim como Cresswell,

(i) trata com clareza dos enigmas a que se propõe esclarecer;

(j) não explica com clareza os dispositivos teóricos que utiliza, como concordância referencial, sistema representacional, contexto e intenção.

Segue-se do que foi dito que

(1) a TSE e a TS não podem ser absolutamente reduzidas à outra porque:

(i) desenvolvem-se a partir de fundamentos incompatíveis entre si, a saber, o *realismo* de Cresswell X o *conceptualismo impuro* de Richard;

(ii) utilizam distintas estratégias teóricas de análise decorrentes de seus compromissos com os fundamentos, isto é, a ambiguidade estrutural de Cresswell em termos de proposição como um todo e das partes da proposição, tomadas como entidades abstratas, e a ambiguidade semântica e psicológica de Richard, comprometido com entidades mentais e físicas.

Dado este fato de que as teorias são incompatíveis, poder-se-ia supor que, como Richard e Cresswell sugerem no debate, uma pudesse ser verdadeira e a outra falsa. Tal, entretanto, não ocorre. Contudo, pelas razões anteriores, o que se poderia avaliar, então, é a maior ou menor eficácia de cada uma delas em relação à outra. Em outras palavras, a questão poderia ser traduzida nos termos que se desenvolveram as seções anteriores, ou seja, através da relação que se mantém em cada teoria dos resultados obtidos, ou soluções efetivas, com o custo operacional, tanto em termos metodológico quanto ontológico.

Pelo o que se viu na seção 4.1 e nas conclusões (a) - (g) da página 266, parece que a teoria de Cresswell apresenta maiores poderes de explicação, abrange um número maior de casos, alcançando uma maior capacidade de generalização. Pelos compromissos claramente realistas que adota, a TSE tem sobre si o peso dos argumentos contra o realismo. Cresswell responde parte deles e mantém uma estrutura absolutamente segura na linha de condução de sua teoria. Richard, por outro lado, como se observou na seção 4.2 e nas conclusões de (a)-(J) das páginas 268-269 peca por não ser claro e não estabelecer, com precisão, todos os elementos de que se ocupa para a análise das AP. Além do mais, o fato de não se preocupar em explicar o maior número possível de casos deixa uma margem para se pensar na provável não aplicabilidade de sua abordagem. Também, não se pode deixar de considerar que os casos que sua teoria resolve são solucionados ao custo de uma estratégia que mistura entidades de naturezas diferentes – físicas e mentais – e que, conseqüentemente, enfrenta críticas fortes: Richard precisa explicar tanto a sua adoção do conceptualismo quanto os resíduos do nominalismo presentes em sua abordagem. Parece óbvio, portanto, que se forem computados os resultados de ambas as teorias, levando-se em consideração o custo ontológico e metodológico, pode-se dizer que

(2) a teoria de Cresswell parece mais relevante do que a teoria de Richard em relação à apresentação de soluções para o problema das AP.

CONCLUSÃO

Como nos argumentos dedutivos, é o fato de uma conclusão já estar contida nas premissas que autoriza a expressá-la. No caso do presente trabalho, trata-se, então, de explicitar a justeza dos resultados da investigação, reafirmando-os como consequência das suposições que caracterizam os capítulos anteriores.

No primeiro capítulo, apresentou-se o problema das atitudes proposicionais em seu percurso histórico-teórico. Lá ficou claro que o enigma fio condutor,

S crê que p

$p = q$

S pode não crer que q

produziu uma sequência bastante expressiva de questões problemáticas como as discutidas por Carnap, Church, Mates, Kripke, Davidson, entre outros.

No segundo capítulo, a teoria dos significados estruturados de Cresswell (1985) é apresentada, destacando-se a sua fundamentação metodológica e ontológica em que ele se compromete com a SCV, MP, linguagens categoriais e sistemas de intensões. O seu trabalho usa a estratégia dos significados estruturados e resolve, fundamentalmente, a questão das atitudes *de re*, em termos de casos matemáticos e de crenças comuns; a maioria dos casos de atitudes iteradas, a análise de citacionais, embora não completamente, atitudes *de expressione*, tenta dar uma explicação para hiperintensionalidade, apresenta, ainda que não totalmente aceitável, soluções para casos como o de Ortcutt. Além do mais, a sua abordagem como um todo serve como uma evidência forte de que a semântica pode ser autônoma; afirma a tese dos significados estruturados, corrobora a ideia de que significados não são mentais e apresenta a possibilidade de um tratamento formal e preciso das AP através das linguagens categoriais λ .

No terceiro capítulo, é apresentada a teoria sentencialista de Richard (1990), destacando-se o seu compromisso com duas espécies de sentencialismo, proposição russelliana, e representações mentais. O seu trabalho utiliza-se de RAMs, matrizes russellianas anotadas, como dispositivo teórico para justificar as diferenças nos tipos de atribuições de crença. Não se preocupa em apresentar casos diversos de atitudes, mas sustenta que as RAMs podem resolver questões clássicas e divergentes, como o caso do enigma de Pierre e de Orcutt. Também, com a análise das atitudes em termos de hierarquia, soluciona casos complicados de iteradas e autoatribuições.

No quarto capítulo, a TSE é confrontada com a TS, em todos os níveis em que elas foram apresentadas, a saber, fundamentação metodológica e ontológica, estratégias teóricas e análise e tipologia das AP, decorrendo do debate os seguintes resultados:

- (a) Cresswell é um realista e, como tal, deve justificar a sua posição;
- (b) mostra a possibilidade do tratamento das AP dentro da semântica das condições-de-verdade;
- (c) sua tese de significados estruturados como um dispositivo para a análise das AP tem uma abrangência muito grande;
- (d) no cômputo geral, sua bordagem apresenta maiores resultados positivos do que negativos.
- (e) Richard é um conceptualista, mas deve dar conta de questões nominalistas que povoam sua abordagem;
- (f) trabalha com a semântica das condições-de-verdade apenas como um veículo para a aplicação de suas RAMs;
- (g) não se compromete com teorias específicas;

(h) não se preocupa em mostrar todas as possibilidades de aplicabilidade de sua abordagem;

(i) no cômputo geral, sua abordagem apresenta resultados interessantes para a solução de problemas de atribuições de atitudes.

Dada a síntese dos quatro capítulos, cuja sequência de conclusões parciais, espera-se, justifica a validade destas últimas conclusões, cabe, finalmente, enumerar as principais teses derivadas do conjunto desse trabalho. Em primeiro lugar, se este trabalho foi bem sucedido, decorre dele que a TSE e a TS são irreduzíveis uma a outra dado o fato de que assumem compromissos diversos: a TSE é realista e a TS é, basicamente, conceptualista, mas de maneira impura. Em segundo lugar, a TSE e a TS assumem estratégias teóricas inamalgamáveis porque enquanto a primeira trabalha, essencialmente, com a questão dos significados estruturados, a segunda baseia-se na noção de representação dos significados. Finalmente, a TSE de Cresswell apresenta resultados como os da análise de atitudes *de re* e citacionais e *de expressione* e a diferença entre verbos de discurso direto e outros verbos de AP mais expressivos do que a TS de Richard que demonstra condições de resolver as questões de atitudes iteradas, os paradoxos de Pierre e Orcutt e autoatribuição.

Uma vez que essa comparação é estabelecida, ainda que num sentido mais frouxo da palavra, decorre a tese de que a TSE pode ser considerada mais relevante do que a TS para os fins a que se propôs, à medida que resolve as questões citadas acima e seu custo operacional é menor, uma vez que se mantém numa única linha teórica, sem apelar para dispositivos relacionados a distintas teorias.

Uma última tese talvez seja a de que a autora deste trabalho crê que a TSE é mais plausível que a TS, sabe que, ambas, TSE = realista e TS = conceptualista, e espera que seu trabalho possa contar como mais uma evidência para a supremacia do realismo sobre o conceptualismo em semântica.

REFERÊNCIAS

ACZEL, P. **Non-well Founded Sets**. Stanford, Ca. CSLI, Lectures Notes, n° 14, 1988.

AJDUKIEWICZ, K. (1935). "Syntactic Connexion" In: McCall (ed.) **Polish Logic**. Oxford, 1967, p. 207-231.

ALMEIDA, C. de. **Russell on Meaning and Denotation: The Argument of 'On Denoting'**. Doctoral Thesis, McMaster University, 1992.

AUSTIN, D. [WTMT] **What's the Meaning of "This"?** Ithaca/London: Cornell University Press, 1990.

BACH, E. "Categorial Grammars and Natural Languages". **First Joint Meeting of the Association of Symbolic Logic and the Linguistic Society of America**. Stanford, Ca., July, 1987.

_____. "Categorial Grammars as Theories of Language" In: Oehrle, Bach & Wheeler (eds.) **Categorial Grammars and Natural Language Structures**. Dordrecht: Reidel, 1988. p.17-34.

BAKER, G. & HACKER, P. [FLE] **Frege: Logical Excavations**. New York: Oxford University Press, 1984.

BAR-HILLEL Y. "A Quasi-Arithmetical Notation for Syntactic Description". **Language** 29:47-58, 1953.

BARWISE, J. & PERRY, J. **Situations and Attitudes**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1983.

BARWISE, Jon & ETCHEMENDY, John. **The Liar: an essay on truth and circularity**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1987.

BÖER, Steven. "Meaning and Contrastive Stress". **The Philosophical Review**. 88: 263-298, 1979.

_____. [PAFO] "Propositional Attitudes and Formal Ontology". **Synthese** 98, p. 187-242, 1994.

BÖER & LYCAN [KW]. **Knowing Who**. Cambridge, Mass. MIT Press, 1986.

BÖER, S.E. & EDESLTEIN, R. "Some Numerical Construction in English". **Journal of Philosophical Logic** 8, 1979, p. 261-288.

CAMPOS, Jorge [OEN] **Os enigmas do nome**. Porto Alegre: AGE, EDIPUCRS, 2004.

CARNAP, R. [MN]. **Meaning and Necessity**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1947.

_____. (1954) [OBS]. "On Belief Sentences – Reply to Alonzo Church" In: Carnap, R. **Meaning and Necessity**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1975, 7ª edição.

Também aparece como [SOC] "Sobre las Oraciones de Creencia (Respuesta a Alonzo Church)". In: Simpson, T.M (ed.) **Semántica Filosófica**. Córdoba, Siglo XXI, 1973.

CHISHOLM, Roderick. **The First Person**. Minnesota, University of Minnesota Press, 1981.

CHOMSKY, Noam. "Questions of form and Interpretation" In: Austerlitz (ed.) **The Scope of American Linguistics**. Lisse, Ridder Press, 1975.

_____. **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. New York: Praege, 1986.

_____. "Language in a Psychological Setting" **Working Papers in Linguistics**, number 22. Tokyo: Sophia University, 1987.

CHURCH, A. [CLC]. **The Calculi of Lambda Conversion**. Princeton: Princeton University Press, 1941.

_____. [CIS] "Carnap's Introduction to Semantics". **Philosophical Review**, 52. 1943.

_____. [FLSD] 'A Formulation of the Logic of Sense and Denotation' In: Henle, Kallen & Langer (eds.) **Structure, Method and Meaning**. New York, Liberal Arts Press, 1951. p. 3-24.

_____. [IML] **Introduction to Mathematical Logic**. vol. I Princeton: Princeton University Press, 1956.

_____. [IIB] (1954) "Intensional Isomorphism and Identity of Belief" In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

_____. [OCASAB] (1950) "On Carnap's Analysis of Statements of Assertion and Belief" In: Linsky (ed.) **Reference and Modality**. Oxford: Oxford University Press, 1979 p. 168-170.

_____. [QPAM] (1982). "A Remark Concerning Quine's Paradox About Modality". In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University, 1988 p. 58-65.

CLAPP, Leonard Jay. **Seeing through Opacity: a defense of the Russellian view of Propositional Attitudes**. MIT: Tese de doutorado, 1994.

COFFA, J. A. [STKC]. **The Semantic Tradition from Kant to Carnap**. New York: Cambridge University Press, 1991.

COSTA, J. C. [SSLN]. **O Status Lógico-lingüístico da Nomeação (uma questão problemática de Filosofia da Linguagem)**. Tese de Doutorado, PUCRS, 1988.

_____. "Referência Semântica e Referência Pragmática sob Kripke". **Letras de Hoje** v.27, n° 3, set. 1994: 11-24.

CRESSWELL, M. J. [LL]. **Logic and Languages**. London: Methuen, 1973.

_____. [SD] "The Semantics of Degree" In: Partee, B. (ed.) **Montague Grammar**. New York/ San Francisco/ London: Academic Press, 1976. p. 261-292.

_____. [QTPA] "Quotational Theories of Propositional Attitudes" **Journal of Philosophical Logic**. 9, p: 17-40, 1980.

_____. "The Autonomy of Semantics" In: Peters & Saarinen (eds) **Processes, Beliefs and Questions**. Dordrecht: Reidel, 1982.

_____. [HIS] "A Highly Impossible Scene" In: Bauerle, Schwarze, Von Stechow (eds.) **Meaning, Use and Interpretation**. Berlin: de Gruyter, 1983. p. 62-78.

_____. [SMSPA] **Structured Meanings: The Semantics of Propositional Attitudes**. Cambridge, Mass, MIT Press, 1985.

CRESSWELL, M. & VON STECHOW, A. [DRBG] "De Re Belief Generalized" **Linguistics and Philosophy**. 9: 503-535, 1982.

DAVIDSON, Donald. (1970) "Semantics for Natural Language". In: Davidson & Harman (eds.). **The Logic of Grammar**. Encino, Ca., Dickenson, 1975.

_____. [OST] "On Saying That". In: Davidson & Hintikka (eds.). **Words and Objections: essays on the work of W.V.Quine**. Dordrecht: Reidel Publ.Co., 1975.

_____. [ITI]. **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

DONNELLAN, K. "Reference and Definite Descriptions". **The Philosophical Review** 75: 281-304, 1966.

_____. "Proper Names and Identifying Descriptions" In: Davidson & Harmon (eds.) **Semantics of Natural Languages**. Dordrecht: Reidel, 1972. p. 356-379.

_____. [CAPRD] "The Contingent A Priori and Rigid Designators". In: French, Vehling, Jr. & Wettstein (eds.) **Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1979.

_____. [BIR] "Belief and the Identity of Reference". In: Anderson & Owens (eds.) **Propositional Attitudes**. Stanford, CSLI, 1990.

DOWTY, D; WALL, R. & PETERS, S. (eds.) [IMS]. **Introduction to Montague Semantics**. Dordrecht/Boston/London: D.Reidel Publ.Co, 1981.

DRETSKE, F. I. "Contrastive Stress". **The Philosophical Review**. 81: 411-437, 1972.

_____. "Referring to Events" In: French et alii (eds.) **Midwest Studies in Philosophy**. Morris, Minnesota: University of Minnesota, 1977. p. 90-99.

DUMMETT, Michael. [WTM]. "What's a Theory of Meaning?" In: Guttenplan (ed.) **Mind and Language**. Oxford: Clarendon Press, 1975.

_____. [FPL]. **Frege Philosophy of Language**. London, Duckworth, 1981 2nd. Edition.

_____. [LBM]. **The Logical Basis of Metaphysics**. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1993.

FELTES, Heloísa Pedrosa (org.) **Produção de sentido**. São Paulo: Annablue; Porto Alegre: Nova Prata; Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

FINE, Kit [QQI] "Quine on Quantifying In". In: Anderson & Owens (eds.) **Propositional Attitudes**. Stanford, CSLI, 1990.

FODOR, J. [TLT]. **The Language of Thought**. Sussex. The Harvester Press, 1976.

_____. **RePresentations**. Cambridge, Mass, MIT Press, 1981.

_____. [PSY]. **Psychosemantics**: The problem of meaning in the philosophy of mind. Cambridge, Mass., MIT Press, 1987.

_____. [SAIB]. "Substitution Arguments and the Individuation of Beliefs" In: Fodor, J. **A Theory of Content and Other Essays**. Cambridge, Mass, MIT Press, 1990.

FREGE, G. (1892) [SCO] "Sobre o Conceito e o Objeto". In: alcoforado, P. (ed.) **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

_____. [CSM] "Comments on Sense and Meaning" In: Hermes, Kambartel & Kaulbach (eds.) **Gottlob Frege: Posthumous Writings**. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

_____. (1892) [SM] "On Sense and Meaning" In: McGuinness(ed.) **Collected Papers on Mathematics, Logic and Philosophy**. GB, Basil Blackwell, 1984.

GABRIEL, HERMES, KAMBARTEK, THIEL & VERAART (eds.) [PMC] **Frege: Philosophical and Mathematical Correspondence**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

GEORGE, A (ed.) **Reflections on Chomsky**. G.B: Basil Blackwell, 1989.

GUPTA, Anil & SAVION, Leah. [SPA]. "Semantics of Propositional Attitudes" **Journal of Philosophical Logic**. 16, p. 395-410, 1987.

HIGGINBOTHAM, J. "Remarks on the Metaphysics of Linguistics". **Linguistics and Philosophy**. 14: 555-566, 1991.

HINTIKKA, J. (1969) [SFPA]. "Semantics for Propositional Attitudes". In: Linsky (ed.) **Reference and Modality**. Oxford: Oxford University Press, 1979 p. 145-167.

_____. **The Intentions of Intentionality and Other New Models for Modalities**. Dordrecht: Reidel, 1975.

_____. (1962) [SC] **Saber y Creer**. Madrid: Editorial Tecnos, 1979.

HOWELL, R. "The Logical Structure of Pictorial Representation". **Theoria**. 40: 76-109, 1974.

HUSSERL, Edmund (1900). **Logical Investigations**. London: Routledge, Kegan & Paul, 1970.

HYLTON, Peter. [RIEAP] **Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

IBAÑOS, Ana M. T [SMSCAP] "A Semântica dos Mundos Possíveis de Cresswell para as Atitudes Proposicionais". **Letras de Hoje**, vol.27,nº3,set.1992, p.25-47.

IBAÑOS, Ana & Silveira, Jane (orgs.). **Na interface semântica/pragmática – Programa de pesquisa em Lógica e Linguagem Natural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ISRAEL, David. "Katz and Postal on Realism". **Linguistics and Philosophy**. 14: 567-574, 1991.

JACKENDOFF, Ray. [SC]. **Semantics and Cognition**. Cambridge, Mass, MIT Press, 1983.

KAPLAN, D. (1978) [OLD] "On the Logic of Demonstratives" In: Salmon and Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford university Press, 1988. p. 66-82. Também aparece como "Demonstratives" In: Al-mog, Perry & Wettstein (eds.) **Themes from Kaplan**. New York: Oxford University Press, 1989.

KATZ, J. [TNTR]. "The Neoclassical Theory of Reference". In: French, Vehling, Jr. & Wettstein (eds.) **Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1979.

_____. [PL] **The Philosophy of Linguistics**. London: Oxford University Press, 1985.

KATZ & POSTAL. "Realism vs. Conceptualism in Linguistics". **Linguistics and Philosophy**. 14: 515-553, 1991.

KNEALE & KNEALE (1962) **O Desenvolvimento da Lógica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1980.

KRIPKE, Saul. "Outline of a Theory of Truth" **Journal of Philosophy** 72: 690-716, 1975.

_____. (1979) [PAB] "A Puzzle About Belief". In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

_____. (1972) [NN] **Naming and Necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

LEVELT. [FGLP] **Formal Grammars in Linguistics and Psycholinguistics**. vol. II. The Hague/Paris, Mouton, 1974.

LEWIS, David. (1972) [GS] "General Semantics" In: Partee, B. (ed.) **Montague Grammar**. New York/ San Francisco/ London: Academic Press, 1976. p. 1-50.

_____. "Attitudes *De Dicto* and *De Se*". **Philosophical Review**. 87: 513-543, 1979.

_____. "What Puzzling Pierre Does Not Believe". **Australasian Journal of Philosophy** 59, 283-289, 1981.

_____. **On the Plurality of Worlds**. New York: Basil Blackwell, 1986.

LINSKY, L. [RM] **Reference and Modality**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

_____. [OC] **Oblique Contexts**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

MATES, Benson (1952) [S] "Synonymity" In: Linsky, L (ed) **Semantics and the Philosophy of Language**. Urbana: the University of Illinois Press. También aparece como [SS] "Sinonimia y Substitubilidad". In: Simpson, T.M. **Semántica Filosófica**. Córdoba, Siglo XXI, 1973.

McGEEWOOD, Mary. [CG] **Categorial Grammars**. London/New York: Routledge, 1993.

McGINN, C. **The Subjective View: Secondary Qualities and Indexical Thoughts**. New York: Oxford University Press, 1983.

MONTAGUE, Richard. [PTQ] "Proper Treatment of Quantification in ordinary English" In: **Formal Philosophy: selected papers of Richard Montague**. New Haven/London: Yale University Press, 1974.

_____. [FP] **Formal Philosophy: selected papers of Richard Montague**. New Haven/London: Yale University Press, 1974.

_____. "Universal Grammar". **Theoria** vol.36, 1970a. p. 373-398.

_____. "Pragmatics and Intensional Logic" **Synthese** vol. 22, 1970 b. p. 68-94.

OWENS, Joseph. [CASP] "Cognitive Access and Semantic Puzzle". In: Anderson & Owens (eds.) **Propositional Attitudes**. Stanford, CSLI, 1990.

PARSONS, T (1969) [EQML]. "Essentialism and quantified modal logic". In: Linsky (ed.) **Reference and Modality**. Oxford University Press, 1971.

PARTEE, Barbara. [C] "Compositionality" In: Landman, Fred & Weltman, Frank (eds.) **Varieties of Formal Semantics**. Dordrecht/Cinnaminson: Foris Publication, 1984. p.281-312.

PARTEE, B, TER MEULEN, A. & WALL, R. [MML] **Mathematical Methods in Linguistics**. Kluwer Academic Publishers, 1990.

PERRY, John. (1979) [PEI]. "The Problem of Essential Indexical" In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

PUTNAM, H. [MLR]. **Mind Language and Reality: Philosophical Paper II**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

_____. (1954) [SABS] "Synonymy and the Analysis of Belief Sentences". In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988 p. 149-158.

QUINE, W. **Word and Object**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1960.

_____. **Ontological Relativity and Other Essays**. New York: Columbia Press, 1969.

_____. [IR]. "Intensions Revisited" In: Quine: **Theories and Things**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1981.

_____. [NEN] "Notes on Existence and Necessity". Também como 'Notas Sobre Existencia y Necesidad. In: Simpson (ed.) **Semántica Filosófica**. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973, p. 121-138.

_____. (1966) [QPA] "Quantifiers and Propositional Attitudes". In: Linsky (ed.) **Reference and Modality**. Oxford: Oxford University Press, 1979 p. 101-111.

_____. (1961) [RM] "Reference and Modality". In: Linsky (ed.) **Reference and Modality**. Oxford: Oxford University Press, 1979 p. 17-34.

_____. "Promoting Extensionality" **Synthese**. 98: 143 - 151, 1994.

RICHARD, M. (1983) [DRB] "Direct Reference and Ascriptions of Belief" In: Salmon & Soames (eds.) **Propositional Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988. p.169-196.

_____. [PA] **Propositional Attitudes: an essay on thoughts and how we ascribe them**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. [SNB] "Sense, Necessity and Belief" **Philosophical Studies**. 69: 243 - 263, 1993.

ROPER, Andrew. "Toward and Eliminative reductions of Possible Worlds". **The Philosophical Quarterly**. 32: 45 - 59, 1982.

RUSSELL, B. [PM] **Principles of Mathematics**. 2ed. New York: Norton, n.d.

_____. (1905) [OD] "On Denoting". In: Marsh, R. (ed.) **Logic and Knowledge: Essays 1901-1950**. New York: Putnam's sons, 1971.

_____. [PP] **The Problems of Philosophy**. New York: Oxford University Press, 1971.

_____. (1904) [PMC] "Excerpt from Russell to Frege, 12.dec. 1904". In: Gabriel, Hermes, Kambartek Thiel & Veroradt (eds.) **Frege: Philosophical and Mathematical Correspondence**. University of Chicago Press, 1980. p.169.

_____. [MPD] **My Philosophical Development**. London: Allen & Unwin, 1959.

SALMON, N. & SOAMES, S [I] "Introduction" In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

SAUL, Jennifer. [SAP] "Still an attitude problem". **Linguistic and Philosophy** 16: 423-435, 1993.

SCHIFFER, S. [NK] "Naming and Knowing". In: French, Vehling, Jr. & Wettstein (eds.) **Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1979.

_____. "Truth and the Theory of Content" In: Parret, H. & Bouvaresse, J. (eds.) **Meaning and Understanding**. Berlin: de Gruyter, 1981.

_____. [ESSTB] "Extensionalist Semantics and Sententionalist Theories of Belief" In: Lepore (ed.) **New Directions in Semantics**. London, Orlando, New York: Academic Press, 1987.

SIMPSON, T.M. [LRS] **Linguagem, Realidade e Significado**. São Paulo: Francisco Alves, 1979. 2ª edição.

SLATER, B. H. [PCIS] "Prior and Cresswell on Indirect Speech". **Australasian Journal of Philosophy**. vol 67, n°1, March 1989.

SMULLYAN, Arthur. (1948) [MD] "Modality and Description". In: Linsky (ed.) **Reference and Modality**. Oxford: Oxford University Press, 1979, p. 35-43.

SOAMES, S. "The Necessity Argument". **Linguistics and Philosophy**. 14: 575 - 580, 1991.

SOBER. "Mental Representations". **Synthese** 33: 101-148, 1976.

SPERBER & WILSON. **Relevance: Communication and Cognition**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1986.

STALNAKER, R. **Inquiry**. Cambridge, Mass., MIT Press, 1984.

STEEDMAN, Mark. "Dependency and Coordination in the Grammar of Dutch and English" **Language**. 61: 523 -68, 1985.

TARSKI, Alfred. "The Semantic Conception of Truth" In: Zabeeh, Klemke & Jacobson (eds.) **Readings in Semantics**. Urbana, Illinois Press, (1974). p.341-375.

THOMASON, Richmond [I] "Introduction". In: Montague **Formal Philosophy: Selected Papers of Richard Montague**. New Haven/London: Yale University Press, 1974.

TYE, M. "The Puzzle of Hesperus and Phosphorus" **Australasian Journal of Philosophy**. 56: 219-224, 1978.

VENDLER, Zeno. (1972) "On What We Know" In: Gunderson (ed.) **Language, Mind and Knowledge**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1975.

WHITEHEAD & RUSSELL [PM] **Principia Mathematica**. Cambridge: Cambridge University Press, 1910.

YAGISAWA, Takashi. "Beyond Possible Worlds". **Philosophical Studies**. 53: 175 - 204, 1988.